



Bruno Ricardo Bairrão de Freitas

Paisagens do Baixo Mondego: Por um debate acerca de Ega, Arrifana e Picota

Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, na área de especialização em Arqueologia Medieval e Moderna, orientada pela Doutora Helena Catarino, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Paisagens do Baixo Mondego: Por um debate acerca de Ega, Arrifana e Picota

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Paisagens do Baixo Mondego: Por um debate acerca de Ega, Arrifana e Picota
Autor	Bruno Ricardo Bairrão de Freitas
Orientadora	Doutora Helena Maria Gomes Catarino
Júri	Presidente: Doutora Maria da Conceição Lopes Vogais: 1. Mestre Miguel Cipriano Esteves da Costa 2. Doutora Helena Maria Gomes Catarino
Identificação do Curso	2º Ciclo em Arqueologia e Território
Área científica	Arqueologia
Especialidade	Arqueologia Medieval e Moderna
Data da defesa	10-2-2016
Classificação	19 valores



Resumo

Na paisagem do Baixo Mondego, na charneira entre os terrenos de campo e os terrenos de monte, articulados, neste caso, pelo rio de Mouros, importante afluente, na margem sul, do rio Mondego, encontramos as localidades de Ega, Arrifana e Picota. Sobre elas, recai, no âmbito desta dissertação na especialidade de Arqueologia Medieval e Moderna, uma análise morfológica que se quer na longa duração para melhor compreender a ocupação e exploração do espaço; foca-se, portanto, nas planimetrias.

À escala destas localidades, mas superando-as quando necessário, como na análise da rede viária, centramo-nos nos processos de construção da paisagem, que, embora incomensuráveis à escala das tradicionais disciplinas, permitem-nos traçar, com alguma segurança, a evolução da área objecto de estudo; comprova-se, então, a capacidade destas análises em contribuir, de forma autónoma, para o esclarecimento de certos aspectos sociais, políticos, territoriais e económicos das sociedades.

Palavras-chave

Baixo Mondego; Morfologias; Arqueogeografia; Paisagem; Longa duração

Abstract

The places of Ega, Arrifana and Picota can be found at the Baixo Mondego's landscape, on the hinge between the ground terrains and the hills terrains, articulated, considering this case, by the Mouros' river, an important affluent on the south bank of the Mondego. Within this dissertation in the field of Modern and Medieval archaeology, a morphologic analysis is carried out considering these three places. Such analysis is performed on a long-term development logic, in order to better understand the occupation and exploitation of the field. Thus, this thesis focuses itself on planimetrics.

This dissertation underlines the landscape building processes, considering the scale of these places, but going beyond when necessary, for instance, on the road network case, which, although immeasurable by the scale of traditional disciplines, allows to trace down with considerable coverage the development of the researched area. Hence, the research demonstrates the ability of this kind of analysis to perform a contribution, an autonomous one, to the enlightenment of different social, political, territorial and economic issues of human societies.

Keywords

Baixo Mondego; Morphology; Archaeogeography; Landscape; Long-term

Agradecimentos

Como não se exprime, nem se explica por breves palavras a merecida homenagem para com aqueles que contribuíram para esta dissertação, tecemos um sucinto, mas sincero, agradecimento:

Aos meus pais, a minha mãe Rosa e o meu pai Carlos, pelo amor e pela confiança que sempre demonstraram.

À Professora Helena Catarino, pela orientação; mas não só, também pelo apoio e pelas palavras de incentivo (e de moderação).

Ao colega e amigo Miguel Costa, pelos esclarecimentos, pela troca de ideias e, principalmente, pela partilha dos seus conhecimentos arqueogeográficos.

Ao velho Carlos, pela fraterna amizade.

Ao amigo Fábio Vivas por todo o apoio e camaradagem.

Ao José Machado, Daniel Fidalgo e Rui Santo pelo apoio nas “idas ao campo”.

À Eunice, à dona Gina e à dona Alice.

À Professora Bruna Plácido, um sincero agradecimento pela atenção e pelo entusiasmo com que lecciona o(s) curso(s) de Língua e Cultura Francesas da FLUC.

À Professora Raquel Vilaça e ao Professor Lúcio Cunha, pela partilha de algumas das informações cartográficas. No mesmo sentido, ao Sr. Sérgio Medeiros, membro da associação GPS – Grupo Protecção Sicó, e à Dr.^a Sofia Bernardo, da divisão de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.

Aos restantes, o meu sincero agradecimento.

Índice

Resumo/ Palavras-chave	III
Abstract/ Keywords	IV
Agradecimentos	V
Índice	VI
PARTE I. Enquadramento	1
1. Introdução	1
2. O espaço	4
2.1. Área de estudo: Geografia, Geologia e Hidrografia	4
2.2. Potencialidades naturais: estabelecimentos de comunidades humanas	7
3. Informações arqueológicas	11
3.1. Paleolítico e Epipaleolítico/Mesolítico	11
3.2. Neolítico	12
3.3. Calcolítico	13
3.4. Idade do Bronze	14
3.5. Idade do Ferro	15
3.6. Período romano	17
3.7. Período medieval	21
4. Informações históricas	26
4.1. Introdução	26
4.2. Descrição histórica	26
PARTE II. Epistemologia e Metodologia	33
1. O traçar de um percurso	33
1.1. A integração do espaço das sociedades antigas na investigação arqueológica	33
1.2. Consciencialização da importância do estudo do espaço das sociedades antigas	38
2. Arqueogeografia: uma nova disciplina	41
2.1. Discurso arqueogeográfico	41
2.1.1. O espaço geográfico	42
2.1.2. O tempo histórico	43
2.1.3. Os objectos territoriais identitários	44
2.1.4. Reflexões	46
2.1.4.1. Cosmopolitismo metodológico	46

2.1.4.2. Conceito de paisagem	47
2.2. Bases para conceber o espaço e o tempo	49
2.2.1. Situações locais assíncronas	49
2.2.2. Novas lógicas espaciais e temporais	52
2.2.3. Níveis de realização das formas híbridas	53
2.3. Formas em Arqueogeografia	55
2.3.1. Múltiplos níveis de formas	55
2.3.2. Temporalidades e graus de autonomia a diferentes escalas	56
2.3.3. Uma abordagem arqueogeográfica	57
2.3.4. Morfologia regressiva: formas tipo-cronológicas e cronologia-relativa	58
2.4. Ocupação do espaço	60
2.4.1. Níveis dividida e individual	60
2.4.2. Níveis fundamentais de organização das paisagens	61
2.4.3. Emergência da planimetria	62
2.4.4. Redes de fundação e formação	63
3. Compilação de dados	64
3.1. Foto-interpretação	64
3.1.1. Fotografias aéreas verticais	64
3.1.2. Reconhecimento de traços fósseis	65
3.2. Carta Compilada	67
3.2.1. Definição de carta compilada	67
3.2.2. Sistemas de informação geográfica	69
3.2.3. Criação da carta compilada	70
3.3. Documentos planimétricos	72
4. Uma dissertação em arqueogeografia?	73
PARTE III. Análise morfológica	76
1. Rede viária	76
1.1. Dinâmicas da rede viária	76
1.2. Escala regional	79
1.2.1. Triagem numérica	79
1.2.2. Resultados	81
1.3. Escala supra-local	83

1.3.1. Triagem gráfica	83
1.3.2. Resultados	84
1.3.2.1. Rede supra-local	84
1.3.2.2. Itinerário A	86
1.3.3. Discussão: condicionante física	89
2. Rede parcelar	90
2.1. Dinâmicas da rede parcelar	90
2.2. Tramas de Arrifana e Picota	91
2.3. Tramas de Ega	101
2.4. Reflexão: conceito de regularidade orgânica	106
PARTE IV. “Construção” da paisagem	107
1. Rede de povoamento	107
1.1. Período pré-romano	107
1.1.1. Apresentação	107
1.1.2. Metamorfose do espaço das sociedades antigas	111
1.2. Período romano	116
1.2.1. Apresentação	116
1.2.2. Além de uma visão morfo-histórica e crono-tipológica das formas da paisagem	120
1.3. Período tardo-antigo e alto medieval	130
1.4. Período islâmico	135
1.4.1. Apresentação	135
1.4.2. Arrifana e Picota	143
1.5. Período baixo-medieval	146
1.5.1. Apresentação	146
1.5.2. “Anatomia” de um mito: a forma rádio-concêntrica	153
2. Rede viária: problemáticas em torno do eixo de circulação	157
3. Fecho	163
Bibliografia	164
Webgrafia	182
Suporte cartográfico	183
Anexos	184

PARTE I

ENQUADRAMENTO

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado em Arqueologia e Território da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra apresentamos esta dissertação na especialidade de Arqueologia Medieval e Moderna, orientada pela Professora Doutora Helena Catarino, cuja principal característica, a que a denuncia, é o facto de não se restringir, no espaço (povoamento) e no tempo (cronologia), ao período medieval e moderno na compreensão da ocupação e exploração do espaço das actuais localidades de Ega, Arrifana e Picota. Como iremos comprovar, no “trilho” de outros investigadores, os processos que estruturam os espaços medievos não emergem, em plena singularidade – a aldeia do ano Mil, a forma rádio-concêntrica, a reconquista, os arroteamentos de terra sob o incentivo e controlo dos poderes senhoriais e eclesiásticos, etc. –, da Idade Média, nem de um “poder central”, mas sim de dinâmicas, quase sempre híbridas e auto-organizadas, que se desenvolvem na longa duração.

Perante estas dinâmicas, se o principal objectivo da dissertação é compreender a ocupação e exploração do espaço das localidades em estudo, surgiriam problemas epistemológicos e metodológicos, uma vez que, à escala das tradicionais disciplinas, estas dinâmicas não seriam reconhecíveis, sob representações fantasiosas, por vezes coercivas, da paisagem (generalização das centuriacões romanas, formas medievais rádio-concêntricas, etc.), ou incompreendidas, revelando-se, então, incomensuráveis. No quadro deste trabalho, a paisagem de Ega, Arrifana e Picota corresponderia a uma evolução, sempre em palimpsesto, entre uma paisagem romana, saída do esforço civilizacional de Roma, e uma baixo-medieval, com raízes no ano Mil. De fora, ficariam períodos e protagonistas (exteriores aos poderes de cada época) da Proto-História e da Alta Idade Média. Recusando o preceito de “tábua rasa”, interessam-nos estas considerações.

Por outro lado, como estudar o espaço das sociedades antigas? Quais as disciplinas? O que é a paisagem? O que são as planimetrias? Estas e outras questões,

que surgiram ainda antes da dissertação, no decorrer deste ciclo de estudo, encaminham-nos para novos percursos, traçados por vários investigadores, assim como para uma nova disciplina: a Arqueogeografia. Sobre esta disciplina, fundada recentemente por Gérard Chouquer como resposta à crise presente no estudo do espaço das sociedades antigas, deter-nos-emos mais à frente, apresentando os princípios epistemológicos e metodológicos que a compõem e a tornam uma disciplina independente capaz de gerar os seus próprios conhecimentos.

Por fim, a presente dissertação encontra-se estruturada em duas linhas principais, uma teórica, outra prática, que se complementam. Desenvolve-se também em quatro partes essenciais, cada uma correspondendo a uma etapa na nossa (vossa) aproximação ao espaço das localidades de Ega, Arrifana e Picota, com enfoque na rede viária e na rede parcelar, procurando, assim, conhecer os seus contributos na “moldagem” da paisagem.

De acordo com as redes em análise, recorreremos a diferentes áreas de estudo, cada uma com os seus métodos e as suas escalas. Todavia, revelou ser complicado, quase sempre duplamente arriscado, seleccionar os seus limites. Por um lado, áreas demasiado extensas ou excessivamente reduzidas prejudicam as análises, tornando-as inviáveis por razões, diametralmente opostas, qualitativas e quantitativas. Por outro lado, ao escolher um território específico, conceito indissociável da noção de poder, interpretamo-lo sob uma perspectiva política e administrativa bem datada. Deste modo, temos tendência para isolar uns materiais (arqueológicos, morfológicos, documentais, etc.), os que se relacionam com um determinado poder, seja com uma *civitas* romana, seja com um concelho medieval, e eliminar outros, produzindo, então, objectos estáticos, hierarquizados e fragmentados.

Deste modo, excluímos as actuais circunscrições político-administrativas, em nada esclarecedoras da(s) dinâmica(s) das sociedades antigas, como limites. Por um lado, na leitura da rede parcelar, à escala local, seleccionámos uma pequena superfície em redor das localidades de Ega, Arrifana e Picota. Por outro lado, na leitura da rede viária, escolhemos duas áreas distintas: uma, à escala supra-local, estende-se por 13 km de comprimento e 11 km de largura; outra, à escala regional, prolonga-se longitudinalmente por 30 km e latitudinalmente por 24 km, a oeste, e 31 km, a este. Por razões metodológicas – na leitura cronológica dos elementos que compõem a rede viária – tornámos a escala supra-local o principal suporte documental desta dissertação. Como

tal, recolhemos uma vasta quantidade de informações, de natureza diferente, criando um dos documentos de trabalho utilizados na análise das localidades acima referidas.

2. O ESPAÇO

2.1. Área de estudo: Geografia, Geologia e Hidrografia

Segundo Alfredo Fernando Martins (1940: 269), a Bacia Inferior do Mondego divide-se em quatro sub-regiões: Baixo Mondego, com os concelhos de Condeixa-a-Nova, Penela e Coimbra; Mondego Litoral, com os da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Soure e Cantanhede; sub-região do Liz, com o de Pombal. Por fim, a sub-região da Bairrada, com a extremidade meridional do concelho da Mealhada (**Mapa 1**). Sobre a área de estudo, inscreve-se nos concelhos de Soure, nas freguesias de Vila Nova de Anços, Soure, Tapéus e na União das freguesias de Degraças e Pombalinho, e de Condeixa-a-Nova, nas freguesias de Ega, Furadouro, Zambujal e nas Uniões de freguesias de Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha e de Sebal e Belide. De forma menos expressiva, referem-se os concelhos de Coimbra, com a freguesia de Cernache, e de Pombal, com a freguesia de Redinha (**Mapa 2**).

A área objecto de estudo localiza-se na “Orla Meso-Cenozóica Ocidental”, onde a maioria dos sedimentos provém da “Bacia Lusitânica” através da actividade tectónica compreensiva. Ao longo dos períodos geológicos, incorporou sucessivas camadas sedimentares. Da Era Mesozóica, conhecemos do período Triássico, os terrenos liássicos, orientados de norte a sul, ao longo de Soure e Verride (VILAÇA, 1988: 11); do período Jurássico, a paisagem calcária que forma uma extensa unidade geomorfológica, as Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere, conjunto formado pelo maciço de Sicó, a ocidente, e o maciço de Castelo do Sobral-Alvaiázere, a oriente (CUNHA, 1990: 13-14); do período Cretáceo, refira-se a deposição de arenitos, ao longo do Cabo Mondego até à região de Soure, seguindo em direcção da zona de Leiria, com pequenas interrupções (VILAÇA, 1988: 11).

Da Era Cenozóica, na charneira com o período anterior, Cretáceo, resultou da deposição de materiais gresosos, as colinas gresosas, em Soure, individualizadas pelo conjunto topográfico de elevações suaves, com altitudes que raramente alcançam os 100 m (CUNHA, 1986: 29). Ao longo da mesma Era, predominantemente terciária, ocorreu o estabelecimento de materiais em toda a região a sul de Verride, Soure e em direcção a Condeixa (VILAÇA, 1988: 11). Já no período Quaternário, durante a época Holocénica, a deposição de aluviões ao longo do rio Mondego e seus afluentes permitiu a criação de terraços fluviais. Do mesmo período, em resultado da deposição de tufos calcários entre

Cernache e Condeixa, dispostos entre os 100-110 m e 30-40 m, surgiu a “Plataforma de Condeixa” (CUNHA, 1990: 142, 144).

Apesar do espaço físico ser marcado por vales e planícies, um revelo de suaves altitudes comuns ao Baixo Mondego, localizam-se na região de estudo vários acidentes topográficos de grande importância, alguns já referidos. Fernando Martins (1940: 19) individualiza na “Orla Meso-Cenozóica Ocidental” os anticlinais de Soure e Verride, à semelhança da serra da Boa Viagem, serra de Montemor-o-Velho e planalto de Cantanhede, com valores compreendidos entre os 50 e 200 m de altitude. Quanto a Orlando Ribeiro (1945: 65), ao observar as características do relevo irregular, afirmou atentamente que “do Mondego à foz do Sado e no Algarve constituem o traço mais vigoroso da orografia das terras adjacentes ao litoral”, que culmina nos relevos de Condeixa-Sicó (532 m), de Candeeiros (613 m), da Arrábida (500 m) e de S. Miguel (408 m).

São as serras calcárias que imprimem as mais imponentes formas orográficas na região (**Mapa 3**). Como referimos anteriormente, a paisagem calcária originou uma extensa unidade geomorfológica, da qual faz parte da área de estudo, o primeiro dos maciços calcários, o maciço de Sicó, que compreende um conjunto de relevos orientados nor-nordeste e su-sudoeste (CUNHA, 1990: 13). No limite setentrional, partindo da região de Condeixa, os afloramentos margosos dão origem às pequenas serras de S. Domingo (210 m), Avessada (193 m) e Ponte (223 m). Avançando meridionalmente ao longo de um alinhamento tectónico, ou falha, entramos na paisagem dos calcários do Dogger, sobressaindo, em relação com a falha, as serras de Alconcere, de Cruto e de N. Sr.^a do Circo (ou Círculo), cada qual, respectivamente, com 301 m, 356 m e 406 m de altitude. Desenvolvendo-se progressivamente, segue para a serra do Rabaçal, onde alcança os 532 m, e estende-se para sul, já fora da área de estudo, ultrapassando o planalto de Degraças-Alvorge, com altitudes entre os 300 e 350 m, até culminar nos 553 m da serra de Sicó (*ibid.*: 13, 65, 68).

Além das serras calcárias existem ainda as colinas dolomíticas. Embora o afloramento oriental, a norte de Penela, seja o mais importante, atingindo altitudes na ordem dos 300 m, em áreas específicas, como os flancos dos anticlinais diapíricos de Soure e Torre de Vale Todos, é possível encontrar estes calcários dolomíticos e dolomias do Liásico (*ibid.*: 53). Em relação à estrutura diapírica de Soure, uma das mais setentrionais da “Orla Meso-Cenozóica Ocidental”, localiza-se na área de mudança de

orientação dos afloramentos jurássicos (*ibid.*: 87). Estes, partindo ligeiramente a norte da serra de N. Sr.^a do Circo, avançam para nordeste pelo anticlinal de Cabeça Gorda, que se eleva a 154 m de altitude, pela depressão tifónica de Soure, pelo anticlinal de Verride, zona que não ultrapassa os 143 m, terminando na serra da Boa Viagem (*ibid.*). Como consequência da erosão diferencial entre os calcários dolomíticos e as margas, ambos deslocados no desenvolvimento do anticlinal, surgem pequenos e desordenados relevos dolomíticos em redor de Soure, os quais estendem-se desde o Matoitinho, a oriente de Soure, passando pelo Crasto e por Mucate até ao Alto da Malhada, a norte (*ibid.* 1986: 29).

Em pleno contraste, mas correspondendo ainda a uma unidade morfo-estrutural das serras calcárias, mencionamos a vasta depressão do Rabaçal. Compreendida entre Alvorge, a sul, e o início do canhão fluvio-cársico do rio Mouros, a norte, estende-se ao longo de 12 km de comprimento e 1 a 2,5 km de largura (*ibid.*: 59).

Quanto à hidrografia, é basilar referir a importância do rio Mondego enquanto força matriz na transformação e evolução do espaço e do Homem. Orlando Ribeiro (1945: 140-150) afirmou que a diferença da geografia física e humana entre o norte, Atlântico, e o sul, Mediterrânico, encontrava-se no Mondego. Já Maria Helena da Cruz Coelho (1989: 1-2) defendeu uma divisão entre os terrenos de campo, nas planícies aluviais, e os terrenos de monte, nas pequenas elevações. Contudo, o elemento água permitiria uma perfeita articulação entre os dois ambientes, graças à vasta e dinâmica rede fluvial existente (*ibid.*).

O rio Mondego tem a sua nascente na Serra da Estrela, a 1425 m de altitude, e desagua no Oceano Atlântico, junto à cidade da Figueira da Foz. A zona seleccionada situa-se na margem sul do rio, palco de importantes cursos de água que lhe prestam tributo: rio Pranto, que desagua junto a Verride; rio Arunca, alimentado pelo rio Anços; rio Mouros (ou Ega), que navega nas proximidades da antiga cidade pré-romana e romana de *Conimbriga* e, por fim, a ribeira de Cernache (**Mapa 4**). Na restante região proliferam uma multiplicidade de linhas de água de caudal variado: as ribeiras de S. Tomé, da Várzea e de Condeixa, bem como os ribeiros da Sicó, da Venda, do Juncal, do Gaio, da Cova do Vale Milho e de Cavalio (ou Caráglio) Seco, este último tratando-se do curso sazonal do futuro rio de Mouros (CUNHA *et al.* 1996: 47).

A par da riqueza hídrica, as transformações e alterações do relevo, provocadas pela mesma, são factos de inegável importância. O maciço de Sicó, calcário e permeável, facilmente moldado segundo a vontade da Natureza, sobretudo o elemento água, garante uma espectacular diversidade de paisagens e cenários cárnicos, como lapiás, dolinas, grandes depressões e canhões fluvio-cárnicos (*ibid.*: 4-5). No sector mais ocidental da plataforma calcária de *Conimbriga* situa-se o famosíssimo “canhão” do rio Mouros, que é o resultado da acção de corte do rio ao longo do afloramento calcário do Jurássico Médio, criando um potente canhão flúvio-cárnico com 3,5 km de extensão e, em certas zonas, 50 m de profundidade (*ibid.*: 29). Em razão dos declives acentuados e das águas do rio e das exurgências, em certas alturas do ano o canhão fluvio-cárnico adquire proporções impressionantes, tornando-se numa paisagem natural simultaneamente assombrosa e deslumbrante. A força das suas águas, empolgadas entre os obstáculos calcários, escavam nas íngremes vertentes diversas cavidades, “são cerca de duas dezenas as cavidades que se abrem, quer ao longo do canhão do rio de Mouros, quer nas vertentes de outro mais pequeno que, a norte, ajuda a isolar *Conimbriga*” (*ibid.*: 29), sobressaindo a “Igreja dos Mouros”, uma gruta com 39 metros de desenvolvimento natural.

Ao mesmo tempo, as águas pluviais infiltram-se no maciço de Sicó e escavam um extenso sistema subterrâneo. Acabam, por fim, por brotar nas baixas áreas marginais, alimentando várias exurgências, umas permanentes e outras temporárias, como a de Alcabideque, dos Olhos de Água do Anços, de Arrifana e do Olho da Mó (*ibid.*: 8). No caso concreto da exurgência de Arrifana, a sua existência assegura o caudal do rio Mouros, tornando-o num curso de água permanente, até aqui variável, e evitando níveis de estiagem extremos (*ibid.*: 47).

2.2. Potencialidades naturais: estabelecimento de comunidades humanas

Procurando não contrariar a orientação deste trabalho, o estudo da paisagem pelo que ela é, recusamo-nos a apresentar o espaço físico apenas como suporte das actividades humanas. Assim, apresentamos os recursos naturais, bióticos e abióticos, como parte integrante, e não dispensável, das actividades humanas, interagindo inclusivamente com estas, para compreender os motivos que incentivaram e impulsionaram o estabelecimento de comunidades humanas nesta região.

Como é óbvio, esta descrição não oferece mais do que um pequeno vislumbre das potencialidades naturais desta região. Este subcapítulo é, portanto, insuficiente para compreender a evolução do(s) ecossistema(s) na longa duração. De qualquer forma, as informações aqui apresentadas resumem, em grande parte, os dados conhecidos.

Entre 5000 e 3000 BP (Before Present) ocorreu uma subida vertiginosa do nível médio das águas do mar que proporcionou a criação de “rias profundas ou estuários, lugares privilegiados para a distribuição humana ocorrida a partir do Mesolítico e Neolítico” (PENAJÓIA, 2012: 27). Deste período, o caso mais elucidativo é a estação arqueológica de Forno de Cal, no concelho de Soure (VILAÇA, 1988: 30-31, 48). Descoberta por António dos Santos Rocha, em 1982, correspondeu durante largos anos ao único sítio português com potencialidade para dar informações sobre a domesticação de animais e economia e alimentação das antigas comunidades humanas. A sua localização junto ao rio Pranto, outrora um “antigo braço do estuário do rio Mondego”, permitiu a exploração e integração dos recursos flúvio-marítimos na dieta alimentar (*ibid.*: 30-31). O sal, precioso recurso económico e elemento primordial no funcionamento biológico dos homens e animais, foi certamente explorado nesta região. Contudo, o seu pleno desenvolvimento pode corresponder à entrada da faixa atlântica na dinâmica comercial e económica do Mediterrâneo com a chegada de comunidades de filiação oriental (ARRUDA e VILAÇA, 2006: 46).

O rio Mondego destaca-se na estruturação das comunidades humanas em redor deste espaço, inserindo-as, simultaneamente, numa perigosa dualidade de prosperidade e calamidade. Com efeito, as frequentes monções e inundações sempre condicionaram a expansão dos estabelecimentos nas margens do rio, todavia, serviam também para rejuvenescer e revitalizar os campos em redor.

Sabemos também da existência de dois modelos ambientais e económicos que demonstram perfeitamente a profunda dicotomia entre o litoral, plano e húmido, e o interior, montanhoso e seco, onde o rio e os seus afluentes cumprem a importante função de elo de ligação entre estas duas distintas realidades. Estes dois modelos ambientais justificam a integração desta paisagem numa economia tipicamente atlântica, graças ao número de aquíferos e sistemas fluviais internos, mas também mediterrânica, com a proliferação de técnicas de cultivo e regas árabes (noras, poços e moinhos hidráulicos), (RIBEIRO, 1945: 83, 113-115). Mas a realidade transcende uma visão puramente económica e funcionalista, materializando-se no próprio terreno. Por um

lado, no interior, em direcção ao maciço de Sicó, a paisagem assume um clima tipicamente mediterrâneo, marcada pela existência de duas estações bem individualizadas, opondo um Verão quente e seco a um Inverno ameno e chuvoso, e duas estações intermédias (CUNHA *et al.* 1996: 6-7). À superfície, típico dos maciços carsificados, encontram-se rochas nuas e vertentes íngremes despidas de água. Perante esta dura paisagem, o modelo de exploração centra-se na pastorícia de gado ovi-caprino, embora sempre em número reduzido, e na agricultura de sequeiro¹ (*ibid.*: 5-6, 59-60).

Por outro lado, nas zonas baixas e banhadas pelo rio e seus afluentes, a paisagem adquire um profundo contraste com a proliferação, provável, de culturas arbóreas: oliveiras, videiras, figueiras e castanheiros (TORRES, 1997: 348); culturas frutícolas: cerejeiras, macieiras, ameixoeiras, pereiras, nespereiras e pessegueiros; culturas hortícolas: alface, favas e cebolas; culturas cerealíferas: trigo, milho, centeio e cevada (*ibid.*; MARTINS, 1940: 103). Sobre o arroz, uma cultura bastante próspera nos actuais terrenos de aluvião do Mondego, sabemos que foi trazida pelos árabes, a partir do séc. VIII d.C., porém, existem dúvidas quanto à sua produção na Alta Idade Média para esta região, já que não é referida na historiografia medieval (RIBEIRO, 1945: 104-115).

Quanto à cobertura vegetal é difícil tecer grandes considerações por factores de ordem antrópica e natural. Os primeiros, relacionados com os arroteamentos de terra medievos, a expansão dos núcleos populacionais e a reflorestação (COELHO, 1989: 41), e os segundos, como resposta da própria natureza às agressões antrópicas, descaracterizam-na por completo. As espécies arbóreas correspondem, actualmente, a uma junção entre o Pinheiro Bravo e o Pinheiro Manso, comuns entre o Mondego e o Sul da Arrábida (RIBEIRO, 1945: 157-158); o Carvalho Cerquinho (ou português), frequentemente associado à Azinheira e ao Sobreiro, e presente(s) na Bacia Inferior do rio Mondego (MARTINS, 1940: 102; CUNHA *et al.* 1996: 11); os Choupos, sobretudo nas áreas baixas de Soure e Verride (*ibid.* 1940: 103); as Acácias (*ibid.*: 104); os Ciprestes e os Eucaliptos, sobretudo nos dias de hoje (CUNHA *et al.* 1996: 28). Já da vegetação arbustiva, que emerge da destruição das espécies anteriormente referidas, conhecemos os carrascais, assim nomeados em razão do predomínio do carrasco (*ibid.*: 12-13); as brenhas, compostas por Heras, Raspa-Língua, Legação, Norça-Preta e

¹ Para tornar possíveis estas actividades, os homens de Sicó socorrem a práticas engenhosas, transformando as dolinas em locais de aprovisionamento de água para o gado e limpando os terrenos pedregosos, formando, assim, pequenos montículos apelidados de “moroços” (CUNHA *et al.* 1996: 6, 59-60).

Madressilvas (*ibid.*); os Tojo; as Urzes; a Torga; o Rosmaninho (*ibid.*: 28; MARTINS, 1940: 105), assim como muitos outros.

Mencionamos ainda a Mata da Bufarda, ou Alfarda, a sudeste de *Conimbriga*. Apesar da destruição, que perdura até aos dias de hoje, apresenta ainda espécies da floresta mediterrânica, outrora predominante nesta região: ao Carvalho Cerquinho, à Azinheira e ao Sobreiro, anteriormente referidos, acrescem o Medronheiro, o Sanguinho-das-Sebes, a Madressilva-Caprina, o Zambujeiro (ou Oliveira Brava) e a Legação (*ibid.* 1996: 28-29).

Em relação aos recursos mineiros, a consulta da Carta Geológica de Portugal, à escala 1:50 000, folha 19-C (Figueira da Foz) e 19-D (Coimbra-Lousã) permitiu identificar, à data da publicação das cartas, respectivamente em 1976 e 2005, um certo número de explorações mineiras, suspensas ou abandonadas, e pedreiras (**Mapa 5**). Na folha 19-C, nas proximidades de Rebolia de Baixo, Alencarce-de-Cima, entre Pinheiro e Fuzeiros e a sul de Gabrieis são referidas explorações mineiras de Caulino, material argiloso utilizado na indústria cerâmica; perto do Casal do Mareco e ainda entre Pinheiro e Fuseiros mencionam-se explorações de Lignito, um carvão de baixo poder calórico. Já na folha 19-D, existem três pedreiras em redor da Ameixeira e duas a este e oeste de Condeixa-a-Velha.

A ausência de cronologias não nos permite avançar na investigação destes espaços, mantendo-se em aberto a questão: até quando podemos remontar a exploração destas pedreiras? Algumas explorações podem ser relativamente recentes; no entanto, outras, como em redor de Condeixa-a-Velha, Ameixeira e Alencarce-de-Cima são, sem dúvida, bastante mais antigas.

Para concluir este subcapítulo, mas também para justificar o extenso texto redigido, apresentamos duas observações de diferentes investigadores que comprovam, a nosso ver, a importância de se conhecer bem a geografia da região objecto de análise: uma, quer o castelo medieval de Soure, como o Crasto pré-romano, a norte, e a *villa* romana de Madalena, a sul, localizam-se sobre os calcários dolomíticos do Liásico (FIGUEIREDO e BANDEIRINHA, 1986: 17); outra, a importância do rio Mondego na estruturação da rede de povoamento foi recentemente observada por Marco Penajoia (2012: 68) ao demonstrar que várias *villae* romanas conhecidas distribuíam-se de forma bastante próxima do rio, inserindo-as na categoria de “*villae ribeirinhas portuárias*”.

3. INFORMAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Terminada a introdução ao espaço, segue-se a apresentação de todos os sítios ou achados arqueológicos conhecidos no interior da área de estudo, tendo contando, exclusivamente, com as informações recolhidas na bibliografia. Trata-se de uma decisão discutível, visto que corremos o risco de perpetuar, inconscientemente, determinados erros ou termos genéricos, como “habitat” (ALARCÃO, 1998: 95). Mas seria igualmente discutível – se não mais, pelo facto de ser uma decisão consciente – reinterpretar e reclassificar os vestígios arqueológicos, contando, unicamente, com os dados bibliográficos, por si só, na maioria das vezes, insuficientes. Correríamos o risco de integrá-los em classificações tipológicas – também discutíveis, sobretudo os termos, mas também a área de propriedade, a organização interna e o regime de posse da terra (LOPES, 2003: 244-246) – desvirtuadas.

Posto isto, realizámos a sistematização de todos os sítios ou achados arqueológicos conhecidos, tendo sido criado um suporte, uma base de dados georreferenciada² para actuais e futuros trabalhos. Tomámos esta decisão porque constatámos, desde o início, que parte da informação estava dispersa e, em alguns repertórios, como o “Portal do Arqueólogo”, desactualizada ou simplesmente não inserida. Mas também precisávamos de conhecer o que estava para além das localidades de Ega, Arrifana e Picota, evitando um perigoso isolacionismo.

3.1. Paleolítico e Epipaleolítico/Mesolítico

Referente ao Paleolítico, são escassos os vestígios arqueológicos concretos (**Mapa 6**). O sítio da Dolina do Vale da Grota, freguesia de Tapéus, no concelho de Soure, e os sítios do Vale das Buracas, na freguesia do Zambujal, e do Abrigo 1 dos Covões, na freguesia do Furadouro, ambos no concelho de Condeixa-a-Nova, são interpretados como locais de indústria lítica (*extraído de*: Portal do Arqueólogo). Existem ainda zonas assinaladas pelo seu potencial arqueológico no concelho de Soure. Ana Margarida Serra Ferreira e Maria Fernanda Lapa (1987: n.º 2, 10) identificaram os locais de Mûredo e Cova do Ladrão (ou Toca do Ladrão), ambas na freguesia de Tapéus. A potencialidade do último viria a comprovar-se, posteriormente, com a exumação de materiais do Mesolítico, Neolítico e do período romano (*extraído de*: Portal do Arqueólogo).

² Consultar PARTE II (3. COMPILAÇÃO DE DADOS).

Fernando Pimenta, Rui Cancela e Joana Galhano (2000: 14-15) recolheram artefactos líticos – um seixo lascado bifacialmente e três lascas (uma em sílex) – no sítio da Quinta da Madalena, na freguesia de Soure

Do Epipaleolítico, embora de forma muito incerta, conhecemos o sítio das Buracas do Casmilo, na freguesia do Zambujal (*extraído de*: Portal do Arqueólogo). Trata-se do único caso de arte rupestre em toda a área de estudo, tornando-o singular em todos os sentidos. No interior do complexo cavernoso foram identificados dois painéis – um, com motivos filiformes; outro, com um dos motivos pintados a corresponder a uma provável forma antropomórfica – em grutas diferentes. Retomando a cronologia proposta, observamo-la atentamente porque às informações excessivamente lacunares acresce a complexidade desta realidade arqueológica, tornando difícil uma proposta cronológica, muito mais em termos absolutos – face à localização dos painéis no interior destes abrigos, poderão integrar o grupo de “arte rupestre dos abrigos sob rocha”, cuja cronologia estende-se desde o Epipaleolítico até ao Calcolítico (ALARCÃO e BARROCA, 2012: 46-48). Relacionando-os com os sítios do Paleolítico, um dos quais com ocupação comprovada do Mesolítico e Neolítico, podemos propor, como simples suposição, uma cronologia semelhante. De facto, estes vestígios estão circunscritos a uma zona bastante homogénea em termos geológicos/paisagísticos e crono-culturais (exceptuando a ocupação romana da Cova do Ladrão).

Do Mesolítico, período dos últimos caçadores-recolectores, temos apenas o já mencionado sítio da Cova do Ladrão (*extraído de*: Portal do Arqueólogo).

3.2. Neolítico

Deste período as evidências arqueológicas são mais abundantes e, por vezes, mais sólidas (**Mapa 7**).

No concelho de Soure, aludimos, uma vez mais, ao sítio da Cova do Ladrão. No “Portal do Arqueólogo” assinala-se aqui um “monumento megalítico formado por uma câmara poligonal (pelo menos seis esteios) e um corredor”. O género de estrutura arqueológica e a presença abundante de vegetação, que não permitiu caracterizar melhor a estrutura aquando da descoberta, obriga-nos a localizar esta informação não no interior, mas nas imediações da (entrada da) Cova do Ladrão. Também na freguesia de Tapéus, na Horta do Paço, conhecemos um achado isolado, um machado de pedra

polida encontrado nos anos 40 do século passado (FERREIRA e LAPA, 1987: n.º 6). Na freguesia de Soure, alude-se à própria localidade de Soure, sendo conhecidos dois machados de pedra polida isolados (*ibid.*). Permanecendo ainda nesta freguesia, referem-se na Quinta da Madalena os topónimos de Anta do Judeu, que perdurou até ao séc. XVI, e Caramoa (ou Crâmoa), que remontaria ao período pré-romano (PIMENTA, 2011: 20, 30).

No concelho de Condeixa-a-Nova, na freguesia de Ega, somos informados das descobertas em Casével, local onde, sobre uma pequena elevação justaposta ao rio de Mouros, foi descoberto um importante achado isolado composto por 140 fragmentos cerâmicos, os quais formaram um recipiente do Neolítico, provavelmente do Neolítico Final, tendo em conta as características crono-culturais da peça, e em Fornos de Castelo, onde refere-se um achado isolado (VILAÇA, 1988: 18, 48). Na freguesia de Condeixa-a-Nova, o conjunto de grutas e abrigos da Eira Pedrinha forneceu materiais atribuíveis ao Neolítico Antigo (*ibid.* 1990: 102-103). Sublinha-se o abrigo principal deste complexo, o Covão d’Almeida, ocupado como necrópole no Neolítico Final e Calcolítico (*ibid.*: 111-114). Voltamos a encontrar indícios do Neolítico avançando em direcção ao rio de Mouros, no local da Várzea (*ibid.* 1988: 48).

3.3. Calcolítico

Em relação ao período da Idade do Cobre, o estado actual da investigação não oferece muitas informações, mas ainda assim existem algumas (**Mapa 8**).

Conhecem-se actualmente três sítios. O povoado pré-romano de *Conimbriga*, na freguesia de Condeixa-a-Velha, cuja origem poderá remontar ao Calcolítico, atendendo aos materiais cerâmicos recolhidos no limite oeste do esporão, no designado “bico” da muralha (ARRUDA, 1988-89: 94), e ao machado plano de cobre (VEIGA, 1891: 155-156 *apud* VILAÇA, 2012: 21). O abrigo do Covão d’Almeida, ocupado como necrópole no III milénio a.C. (VILAÇA, 1990). Já nos restantes abrigos deste complexo, provavelmente relacionada com uma ocupação calcolítica ou do Bronze Inicial, destaque para a única peça metálica até agora conhecida, embora recolhida em circunstâncias imprecisas, um machado plano de cobre do tipo 4B de Monteagudo (MONTEAGUDO, 1977: 56 *apud* VILAÇA, 1990: 102).

Por último, o outeiro do Paço da Ega, na freguesia de Ega, uma elevação implantada sobre a margem ocidental do rio de Mouros, donde são provenientes cerâmicas manuais e nódulos de barro de cabana, denunciando um provável “habitat” do Calcolítico ou da Idade do Bronze (REVEZ, 2012: 52, 55).

3.4. Idade do Bronze

Sobre a presença de comunidades humanas da Idade do Bronze na região existem valiosos vestígios, sobretudo do Bronze Final (**Mapa 9**).

No concelho de Condeixa-a-Nova, assinalam-se três ocupações do Bronze Final, nomeadamente a de *Conimbriga*, do Castelo ou Alto do Castelo (Eira Pedrinha), na freguesia de Condeixa-a-Nova, e de Nossa Senhora do Circo (ou Círculo), na freguesia do Furadouro. Da primeira, indiscutivelmente confirmada, ao artefacto metálico, uma foice do tipo “Rocanes”, bem representada na região com paralelo no “Tesouro do Fundidor”, em Soure, acrescem os materiais cerâmicos³ que comprovam a ocupação do esporão de *Conimbriga* no Bronze Final/I Idade do Ferro, tal como os contactos entre este e os povoados proto-históricos do Baixo Mondego, Castro de Tavarede e a feitoria fenícia (ou de comunidades de filiação oriental) de Santa Olaia (VILAÇA, 2008: 84; 2012: 21).

Da segunda, tratando-se de uma descoberta fortuita, pouco mais podemos acrescentar do que o recente achado de um fragmento de lâmina de “tranchet”. Sabemos, porém, que perto deste local, 800 metros para noroeste, situam-se os já referidos abrigos da Eira Pedrinha, com destaque uma vez mais para o abrigo do Covão d’Almeida, talvez agora com uma utilização diferente (*ibid.* 2012: 21-22). Até ao momento não foram aqui recolhidos artefactos em bronze; no entanto, o material cerâmico recolhido comprova uma ocupação do Bronze Final (*ibid.* 1990: 111).

Da terceira e última, existe apenas um profundo e lamentável desconhecimento. Na verdade, no “Portal do Arqueólogo” é descrito como “um povoado fortificado profundamente alterado por construções recentes (igreja, adro e estrada)” e atribui-se-lhe uma cronologia da Idade do Bronze/Ferro, mas sem precisar os indícios materiais. Infelizmente, pouco mais podemos fazer do que confirmar que este local sofreu importantes alterações topográficas, situando-se a uma cota inferior da original

³ Não esquecendo o conjunto de fíbulas (CORREIA, 1993: 261-265).

(desconhecida), em consequência dos trabalhos que decorreram na área central do povoado para assegurar a protecção da actual capela dos fortes ventos (NEVES, 2008: 439). Em relação à cronologia proposta, impõe-se-nos uma posição neutra: a inexistência de informações arqueológicas, ou de outra natureza, não nos permite refutar ou corroborar a datação do sítio. Deste modo, mantemos a proposta cronológica, mas interpretá-la-emos com bastante prudência.

3.4. Idade do Ferro

Da Idade do Ferro, conhecem-se alguns sítios (**Mapa 10**). Todavia, a parcial ou total ausência de dados, que assombra a maioria das estações arqueológicas, dificulta a compreensão do processo de estabelecimento das comunidades humanas durante este período. Nesta região, os povoados pré-romanos de *Conimbriga* e do Crasto de Soure reúnem as evidências mais significativas, mas, como acima alertámos, não se traduzem qualitativamente, especialmente no último.

Conimbriga, topónimo formado num período bastante antigo, possivelmente anterior ao séc. VIII a.C., e surgido de um indicador topográfico pré-indoeuropeu, tem uma indiscutível ocupação pré-romana (CORREIA, 1993: 276-277), mas é a “herança” dos traços cadastrais proto-históricos na cidade romana de *Conimbriga* a prova mais visível, tornando-a, do ponto de vista ocupacional e morfológico, *suis generis* (CORREIA e ALARCÃO, 2008: 38).

O Crasto de Soure, na freguesia de Soure, topónimo que está em clara sintonia com os povoados do noroeste peninsular, apresenta uma provável ocupação até ao séc. I a.C., mas é ainda mais incerto até onde remonta esta ocupação. Em 1987, a intervenção arqueológica realizada por António Monteiro (1994a) revelou-se bastante frutuosa, tendo sido recolhido uma percentagem bastante significativa de “cerâmica calcítica e de cerâmica cinzenta com decoração”, recuando a ocupação do sítio pelo menos até ao séc. V a.C., com base nos paralelos de Santa Olaia, dos séculos VI-V a.C. (*ibid.* 1994b); quatro fibulas do tipo “transmontano”, datadas entre os séculos IV-II a.C., e uma fíbula anelar, datada dos séculos III-I a.C., ainda que em certos casos alcance o séc. I d.C. (GOULÃO, 1993: 9); dois cossoiros, um alfinete de osso, assim como escassos fragmentos de ânfora e cerâmica doméstica romana (MONTEIRO, 1994a). Na publicação dos dados, mencionou-se, inicialmente, uma ocupação do Bronze Final/Idade do Ferro, tendo em conta o espólio recolhido (que não é especificado), mas,

posteriormente, recuou-se a ocupação desde povoado apenas até ao séc. V a.C. (*ibid.* 1994b)

Mais recentemente, em 2006, o arqueólogo José Costa dos Santos (2008: 61), responsável pela intervenção arqueológica em contexto de salvaguarda na elevação do Crasto, propôs uma cronologia antiga, recuando até à I Idade do Ferro, salvaguardando, porém, algumas reservas. Durante a escavação identificou-se uma estrutura habitacional de forma oblonga, uma provável cabana, escavada no estrato geológico (*ibid.*: 59). De acordo com o arqueólogo responsável, esta estrutura não apresentava indícios de buracos de poste, de materiais pétreos e de “soluções construtivas de influência continental ou mediterrânica” (*ibid.*: 60). Nas sondagens correspondentes à estrutura (2, 2A e 2B), foram recolhidos vários nódulos de argila com negativo da vegetação, relacionados com um provável pavimento, directamente disposto sob a vegetação; um considerável número de fragmentos cerâmicos, vestígios osteológicos, certamente relacionados com a alimentação desta(s) comunidade(s); um menor número de materiais líticos e escória (*ibid.*: 26-50, 59).

Em relação aos materiais cerâmicos, predominam os das tipologias A e F (criadas pelo arqueólogo) quer na sondagem, quer em toda a escavação (*ibid.*: 11-13, 59-60). A tipologia A, a mais representada, é dada a conhecer como uma cerâmica bastante comum na Região Centro, surgindo até no Centro Interior, como no caso do povoado fortificado de Nossa Senhora dos Milagres/Castelo Velho, em Pedrógão Grande, com ocupação do Bronze Final/I Idade do Ferro. Em termos de decoração, destacam-se, em toda a escavação (*ibid.*: 60), dois ou três exemplares com decoração brunida e um (fabrico manual) com decoração estampilhada (*ibid.*: 56, Ilust. 131), sendo este proveniente do deslizamento de terras (2R) contíguas às sondagens 2, 2A e 2B. Destaca-se também um artefacto em bronze, questionando-se a possibilidade de se tratar de uma fíbula (*ibid.*: 25, Ilust. 40). Retomando a proposta cronológica, “a exumação de artefactos líticos em contextos estratigráficos diferentes desta ocupação [leia-se a provável ocupação da I Idade do Ferro] ” levou o arqueólogo José Costa dos Santos a supor uma ocupação humana ainda mais recuada (*ibid.*: 61).

Ao longo dos primeiros anos deste século (2006, 2007, 2009 e 2011) sucederam-se várias intervenções arqueológicas; no entanto, pouco ou nada, excepto os resultados de José Costa dos Santos, adiantaram para a compreensão e/ou salvaguarda deste importante sítio arqueológico (*extraído de*: Portal do Arqueólogo).

Segue-se o Outeiro do Castelo ou Castro do Outeiro, na freguesia de Sebal. Anteriormente referido por Augusto dos Santos Conceição (1983: 219-220), ao mencionar a presença de “louça castreja”, e por Miguel Pessoa (1986: 57-58), só recentemente é que os arqueólogos António Manuel de Carvalho Lima e José Arguello Menéndez (re)localizaram o sítio, observando também a presença abundante de cerâmica de construção (*tegulae* e *imbrices*) romana – contrastando com a total ausência de cerâmica comum – e materiais líticos pré-históricos (*extraído de: Portal do Arqueólogo*). A presença (exclusiva) de cerâmica de construção romana, recolhida em prospecção, não é um indicador seguro do abandono, da permanência ou da sobrevivência deste povoado proto-histórico, requerendo, portanto, cautela nas interpretações cronológicas (LEMOS, 2004: 226).

Terminamos ao mencionar o depósito metálico da Gruta do Medronhal (Arrifana), na freguesia de Ega, descoberto entre 1944 e 1945. De inícios da Idade do Ferro (séc. VIII-VII a.C.), é formado por um conjunto de 36 artefactos de bronze (argolas, braceletes e fíbulas de dupla mola), bem como vestígios ósseos de humanos e animais. De acordo com Raquel Vilaça (2012: 22-23), tratar-se-ia de um contexto fúnebre.

3.6. Período romano

A campanha militar do cônsul *Decimus Iunius Brutus*, terminada em 136 a.C., integrou formalmente a região e o povoado pré-romano de *Conimbriga*, em 138 a.C., no mundo romano (**Mapa 11**). Porém, a transformação deste povoado em cidade romana recua apenas ao período de Augusto, na transição do séc. I a.C. para o séc. I d.C., com um programa de promoção urbanística, possivelmente sob a forma de *contributio* (CORREIA e DE MAN, 2010: 300).

Hierarquicamente inferior, assinala-se o *vicus* de Soure. A relação topográfica e o processo de transformação entre o povoado pré-romano e romano são ainda desconhecidos, reflectindo-se nas distintas propostas. Perante a proposta de António Monteiro (1994b), que localiza o estabelecimento romano na área noroeste e oeste da elevação, Vasco Mantas (1985: 170, 177-178) propõe uma deslocação para áreas próximas da actual vila de Soure, visando usufruir da extraordinária posição, na confluência de eixos viários e fluviais; a nosso ver, as duas hipóteses são plausíveis até prova em contrário.

Em diferentes locais da actual vila de Soure existem vestígios romanos, alguns de importante valor, mas sempre reaproveitados, fora dos contextos originais. A sudeste da elevação do Crasto, recolheu-se uma moeda romana, datada de 90 a 80 a.C., e a sul, próximo da proposta de Vasco Mantas, exumou-se uma grande quantidade de materiais romanos, ainda que sem valor arqueológico porque foram reutilizados para fins de aterro, possivelmente provenientes da área noroeste e oeste, durante a exploração deste local como pedreira na Idade Média (PIMENTA, 2011: 28-29). No castelo medieval e na antiga igreja de Nossa Senhora da Finisterra, recolheu-se uma inscrição funerária, um plinto para uma provável estátua, que remontaria ao séc. I d.C. (CÔRTE-REAL, 1987); fragmentos de um sarcófago, representando em baixo relevo uma cena de caça (ALARCÃO, 1999: 122); um miliário do Imperador Caracala, reutilizado como sepulcro na necrópole medieval da antiga igreja de Nossa Senhora da Finisterra (MANTAS, 1985: 167, 173). No actual cemitério de Soure, recolheram-se fragmentos de coluna de origem romana, de mármore branco e rosa, vindos certamente da demolição, em 1843, da já referida igreja, ou seja, duplamente reaproveitados (PIMENTA, 2011: 34-35). Foram também identificados fragmentos de *tegulae* no vale de Fujaco, a este do Crasto (*ibid.*: 27). Para além destes vestígios, de acordo com a tradição sourense, a Ponte de Baixo, sobre o rio Anços, e a Ponte de Cima, na confluência dos rios Anços e Arunca, foram erguidas sobre duas pontes romanas (CASTELO-BRANCO, 1987: 2).

Em relação às *villae*, constatamos que se localizam em redor dos aglomerados urbanos. Por um lado, a oeste, conhece-se a *villa* da Quinta de S. Tomé, na freguesia de Soure, com mosaicos identificados no Pátio do Solar dos Condes de S. Tomé (ALARCÃO, 1988: 97); a *villa* de Madalena, na freguesia de Soure, onde foram recolhidos numismas do séc. III d.C., uma inscrição dedicada à divindade indígena *Vasecus* e cerâmica de construção romana (*ibid.*: 98; 1999: 127). Mais recentemente, em 2000, aquando uma “ida ao campo”, uma área de dispersão de materiais de 5000 m² confirmou o potencial arqueológico deste sítio enquanto *villa* (PIMENTA *et al.* 2000: 14-15).

Por outro lado, a este, assinala-se a *villa* de Moroços, na freguesia de Ega, com cerâmica doméstica e de construção (*tegulae* e *imbrices*) romana, mosaicos policromos e *tessellae*. Quando o terreno foi surribado, em 1983, verificou-se também a destruição de estruturas e pavimentos de mosaico (ALARCÃO, 1988: 98; PESSOA, 1986: 59); a

villa da Senhora da Piedade (Eira Pedrinha), na freguesia de Condeixa-a-Velha, bastante significativa, em razão dos elementos arquitectónicos – lavores visigóticos e uma pedra de altar – que deixam antever uma provável igreja privada do séc. VII d.C., embora a proveniência destes materiais não seja consensual entre os vários investigadores⁴ (*ibid.* 2004a: 17, 116-117; MACIEL e PESSOA, 1992/1993: 211-218); *villa* de Barrios de Baixo, na freguesia de Ega, um interessante sítio arqueológico que não é considerado como *villa* na maioria da bibliografia. Dispersos por uma área de 5000 a 10 000m², variando de acordo com os autores, encontra-se uma grande quantidade de cerâmica de construção (*tegulae* e *imbrices*), tijolos de coluna, pesos de tear, mós manuais, fragmentos de calcário de Porto de Mós, um fundo de ânfora, um bordo de *dolium*, uma *sigillata hispânica* de boa qualidade de fabrico (Drag. 15/17 do séc. I d.C. ou da primeira metade do séc. II d.C.), de tal forma que Miguel Pessoa (1986: 58-59) interrogou-se sobre a possibilidade deste sítio corresponder à descrição de Pinho Leal sobre Sebal Grande, a norte deste sítio, “...às moedas romanas e ruínas de grandes edifícios”. Posto isto, em resultado da área de dispersão, da abundância de vestígios, observável em vários anos, e da localização, sobre a margem oriental do rio de Mouros, concordamos com a proposta de classificação de Miguel Pessoa e Armando Redentor e Flávio Imperial (1991: n.º 32).

Existem ainda inúmeros vestígios arqueológicos, por vezes significativos, em toda a extensão da área objecto de estudo, completando a ocupação romana desta região.

Perto do *vicus* de Soure, na margem oeste do rio Arunca, recolheram-se cerâmicas domésticas e de construção romanas na elevação de Mucata, na freguesia de Soure (PIMENTA, 2011: 38-39). Continuando, em direcção à cidade de *Conimbriga*, assinala-se a presença romana na Quinta das Nogueiras, no Casal Mareco e na Mata Cabeça (nas imediações de Alencarce-de-Cima), na freguesia de Soure (*ibid.*: 37). Desconhecemos os materiais dos dois primeiros sítios – o que nos permite, inclusivamente, questionar a verossimilhança destes sítios como romanos –, mas, no último, recolheu-se grande quantidade de cerâmica doméstica e de construção (*tegulae*) romana e de escória, bem como pesos de tear, tijolos de coluna e uma mó (*ibid.*; *extraído de*: Portal do Arqueólogo). Nas imediações situa-se a jazida de grés de Alencarce, cuja presença em

⁴ Nem a cronologia. As (re)avaliações de elementos arquitectónicos semelhantes na região, tidos inicialmente como visigóticos, mas recentemente como moçárabes ou pré-românicos, aumentam as incertezas (FERNANDES, 2009: 245-246, Fig. 1-3; REAL, 2014: 24-27, Fig. 2A, 3A-C).

Conimbriga está comprovada em várias mós (PESSOA, 1986: 73; SANTOS e PIRES, 1996: 27-28).

De seguida, em redor da actual vila de Ega, encontraram-se vestígios romanos (**Mapa 12**). No Paço da Ega, foram reutilizadas várias inscrições (ENCARNAÇÃO e CORREIA, 2012), e, nas vertentes do outeiro sobre o qual ele está erguido, identificados materiais romanos (não especificados), (*extraído de*: Portal do Arqueólogo); no largo da vila, nas terras baixas imediatamente a oeste do paço, foi recolhido um fragmento desgastado (bordo) de ânfora Almagro 51C (*ibid.*); na Carreirinha (*ibid.*), a noroeste, e no Casal da Cruz (REDENTOR e IMPERIAL, 1991: n.º 30), a sudeste, recolheram-se cerâmicas domésticas e de construção (*tegulae* e *imbrices*) romanas.

A norte da vila de Ega, mas ainda na freguesia encabeçada pela respectiva localidade, sabemos da existência de materiais romanos em Casal Cuco e Pedrógãos (ALARCÃO, 1988: 97; 2004a: 110). O achado de um denário, datado do final do séc. II/início do séc. I a.C., poderá provir do último local (PESSOA, 1986: 55-57). Na freguesia de Sebal, no sítio de Moira, os vestígios distribuem-se por uma área de 5000 m² e compõem-se de cerâmica doméstica e de construção (*tegulae* e *imbrices*) romana, tijolos de coluna e pesos de tear (*ibid.*: 58; ALARCÃO, 1998: 97).

A sul da vila, conhecemos vestígios da presença romana em Algar, na freguesia de Ega, ainda que de forma muito insegura (PESSOA, 1986: 67). Seguem-se os achados romanos em Fonte Velha (FERREIRA e LAPA, 1987: n.º 5), Vale das Buracas e Cova do Ladrão, na freguesia de Tapéus. Sobre o último sítio, ocupado inicialmente no Mesolítico e Neolítico, sabemos que voltou a ser ocupado em época romana (ou tardo-romana), visível nos vestígios faunísticos, cerâmicas romanas (não especificadas), escória, vidro romano e sete numismas do séc. III d.C. exumados em níveis romanos bem conservados (*extraído de*: Portal do Arqueólogo).

A área de estudo conta ainda com uma obra de arte viária romana, a ponte da Sancha, lançada sobre o rio de Mouros, testemunho directo do itinerário *Olisipo-Conimbriga*. Subsistem alguns vestígios da ponte, nomeadamente “o encontro e o arranque do arco na margem direita”, denunciando uma estrutura com provavelmente 30 m de comprimento e 4,7 m de largura (MANTAS, 1996: 871). Contava ainda com quatro arcos de volta inteira e tabuleiro horizontal, conservando-se no leito do rio

vestígios dos pegões. Já o aparelho construtivo é de alvenaria, do tipo *opusincertum*. Ao contrário do viaduto de *Conimbriga*, a ponte da Sancha é uma estrutura de ligeira construção, deixando prever que, em outros locais mais afastados dos principais aglomerados urbanos, as pontes, caso não fossem simplesmente a vau, seriam ainda mais simples, provavelmente de madeira (*ibid.*: 872).

3.7. Período medieval

Trata-se de um período muito pouco representado, porém, existem indícios significativos, alguns de indiscutível importância, que negam um discurso redutor da época e da ocupação medieval (**Mapa 13**).

Para além da *villa* de Nossa Senhora da Piedade, conhecemos do período suevo-visigótico o anel de bronze achado em Ega (ALMEIDA, 1962: 256, LXI, Fig. 338), os diversos materiais de *Conimbriga* – as sucessivas reavaliações dos materiais, sobretudo cerâmicos, e as fontes históricas, tanto cristãs como muçulmanas, permitem estender confortavelmente a ocupação deste local até ao séc. XII e, provavelmente, ainda durante a Baixa Idade Média (DE MAN, 2006: 143-164, 166) – e o controverso ajimez reaproveitado no castelo medieval de Soure (FERNANDES, 2001). Existem vários ajimezes na estrutura militar de Soure: quatro (ou cinco), integram a primeira fase de construção (ou reconstrução) do castelo, atribuída a D. Sesnando, entre 1065 e 1091, e estão integrados nas paredes este e sul do primeiro andar, o “andar nobre”, enquanto um pertence à segunda fase, da autoria da Ordem do Templo, a partir de 1128, e localiza-se na torre sudoeste (BARROCA, 1996/1997: 183, 184-185). É sobre o último ajimez que os investigadores discordam.

Fernando de Almeida (1966: 413-420) classificou-o como visigótico, datando-o do séc. VII e proveniente de *Conimbriga*. Porém, avaliações posteriores desenvolvidas por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986), João Marujo e Mário Barroca (1996/1997: 185) colocaram-no na primeira metade do séc. XI, em pleno contexto cristão sob domínio muçulmano, classificando-o como um exemplo da arte moçárabe. Embora a presença dos ajimezes seja uma comum artística na cultura moçárabe e da plena aceitação de D. Sesnando pelas suas manifestações artísticas e culturais, conhecem-se indícios que impedem a inquestionável integração da peça no séc. XI. Na opinião de Paulo Almeida Fernandes (2001: 796), as características artísticas da peça

não acompanham a cronologia proposta, já que tematicamente e formalmente prossegue com uma tradição tardo-antiga comum entre Mérida, *Conimbriga* e S. Pedro de la Nave.

Mas persistem ainda outras divergências. Por um lado, a completa discrepância ornamental e técnica entre esta singular peça e as restantes provenientes da igreja construída pelo Presbítero João, no séc. XI, reaproveitadas na (re)edificação do castelo medieval (*ibid.*: 797-798), opondo-se, assim, à proposta de Mário Barroca (1996/1997: 185). Em função disso, não é credível que esta peça seja original do efémero mosteiro doado ao Mosteiro de São Vicente da Vacariça, em 1042, e praticamente desaparecido, ou mesmo destruído, em 1116, aquando os ataques almorávidas – Na *Vita Martini Sauriensesis*, redigida em 1150, é mencionado discretamente, deixando antever um possível abandono (PIMENTA, 2011: 53). Por outro, a presença de um provável *cantharus* (suprimido) ao centro e de duas *patenas crismalis* remetem-nos para um preciso momento litúrgico, a Eucaristia (FERNANDES, 2001: 796, 798). A inclusão destes elementos impede que a peça tenha tido apenas uma função puramente ornamental; devemos antes imaginar uma posição destacada no contexto religioso “em que inicialmente se inseria, com certeza um frontal de altar ou uma placa de iconostasis” (*ibid.*: 798). Acresce também a proximidade estilística com os frisos de *Conimbriga* e de Lorvão (*ibid.*: 796-798; BORGES, 1984: 157).

Estas observações, sobretudo a proximidade estilística com o fragmento de pilastra de *Conimbriga*, guiaram, inicialmente, Paulo Almeida Fernandes (2001) a rejeitar uma cronologia do séc. XI, recuando-a e retirando-o da arte moçárabe. Contudo, posteriormente, o mesmo investigador reavaliou a sua proposta, já que a premissa de a peça conimbrigense ser datada dos séculos IV-V se revelou errada e novos dados vieram comprovar a persistência de esquemas decorativos, aparentemente dominantes (mas não exclusivos) na época visigótica, tal como os cachos de uvas ou os círculos secantes, em épocas posteriores. Portanto, actualmente questiona-se uma provável cronologia entre os séculos IX-X, em contextos moçárabes ou pré-românicos, para as três peças acima referidas (*ibid.* 2009: 245-246, Fig. 1-3; REAL, 2014: 24-27, Fig. 2A, 3B-C). Esta reavaliação está em sintonia com a recusa da tese de Lorvão visigótico e a reinterpretção dos materiais de *Conimbriga*.

Na Igreja de Nossa Senhora da Finisterra foram ainda descobertos, em 1986, dois relevos de época visigótica, ou considerados como tal (CÔRTE-REAL, 1986a *apud*

NEVES *et al.* 2010: 234). De acordo com as informações do “Portal do Arqueólogo”, foram reaproveitados como tampa de um sarcófago.

Da ocupação islâmica, os vestígios arqueológicos são ainda bastante ténues; no entanto, novos resultados vieram obrigar a reapreciar a presença muçulmana nesta região, até aqui circunscritos à cidade de Coimbra (CATARINO, 2005: 204-207; CATARINO e FILIPE, 2006: 73-84) e à vila de Montemor-o-Velho (BARROCA, 2005: 112-117). Em *Conimbriga*, a reinterpretação das produções cerâmicas “identificou um claro núcleo moçárabe, com traços muçulmanos ocasionais” (DE MAN, 2012: 34). Embora os vestígios muçulmanos sejam diminutos contam-se alguns numismas – 11 moedas, as quais, excepto uma imprecisa, datam dos séculos VIII e IX (ALARCÃO, 2004b: 98) –, materiais cerâmicos – entres eles cerâmica pintada, candeias presumivelmente califais, fornos de pão portáteis, etc. (DE MAN, 2012: 35) –, vidrados – no sector do anfiteatro e em unidades bem definidas (*ibid.*) – e enterramentos – vários indivíduos sepultados conforme os preceitos fúnebres islâmicos (ALARCÃO *et al.* 1977: Pl. XCVI, 5 *apud* CATARINO, 2008: 136). De Condeixa-a-Velha, conhece-se um fragmento de uma peça arquitectónica que, segundo Vergílio Correia (1930 *apud* ALARCÃO, 2004b: 103), remontaria ao final séc. X e seria proveniente de Córdova ou esculpida por um artífice dessa cidade.

A oeste desta cidade, no Paço da Ega, encontramos um dos mais esclarecedores exemplos da ocupação islâmica na área objecto de estudo. Salvaguardando alguma da informação para uma fase posterior do trabalho, a intervenção arqueológica de Ana Lima Revez (2012) confirmou a existência de várias ocupações no outeiro onde hoje ergue-se o Paço da Ega, duas das quais inteligivelmente muçulmanas. Surge-nos, assim, uma provável fase emiral associada a uma rudimentar estrutura defensiva, certamente uma cerca rural, e uma fase califal, datada dos séculos X-XI, relacionada com a construção do castelo ou mais precisamente a reconstrução da estrutura militar precedente (*ibid.*: 54). Além da identificação desta fortificação, um *hisn*, exumou-se um conjunto bastante significativo, qualitativamente e quantitativamente, de cerâmica islâmica dos séculos X-XI (*ibid.*: 52).

Avançando no tempo, mas tacteando com maior ou menor precisão, surge-nos o Castelo de Soure. Sendo um tema comum, amplamente conhecido na historiografia medieval portuguesa e objecto de estudo de vários trabalhos regionais, de carácter monográfico, alguns de comprovada qualidade, é surpreendente a fragilidade dos nossos

conhecimentos a respeito deste importante sítio, sobretudo para as fases iniciais. A origem do castelo medieval, se não é ainda hoje desconhecida, é insegura.

Mário Barroca (1996/1997) identificou três fases construtivas: primeira fase, datada do período de governação do território de Coimbra pelo moçárabe D. Sisnando, entre 1065 e 1091, da qual foi responsável pela construção (ou reconstrução) da estrutura defensiva (*ibid.*: 183). Esta primeira fase caracterizava-se por ter uma planta sub-rectangular, provavelmente sem torreões ou cubelos, rasgada por uma ampla porta ao nível do rés-do-chão e um andar superior, um “andar nobre”, do qual são ainda hoje visíveis os apoios na face interior das paredes. Neste nível superior encontram-se, como acima indicámos, quatro (ou cinco) dos ajimezes identificados, todos do séc. XI. Ao nível do rés-do-chão “são visíveis quatro frestas rasgadas na parede leste e uma na parede sul, que conferem um perfil militar à estrutura” (*ibid.*).

Segunda fase, da autoria da Ordem do Templo, ocorreu a partir de 19 Março de 1128, data da doação do castelo e termo de Soure aos Templários, e compreendeu a construção de pelo menos duas torres de planta quadrangular apoiadas, em parte, sobre a anterior muralha sul (*ibid.*: 184). Actualmente apenas se conserva a torre sudoeste, local onde está reaproveitado o contestado ajimez (*ibid.*: 184-185).

Terceira e última fase, já no final do séc. XII, da qual assinala-se a Torre de Menagem, reforçada por um alambor, edificada no limite norte/noroeste da fortificação (*ibid.*: 185-186). Um outro investigador, como Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986: 170), apontou uma cronologia mais antiga, do período muçulmano, tendo afirmado, inclusivamente, que as torres de menagem dos castelos de Soure e Pombal “têm soluções islâmicas nos seus fortes basamentos tronco-piramidais, de ângulos reforçados”. Já Nuno Villamariz Oliveira (2010: 268) colocou a possibilidade do castelo sourense ser uma transformação do antigo mosteiro.

Recentemente, em 2003, decorreu uma intervenção arqueológica no actual largo do castelo, onde outrora se erguia a Igreja de Nossa Senhora de Finisterra (ALMEIDA *et al.* 2012). Esta intervenção colocou a descoberto um troço da antiga muralha medieval, erguida sobre os níveis aluvionares, orientada nordeste/sudoeste. Segundo os responsáveis, este troço partiria da antiga Torre de Menagem (torre noroeste), “onde ainda hoje é possível observar uma pequena porção do arranque deste pano de muralha que traçava claramente a separação entre o interior do castelo e o exterior” (*ibid.*: 26).

Na área escavada identificaram duas estruturas defensivas: um tramo da muralha, bem conservado ao longo de 12,6 m, cuja técnica de construção consistia na criação de dois muros exteriores, preenchidos por uma mistura de pedra e argamassa; outro tramo de muralha, que deixa prever a existência de um torreão. Esta estrutura encontra-se conservada em 1,50 m de altura e 1,40 m de largura. A técnica de construção é semelhante, embora o preenchimento fosse feito “com uma mistura de pedra de dimensões decacentimétricas e argila” (*ibid.*). Entre as duas estruturas defensivas identificaram-se duas estruturas de combustão, as quais se sobreponha um pavimento em argila cozida.

Já a estratigrafia forneceu os dados necessários para contextualizar este troço. Durante a construção (ou reconstrução) da necrópole da igreja de Nossa Senhora da Finisterra, no séc. XII (segundo as fontes históricas em 1138), este troço amuralhado encontrava-se já desactivado. Surpreendentemente, a destruição causada pelo incêndio do castelo de Soure, incendiado e abandonado pela própria população durante os ataques almorávidas, de 1117, está comprovada por um conjunto de níveis sedimentares antrópicos (nível de incêndio) e naturais, sobre os quais viria a erguer-se a necrópole (*ibid.* 20, 26-27).

Posto isto, sabemos que o actual castelo de Soure é apenas uma pequena parte da primitiva fortificação do tempo de D. Sesnando, “provavelmente, o último reduto de defesa em época medieval, que em época moderna se transformou num edifício de tipo paço” (*ibid.*: 26).

A nascente de Soure, encontramos outro castelo medieval, o Paço da Ega. Tradicionalmente atribuído à Ordem do Templo, sabemos hoje que a fortificação foi originalmente erigida no período islâmico.

4. INFORMAÇÕES HISTÓRICAS

4.1. Introdução

Na elaboração desta dissertação utilizámos várias fontes. Regra geral, não procurámos consultar as fontes primárias porque não temos conhecimentos de Paleografia para as manusear correctamente. Desta forma, privilegiámos os trabalhos que republicaram as fontes primárias, sobretudo locais, como as monografias. A própria dissertação, assim como os objectivos estabelecidos, determinaram a recolha de fontes de carácter geral e específico.

A partir das informações recolhidas apresentamos uma breve descrição histórica da região. Não pretendemos desenvolver uma descrição minuciosa dos acontecimentos, mas antes criar um suporte documental capaz de expor e de contextualizar a ocupação humana e as transformações político-territoriais (privilegiámos estas) da área de estudo. Sempre que necessário, mencionamos também acontecimentos histórico-políticos que ultrapassam a escala de estudo ou, inclusivamente, da Península Ibérica.

Seleccionámos a transição do II para o I milénio a.C., Bronze Final, porque representou, de facto, uma viragem social, económica e política nas comunidades humanas, na qual o poder, obtido através do metal – controlo e fabrico – provocou o surgimento de núcleos populacionais em sítios de domínio visual, de contactos inter-regionais e de estratificação social (VILAÇA, 2012: 18). Sabemos hoje que o fenómeno de emergência das primeiras planimetrias (trama viária, trama parcelária e rede de habitat) surgiu no final da Idade do Bronze/ I Idade do Ferro e prolongou-se até ao séc. II d.C., ainda que em certos casos até à Alta Idade Média⁵. Todavia, a fase mais activa deste dinâmico fenómeno decorreu entre a II Idade do Ferro e o séc. II d.C. (CHOUQUER, 2005: 30-31).

4.2. Descrição histórica

Traçar a história desta região, mesmo em traços gerais, em períodos recuados é uma tarefa difícil, visto que à medida que recuamos para períodos muito antigos, como é o caso do Bronze Final, as fontes escritas deixam de existir. Grande parte do conhecimento actual sobre a história pré-romana da Península Ibérica, sobretudo das

⁵ Como confirmam as escavações de Montours, no Noroeste de França (LAVIGNE, 2003: 163-166, Fig. 18).

regiões litorais, deve-se aos autores clássicos, ainda que seja necessário especial prudência no seu manuseamento. Com efeito, as obras dos autores gregos e romanos correspondem sempre a cópias dos textos originais, tendo naturalmente imprecisões e erros; foram redigidas em épocas bastante posteriores aos acontecimentos que narram; são frequentemente acompanhadas por preconceitos étnicos e culturais, especialmente em relação aos povos do Norte peninsular (FABIÃO, 1997: 120).

Para as épocas mais recuadas, a *Orla Marítima* de Avieno, um poema do séc. IV d.C., do qual apenas chegou até nós a parte referente à Península Ibérica, elaborado maioritariamente a partir das memórias de um navegador grego de *Massália* (actual Marselha) que as compilou por volta de 520 a.C., as *Histórias* de Heródoto de Halicarnasso, datáveis da segunda metade do séc. V a.C., e a referência ao mito fundador do reino de Tartessos, a primeira estrutura política peninsular mencionada na fontes históricas, por parte do historiador Justino, no séc. II d.C., são as principais fontes (*ibid.*: 81, 111 e 113). Progredindo, a *Geografia* (livro III) de Estrabão, datada do final do séc. I a.C., e a *História Natural* de Plínio, concluída em 77 d.C., informam-nos dos traços étnico-culturais que os romanos encontraram na península. Sobressai a descrição do Ocidente da Lusitânia deixada por Plínio, principalmente quando falamos da rede viária desta região (MANTAS, 1996: 854), “*A Durio Lusitania incipit. Turduli veteres, Paesuri, flumen Vagia, oppidum Talabrica, oppidum et flumem [Munda] Aeminium, oppida Conimbriga, Collipo, Ebuobrittium (...)*” (GUERRA, 1995: 32).

Como acima indicámos, utilizando as fontes historiográficas conseguimos apenas traçar superficialmente a evolução das comunidades peninsulares ao longo do I milénio a.C. É, pois, fundamental contar com os resultados arqueológicos, que infelizmente ainda rareiam, para melhor compreender este longo e dinâmico período.

Do Bronze Final, julgamos reconhecer a integração do povoado pré-romano de *Conimbriga* no “movimento pendular do Bronze Final entre a Península, o Atlântico e o Mediterrâneo” (VILAÇA, 2006: 49) que antecipou a chegada e instalação de comunidades orientais (CORREIA, 1993).

Da Idade do Ferro, a feitoria fenícia de Santa Olaia, no séc. VII a.C. (PEREIRA, 1993: 283, 300), representou a plena entrada da região do Mondego no movimento comercial e cultural entre o Atlântico e o Mediterrâneo, respondendo às necessidades funcionais e económicas das populações orientais como ponto de escala na navegação e

centro nevrálgico de troca e captação de recursos (VILAÇA, 2006: 51). A importância desta feitoria, entre os séculos VII-VI a.C., comprova-se nos materiais encontrados nos sítios proto-históricos em redor do rio Mondego: em *Conimbriga* (CORREIA, 1993: 229, 278-283), no Castro de Tavadere (PEREIRA, 1996), no Castro de Soure (MONTEIRO, 1994b: 103-109), embora este ainda pouco esclarecido, e nos vários casais rurais (PEREIRA, 1993/1994: 84-85). Posteriormente, a partir do séc. VI a.C., importantes reajustamentos manifestaram-se no Mediterrâneo – queda de Tiro para Nabucodonosor, em 573 a.C.; batalha da Alalia, em 535 a.C.; início da expansão cartaginesa e uma reestruturação das sociedades peninsulares –, levando à retracção dos contactos orientais com o litoral atlântico (VILAÇA, 2006: 53). No caso concreto do povoado pré-romano *Conimbriga*, foi necessário esperar até ao séc. III a.C., com as importações de ânforas neopúnicas e de cerâmicas campanienses, para reconhecer a reintegração desta área no comércio mediterrânico (CORREIA, 1993: 299). Porém, para alguns povoados a retracção foi sinónimo de término, como foi o caso do Castro de Tavadere (PEREIRA, 1996: 403-404).

Com o conflito que opôs Roma e Cartago pela luta da hegemonia do Mediterrâneo Ocidental, durante a II Guerra Púnica, assistiu-se à reentrada desta região no movimento cultural estabelecido anteriormente. A presença romana na Península Ibérica, ainda limitada às regiões meridionais, determinou a criação de duas unidades provinciais, a *Hispania Citerior*, a oriente, e a *Hispania Ulterior*, a ocidente. Foi o governador da província ocidental, *Decimus Junius Brutus*, protagonista da primeira grande campanha militar romana no actual território nacional, que colocou nominalmente o povoado pré-romano de *Conimbriga* e a região do Mondego sob a égide romana.

A verdadeira integração destes territórios no Império data do governo de Augusto, tendo decorrido uma completa reestruturação territorial e administrativa, embora não seja consensual o exacto momento (CARVALHO, 2007: 94), da qual emergiram novas unidades administrativas. No nosso caso concreto, referimo-nos à província da *Lusitania*, encabeçada pela cidade romana de *Augusta Emerita* (Mérida). O território provincial encontrava-se repartido hierarquicamente por *conventus* – *Emeritensis* (Mérida), *Scallabitanus* (Santarém) e *Pacensis* (Beja) – e *civitates*. Na área de estudo, a *civitas* de *Conimbriga* integrava o *conventus Scallabitanus*. Avançando no tempo, sob Diocleciano, entre 284 e 288, operou-se uma nova reorganização administrativa que decretou a divisão da Península Ibérica em cinco províncias, às quais se acrescentou

uma outra localizada no Norte de África (FABIÃO, 1997: 226). Não obstante, o território da província da Lusitânia não parece ter sofrido qualquer alteração.

A partir do séc. V d.C., a situação da península, até aí relativamente estável, alterou-se significativamente com a entrada e fixação dos povos germânicos, bem como a incapacidade das instituições romanas. De facto, logo em 430, parte da *Lusitania* e da *Callaecia* correspondiam ao reino Suevo (430-585), com fronteira nas dioceses de *Asturica*, *Egitania* e *Conimbriga*. Segundo Idácio de Chaves, escassos anos depois, provavelmente em 465, *Conimbriga* foi atacada pelos Suevos. Porém, em 585, esta área encontrava-se já sob o domínio visigótico, por intermédio do rei Leovigildo (525-586). É durante este período que se deu o processo de transferência episcopal da cidade de *Conimbriga*, substituída por *Aeminium*, que se torna diocese eclesiástica de *Iminio*. Da cidade de *Iminio*, praticamente não dispomos de dados, mas sabemos que com Recaredo, a partir do 589, após o Concílio de Toledo, a cidade era já residência dos bispos eminienses (BORGES, 1984: 145 e 157-158), bem como local de cunhagem de moeda nos reinados de Recaredo (586-601), Liúva II (601-603), Sisebuto (612-621) e Chintila (639-640), (ALARCÃO, 2004a: 17).

Entretanto, no ano de 711, após a vitória dos Berberes na batalha de Guadalete, inicia-se a conquista de Al-Andalus, sob comando de Tárique Ibne Ziate, seguida, a partir de 712/713, da vinda dos exércitos árabes de Musa Ibn Nusair, Vali da Ifríquia. Em 713, ocorreu a conquista muçulmana do Ocidente peninsular, na qual a região de Coimbra terá pactuado com Abd Al-Aziz, filho de Musa, entre 713-714. A historiografia indica que a ocupação foi celebrada por pacto de capitulação com o conde Aidulfo, suposto descendente de Vitiza e membro da família real visigótica, facto que, tal como aconteceu no território de Teodomiro, permitiu a manutenção dos antigos poderes e a instalação da sua capital em *Conimbriga* (CATARINO, 2005: 203). *Iminio*, agora designada de *Madinat Qulumbriya*, seria capital de uma comarca de fronteira, certamente um vasto distrito (*amal/iqlim*) governado por um *amil*, a partir do reinado de Hakam I, emir de Córdova (*ibid.*). Este amplo território, que compreendia a antiga diocese visigótica, ia desde o rio Antuã (paróquia de *Antunane*) e Sever do Vouga até ao rio Nabão, onde a antiga paróquia de *Selio* (antiga *civitas* romana de *Sellium*) era agora designada por *Thamara* (Tomar), (CATARINO, 2008: 135).

Enquanto território de fronteira e palco de lealdades duvidosas, moçárabes e berberes, as situações de conflito e razias eram constantes. Entre 794 e 796, Coimbra foi

alvo de saque por parte de Abd Al-Malik, só sendo recuperada por Hisham, filho de Hakam I, entre 808-809 (ALARCÃO, 2004a: 18). No entanto, em 875-876, em plena *Fitna*, a cidade foi novamente território de dissidentes, nomeadamente de Sa'dun Al-Surumbaqi, apoiante do *muladi* Ibn Marwan, *O Galego*. Foi durante este período de instabilidade que ocorreu a primeira reconquista de Coimbra, por intermédio do conde Hermenegildo Guterres durante as Presúrias de Afonso III (*ibid.*; CATARINO, 2005: 204). Foi ainda durante o reinado deste rei cristão, ou no fim deste, que ocorreu a reorganização dos territórios em *civitates* (BARROCA, 2004: 189). Na nossa área de estudo, Coimbra era, desde 878, sede de *civitas*; Montemor-o-Velho provavelmente também o seria (*ibid.*: 188). Simultaneamente, ocorreu um movimento migratório no sentido de “repopoar” os novos territórios conquistados, justificando a vinda de vários galegos, “ricos-homens”, entre os quais Lucídio Vimaranes e Guterres Mendes (ALARCÃO, 2004a: 19).

Em 929, Abd Al-Rahman III instaurou o Califado Omíada de Córdoba, dando assim um novo fôlego ao poder central cordovês. Contudo, Coimbra mantém-se como cidade cristã até que foi recuperada pelas forças de Al-Mansur: na vigésima sexta campanha, em 986, é conquistada Condeixa-a-Velha (*Qubdiyaysa*); na vigésima oitava campanha, em 987, é conquistada a cidade de Coimbra; na trigésima quinta campanha, em 990, é tomado o castelo de Montemor-o-Velho (CATARINO, 2005: 204).

No início do séc. XI, a instabilidade que ameaçava o Al-Andalus teve fortes repercussões no enfraquecimento do estado muçulmano, especialmente no *Gharb*. O enfraquecimento e a posterior fragmentação do Califado de Córdoba, entre 1009 e 1031, em pequenos emiratos e reinos, de carácter tribal e étnico, designados por Taifas (*muluk at-tawa if*), assim como as constantes guerras civis entre as várias facções, favoreceram o avanço cristão. No Gharb Al-Andalus, rapidamente os berberes Aftácidas de Badajoz formaram, entre 1013/1016 e 1094, um vasto reino, no qual a cidade de Coimbra ocupava uma posição fronteiriça. Esta fragilidade de Al-Andalus, dividido em pequenos reinos taifas, permitiu que Fernando I, rei de Castela e Leão, alcançasse a linha do Mondego com a reconquista definitiva de Coimbra, em 1064, e das povoações de Montemor-o-Velho e Soure, agora baluartes das posições cristãs. À frente da sua governação ficou o moçárabe D. Sesnando, antigo vizir de Al-Mutadid e primeiro governador de Toledo cristã, a partir 1085 (TORRES, 1997: 379).

O documento mais antigo referente à povoação de Soure data de 4 de Setembro de 1043, correspondendo à doação do pequeno mosteiro de *Saurio* (Soure) ao Mosteiro de São Vicente da Vacariça, pelo presbítero João e os seus irmãos Sisnando, Ordonho e Zalama (PIMENTA, 2011: 49). Data de 1111 a primeira carta de foral confirmada à povoação, por D. Teresa e D. Henrique (*ibid.*). Posteriormente, a 19 de Março de 1128, o castelo de Soure foi doado à Ordem do Templo, tratando-se, de facto, da primeira referência sobre a ordem templária em território nacional (BARROCA, 2001: 535-536). Com a doação, Soure assume-se como centro nevrálgico de um vasto território estruturado em torno da via romana *Olisipo-Bracara Augusta* e da capital régia de Coimbra, confirmada a partir de 1131 (*ibid.*). Enveredando por funções militares, a defesa desta vasta região materializou-se no restauro do castelo medieval de Soure e fundação das povoações de Ega – embora neste caso concreto saibamos, agora, tratar-se de uma refundação –, Redinha e Pombal. A preocupação militar não foi alheia ao ressurgimento do perigo muçulmano, especialmente após a reunificação de Al-Andalus sob a égide do império magrebino: entre 1113 e 1121, foram constantes as incursões almorávidas nas zonas costeiras, levadas a cabo pelos Banu Maymun, chefes da frota almorávida (ALARCÃO, 2004a: 32); em 1116, no seguimento de uma poderosa incursão nesta região, na qual foram destruídos os castelos de Miranda do Corvo e Santa Eulália, a população de Soure incendiou o castelo e refugiou-se na cidade de Coimbra (PIMENTA, 2011: 63); em 1117, uma nova incursão assediou novamente esta região, cercando Coimbra durante três semanas (*ibid.*).

Sobre a localidade de Ega, sabemos que a sua existência é anterior a 1156, estando assegurada pela carta de foral outorgada pelo mestre D. Gualdim Pais, emitida em 1159, e pela posição de D. Afonso Henriques durante o conflito eclesiástico entre a Ordem do Templo e a Sé de Coimbra (CONCEIÇÃO, 2012: 30). Posteriormente, a 1 de Setembro de 1231, recebeu nova carta de foral por ordem do mestre D. Estevão Belmonte (MATOSO, 1970: 11). Com a extinção da Ordem do Templo, iniciou-se um processo de refundação eclesiástica que culminou na criação da Ordem de Cristo por acção de D. Dinis. Emanada por bula papal “*Ad ea exquibus*”, pelo Papa João XXII, esta nova instituição é criada a 14 de Março de 1319 (CONCEIÇÃO, 2012: 36). Ainda nesse ano, no mês de Junho, as povoações de Soure, Ega, Redinha e Pombal foram entregues à recente Ordem de Cristo (*ibid.*). Com a deslocação da fronteira para zonas meridionais, esta região perdeu gradualmente a sua importância estratégica, tornando-se

num importante senhorio agrícola – Comenda. De facto, a 6 de Março de 1508, aquando os *Autos de Visitação*, a comenda de Ega, comenda-mor da Ordem de Cristo, viu os seus bens inscritos no Tombo. Ainda no alvor da Idade Moderna, a 25 de Fevereiro de 1514, D. Manuel I concedeu à vila nova carta de foral (MATOSO, 1970: 22-23).

Com o desenrolar dos acontecimentos, a vila e o termo de Ega, ao qual pertencem as localidades de Arrifana e Picota, mencionadas várias vezes na documentação da Idade Moderna, inscreveram-se em novos capítulos. A partir 1834, em razão da extinção das ordens religiosas, o Paço da Ega passou por vários proprietários privados. Em 1836, é extinto o concelho de Ega em prol do novo concelho de Condeixa-a-Nova (NEVES, 2008: 19).

PARTE II

EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA

Alguns leitores mais atentos, talvez familiarizados com a Arqueologia da Paisagem de tradição francesa, sobretudo das últimas duas décadas do século passado, ou com a recente disciplina de Arqueogeografia, terão reconhecido alguns investigadores franceses proeminentes; terão também questionado as razões, tendo em conta o enquadramento desta dissertação na temática de Arqueologia Medieval e Moderna, que nos guiaram até esses investigadores. Posto isto, seguem-se os princípios epistemológicos e metodológicos, explicando-os e justificando-os, que nos guiaram.

1. O TRAÇAR DE UM PERCURSO

1.1. A integração do espaço das sociedades antigas na investigação arqueológica

De forma muito sucinta, descrevemos a entrada do espaço das sociedades antigas nas diferentes correntes e disciplinas, as quais surgiram da interacção da Arqueologia com outras ciências, e o aparecimento do termo paisagem na investigação.

A Arqueologia histórico-culturalista, dominante até à década de 60 do século passado, mantém-se, ainda hoje, como uma das principais correntes arqueológicas. Como é de conhecimento geral, carece de uma abordagem concreta ao espaço das sociedades antigas, limitando-se a elaborar mapas de distribuição para delimitar as áreas geográficas das culturas – a definição das culturas é um dos objectos principais – e a analisar sumariamente os fenómenos de circulação de bens (ALARCÃO, 1996: 10, 14).

No final da década de 60, como resposta ao paradigma anterior, emergiu da Nova Arqueologia (*New Archaeology*), igualmente conhecida por Arqueologia processual, uma nova disciplina: a Arqueologia Espacial (*Spatial Archaeology*), a qual integrava métodos de análise da Geografia, como Thiessen e von Thünen, e mostrava interesse pelos estudos regionais (*ibid.*: 11-14). Com a entrada da Ecologia Cultural (materialista), como pilar epistemológico, na Nova Arqueologia, a cultura surgia como uma adaptação ao meio ambiente, cujas transformações determinavam frequentemente

mudanças culturais (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2006b: 30). Não obstante, não correspondia a um simples determinismo ambiental, que determinaria a evolução (social) das sociedades, mas a uma contínua e dinâmica interacção entre os sistemas socioculturais e ambientais (*ibid.*). Exemplificando, a exploração de recursos explicava-se por factores ecológicos e demográficos, ou seja, os comportamentos económicos adaptavam-se ao ambiente e a intensificação da produção surgia de um crescimento demográfico (ALARCÃO, 1996: 41-42). Segundo Ricardo Villaescusa (2006b: 30), este processo conduzia-nos ao materialismo cultural de Marvin Harris, de clara inspiração marxista.

Esta posição epistemológica determinou uma prática arqueológica além do(s) sítio(s) arqueológico(s), procurando compreender, sob a forma de padrões, a relação entre as sociedades e o meio ambiente. A Arqueologia surgia como uma Ecologia Humana e a sua execução com uma Geoarqueologia (*ibid.*), a qual integrou um vasto conjunto de técnicas, métodos e vocabulários das Ciências da Terra, como a Pedologia, a Geografia Física e a Climatologia, e das Ciências Geológicas, como a Sedimentologia, a Estratigrafia e a Petrologia (ANGELUCCI, 2003: 36). Acresciam ainda outras disciplinas, como a Arqueozoologia e a Arqueobotânica. Em Portugal, a partir dos anos 80 assinalam-se o Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, o Grupo para o Estudo do Paleolítico Português e o Laboratório de Paleoecologia e Estratigrafia, este último principal responsável por projectos de Arqueobotânica, Arqueozoologia e Geomorfologia no nosso país (*ibid.*: 40).

Reconhecendo o desgaste da Nova Arqueologia, especialmente na abordagem excessivamente economicista e funcionalista sobre as sociedades pré-industriais, o *post-modernismo*, sob a forma da Arqueologia contextual (ou interpretativa), promulgou uma Arqueologia da Paisagem (*Landscape Archaeology*), reflectindo sobre a dimensão social e simbólica das paisagens, centrando-se, então, na capacidade transformadora das comunidades humanas (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2006b: 31). Em função disso, recorreu-se a uma interpretação fenomenológica.

Distinto investigador, Felipe Criado Boado (1999: 5) interpretou a Arqueologia da Paisagem como “*producto socio-cultural creado por la objetivación, sobre el medio y en términos espaciales, de la acción social* [a qual é constituída por práticas sociais e pela própria vida social] *tanto de carácter material como imaginario*”; o estudo deste fenómeno, segundo uma perspectiva arqueológica, prescrevia a existência da própria

Arqueologia da Paisagem (*ibid.*: 6). Propôs também uma metodologia de análise, partindo da antropologia estruturalista, que aplicou no estudo da paisagem megalítica do Noroeste peninsular (*ibid.*: 13).

Nesta excelente reflexão, denunciou ainda o saber herdado da Modernidade (empirismo, positivismo e funcionalismo), cuja força tirânica se apoderou, inicialmente, das ciências exactas e, posteriormente, das ciências sociais e humanas, como comprovam os exemplos da Arqueologia, como disciplina, e da paisagem, como problemática de estudo: um, procura fenómenos reais e explicações científicas, sobretudo na Nova Arqueologia, sucessora da Arqueologia histórico-culturalista, tradicionalmente humanista⁶; outro, assume uma aproximação empírica ao incidir em dimensões físicas e na aplicação de estratégias positivistas. Da junção destes dois exemplos resulta a Arqueologia da Paisagem (*ibid.*: 2-5).

O quadro não estaria completo sem mencionar a Arqueologia da Paisagem de tradição francesa (*Archéologie du Paysage*). Começamos com a opinião de Ricardo Villaescusa (2006a: 72-73; 2006b: 32, 34), para quem, recusando as ideias de Julián M. Ortega, esta Arqueologia da Paisagem não é, de todo, uma resposta global da Escola dos *Annales* à Arqueologia Espacial: uma arqueologia global (economia, sociedade, cultura, etc.) com base no ressurgimento *braudeliano*⁷ e em torno da Geografia e da longa duração. Não desvalorizando a Arqueologia Espacial em França, como sublinhou Ricardo Villaescusa, o seu desenvolvimento, nos anos 70, é posterior aos primeiros trabalhos relacionados com o estudo das “paisagens” (no sentido amplo do termo), com destaque para John Bradford com *Ancient Landscapes. Studies in Field Archaeology*, em 1957. Portanto, da resposta de uma disciplina à outra, surge a confluência de disciplinas, num determinado momento, com preocupações semelhantes.

Entre 1976 e 1977, com destaque para o colóquio *Archéologie du Paysage*, Raymond Chevallier contribuiu para o surgimento da Arqueologia da Paisagem de tradição francesa – embora prematuramente, visto que esta não emergiu como disciplina autónoma, já que os investigadores não sabiam como substituir os objectos (e por quais)

⁶ No caso da Nova Arqueologia, os conceitos de sociedade/cultura (sistema), de sujeito (oposto da Natureza), e de acção social (adaptação) denunciam uma estreita relação entre o poder burguês – alicerçado na representação do Homem no Humanismo como ser individual, independente e autónomo; portanto, contrário às restrições da sociedade do Antigo Regime – e as ciências sociais e humanas (CRIADO BOADO, 1999: 3).

⁷ Do historiador estruturalista Fernand Braudel.

usados nas problemáticas geográficas e geohistóricas (CHOUQUER, 2003: 15) –, propondo uma nova forma de observar o espaço rural, do qual era possível reconstituir a sua dimensão histórica através dos traços fósseis; portanto, propondo uma paisagem em palimpsesto (WATTEAUX, 2011b).

Esta abordagem premiava principalmente a consulta de fotografias aéreas verticais de grande altitude, discordando do uso sistemático das fotografias aéreas oblíquas de baixa altitude. O recurso às fotografias aéreas oblíquas era comum nos países do Norte da Europa, os quais beneficiavam das singulares características geo-pedológicas, sendo uma área científica durante muito tempo quase exclusiva dos investigadores anglo-saxónicos e relacionada com o desenvolvimento da *Field Archaeology*, centrada na procura de “sítios excepcionais”, mas comprovando a possibilidade de observar formas (vias, parcelários, recintos, etc.) para além destes sítios arqueológicos (ROBERT, 2011: 76). A título de exemplo, em Inglaterra cunhou-se o termo “*Celtic Fields*”, actualmente muito discutido pelas suas implicações étnico-cronológicas, enquanto na Alemanha criou-se a designação “*Kammerfluren*” (CHOUQUER e FAVORY, 1991: 57).

Em França, a ideia, infundada, de que as características dos solos não eram apropriadas para o uso das fotografias aéreas persistiu até muito tarde. Com efeito, só a partir de 1963, por ocasião de um colóquio organizado por Raymond Chevallier, é que os arqueólogos franceses começaram a utilizar as fotografias aéreas oblíquas. Apesar deste início trémulo, a partir dos anos 70, em virtude da política patrimonial francesa, orientada para a identificação de sítios arqueológicos, tornaram-se usuais na investigação arqueológica. Como consequência, privilegiaram-se as fotografias aéreas oblíquas de baixa altitude e os sítios arqueológicos em detrimento das verticais de grande altitude e das redes planimétricas, opondo-se, inclusivamente, às investigações de Raymond Chevallier e Jean Baradez⁸, que recorreram comumente às fotografias aéreas verticais, por vezes articulando-as com as oblíquas, não tanto para analisar sítios arqueológicos, mas mais as redes viárias e parcelárias, sobre as quais se podiam inserir os sítios (ROBERT, 2011: 76-77) – como pertinentemente comentou Ricardo Villaescusa (2006b: 32), “*estamos hablando de las formas de los paisajes y estructuras*

⁸ Jean Baradez, em 1949, estudou a antiga organização militar no Sul da Argélia. Raymond Chevallier, entre 1947-1951, elaborou o *Atlas des centuriations romaines de Tunisie*, tendo continuado nas décadas seguintes com inúmeros trabalhos sobre as centuriae romanas em redor do Mediterrâneo (ROBERT, 2011: 76). Recuando, estes trabalhos são anteriores ao de John Bradford, em 1957, sobre as centuriae romanas em Itália, França, Tunísia e ex-Jugoslávia, embora não utilizando o termo “paisagem”.

agrarias ligadas a la explotación agrícola. Algo bien diferente, en origen, de la landscape archaeology anglosajona". Ou seja, com enfoque na evolução da ocupação do solo.

A partir da década 70, os estudos sobre as centurições romanas, objectos até aí incorrectamente identificados pelos geógrafos, estimularam um intenso debate a respeito da análise das formas planimétricas, tendo contribuído, surpreendentemente, para o desenvolvimento dos estudos sobre os parcelários medievais (CHOUQUER, 2003: 14; GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2002: 60). Proveniente da Escola de Besançon, Gérard Chouquer, François Favory e Monique Clavel-Lévêque desenvolveram, ao longo dos anos 80, uma nova disciplina, Arqueomorfologia (*Archéomorphologie*), responsável por rigorosas análises das formas das paisagens antigas (*ibid.* 2006b: 32-34). Ainda nesta década, influenciaram a investigação das centurições romanas em Espanha (*ibid.* 2006a: 73-74).

Em 1982, no congresso *La prospection archéologique, paysage et peuplement*, organizado por Alain Ferdière e Élisabeth Zadora-Rio, confirmou-se o interesse por uma prática arqueológica *hors-site*, sob a influência da Arqueologia Espacial anglo-saxónica⁹, inaugurando, assim, a entrada dos arqueólogos, responsáveis por associar às intervenções arqueológicas as prospecções, no estudo das paisagens (LEVEAU, 2005: 13; ROBERT 2003a: 177). A multiplicação das intervenções arqueológicas na transição das décadas de 80 e 90, em resultado do crescimento da Arqueologia Preventiva, permitiu escavar inúmeras formas (caminhos, limites parcelários, fossas, etc.) identificadas por carto e foto-interpretação. Apesar das vantagens, o uso incorrecto e sistemático das fotografias aéreas, das técnicas de foto-interpretação e das sondagens arqueológicas criou erros metodológicos, culminando na ideia que caberia aos arqueólogos validar (corroborando ou refutando) as observações dos historiadores foto-interpretas (*ibid.* 2006b: 41-53).

Não obstante os "erros", esta fase contribuiu para a emancipação da Arqueologia Agrária francesa (*Archéologie Agraire*), ainda que tardiamente em relação aos países da Europa do Norte. Esta disciplina, intrinsecamente relacionada com o colóquio *Pour une*

⁹ A partir da década de 80 e 90 retomaram-se as análises espaciais, principalmente entre os proto-historiadores, perante a ausência de documentos escritos e cartográficos para este período, no entanto, não sob a designação de Arqueologia Espacial, denunciando o desinteresse (leia-se, a crítica) para com a Nova Arqueologia: *Des oppida aux métropoles* corresponde, sem dúvida, a um trabalho de Arqueologia Espacial, mas os autores preferiram falar de "*techniques de l'analyse spatiale*" (WATTEAUX, 2011b).

archéologie agraire: à la croisée des sciences de l'homme et de la nature, organizado por Jean Guilaine, debruçou-se sobre as paisagens rurais e práticas de cultivo, assim como a influência antrópica no meio ambiente, beneficiando da Geoarqueologia, direccionada para a confirmação das formas, identificadas por foto-interpretação, e a compreensão das complexas transformações da paisagem (LEVEAU, 2005: 13; WATTEAUX, 2011b). No entender de Ricardo Villaescusa (2002: 62), a Arqueologia da Paisagem “*sería, pues, una metodología que permitiría una reconstrucción del marco natural y de la interacción que las sociedades mantienen con el medio*”, enquanto a paisagem era entendida como um produto social, tratando-se do resultado da presença (e interacção) humana no meio ambiente. Em Espanha, os trabalhos de Miquel Barceló enquadravam-se nesta Arqueologia Agrária (*ibid.* 2006b: 33).

Simultaneamente, ao longo da década de 90 confirmou-se um importante facto já percebido: a dinâmica transmissão das formas no espaço e no tempo. A confirmação deste facto expôs um outro, também já entendido: a crise no estudo do espaço das sociedades do passado e o desgaste dos objectos investigados (CHOUQUER, 2003: 15). No seguimento destas observações, Gérard Chouquer (2003) estabeleceu uma nova disciplina¹⁰, apelidada de Arqueogeografia (*Archéogéographie*), partindo do Cosmopolitismo metodológico, por influência dos trabalhos de Bruno Latour e Ulrich Beck, e da noção de “*écoumène*”, da autoria de Augustin Berque (*ibid.* 2007a). Actualmente, numerosos trabalhos arqueogeográficos vieram consolidar esta nova disciplina. Em Portugal, conhecem-se, até à data, alguns estudos (LAVIGNE, 2006; WATTEAUX, 2011a), com destaque para uma dissertação de mestrado (COSTA, 2010), e breves ensaios sobre os parcelários proto-históricos e medievais (CHOUQUER, 2007b; 2010).

1.2. Consciencialização da importância do estudo do espaço das sociedades antigas

Estão ainda por esclarecer as razões que nos levaram a preferir a Arqueogeografia, sobre a qual tínhamos inicialmente um total desconhecimento, correndo, então, o risco (ainda presente) de enveredar por caminhos infrutíferos, em detrimento de outras disciplinas. Encontramos algumas das respostas no nosso percurso académico.

¹⁰ No entanto, delimitou-a anteriormente. O termo paisagem correspondia ao conjunto de formas e modelados visíveis no solo, logo aparecendo no sentido morfológico (CHOUQUER, 2000: 189).

No âmbito da unidade curricular de SIG em Arqueologia do Mestrado de Arqueologia e Território surgiu a oportunidade de realizar um pequeno estudo sobre a rede viária da Carta Militar de Portugal, à escala 1: 25 000, da folha 250 (FREITAS, 2013a). Posteriormente, numa outra unidade curricular, Configuração e Dinâmica dos Territórios, viria a surgir a possibilidade de estudar um interessante parcelário, um provável sistema de irrigação, a oeste da localidade de Arrifana (*ibid.* 2013b). Como é normal, estes pequenos trabalhos requerem hoje alguns reparos, especialmente ao nível metodológico e interpretativo; porém, representaram o nosso primeiro contacto uma área até aí inexplorada, o estudo das planimetrias. Ainda que os resultados tenham sido suficientemente satisfatórios, justificando, em parte, o interesse por esta área de investigação, as dificuldades foram muito mais aliciantes. Com efeito, desde logo fomos confrontados com sérios dilemas, expondo, por um lado, a nossa frágil formação teórica e, por outro lado, a dubiedade destes estudos: como estudar o espaço das sociedades do passado? Com quais disciplinas? O que é a paisagem? O que são as planimetrias? Quais são os objectos de estudo? É necessário compreender a paisagem na longa duração? Se sim, como?

Ainda no ano de 2013, entre 11 e 14 de Novembro, a nossa presença no ateliê *Archéogéographie et anthropologie de l'espace. L'agriculture irriguée et la morphologie agraire des milieux humides*, em Madrid, organizado pela Casa de Velázquez, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Nice Sophia Antipolis, revelou-se uma experiência bastante enriquecedora.

A leitura da excelente dissertação de Miguel Costa (2010), *Redes viárias de Alenquer e as suas dinâmicas. Um estudo de Arqueogeografia*, marcou indiscutivelmente o nosso percurso académico. Tratou-se, de facto, do nosso primeiro contacto com a nova, e até aí desconhecida, disciplina de Arqueogeografia¹¹. Contudo, não demos continuidade à disciplina, enveredando por obras de autores espanhóis.

Inicialmente, deixámo-nos seduzir pelos magníficos trabalhos de Miquel Barceló (1989), apoiados na Arqueologia Hidráulica, contando também com Helena Kirchner e Carmen Navarro (BARCELÓ *et al.* 1996), que, por um lado, criticavam a investigação espanhola, tradicionalmente centrada no estudo das centuriacões romanas, obtendo frequentemente resultados erróneos, e, por outro lado, analisavam os espaços

¹¹ Aliás, é importante sublinhar que é, até à data, a única dissertação em Arqueogeografia realizada em Portugal.

hidráulicos, os processos de trabalho, os estabelecimentos e a sociedade clânica de Al-Andalus. Posteriormente, encontramos no excelente trabalho de Ricardo Villaescusa (2002), *Las formas de los paisajes mediterrâneos*, as análises morfológicas – de forma diacrónica e interdisciplinar – que faltavam à Arqueologia Hidráulica. No prefácio deste trabalho, Gérard Chouquer, mesmo tendo criticado anteriormente a Morfohistória, tradicionalmente preocupada com o trinómio forma-poder-época, rasga sinceros elogios ao rigor científico e à capacidade de adaptabilidade de Ricardo Villaescusa (*ibid.*: 17).

É inegável que tanto os trabalhos de Miquel Barceló como de Ricardo Villaescusa marcaram profundamente o nosso percurso académico, facilmente perceptível nesta dissertação. Mas não fomos indiferentes para com os resultados obtidos, por um lado, pela Arqueologia da Paisagem de tradição francesa, ainda nos anos 90, e, por outro lado, pela Arqueogeografia, recentemente criada.

Sob as últimas ideias encontram-se as razões que nos guiaram até à disciplina de Arqueogeografia. Mas para compreender verdadeiramente os motivos é necessário primeiro conhecer a disciplina. É esse o objectivo que propomos para as próximas páginas.

2. ARQUEOGEOGRAFIA: UMA NOVA DISCIPLINA

O desenvolvimento que esta disciplina conheceu na primeira década do séc. XXI, como resultado da multiplicação de estudos arqueogeográficos, que permitiu a emancipação e consolidação da Arqueogeografia como disciplina de corpo inteiro, ainda que sejam habituais, como iremos constatar, dúvidas por parte de alguns investigadores da Arqueologia da Paisagem, não nos permite traçar mais do que um simples esboço. Ou seja, ao longo das próximas páginas não apresentamos uma caracterização detalhada dos “pilares” epistemológicos e metodológicos que a tornam singular, mas sim um singelo esboço. Os leitores interessados podem, no entanto, aprofundar as ideias expostas utilizando a bibliografia recolhida, presente nas últimas páginas desta dissertação.

Coube ao medievalista francês Robert Fossier, em 1982, o aparecimento do termo “arqueogeografia” (CHOUQUER, 2007a: 29); no entanto, surgiu apenas como designação da nova disciplina fundada por Gérard Chouquer no n.º 167-168 da revista *Études rurales*, em 2003. A Arqueogeografia nascia, assim, como resposta à crise presente no estudo do espaço das sociedades do passado, denunciando o desgaste das disciplinas, como a Geografia Histórica, a Geohistória, a Geografia Agrária e a Arqueologia da Paisagem, e dos objectos, sobretudo planimétricos, de investigação tradicionais (*ibid.*: 2003).

Em relação à crise, já perceptível, foi intencionalmente instaurada perante a inadaptabilidade dos conceitos, objectos e paradigmas comuns na literatura histórica e arqueológica (*ibid.* 2007a: 29). Esta decisão foi tomada tendo em conta os dados arqueológicos, os quais permitiram identificar e comprovar a transmissão das formas no espaço e no tempo (*ibid.* 2003: 15); tratou-se, antes de mais, de uma consciente ruptura epistemológica, visível na evolução da própria bibliografia (CHOUQUER e FAVORY, 1991; CHOUQUER, 1996; 1997; 2000; 2003; 2007a).

2.1. Discurso arqueogeográfico

Como afirma Gérard Chouquer (2007a: 39), são três as categorias principais do discurso arqueogeográfico: o espaço geográfico, o tempo histórico e os objectos territoriais identitários; são também as três principais evidências da crise (*ibid.*: 113-114). Mantêm entre elas uma ininterrupta dialéctica.

2.1.1. O espaço geográfico

A recomposição que a Arqueogeografia visa alcançar parte do espaço e do “*écoumène*” (*ibid.* 2003: 13, 21), este último entendido como (*Extraído de: Archéogéographie*):

La terre humanisée, habitée, appropriée, intériorisée, aménagée, telle et en mouvement, donc transformée, héritée et transmise. À la fois ensemble et condition d'existence des milieux humains, en tant que relation fondatrice de notre existence terrestre. Produit de l'interaction entre la terre et l'humanité, parce que cette dernière ne peut exister sans une relation avec l'espace et ses réalités géographiques, et que la terre n'est pas autre chose qu'une nature historicisée, héritée, transmise et «cultivée» (voir à Géographicité). L'écoumène ne peut et ne doit pas être décrit comme une chose, sous peine de le traiter comme un simple arrangement de signes.

Portanto, valoriza a dimensão geográfica do ser humano, algo que o geógrafo Augustin Berque apelidou de “*géographicité*” (CHOUQUER, 2007a: 55). Para Gérard Chouquer (*ibid.*), a Arqueogeografia propõe-se a restaurar esta relação integrando principalmente as formas e cartas dos geógrafos. O conceito de “*médiance*”, criado também por Augustin Berque, dá-nos a conhecer esta relação (isto é, a dimensão geográfica), sendo enriquecida pelas dinâmicas espaço-tempo. Deste modo, nasce a ideia que entre os seres humanos e as “coisas geográficas” – tratam-se dos contornos que aparentam, pelo menos aos nossos olhos, serem imóveis na cartografia e/ou na fotografia aérea – existe uma “*relation bivalente de trajection*” e não uma “*relation univoque de projection*”. Ou seja, esta relação bivalente é bem mais complexa que a dualidade entre um sujeito e um(uns) objecto(s), (*ibid.*).

Por palavras simples, o conceito de “*médiance*” subentende as relações que se estabelecem entre o material e o imaterial; entre o subjectivo e o objectivo; entre o passado, o presente e o futuro (*ibid.*: 56). A palavra “*transmission*” (*transformation* + *transmission*), que designa o dinâmico processo que requer transformação para que haja transmissão, proporciona ao conceito de “*médiance*” a dimensão espaço-tempo que lhe faltava. Demonstra, assim, a ligação entre o histórico e o geográfico, revelando o erro dos que oponham à dinâmica dos factos históricos e sociais a imobilidade das coisas do espaço geográficos – recusa-se a pirâmide braudeliana das temporalidades (*ibid.*: 58).

2.1.2. O tempo histórico

A Arqueogeografia constata que o espaço não comporta apenas traços históricos – associados às diferentes intervenções que os homens aí desenvolveram – mas também, e sobretudo, uma memória (*ibid.*: 39). Perante esta evidência arqueogeográfica devemos substituir as origens, ou a procura das origens, prática comum e instaurada pela História, pelas heranças. Esta mudança permitir-nos-á compreender um fenómeno importantíssimo: a construção dos objectos históricos pelos historiadores e arqueólogos (*ibid.*).

Os historiadores foram sempre confrontados com a dificuldade de determinar as cronologias das planimetrias e dos objectos geográficos porque não reconhecem a complexa natureza das temporalidades (*ibid.*: 59). Acresce a esta dificuldade, agravando-a, os elementos de datação propostos, os quais visam permanecer na periodização e cujas referências são originárias da História, estando esta “aprisionada” no Nacionalismo metodológico (*ibid.*: 61). Consequentemente, estes objectos geográficos são sempre interpretados como “marcas” das instituições e das políticas, excluindo-lhes uma história diferente da dos documentos escritos. Este dogma interdita a mínima discussão sobre os objectos, porém, é manifestamente insuficiente para interpretar certos casos de estudo, como em Travaux ou Pierrelatte, em França, incompatíveis com uma reconstituição histórica periodizada (*ibid.*: 46-48, 61-62, Fig. 7, 8, 13).

Em face destes conhecimentos, Gérard Chouquer estabelece uma orientação arqueogeográfica para o estudo das planimetrias assente num conhecimento profundo e melhorado das planificações, assim como das suas condições de realização e cronologias (*ibid.*: 63). É igualmente importante ter em mente que nunca conheceremos o que as planificações foram no seu momento inicial, mas sim no que elas se transformaram.

Exemplificando as ideias aqui expostas, com destaque para a recusa da procura das origens dos objectos, apresentamos muito sumariamente um caso de estudo arqueológico e arqueogeográfico: as centuriacões a norte de Pádua e Cesena, na Romanha Oriental, localizadas na região italiana do *graticolato romano* (*ibid.*: 66-75, Fig. 14-17). Seguindo o raciocínio de Gérard Chouquer, as centuriacões actualmente observadas não são o resultado da degradação de uma forma inicialmente perfeita, mas

sim o resultado de um radical projecto de arpentagem ao longo de dois milénios de dinâmicas. De facto, ao abdicar do Historicismo metodológico emergem vários objectos históricos muito para além da Antiguidade: um projecto de arpentagem radical e decisivo na história deste espaço; um objecto agrário de dinâmica longa e complexa; vários projectos medievais e modernos que reforçaram a resiliência da forma herdada da Antiguidade e que explicam a forma actual (*ibid.*: 74-75).

2.1.3. Os objectos territoriais identitários

Na última das três principais categorias do discurso arqueogeográfico entramos, explicitamente, no Naturalismo, uma das quatro principais ontologias – as outras três correspondendo ao Animismo, Totemismo e Analogismo (**Fig. I**) –, actualmente dominante na Europa Ocidental. Segundo Philippe Descola, esta ontologia instaura a semelhança das fisicalidades, reunindo e regendo todos os seres (humanos e não humanos) pelas mesmas leis da Natureza, e a diferença das interioridades, distinguindo a Cultura da Natureza (*extraído de: Archéogéographie*).

Em Arqueogeografia, a ligação entre o Naturalismo, como base filosófica de compreensão do mundo, e a Modernidade, como tempo de emergência e consolidação desta ontologia, é imediata (*ibid.*). A percepção desta ligação é crucial, já que dela nascem as três principais metodologias: Naturalismo, Nacionalismo e Historicismo metodológico (CHOUQUER, 2007a: 114). Podemos interpretá-las, respectivamente, como os efeitos da separação entre a Natureza e a Cultura; do Nacionalismo na concepção dos objectos antigos, medievais e modernos; das periodizações dos historiadores na compreensão das diversas dinâmicas (WATTEAUX, 2014).

Para Gérard Chouquer, os objectos “*nationalitaires*”, palavra que provem do termo “*nationalitarisme*” (*nationalisme + identitaire*), criado por René Johannet (*extraído de: Archéogéographie*), correspondem aos objectos geográficos, carregados de heranças, que foram recuperados, ou manipulados, pelo Nacionalismo na formação da sua identidade (CHOUQUER, 2007a: 81). A crise dos objectos, acima mencionada, acontece, por conseguinte, por duas razões principais: uma, os historiadores e arqueólogos construíram o passado tendo em mente o nascimento, seguido da consolidação, dos Estados-nação; outra, os investigadores procuraram nos diferentes passados as razões que permitissem justificar as suas actuais escolhas. Apoiada nos

trabalhos de Ulrich Beck e Bruno Latour, a Arqueogeografia procura a refundação destes objectos (*ibid.*: 81-82).

Para desenvolver esta ideia partilhamos a análise de um caso de estudo concreto: a Geografia Histórica. Segundo Gérard Chouquer (*ibid.*: 83-84), esta disciplina, dotada de um claro *corpus* doutrinal que pretende transferir para a história das paisagens e dos territórios os objectivos e métodos da Geografia, reivindica a construção do objecto nacional, o que é totalmente legítimo enquanto objecto histórico. Todavia, esta disciplina mobiliza e relaciona os objectos para além do recomendável, sendo aí que reside o Nacionalismo metodológico. Tradicionalmente, a Geografia Histórica instaura objectos periodizados e estáticos, já que pouco ou nada evoluem nos respectivos períodos. Contudo, paradoxalmente, relacionam-se explicitamente entre eles, surgindo frequentemente associados – a diocese em relação à cidade da Antiguidade, a comuna em relação à paróquia medieval e ao grande domínio da época romana, etc. Através destas filiações pretendem-se utilizar os feitos e objectos emblemáticos de forte valor identitário e histórico (territórios, paisagens, sítios, monumentos, etc.) para justificar o que é, e como é, o actual território nacional (*ibid.*: 84).

Para esta disciplina é também importante a pesquisa da estabilidade dos territórios históricos (*ibid.*: 89). Porém, no decorrer desta busca, simplificam-se as realidades espaço-tempo em benefício de um determinismo político, preferindo-se uma interpretação territorial única. Deste modo, no plano cartográfico, privilegiam-se (isto é, representam-se) territórios limitados, coerentes, dispendo de uma superfície nitidamente conhecida e adossados uns aos outros para formar uma superfície homogénea; atenuam-se os efeitos das redes, as interferências não auto similares entre territórios, assim como as dinâmicas de formação e as modificações históricas dos territórios (*ibid.*).

Posto isto, ao instalar a crise dos objectos pretende-se, por um lado, despolitizar e desnacionalizar os objectos instituídos e, por outro, estabelecer uma recomposição que parta das ligações dos próprios objectos (*ibid.*).

A constatação da crise dos objectos não pode terminar sem ser mencionado um outro facto: a sua naturalização (*ibid.*: 103). Ilustraremos, uma vez mais, com um outro exemplo. A transformação de um objecto (questão) social em objecto de investigação envolve sujeitá-lo, numa fase, ao filtro do dualismo científico e, noutra fase, às diversas reduções que visam fragmentar um objecto social real em inúmeros objectos científicos.

Opondo-se a esta metodologia de separação e redução sobejamente conhecida, apelidada de ciência¹², temos uma metodologia de recomposição praticamente inexistente, deixando para os ideólogos e filósofos a recomposição dos objectos. Como consequência, a ausência de uma metodologia de recomposição remete-nos para os “*collecteurs hypertrophiés*” (*ibid.*), entendidos como (*extraído de: Archéogéographie*):

Concept, objet, méta-objet historique avec lequel on fait le récit de l'espace-temps et qui masque, par hypertrophie, la diversité, voire la disparité des situations réelles. Le collecteur hypertrophié est le résultat, contradictoire, de la pratique réductionniste, parce qu'après avoir réduit l'objet historique au prix des protocoles extrêmement rigoureux, le chercheur l'amplifie en l'installant dans un méta-objet sans tous les protocoles rigoureux qu'il a mis dans la phase précédente.

Como alerta Gérard Chouquer (2007a: 103), o dualismo científico e o binómio “*collecteurs hypertrophiés*” não possibilita nenhuma interdisciplinaridade. Acresce ainda a promiscuidade entre o dualismo das práticas científicas e o Nacionalismo metodológico, ou seja, à redução inicial dos objectos sociais em objectos científicos segue-se a sua politização (*ibid.*: 103, 114).

2.1.4. Reflexões

2.1.4.1. Cosmopolitismo metodológico

Como indicámos anteriormente, as três categorias principais do discurso arqueogeográfico são também as principais evidências da crise, as quais denunciam a crise da Modernidade e os seus efeitos: um espaço desvalorizado pelo esquecimento da sua dimensão geográfica ou morfológica híbrida; uma história que ignora a importância da memória da longa duração; objectos reduzidos pelo dualismo moderno e politizados pelo Nacionalismo metodológico (*ibid.*: 113-114).

Tendo plena consciência dos efeitos da crise da Modernidade sobre os objectos, Gérard Chouquer instalou o Cosmopolitismo metodológico, partindo uma vez mais dos trabalhos de Bruno Latour e Ulrich Beck (*ibid.*: 237-240; WATTEAUX, 2014). Esta epistemologia visa “cartografar” os objectos de forma a (re)conhecer e avaliar as ligações que eles têm com outras materialidades, ideias, protocolos, conceitos, etc.

¹² Segundo o método cartesiano, de René Descartes.

2.1.4.2. Conceito de paisagem

No subcapítulo 1.1. mencionámos sucintamente o aparecimento e a evolução do conceito de paisagem na investigação. Ultrapassando a escala disciplinar da Arqueologia – onde a paisagem é mais um contexto paleoambiental do que planimétrico –, constatamos, para nossa surpresa, ainda uma maior “desordem” num conceito por si só ambíguo.

A instabilidade do conceito explica-se pelo dualismo característico da ontologia Naturalista. Em razão do dualismo, as disciplinas avançam, erroneamente, para um culturalismo – em direcção ao Nacionalismo metodológico – ou um naturalismo – culmina na visão utópica da Natureza sem homens – constrangedor (**Fig. II**). Contudo, o aparente conflito entre disciplinas históricas e naturalistas é ilusório, visto que têm em comum o dualismo (CHOUQUER, 2007a: 107).

Este processo explica-se assim: inicialmente, robustas representações sociais emergem com a Modernidade. Estas representações correspondem a conceitos datados, originais e preenchidos por heranças reinterpretadas, os quais não exprimem um corte entre a Natureza e as sociedades, mas sim (a novidade de) uma ligação que responde a uma importante circunstância história na modalidade de relação com o mundo, seja um “encantamento” (invenção da paisagem), seja uma “angústia” (património para proteger os vestígios ameaçados), seja uma “esperança” (utopia), seja uma promessa de identidade (Nação). Posteriormente, estas representações tornam-se as bases das disciplinas; concerne, então, aos investigadores “*epistémiser*”, ou naturalizar (no sentido ontológico, mas não utópico), os conceitos. Simultaneamente, seleccionam-se os objectivos destas disciplinas, porém, enquanto representações originalmente híbridas, são partilhadas por duas ou mais disciplinas, umas culturalistas e outras naturalistas. Aparentemente hostis, não avançam para um conflito disciplinar (*ibid.*: 108-109, Fig. 21).

Em França, o conceito de paisagem (fr. *paysage*), formado a partir de país (fr. *pays*), remonta ao séc. XVI, designando, inicialmente, uma extensão do território observável, mas que rapidamente adquiriu um sentido estético, qualificando, na Europa, um novo género pictural (LEVEAU, 2005: 10); através da tela, designava também uma relação, um motivo “*écouménal*” (do fr. *écoumené*) que relacionava um estado concreto do espaço geográfico (o que em Geografia se designa de meio) e uma representação

(CHOUQUER, 2007a: 109). Recuperando o princípio de “*épistémisation*”, constatamos que o conceito de paisagem, na Idade Moderna, encontrava-se sob uma *épistémisation* moderada, visto que era uma noção cultural e estética, mas que respeitava a relação entre as materialidades e a representação. No séc. XVIII, René-Louis de Girardin entendia a paisagem como a imitação da natureza, da qual se aproximava ao ser representada¹³.

No séc. XIX, a Geografia, então orientada para a descrição das paisagens, apropriou-se do conceito, usando-o para designar a organização das formas na superfície terrestre, com enfoque na descrição e compreensão das estruturas geomorfológicas, dos embasamentos, dos fenómenos erosivos, etc. Apesar da evidente naturalização (sentido utópico), a *épistémisation* manteve-se, uma vez mais, moderada. Para isso, contribuíram, quer a Geografia Rural, reunindo, sob a noção de paisagem, tanto a Natureza como as sociedades, quer a (incerta) definição de geógrafo, não distinguindo ainda os geógrafos físicos e humanos. Progredindo, nos anos 70 do séc. XX, por altura do abandono da modalidade descritiva da Geografia, uma fracção da Ecologia, então preocupada em inscrever os fenómenos no espaço, adopta a designação de Ecologia da Paisagem (ing. *Landscape Ecology*). Para os ecólogos, o conceito correspondia a um nível na escala dos espaços ecológicos compreendidos entre a biosfera e a bioma, acima, e a comunidade e a população, abaixo (*ibid.*: 109-110).

Apenas recentemente, perante o confronto disciplinar entre historiadores de arte e filósofos, para quem a paisagem é uma noção exclusivamente estética e cultural, a distância de uma sociedade em relação ao seu meio ambiente, e quaternaristas e paleoambientalistas, para os quais a paisagem é restritivamente física, resumindo, por conseguinte, a Arqueologia da Paisagem aos componentes minerais e vegetais, é que o conceito de paisagem conheceu um intenso processo de *épistémisation*, entrincheirado entre um culturalismo e um naturalismo diametralmente opostos e incomensuráveis (*ibid.*: 110-111, Fig. 22).

¹³ Opunha o conceito de paisagem ao de país. De acordo com este paisagista, o país surgia como o espaço, ou o meio, organizado e transformado de modo geométrico por acção de estradas direitas e ladeadas por árvores podadas enquanto a paisagem era concebida como um cenário de teatro, onde cada elemento era cuidadosamente pensado para imitar a Natureza e respeitar a ordem que satisfazia os espectadores (*extraído de: Archéogéographie*).

2.2. Bases para conceber o espaço e o tempo

Para compreender o tempo e o espaço em Arqueogeografia é necessário ter em conta cinco critérios basilares (CHOUQUER, 2007a: 251):

- Não podemos pensar o tempo e o espaço separadamente. Na verdade, são híbridos, base fundamental da Arqueogeografia.
- As formas planimétricas têm temporalidades próprias, distanciando-se das periodizações tipo-cronológicas ou históricas.
- O espaço e o tempo não obedecem a uma teoria de hierarquização. Para certos objectos poderá ser útil, mas é importante assinalá-los.
- As temporalidades não progridem desde a imobilidade da base até à mobilidade do topo.
- As temporalidades não correspondem a um “livre jogo de escalas”. Isto é, as sociedades não compõem de modo totalmente desligado do seu “menu temporal”.

Retendo-os, guiar-nos-emos pela esquematização das proposições para conceber o espaço-tempo “*écohistorique*” (**Fig. III**), (*ibid.*: 252, Fig. 54).

2.2.1. Situações locais assíncronas

À escala local, a heterogeneidade de situações (ruptura, fossilização e transmissão) que acontecem num preciso lugar impossibilita-nos de estabelecer cronologias relativas a grande escala. Portanto, reconhece-se uma assincronia de base (*ibid.*). Em Bollène (Las Bartas), na planície de Tricastin, constata-se uma assincronia das formas presentes no cadastro B de Orange (*ibid.*: 253-255, Fig. 55).

O termo híbrido “*transformission*” expressa um duplo e permanente processo: para que aconteça a transmissão de elementos antigos é necessário a transformação do espaço, o que significa que as formas observáveis nos planos cartográficos não são as formas originais produzidas em épocas anteriores; observa-se o princípio de auto-organização e a noção de resiliência das formas. Esta é também a razão pela qual as espacialidades e temporalidades das coisas do “*écoumène*” diferem das coisas das instituições e dos feitos sociais (*ibid.*: 255-256).

Para compreender as modalidades de transmissão das formas no espaço e no tempo, sendo estes dois indissociáveis (*ibid.*: 256), utilizamos os conceitos “*isoclinie/anisoclinie*” (adj. port. isóclino), “*isotopie/anisotopie*” (adj. port. isotópico) e “*isoaxialité/anisoaxialité*” (adj. port. isoaxial). Para trás deixamos as antigas e mecânicas leis que ilustravam a transmissão das formas. Mas deparemo-nos um pouco com elas.

Na sua tese de doutoramento, Magali Watteaux (2009: 203-206) resumiu perfeitamente a análise historiográfica sobre a transmissão das formas no tempo desenvolvida por Sandrine Robert (2003a: 61-86; 2003b: 58-59). Remontando ao final do séc. XIX, os morfologistas (no sentido lato) tinham a percepção da permanência das formas em plano; uma permanência para além das transformações que afectaram o modelado e a função (WATTEAUX, 2009: 204-205). Um exemplo bastante elucidativo é o caso de um anfiteatro romano cuja forma perdura no parcelário actual (**Fig. IV**)¹⁴, ainda que a sua função e o seu modelado tenham entretanto desaparecido (ROBERT, 2003a: 69).

A leitura destas formas decorria segundo uma concepção linear do tempo, na qual a forma alcançava a actualidade num *continuum* cronológico (WATTEAUX, 2009: 205). Nesta lógica, a ligação que permitia a transmissão situar-se-ia na memória humana (recordação), na ligação material (existência de traços), no argumento jurídico (manutenção do direito e/ou dos poderes públicos), na identidade étnico-cultural, no sistema técnico-económico, etc. Esta transmissão ver-se-ia, no entanto, suplantada pelos fenómenos de ruptura, que corresponderiam às transformações sociais, políticas e económicas mais importantes, como as invasões (ou migrações) bárbaras ou a revolução do ano Mil. Compreendidos como os pilares basilares da dinâmica morfológica, estes fenómenos de ruptura legitimaram a entrada dos historiadores no estudo das formas, trazendo com eles as periodizações académicas e promovendo uma história descontínua das formas – embora, como magistralmente observou Magali Watteaux (*ibid.*), contradizendo a manutenção das formas. Segundo Sandrine Robert (2003c: 123 *apud* WATTEAUX, 2009: 205), esta contradição informa-nos da dificuldade de compreender a transmissão das formas ao longo de um *continuum* cronológico linear, comum na História, quando o espaço geográfico está ausente.

¹⁴ Perto da área de estudo, a actual localidade de Condeixa-a-Velha, no concelho de Condeixa-a-Nova, ergue-se, em parte, adossado e sobre as ruínas do antigo anfiteatro romano da cidade de *Conimbriga*.

A entrada dos dados arqueológicos nas reflexões da Morfologia Dinâmica (*Morphologie dynamique*)¹⁵ contribuiu para revelar um processo que decorre na longa duração e de modo muito mais dinâmico, afastando-se da anterior concepção linear do tempo e das especificidades sociais, jurídicas, técnicas, etc. como únicas modalidades para explicar a transmissão das formas (ROBERT, 2003b: 57; WATTEAUX, 2009: 205). É verdade que participam na transmissão das formas, no entanto, mais pela capacidade de reinterpretar um potencial das formas existentes do que por uma manutenção ininterrupta das mesmas (2003c: 129 *apud* WATTEAUX, 2009: 205).

Regressando às modalidades de transmissão das formas no espaço e no tempo, apresentamos os conceitos segundo o dicionário de Arqueogeografia desenvolvido por Gérard Chouquer. Completamos com alguma informação suplementar (*extraído de: Archéogéographie*):

- “*Isoclinie*”, contrário de “*anisoclinie*”, corresponde à transmissão da orientação de uma linha ou forma, aceitando, porém, uma deslocação no espaço; aparece associado a um elemento morfogenético.
- “*Isotopie*”, oposto de “*anisotopie*”, aplica-se quando a transmissão de uma linha ou forma ocorre no mesmo lugar – aceita-se, no entanto, uma mudança subtil (CHOUQUER, 2007a: 258) – e com a mesma orientação. O sítio de Pierrelatte, “les Malalones” (Drôme), apresenta uma transmissão segundo os conceitos de “*isoclinie*” e “*isotopie*” (**Fig. V**), ou seja, a posição e orientação das fossas abertas em vários períodos, e sucessivamente colmatadas, corresponde (transmitiu-se) aos actuais limites agrários (*ibid.*: 62, 258, Fig. 13).
- “*Isoaxialité*”, inverso de “*anisoaxialité*”, designa a transmissão de uma linha ou forma no prolongamento de uma outra linha ou forma anterior (assumem-se como morfogéneses).

Quanto à morfogénese (fr. *morphogène*), trata-se de um elemento perene na paisagem, susceptível de provocar (leia-se, dar origem) a orientação de novas formas, exercendo uma influência determinante muito para além do período de criação ou funcionamento (*ibid.*: 260); Os elementos morfogenéticos participam na transformação das paisagens, inserindo-se na modalidade espaço-tempo “*hystéréchronique*”.

¹⁵ Corrente que propõe a requalificação dos objectos da Geografia Histórica, da Geohistória e da Arqueologia da Paisagem em objectos arqueogeográficos (*extraído de: Archéogéographie*).

2.2.2 Novas lógicas espaciais e temporais

As disciplinas tradicionais estudam separadamente as escalas de tempo e de espaço. Porém, para compreender as dinâmicas “*écouménales*”, que escapam à noção habitual do tempo continuamente linear, é necessário associá-las e propor novas modalidades espaciais-temporais (*ibid.*: 265-266). Uma vez mais, excepto quando indicamos, as definições destas modalidades provêm do dicionário de Arqueogeografia (*extraído de: Arhéogéographie*):

- Ucronia (fr. *uchronie*), modalidade que se constata desde que uma estrutura – ou um elemento de uma forma – imprime no solo um potencial que um facto social faz retornar num impreciso momento da história do lugar. Esta modalidade exprime-se por *isotopie*, *isoclinie* e *isoaxialité*.
- “*Hystéréchronie*”, modalidade que expressa o afastamento, a distância e o tempo de resposta que observamos na dinâmica das formas. Isto é, o tempo de resposta entre uma determinada causa e a manifestação dos seus efeitos.
- “*Prochronie*”, capacidade de certos acontecimentos afastados no tempo e no espaço entrarem em comunicação (CHOUQUER, 2007a: 269).
- “*Taphronie*”, conceito oriundo das ciências paleo-naturais para estudar as condições de enterramento dos vestígios. Trata-se de uma modalidade de ruptura no tempo e no espaço. Segundo Gérard Chouquer (*ibid.* 210), para além do conhecimento das condições de enterramento ou de erosão das ocupações, é importante o conhecimento e a avaliação do papel dinâmico das discontinuidades. Assim, longe de ser apenas um conhecimento técnico usado na reconstituição histórica, é um meio de reflexão sobre as discontinuidades da ocupação do solo.
- Resiliência (fr. *résilience*), em Arqueogeografia este conceito designa a capacidade que tem um conjunto de formas (habitats, vias, parcelários, etc.) em manter a sua estrutura, ainda que as formações sociais tenham mudado; associa perenidade e mudança e afastamento/distância no tempo, ou “*hystérésis*” (ver *Hystéréchronie*).

2.2.3. Níveis de realização das formas híbridas

Alcançamos, por fim, os níveis de produção das formas híbridas no espaço e no tempo: estado de heranças; processo de emergência; processo de projecto (ou de planificação); processo de organização; processo de auto-organização na longa duração; processo de representação. Na origem das “*unités dynamiques écouménales*”, que emergem da associação e do conflito de formas, estão estes seis níveis (*ibid.*: 278). Nesta fase, abandonamos, por completo, os períodos históricos e arqueológicos, já que nos referimos mais precisamente às modalidades do que aos períodos (*ibid.*: 284).

As heranças (fr. *héritages*) encaminham-nos para passados diversos, mais ou menos antigos, constituindo, portanto, um princípio de antiguidade. Estruturam-se, aparentemente, entre as heranças físicas, que conhecem alguma mobilidade, segundo os conceitos de metamorfose fluvial e pedogénese, e as heranças históricas, relacionadas com as acções das sociedades sobre o “*écoumène*”. É característico das heranças situações de perturbação, visto que as dinâmicas intervêm e recompõem os elementos do(s) passado(s) nos novos “cenários”. Deste modo, não as podemos vislumbrar como formas únicas, uniformes e permanentes (*ibid.*: 284-285).

O processo de emergência (fr. *émergence*) ocorre quando uma determinada sociedade necessita de criar formas, seja no seguimento de um importante acontecimento, como a tomada de posse de um espaço, seja como consequência de uma mudança económica, que espolta várias alterações. É responsável pela extraordinária produção de formas, comumente indiferentes umas em relação às outras, revelando uma grande diversidade de situações. Não obstante, evoluíram provavelmente de forma a dar origem à Geometria. Gérard Chouquer associa-lhe o conceito “*front pionner*”, de acordo com o sentido que os geógrafos lhe dão e com a utilização que os arqueólogos do projecto *Archaeomedes* lhe deram, interpretando-o como uma situação de competição e desordem (*ibid.*: 285-286).

O processo de projecto, ou de planificação (fr. *projet ou planification*), é bem conhecido porque os historiadores resumiram, frequentemente, a realidade antiga aos projectos que as elites desenvolveram para organizar o espaço comum. Pode ser entendido como uma representação, ou um conjunto coerente de representações, dando forma ao espaço e ao tempo, embora o aspecto morfológico e planimétrico dos projectos seja frequentemente incerto nos estudos realizados (*ibid.*: 286-287).

Do processo de organização (fr. *organisation*) emergem várias mudanças de elevado valor, uma vez que estamos perante um processo que organiza o “*écoumène*” na longa duração. Gérard Chouquer estabelece quatro mudanças: 1) a representação consciente do “*écoumène*”, sendo importante compreender a organização destas representações nas disciplinas, como a Corografia; 2) o fenómeno de continentalização, principal responsável pela resiliência das formas planimétricas. Nesta mudança, a fase de emergência, rica em iniciativas divergentes, dá lugar à fase de estruturação na longa duração; 3) o surgimento de um vasto repertório de formas, sobretudo híbridas, que desenham e estruturam o espaço dos homens. O objectivo dos arqueogeógrafos é, pois, a recomposição deste vasto repertório, abordando criticamente os objectos; 4) a impossibilidade de estender uma única e idêntica história aos diferentes lugares. Com efeito, como consequência das diferentes acções das sociedades, os lugares conhecem certas bifurcações (planificações, melhoramentos, ajustamentos, loteamentos, etc.). Acresce ainda o facto de estas bifurcações criarem histórias diferentes. Assim, como alerta Gérard Chouquer, esta diversidade de trajectórias torna cada vez mais incerta uma história com capítulos coerentes; coloca-se a possibilidade de uma assincronia global (*ibid.*: 289).

O termo auto-organização (fr. *auto-organisation dans la longue durée*) designa, antes de mais, um processo evolutivo que, por intermédio de múltiplas intervenções individuais e/ou colectivas na longa duração, progressivamente fortalece e instala, de modo perene, uma forma como estrutura da planimetria. Os resultados arqueogeográficos contribuíram para desmistificar a ideia que oponha as formas auto-organizadas às formas planificadas. A verdade é que uma planificação agrária só se consegue construir ao longo do tempo. Comprovando-o, temos as já citadas centuriacões romanas que são o resultado de dois milénios de auto-organização (*ibid.*: 290-291).

Por fim, existe um nível de realização, ou de produção de formas (fr. *représentation*), sempre que as representações são organizadas. Este processo não visa apenas “representar” o espaço geográfico e as realidades que este contém, mas também, e principalmente, desenvolver uma organização e sistematização das representações, a fim de criar um significado e novas realidades geográficas. Consiste num processo de “modernização” das representações, num sistema que pretende dar-lhes alguma conformidade. Apesar disso, a verdade é que as representações não são exclusivas da

Modernidade – conhecem-se gravuras rupestres proto-históricas que comprovam a representação que as populações tinham (e faziam) do seu espaço (BROCARD, 2005) – e são bastante variadas (*ibid.*: 290).

2.3. Formas em Arqueogeografia

Para os arqueogeógrafos o termo “forma” tem actualmente um amplo significado, designando as formas planimétricas, imateriais, espaciais e morfológicas (WATTEAUX, 2009: 203). Portanto, encontramos sob o mesmo termo diferentes tipos de formas (fóssil, social, fluxo, etc.).

2.3.1. Múltiplos níveis de formas

Segundo Sandrine Robert (2011: 5), a noção de rede é relativa às organizações que se mantiveram tempo suficiente para que a sua estrutura seja perceptível. Surge da interacção de três níveis principais de formas, os quais são também os principais responsáveis pelo seu dinamismo: fluxos (fr. *flux*), traçados (fr. *tracés*) e modelados (fr. *modelés*). Estes três níveis aplicam-se a todas as redes analisadas em Arqueogeografia (viária, parcelária, etc.).

O fluxo corresponde à forma fluída da rede (circulação de bens, de pessoas, de água, etc.). Pode ser quantificado a partir dos traços materiais que eventualmente deixou. A forma em plano/planimétrica (fr. *forme en plan*) é o traço deixado no solo pela circulação do fluxo. Trata-se de uma forma, em duas dimensões, localizável na superfície terrestre e observável nos documentos planimétricos. Para Sandrine Robert, a forma em plano é o resultado de transmissões complexas no tempo. Já o modelado é uma forma em três dimensões. Tratando-se de uma construção perceptível no solo, ocupa um volume concreto no espaço e é acessível, por exemplo, através de um corte estratigráfico. Entre estes níveis distinguimos a forma em plano e o modelado porque constituem a rede de suporte, a rede física. É sobre eles que a rede de trocas, a rede estabelecida pelo fluxo, se desenvolve.

A diferente natureza destes níveis é ainda visível nos próprios dados: informações quantitativas para os fluxos; observações sobre os documentos planimétricos para as formas em plano; cortes estratigráficos e fontes icnográficas para os modelados. Esta diferença instala a noção de escala de observação, importante quando utilizamos documentos diferentes (*ibid.*).

2.3.2. Temporalidades e graus de autonomia a diferentes escalas

Estes níveis têm ritmos de transformação distintos, variando de acordo com a escala de observação. Como consequência, constata-se também temporalidades desiguais. O caso de estudo do itinerário Paris-Rouen, por Pontoise, é bastante elucidativo: à escala regional, constata-se uma grande perenidade do fluxo na longa duração, enquanto os traçados, sobre os quais o fluxo se apoia, são muito mais flutuantes. Actualmente, o itinerário desenvolve-se ao longo de um troço da *Chaussée Jules-César* do séc. I d.C., de um troço da estrada real do séc. XVIII e de uma parte da auto-estrada construída na década de 60 do séc. XX. O modelado tem também a sua própria temporalidade – naturalmente mais reduzida –, em virtude das constantes alterações em resultado da utilização e evolução dos meios de transporte (*ibid.*: 6, Fig. 2).

Diferentes escalas podem também revelar distintos ritmos de mobilidade, dando a conhecer diferentes graus de autonomia. Efectivamente, enquanto a rede viária está muito dependente da evolução dos estabelecimentos, em razão da necessidade de ligação e circulação, os parcelários não evoluem obrigatoriamente em conjunto com as vias. Em Sénart, a paisagem encontrava-se estruturada desde o fim da Idade do Ferro/início da época romana a partir de várias vias de grande percurso. Durante a Idade Média, a estabilização do povoamento em redor dos novos centros determinou a criação de novos caminhos; no entanto, só na actualidade, aquando das modernas transformações agrárias, é que o parcelário se apoiou nas vias medievais. Para além de diferentes tempos de resposta, esta análise revelou que podem apenas concretizar-se em circunstâncias específicas (*ibid.*: 6-7, Fig. 3).

Constata-se um fenómeno semelhante na desconstrução da tradicional e emblemática forma medieval: a forma rádio-concêntrica. Como observou Magali Watteaux (2009: 511), a polarização da rede viária, induzida pela concentração do povoamento medieval, não estruturou suficientemente o parcelário para gerar esta forma; são as tramas quadriculares que predominantemente estruturam as paisagens. Neste caso, ao trabalhar para além das tradicionais escalas – espaciais (“*terroir*” e “*finage*”), territoriais (paróquia e domínio senhorial), temporais (Idade Média, com enfoque na ruptura do ano Mil) e disciplinares (Geografia Histórica) – emergiu um novo objecto, as formas rádio-quadriculadas (*ibid.*: 513). Trabalhar com diferentes escalas,

distinguindo-as e associando-as, tem como vantagem o aparecimento de novos objectos, mas constata-se também a variabilidade das informações: de acordo com a escala, alteramos a óptica e o nível de informação (LEPETIT, 1996: 83 *apud* WATTEAUX, 2009: 513). Para esta investigadora, um objecto muda de forma e de conteúdo segundo a escala seleccionada para o estudar. Ou ainda, a selecção de uma escala corresponde, antes de mais, à escolha de um certo (e restrito) ponto de vista do conhecimento, exprimindo uma intensão deliberada de visar um certo objecto e indicando o campo de referência a partir do qual esse objecto é pensado. Recuando, tratando-se de realidades planimétricas complexas e diacrónicas, assim se compreende o desconhecimento das formas rádio-quadrículas, imperceptíveis e incomensuráveis nas tradicionais escalas de análise (WATTEAUX, 2009: 513).

2.3.3. Uma abordagem arqueogeográfica

A abordagem arqueogeográfica ultrapassa a tradicional divisão entre a forma activa e a forma fóssil, principal critério de distinção entre a Arqueologia e a Morfologia (ROBERT, 2003b: 54), focando-se na forma transmitida (**Fig. VI**), (*ibid.* 2011: 9). A forma activa aparece associada a uma função, isto é, um papel, uma acção característica na sociedade num determinado momento; como tal é datável. Encontra-se geralmente materializada no solo ou em documentos administrativos, como, a título de exemplo, as parcelas sobre um plano cadastral. Já a forma fóssil é considerada como não sendo mais funcional. Não obstante, possui ainda um potencial de retoma: por exemplo, os paleocanais de um rio, frequentemente visíveis nas fotografias aéreas, mas não representados nas cartas, são periodicamente “reinvestidos” pela circulação de água.

Em pleno contraste, a forma transmitida, introduzida pela Arqueogeografia, é interpretada como uma forma fóssil, que pode potencialmente ser retomada, ou uma forma activa que é o resultado de uma herança. Esta abordagem oferece-nos uma visão mais esclarecedora do complexo mundo material porque o espaço apenas é entendido através das redes que associam formas activas e fósseis (*ibid.*); qualquer estudo sobre as redes que promova a separação das formas será sempre incompleto¹⁶.

¹⁶ Magali Watteaux (2009: 204) adoptou esta abordagem no seu doutoramento: na reconstituição de um traçado viário recolheu as vias fósseis, visíveis nas fotografias aéreas, e as vias existentes ou transmitidas sobre diferentes formas (sebes, limites administrativos, etc.), reconhecidas nas cartas.

Como referimos anteriormente, a transmissão das formas – segundo as modalidades de *isoclinie/anisoclinie*, *isotopie/anisotopie* e *isoaxialité/anisoaxialité* – decorre de forma dinâmica na longa duração, afastando-se das antigas e mecânicas leis. A transmissão das formas depende sobretudo do fluxo, uma vez que as torna dependentes de um nível superior e é susceptível de as reactivar ao longo do tempo (*ibid.*: 8, Fig. 4-5). Efectivamente, ao analisar as formas da paisagem na longa duração reconhece-se que é muito mais frequente uma alteração do modelado do que da forma em plano, a qual tendencialmente subsiste. Esta evidência incita a dissociar forma de função – um objecto produzido num momento concreto e para um determinado fim pode conhecer, na longa duração, outras utilizações, tal como acontece no sítio de Pierrelatte, “Les Malalones” (Drôme), onde a forma em plano foi transmitida através da incessante transformação da função e do modelado: de uma fossa de drenagem na Antiguidade e na época medieval até uma fossa de irrigação no período moderno e uma sebe na actualidade – e a privilegiar a forma em plano – em detrimento do modelado (sebe, caminho, etc.), (*ibid.*: 8-9, Fig. 6).

A abordagem arqueogeográfica ultrapassa também a divisão entre a forma física e a forma social, motivo pelo qual se diferencia a Geografia Física da Geografia Humana (*ibid.*: 9). A articulação entre o fluxo, o traçado e o modelado permite analisar, na mesma rede, formas naturais e antrópicas: uma rede fluvio-parcelária combina elementos naturais, sobre os quais a água circula (paleocanais, leitos de rios, etc.), e elementos antrópicos, ligados directamente, ou não, à rede hidráulica. Uma vez mais, cabe ao fluxo, num dado momento, relacionar objectos de origens sociais e temporais muito diferentes (*ibid.*: 9, 11). Em função disso, falamos principalmente de formas híbridas.

2.3.4. Morfologia regressiva: formas tipo-cronológicas e cronologia relativa

Os investigadores direccionaram tendencialmente as suas investigações para a procura de formas concretas na paisagem. Como é evidente, entre os documentos planimétricos utilizados e as formas pretendidas existe uma distância temporal intransponível, de tal modo que os investigadores, sobre os actuais documentos, desenvolveram uma análise morfológica regressiva, eliminando os elementos exteriores às formas pretendidas, para alcançar os estados mais antigos da paisagem (CHOUQUER, 2007a: 271).

Actualmente este método é bastante discutível. De facto, podemos apontar os seguintes erros: supõe a linearidade, algo indiscutivelmente impossível perante uma história não linear das formas. Aliás, lugares vizinhos, aparentemente reunidos sob uma história em comum, podem ter percursos divergentes; incita ao erro, visto que a impossibilidade de desenvolver uma correcta triagem encaminha os investigadores para categorias fortemente modelizadas; requer uma sucessão de formas tipo-cronológicas¹⁷. Para Gérard Chouquer (*ibid.*: 272), ao recusar este método regressivo recusamos também uma interpretação mecânica da formação das paisagens: em face de uma “construção” mecânica poderíamos operar uma “desconstrução” das paisagens.

Já os arqueogeógrafos, em pleno contraste, têm como objectivo principal a compreensão dos processos que organizam e transmitem a paisagem no tempo. Como tal, confere-se uma especial atenção às morfogéneses, já que são elementos que organizam, regulam e garantem a transmissão das redes (ROBERT, 2011: 11).

Uma outra tendência dos investigadores são as propostas de cronologia relativa em relação às formas da paisagem (CHOUQUER, 2007a: 273). Em casos muitos concretos – por exemplo, os aglomerados populacionais que se desenvolvem em torno de uma via, designados de aldeias-ruas, têm normalmente uma cronologia posterior à da via – são aceitáveis, embora com alguma prudência. Todavia, em casos mais complexos, como as formas não planificadas, maioritárias na paisagem, devem ser recusadas. De facto, as cronologias relativas, estabelecidas sobre as cartas e fotografias aéreas, aplicando uma interpretação estratigráfica (horizontal) às formas da paisagem, não têm em consideração o princípio de *transformission*; ignorando-o, ignoram também os processos de *isoclinie*, *isotopie* e *isoaxialité*, eles mesmos fundados sobre as temporalidades diacrónicas e ucrónicas da paisagem (*ibid.*). Não têm também em consideração o facto da evolução das formas da paisagem não ser uma sucessão de formas perfeitas, planificadas e de acordo com modelos precisos, assim como a usual assincronia de situações. Como tal, na ausência de investigações arqueológicas, as quais podem proporcionar cronologias absolutas, embora dependendo de vários factores, são ilusórias as propostas de cronologia relativa traçadas apenas pela observação dos documentos cartográficos (*ibid.*: 272, 274).

¹⁷ Termo que designa as formas da paisagem que foram filiadas a uma época, uma cronologia e uma formação social e política. Assim, a sucessão de formas corresponderia a uma sucessão de formações sociopolíticas (CHOUQUER, 2000: 187).

Mas os arqueogeógrafos têm, uma vez mais, uma abordagem diferente, de tal modo que as datações não recaem mais sobre as formas da paisagem, mas sim sobre os processos (ROBERT, 2011: 163). Na verdade, reconhecidas as relações (conexão, *isoclinie*, *isotopie*, etc.) entre os objectos espaciais, os investigadores procuram compreender o que dinamiza a organização espacial, visto que são as tendências de organização que se transmitem na longa duração; já sobre as formas temos apenas uma visão deformada pelo tempo. De seguida, ao incluírem os dados arqueológicos, uma vez mais indispensáveis, conseguem propor cronologias para o aparecimento de certas tendências: a emergência de uma orientação (*isoclinie*), de um sítio (*isotopie*), de um alinhamento morfogenético (conexão, *isoclinie* e/ou *isoaxialité*), etc. Por exemplo, em Sénart, constatou-se uma clara correlação entre a trama auto-organizada e as estruturas proto-históricas e romanas. É uma observação comum em várias regiões francesas.

Para complementar as ideias acima expostas, aconselhamos a leitura do excelente trabalho de Sandrine Robert (2011), *Sources et techniques de l'archéogéographie*, amplamente utilizado em várias fases desta investigação, onde podemos encontrar casos de estudo que mostram como datar correctamente as redes viárias, parcelárias, as morfogéneses, etc.

2.4. Ocupação do espaço

Como indica Miguel Costa (2010: 46), a partir da observação das tramas podemos compreender a ocupação do espaço. Mas, para entender este fenómeno são necessários certos conceitos, os quais já foram desenvolvidos e/ou adaptados por Gérard Chouquer (2000: 130-136, 138-139).

2.4.1. Níveis dividual e individual

Recuperando a distinção proposta por Paul Klee, em 1922, entre “*dividualité*” e “*individualité*”, definiram-se os caracteres estruturais da forma (**Fig. VII**). Por um lado, o nível dividual (fr. *dividuel*) designa o elemento de uma estrutura cuja característica é a repetição idêntica, ou quase idêntica, de um elemento, obtendo-se uma trama a partir do conjunto de elementos. Por outro lado, o nível individual (fr. *individuel*) é uma acentuação de certos caracteres dividuals, ou é uma ruptura em relação a estes, individualizando a forma em relação à trama. A individualização processa-se de duas formas principais: uma, acentuação periódica de elementos dividuals de uma trama,

com qual está em concordância; outra, individualização de linhas ou superfícies em discordância com uma trama (*ibid.*: 130-131, Fig. 15).

Como Paul Klee demonstrou, uma forma da paisagem surge quando ocorre a articulação entre estes dois níveis. Efectivamente, uma forma emerge como resultado da irrupção da individualidade sobre a trama repetitiva dos elementos individuais. Encontramos na própria paisagem exemplos que ilustram a verosimilhança deste exercício teórico. Ora, observa-se o nível individual tanto na divisão regular das unidades intermediárias (como nas centuriacões romanas), que reúnem e organizam as tramas parcelárias, como na presença de anomalias (caminho oblíquo, paleoforma, etc.), as quais, em discordância, rompem com a trama regular (*ibid.*: 130-132).

2.4.2. Níveis fundamentais de organização das paisagens

Os quatro níveis fundamentais de organização das paisagens, em torno dos quais se repartem as formas, foram definidos por Gérard Chouquer (*ibid.*: 132).

Formas globais de organização, lêem-se como formas de articulação porque tentam por em coerência a paisagem natural e a paisagem social.

Formas intermediárias, conjunto de unidades que vão desde as subdivisões gerais dos territórios até às subdivisões organizadoras do parcelário – isto é, os modos preferenciais de agrupamento das menores unidades parcelárias. A título de exemplo, no período romano, entre a *pertica* (território alvo de divisão) e o *actus* (menor submúltiplo), assinalam-se várias formas (ou unidades) intermediárias, como a *centuria*, a *striga*, o *scamnum*, etc. (*ibid.*: 133). Aparecem como resposta a um problema usual, a necessidade de localizar as parcelas nos sistemas cadastrais (*ibid.* 2011a). Mas também estas formas precisam de ser localizadas, o que acontece, excepto nos sistemas quadriculados, tendo em conta a “vizinhança” e a designação da unidade superior – em Roma, a *forma censualis* designa os *fundi* e localiza-os em relação aos outros *fundi* confinantes, informando de seguida em qual *pagus* e em qual cidade eles se encontram; para Gérard Chouquer (*ibid.*), estamos em face de um princípio hierárquico. São também um critério fundamental na identificação das formas históricas, principalmente no reconhecimento das morfologias planificadas, nas quais o principal critério de identificação é a reprodução das formas intermediárias.

Formas parcelárias, além de serem marcadamente individuais ainda desenham as tramas da paisagem pela aglomeração de unidades locais. São as mais pequenas unidades de subdivisão das formas agrárias (*ibid.* 2000: 133).

Formas pontuais, têm como principal característica não integrarem indiscutivelmente a hierarquia das formas precedentes. Correspondem aos estabelecimentos, às necrópoles, aos santuários, aos símbolos paisagísticos, etc., que encontramos na paisagem. Representadas sobre os documentos cartográficos, exprimem um nível de “acontecimento” na paisagem¹⁸, com uma distribuição e probabilidade cuja lógica advém dos três níveis anteriores. Contudo, em função do importante papel que têm – por exemplo, ao exercerem um efeito polarizador –, o qual supõe uma forte individualidade, não as inserimos num nível de *dividualité* comparável às formas parcelárias (*ibid.*).

2.4.3. Emergência da planimetria

As investigações arqueológicas e arqueogeográficas têm proporcionado dados que permitem reavaliar as tradicionais propostas para a emergência da planimetria. Sob certos pressupostos, frequentemente contraditórios, que associavam o aparecimento da planimetria ao período romano, segundo o modelo colonial, ou à época medieval, de acordo com a ruptura do ano Mil, eclodiu uma outra realidade, muito mais dinâmica, e um outro período, muito mais antigo: excepto em casos pontuais¹⁹, visto que no espaço e no tempo é um processo dilatado e diverso, este fenómeno ocorreu na Proto-História, principalmente entre a II Idade do Ferro e séc. II d.C. (**Fig. VIII**), (*ibid.* 2005: 29-30)

Para Gérard Chouquer, foi durante esta fase que se processou a “continentalização” (fr. *continentalisation*) do espaço por intermédio das vias, dos caminhos, dos parcelários e das redes de habitats. Recorrendo aos termos “ilha” e “continente”, utiliza-os metaforicamente para ilustrar o processo de ocupação do espaço e de construção de um tecido contínuo: de uma prévia ocupação em locais isolados (ilhas) evolui-se para uma ocupação contínua do espaço (continente) através da difusão e conexão da planimetria viária e parcelária. Simultaneamente, o aparecimento de um habitat disperso e numeroso, como as “*fermes*” indígenas e as *villae*, reforçou-o (*ibid.*: 33-34). Mas este fenómeno de emergência não se resume só à entrada da planimetria

¹⁸ De acordo com a interpretação/tradução de Miguel Costa (2010: 47).

¹⁹ Como em Montours (Bretanha), no Noroeste de França (CHOUQUER, 2005: 30-31, Nota 4).

(vias, parcelários e habitats) no espaço, distinguindo-a dos elementos naturais. Pelo contrário, tratou-se da eclosão de uma hibridação que ressoa na longa duração, ou seja, na transformação da terra em *écoumène* (*ibid.* 2007a: 332, 335).

Para o mesmo autor, este fenómeno de emergência não distingue Roma das restantes sociedades proto-históricas. Em Itália, entre o séc. IV-I a.C., e na Gália Narbonense, entre o séc. II-I a.C., determinados locais foram alvo de várias operações de agrimensura, identificando-se, em certos casos, duas a quatro quadrículas imbricadas e sobrepostas (*ibid.*: 333). No Norte da Gália, região até aí não integrada no domínio romano, observa-se um fenómeno semelhante com a multiplicação de formas, planificadas ou não, indígenas (*ibid.* 2005: 29). A rápida multiplicação e transformação das formas e das orientações concorrentes expõem um outro fenómeno, o de *front pionnier* (*ibid.* 2007a: 335). Os geógrafos recorrem a este termo para descrever, aquando a ocupação de um espaço, a competição e, por conseguinte, a mudança de formas. Só posteriormente, na longa duração, é que acontece a sua estabilização e a perenização das vias e dos parcelários. Já a estabilização do habitat revela-se um processo muito mais demorado: a fixação das aldeias medievais, entre os séculos XI-XIII d.C., as quais nós herdámos, foi precedida por várias fases de reagrupamento selectivo (*ibid.*).

2.4.4. Redes de fundação e formação

Podemos distinguir as redes de fundação, entendidas como planificações e projectadas sobre o terreno num curto espaço de tempo, das redes de formação (**Fig. IX**), as quais apresentam uma forma relativamente regular, desenvolvem-se na longa duração e, aparentemente, não provém de uma vontade política centralizada. Embora estes traços característicos sejam úteis, é importante ter em conta que ambas são formas auto-organizadas (ROBERT, 2011: 176-177). Uma planificação só se consegue construir na longa duração (CHOUQUER, 2007a: 290-291).

3. COMPILAÇÃO DE DADOS

No seguimento do capítulo anterior, apresentamos as metodologias de recolha e compilação de dados, assim com os documentos utilizados.

3.1. Foto-interpretação

3.1.1. Fotografias aéreas verticais

O recurso às fotografias aéreas é uma prática recorrente em várias disciplinas, não sendo nem exclusivo da Arqueologia, e das várias disciplinas que estudam o espaço das sociedades antigas, nem da Arqueogeografia. Outras, como a Geografia, a Geologia, o Urbanismo, a Arquitectura, etc., usam amplamente estes documentos geométricos.

Os diferentes investigadores dispõem actualmente de vários géneros de fotografias aéreas, escolhendo-as segundo os seus objectivos e as suas características. Na elaboração desta dissertação recorreremos unicamente às fotografias aéreas verticais de alta altitude. No entanto, são apenas uma dos vários géneros existentes, contando-se as fotografias aéreas oblíquas de baixa e alta altitude e as panorâmicas, estas últimas usualmente à margem das escolhas dos investigadores.

Em Arqueogeografia, privilegiam-se principalmente os documentos geométricos (relativamente) contínuos, tal como as fotografias aéreas verticais (ROBERT, 2011: 33). Contudo, como indicámos no início deste capítulo, o recurso às oblíquas de baixa altitude era frequente nas várias disciplinas arqueológicas. Debrucemo-nos um pouco sobre o que as diferencia: nas fotografias aéreas distingue-se o ponto principal – centro da fotografia – do ponto vertical ou nadir – local do terreno em verticalidade com câmara instalada no avião no momento da captura. Enquanto nas fotografias aéreas verticais os pontos principais e verticais sobrepõem-se (isto é, alinham-se) perfeitamente, nas oblíquas os pontos divergem, formando um ângulo de inclinação considerável (*ibid.*: 77, Fig. 48). Como resultado, as fotografias aéreas verticais representam uma fonte geométrica e contínua, o que significa que dão a conhecer um espaço contínuo e sistematicamente documentado, assim como se restituem em plano mensurável, suporte para uma abordagem morfológica científica, visto que é possível recolher informações sobre as medidas, orientações, dimensões, etc. das formas presentes nas fotografias. Já as fotografias aéreas oblíquas são apenas *zooms* pontuais sobre o espaço, beneficiando dos diferentes ângulos de inclinação para obterem uma

luminosidade mais ou menos rasante que permita a observação de micro-relevos (*ibid.*: 77-78, Fig. 49). Portanto, são fontes geométricas – uma contínua e outra descontínua – facilmente dissociáveis, mas um estudo que as articule será sempre enriquecedor.

Uma especificidade muito importante a ter em consideração quando utilizamos as fotografias aéreas verticais de alta altitude é o facto de estas apresentarem um elevado grau de distorção. Explica-se pelo facto das fotografias aéreas serem sempre uma projecção cónica, colocando-se o problema da paralaxe que deforma as suas extremidades (*ibid.*: 78). A inclinação do avião no momento da captura e o relevo do terreno contribuem, agravando-o à medida que nos afastamos da área central da fotografia. Com recurso a equipamentos e conhecimentos especializados podem ser rectificadas, gerando ortofotografias, sobre as quais podemos desenvolver leituras exactas (dimensões, periodicidades, etc.) e explorar as potencialidades acima indicadas, já que têm uma projecção ortogonal e as características geométricas de um mapa (ortofotomapa). No caso concreto desta dissertação, em face dos excessivamente elevados custos desta operação, com os quais, como é lógico, não podemos comportar, usámos só fotografias aéreas. Estas foram georreferenciadas – processo que adiante detalharemos –, mas não rectificadas.

3.1.2. Reconhecimento de traços fósseis

As variações físico-químicas da composição dos solos criam contrastes que o foto-interprete pode observar (*ibid.*: 86). Com recurso a um conjunto de termos, uma linguagem própria, utilizados no exercício de foto-interpretação, podemos compreender as origens e características, ambas por vezes diversas, dos contrastes observados.

Os indícios “*phytographiques*” (ing. *crop-marks*) correspondem ao crescimento e à coloração diferencial da vegetação, ocorrendo no início do crescimento, na Primavera, e no final da maturidade, no Verão. Identificam-se as perturbações que ocorreram no solo a partir dos contrastes na coloração e dos micro-relevos formados, aquando um menor ou maior crescimento (ing. *positive/negative crops-marks*), da vegetação (*ibid.*: 87, Fig. 53). Certas estruturas interferem de desigual modo no crescimento: a presença de cal em estruturas arqueológicas, como um muro, poderá servir como fertilizante; as terras de um fosso, após um período de seca, poderão endurecer de tal forma que impedirão o crescimento substancial das culturas (MONTEIRO, 1984: 34). A revelação

dos indícios circunscreve-se, sobretudo, à área de influência das raízes (um metro no caso das espécies gramíneas).

Os indícios “*pédographiques*” (ing. *soil-marks*) são os contrastes na coloração/tonalidade dos solos associados à transformação da natureza destes. Aparecem sobre os solos nus, frequentemente no Inverno, e como resultado dos trabalhos agrícolas (ROBERT, 2011: 87).

Os indícios “*hydrographiques*” (ing. *damp-marks*) relacionam-se com as manchas de humidade. Uma vez mais, surgem sobre solos nus, maioritariamente no final do Inverno. Explicam-se de acordo com os níveis de humidade contidos nas diferentes áreas dos solos, em razão do distinto processo de evaporação. Assim, no seguimento de uma melhoria das condições meteorológicas, após um longo período de chuva, os solos secam superficialmente e os contrastes sobressaem (*ibid.*). Miguel Costa (2010: 35) alerta-nos também para termos em consideração a topografia do terreno. A verdade é que uma estrutura soterrada, implantada no sentido descende da humidade, vai funcionar como barreira, retendo e acumulando a humidade no lado em que ela surge. A compreensão deste facto é importante porque permite distinguir estruturas, identificadas por traços, de paleo-canais, que apresentam formas difusas.

Os indícios “*sciographiques*” (ing. *shadow-marks*) dizem respeito aos micro-relevos. Quando a iluminação rasante é favorável, podemos observar as mais ínfimas diferenças de relevo, as quais se traduzem em sombras. As missões aéreas de prospecção oblíqua a baixa altitude são as mais aptas, já que podem ser agendadas para períodos mais favoráveis e podemos manejar a iluminação rasante para acentuar os micro-relevos. Já as missões aéreas verticais de alta altitude, em pleno contraste, realizam-se preferencialmente em horas de pouca sombra, por volta das 12hr, mostrando-se desfavoráveis para a revelação de micro-relevos. Independentemente da natureza e/ou ocupação dos solos estes indícios são perceptíveis, sobretudo por altura de geadas, queda de neve e inundações (ROBERT, 2011: 87-89, Fig. 54).

O foto-interprete é, frequentemente, confrontado com vários indícios (*ibid.*: 88-89, Fig. 55). Exemplificando, um muro soterrado interfere no desenvolvimento da cobertura vegetal, intervindo no crescimento e na coloração (*phytographiques*) e provocando um micro-relevo (*sciographiques*).

Recuperando a distinção entre as fotografias aéreas verticais de alta altitude e as oblíquas de baixa altitude, constata-se uma nítida diferença entre as formas observadas pelo foto-interprete. Nas fotografias aéreas verticais os vestígios são muito numerosos, mas aparecem, frequentemente, mais sob a forma de manchas difusas do que traçados, tal como acontece nas fotografias aéreas oblíquas, onde é recorrente a identificação de linhas bem definidas em articulação com figuras mais ou menos geométricas (rectângulos, círculos, quadrados, etc.). Apesar dos fenómenos físico-químicos serem os mesmos, esta desigual observação explica-se pela própria realização das fotografias aéreas, acima assinalada. Não obstante, as fotografias aéreas verticais são um excelente indicador da transformação antrópica do espaço, qualidade que acresce às potencialidades anteriormente sublinhadas (*ibid.*: 89-90).

Para concluir, é usual durante a prática de foto-interpretação o reconhecimento de manchas difusas, sem aparente forma geométrica e consideravelmente extensas. Tratam-se, normalmente, de vestígios de origem geológica ou pedológica sob a forma de indícios *pédographiques* e *hydrographiques*, uma vez que sobressaem melhor com as variações de humidades, e/ou indícios *phytographiques* e *sciographiques*, visto que alteram a textura da terra e influenciam o crescimento da vegetação (*ibid.*: 91).

3.2. Carta Compilada

3.2.1. Definição de carta compilada

Para realizar a leitura e interpretação das formas é necessário elaborar uma carta compilada. Resumidamente, uma carta compilada reúne no mesmo plano geográfico e geométrico múltiplas informações planimétricas de diferentes escalas, cronologias, conteúdos e natureza, permitindo aos arqueogeógrafos elaborar uma *fonte* (*ibid.*: 15). Opondo-se às cartas arqueológicas e/ou à cartografia morfo-histórica, circunscrita às reconstituições da paisagem em períodos específicos, a carta compilada permite-nos compreender espaço-temporalmente um dado espaço porque conjuga, sobre o mesmo plano, tanto elementos activos como elementos fósseis (WATTEAUX, 2009: 206).

Magali Watteaux criticou notavelmente a noção tradicional de *fonte*, desconstruindo-a e recusando-a. O estudo dos documentos planimétricos e arqueológicos demonstra que esta noção não é pertinente, visto que subentende que a resposta, por nós procurada, é evidente, bastando apenas “debruçarmo-nos” sobre o(s)

documento(s). De facto, como sublinhou Magali Watteaux, é impossível determinar, *a priori*, que um certo documento é a fonte de uma dada questão. Ou ainda, a questão da conservação das estruturas arqueológicas comprova que a transmissão destas não ocorre de forma contínua e “incompactível”, tornando-a, em função disso, inapropriada para “fonte”, através da qual proviria todo o conhecimento sobre a ocupação do solo e do povoamento (*ibid.*: 213). A estas críticas acrescem as de outros investigadores, com destaque para os historiadores medievalistas Joseph Morsel e Ludolf Kuchenbuch. Estes dois investigadores denunciam o carácter construído e histórico desta noção e alertam para a ocultação “*des non-dits épistémologiques*” despercebidos sob uma utilização sistemática. Consequentemente, para Joseph Morsel, citado por Magali Watteaux (*ibid.*), esta noção de fonte torna um documento o ponto de partida, ainda que este seja um ponto de chegada. Aliás, mesmo o caso concreto dos historiadores, que têm os documentos como ponto de partida, não anula o facto de estes serem um objecto produzido. Também Gérard Chouquer (2007a: 217-218) critica a noção tradicional e evidencia os seus limites numa análise arqueogeográfica, dando a conhecer que não existem fontes para o social, económico, geográfico, geológico, etc., uma vez que estas categorias são impensáveis nos termos que nós, investigadores actuais, as pensamos e as aplicamos ao passado.

A reflexão de Magali Watteaux (2009: 213-214), alicerçada sobre as outras acima referidas, estende-se à própria cartografia por ela, e por nós, utilizada. A cartografia não é uma fonte sobre o espaço antigo (ponto de partida), mas sim a materialização, sob o aspecto de carta, de diferentes níveis de preocupação, perceptíveis na evolução da própria cartografia, que evoluem no tempo (ponto de chegada): entre os séculos XVI-XVII, eram comuns as cartas dos territórios e dos lugares habitados de forma a conhecer e controlar estes territórios e estas populações; no séc. XVIII, privilegiou-se a representação da rede viária, testemunhando tanto o interesse por ela existente como a influência do exército e o desenvolvimento do comércio; no séc. XIX, a evolução da cartografia, em direcção às cartas planimétricas, ocorreu, em França²⁰, por influência do projecto cadastral nacional.

²⁰ Como em Portugal, onde começou entre os finais do séc. XVIII/ inícios do séc. XIX, diante da necessidade de tornar o imposto predial mais equitativo (BEIRES *et al.* 2013: 135). Devemos ainda mencionar a *Carta Corográfica de Portugal*, à escala 1: 100 000. Disponível no sítio da internet do Museu Virtual do Instituto Geográfico Português, trata-se da primeira carta regular do país, desenvolvida maioritariamente na segunda metade do séc. XIX.

Concluindo, um documento não é uma fonte em si mesmo, mas tornar-se-á numa para resolver um problema preciso em função da sua natureza, escala, data, etc. (*ibid.*: 149) Assim, a criação de uma carta compilada, aqui sobre um sistema de Informação Geográfica (SIG), representa o modo de transformação dos documentos em eventuais fontes de conhecimento (*ibid.*: 203, 214).

3.2.2. Sistemas de Informação Geográfica

Construímos a carta compilada directamente sobre um Sistema de Informação Geográfica (SIG), neste caso com recurso ao programa *open source* QGIS, versão 2.0.1. Dufour. Existem outros programas que permitem realizar uma carta compilada, tal como o Autocad e o Illustrator, que têm como principal vantagem uma melhor representação gráfica (ROBERT, 2011: 20). Porém, ao contrário dos SIG, carecem de uma verdadeira abordagem ao espaço. Ao seleccionarmos os SIG conseguimos compilar as várias e desiguais informações numa única base de dados georreferenciada, assim como realizar análises espaciais e produzir cartografia própria.

Os SIG dispõem de várias ferramentas de análise usadas recorrentemente no estudo da ocupação dos territórios, com enfoque para os padrões de visibilidade, mobilidade e localização. Na unidade curricular de SIG em Arqueologia (FREITAS, 2013a), utilizámos o cálculo de corredores óptimos, uma análise espacial *raster* que pressupõe que os factores físicos condicionam a deslocação no espaço, traduzida em “superfícies de custo” (OSÓRIO e SALGADO, 2011: 90), na análise da rede viária da folha 250 da Carta Militar de Portugal, à escala 1: 25 000. Os resultados foram interessantes (a verdade é que não podemos omitir este facto) mas a utilização desta(s) ferramenta(s) de análise requer conscientemente alguma moderação. Somos frequentemente confrontados com estudos sobre a ocupação de um determinado espaço; mas, reflectindo sobre estes métodos, interrogamo-nos como conseguiremos compreender esse mesmo espaço quando ele próprio está ausente ou, quando presente, reduzido a um simples constrangimento físico (tal como acontece no cálculo de corredores óptimos). Na verdade, na maioria das análises o espaço aparece apenas como suporte das actividades humanas, excluindo-se, portanto, a dimensão geográfica do ser humano; opõe-se a inércia da natureza ao vigor das sociedades, princípio que consente a utilização dos actuais dados na reconstrução do(s) espaço(s) do passado; pressupõe-se correntemente um “engavetamento” crono-cultural; regista-se uma aproximação

excessivamente funcionalista; a quase totalidade das ferramentas foram inicialmente criadas para outras disciplinas, tais como a Geografia (Física e Humana), a Engenharia Geográfica, a Hidrologia, a Geologia, etc., e só posteriormente foram adaptadas e introduzidas em Arqueologia.

Com estas críticas não pretendemos excluir os SIG da investigação arqueológica – aliás, como acima afirmámos, construímos a nossa carta compilada sobre os SIG – mas, sim, acautelar o uso, por vezes indiscriminado, destes na investigação, principalmente no estudo do espaço (e dos territórios) do passado.

3.2.3. Criação da carta compilada

Elaborámos a carta compilada em várias fases:

- **Sistema de coordenadas:** seleccionámos o sistema utilizado pelo Instituto Geográfico do Exército, coordenadas projectadas métricas Hayford-Gauss/ Datum Lisboa-IgeoE (código EPSG: 102164), segundo o qual todos os dados foram georreferenciados.
- **Pesquisa bibliográfica:** contámos com a base de dados georreferenciada do “Portal do Arqueólogo” da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC); os trabalhos escolares de antigos alunos da FLUC, arquivados na Biblioteca do Instituto de Arqueologia; os trabalhos e artigos (publicados em diferentes suportes) de arqueologia.
- **Base de dados georreferenciada:** criámos uma base de dados georreferenciada, reunindo todos os sítios ou achados arqueológicos no interior da nossa escala supra-local. Inicialmente, criámos uma base de dados em formato Excel CSV (separado por vírgulas). Posteriormente, importámos a base de dados para o programa QGIS, criando para o efeito um ficheiro *shapefile*. Já no interior deste programa, realizámos pesquisas selectivas de informação recorrendo à linguagem *Structured Query Language* (SQL). Para transformar as coordenadas usámos os instrumentos disponíveis nos sítios da internet do Instituto Geográfico do Exército e do *Federal Communications Commission*. Nos casos em que não eram acompanhados por coordenadas, assinalámos a localidade mais próxima.

- **Georreferenciação dos documentos cartográficos:** o método consiste em atribuir uma coordenada – a partir de um documento previamente georreferenciado – a um ponto marcado sobre um documento. Ao marcar vários pontos, distribuídos regularmente, podemos georreferenciar diversos documentos (carta, fotografias aéreas, ortofotografias, etc.). Começámos por georreferenciar as folhas da Carta Militar de Portugal – Série M888, à escala 1: 25 000, com auxílio de uma grelha georreferenciada (mas beneficiámos do facto de algumas das folhas estarem já georreferenciadas). Concluída esta fase, georreferenciámos sobre a cartografia militar alguns dos documentos cartográficos, das ortofotografias e dos sítios ou achados arqueológicos (na ausência de coordenadas, assinalámos a localidade mais próxima), gravando-os em formato TIFF.
- **Georreferenciação das fotografias aéreas:** o método é idêntico, no entanto, como não são ortofotografias, as quais usufruem das características geométricas de um mapa, constata-se sempre um erro considerável face à realidade, agravado pela topografia e pela distância em relação ao centro da fotografia. Para minimizar o erro, georreferenciámos as fotografias aéreas verticais de alta altitude sobre as ortofotografias, as quais, enquanto fotografias rectificadas, têm muito mais elementos em comum (caminhos, edifícios, estruturas, parcelas, etc.) com as fotografias aéreas do que a cartografia militar, e restringimos os pontos marcados à área de estudo. Como resultado, as extremidades das fotografias aéreas apresentam uma distorção muito considerável; todavia, no interior da área de estudo, têm um erro muito diminuto, conservando o rigor exigido para este género de trabalhos. Foram gravadas em formato TIFF.
- **Plano topográfico:** a análise arqueogeográfica requer a criação de um plano topográfico contendo o parcelário e/ou a rede viária (ROBERT, 2011: 24-25). A recolha do parcelário depende dos planos cadastrais, sobre os quais se representa o parcelário fundiário/predial ou de propriedade, ou das fotografias aéreas verticais de alta altitude, sobre as quais observamos o parcelário de cultura, de exploração ou de uso. Na ausência de planos cadastrais, recorreremos às fotografias aéreas verticais e ortofotografias, extraindo por completo as parcelas, tal como prescreve o método de

“*relevé exhaustif*”. Este método permite desenvolver pesquisas detalhadas sobre as periodicidades e a densidade dos parcelários. Em relação à rede viária, recorreremos tanto à cartografia militar como às fotografias aéreas verticais.

- **Vectorização:** sobre os documentos cartográficos e as fotografias aéreas “desenhámos” as curvas de nível, linhas de água, caminhos, parcelas, formas fósseis, etc. guardando-os, de acordo com o conteúdo, em vários ficheiros *shapefile*.
- **Análise:** as orientações têm sempre em respeito o norte cartográfico, indicado pelas linhas verticais da quadrícula da carta (militar), e o azimute cartográfico, cujo valor, que aumenta no sentido dos ponteiros do relógio, é dado em graus. Sobre as periodicidades, têm em conta as fotografias aéreas. Como não é possível desenvolver leituras exactas, impedindo qualquer comparação com os valores de outros investigadores, procurámos apenas reconhecer a existência de regularidades métricas.

3.3. Documentos planimétricos

Podemos agrupar os documentos cartográficos e fotográficos utilizados na elaboração desta dissertação em dois grupos principais (ROBERT, 2011: 33).

Por um lado, os documentos geométricos, aos quais pertencem a Carta Militar de Portugal – Série M888, à escala 1: 25 000, com as folhas 230, 239-241, 249-251, 261-263 e 274-275, a Carta Geológica de Portugal, à escala 1: 50 000, com as folhas 19-C (Figueira da Foz) e 19-D (Coimbra-Lousã), a Carta de Reserva Ecológica Nacional (REN), à escala 1: 25 000, e os ortofotomapas de 2010 do concelho de Condeixa-a-Nova. Existem alguns programas, como o *Google Earth*, ou alguns sítios da internet, como o *Bing Maps* e o *GeoPortal*, que disponibilizam gratuitamente inúmeras informações, sobretudo cartográficas. Embora não tenhamos usado as coberturas aéreas do *Google Earth* na elaboração deste trabalho, consultámo-las várias vezes durante a definição da área de estudo. Deste grupo fazem ainda parte as fotografias aéreas verticais de alta altitude. Adquirimos ao Instituto Geográfico do Exército os voos da RAF, em 1947, e da USAF, em 1958, porém, as fotografias aéreas do primeiro voo não permitiram, por excesso de luminosidade, qualquer trabalho de foto-interpretação.

Assim sendo, utilizamos apenas as fotografias n.º 1594 e n.º 6695 do voo nº 3 da USAF, à escala 1: 26 000.

4. Uma dissertação em Arqueogeografia?

Escolhemos um título interrogativo para este subcapítulo porque somos confrontados com a ausência de uma resposta conclusiva. Com efeito, terminada a breve introdução sobre a disciplina de Arqueogeografia, da qual muito ficou por falar, ainda que, a nosso ver, tenhamos tentado, na esperança de termos sido bem-sucedidos, destacar as principais características desta disciplina, ainda persiste esta dúvida. Mas para evitar um perigoso determinismo sobre o que é ou não é esta dissertação escolhemos uma abordagem diferente: cabe aos leitores, nas suas íntimas reflexões, encontrarem a resposta para a questão acima colocada. Dar-vos-emos, porém, algumas informações.

Os últimos subcapítulos deram-nos a conhecer a importância de seleccionar os melhores instrumentos, tanto epistemológicos como metodológicos, para estudar correctamente o espaço das sociedades antigas. Desta tomada de consciência nasceu a nossa decisão em utilizar os princípios estabelecidos pela Arqueogeografia. Os surpreendentes resultados obtidos ao longo da última década, que vieram alterar por completo alguns dos paradigmas histórico-arqueológicos, até aí firmemente enraizados (ou mais correctamente inquestionados) nas nossas disciplinas, justificam a sua independência disciplinar. Uma das principais dúvidas é, muito provavelmente, o valor da Arqueogeografia enquanto disciplina independente. Para Sam Turner (2011: 150-151), o facto de ser uma disciplina autónoma dificulta a sua compreensão e divulgação. Quanto a Ricardo Villaescusa (2006a: 82; 2006b: 34), pelo menos até 2006, embora tenha concordado com a crise instalada, questionou a necessidade de uma outra disciplina, preferindo um “*asalto interdisciplinar*” (*ibid.*: 34). Na realidade, a Arqueogeografia dispõe actualmente das suas próprias teorias, da sua epistemologia, dos seus objectos de estudo, assim como dos seus métodos e protocolos científicos (WATTEAUX, 2014). Portanto, é indiscutivelmente uma disciplina independente que possui um sólido *corpus* doutrinal e gera os seus próprios conhecimentos.

A aparente ausência das sociedades nos estudos arqueogeográficos é também uma das principais dúvidas colocadas. O discurso dominante em Arqueogeografia promove o estudo do espaço das sociedades antigas – a transformação do espaço geográfico em

“*écoumène*” – e dos dinâmicos processos de transmissão das formas no espaço e no tempo (CHOUQUER, 2003: 17; 2007a: 38). Como mencionámos anteriormente, quer os trabalhos de Miquel Barceló (1989; BARCELÓ *et al.* 1996), quer os de Ricardo Villaescusa (2002; 2006a; 2006b), centrados sobretudo na compreensão das sociedades (pré-industriais), o único sujeito histórico (*ibid.* 2006a: 71), influenciaram-nos profundamente, de tal forma que partilhámos esta dúvida até muito tarde, ou seja, a incapacidade da Arqueogeografia gerar conhecimentos sobre as sociedades, mais precisamente sobre as estratégias (técnicas, sociais, políticas, económicas, etc.) que as diferentes sociedades adoptaram na ocupação dos espaços. Aliás, é ainda hoje uma das nossas principais preocupações.

Perante os resultados de Claire Marchand sobre o processo de auto-organização das centuriacões romanas, Ricardo Villaescusa (*ibid.*: 82-83) questionou-se se face às formas auto-organizadas, construídas e reforçadas na longa duração, estávamos perante uma autonomia campesina. E se sim, de quem e de que forma. Também observou, considerando os dados arqueológicos e morfológicos sobre as comunidades e os espaços agrícolas de Al-Andalus, que a autonomia campesina, no sentido de criar novos espaços agrários (irrigados), estava de acordo com a crítica ao modelo historicista (uma forma-um poder-uma época) desenvolvida por Claire Marchand (*ibid.*: 83).

Os diferentes interesses que os investigadores têm não são, a nosso ver, totalmente opostos. Muito pelo contrário, complementam-se perfeitamente, inaugurando uma nova fase no estudo das sociedades antigas tendo em consideração todas as suas dimensões. A compreensão do complexo processo de transmissão das formas no espaço e no tempo assinala a necessidade de trabalhar na longa duração, o que conseqüentemente relativiza os tradicionais determinismos socio-históricos e cronológicos e sublinha a importância de períodos tradicionalmente ausentes na construção das formas planimétricas (como a Alta Idade Média). Em relação ao estudo do “*écoumène*”, a sua interpretação – “*la terre humanisée, habitée, appropriée, intériorisée, aménagée, telle et en mouvement, donc transformé, héritée et transmise (...)*” – subscreve, na nossa opinião, a exigência em conhecer as estruturas e estratégias sociais, técnicas, económicas, políticas, etc., que permitem essa transformação. Para nós, as estratégias adoptadas e as estruturas criadas são inseparáveis das relações entre os diferentes elementos de uma comunidade ou do contacto desta com outras – os espaços irrigados de Al-Andalus são uma opção social; pondera-se, inclusivamente, que os processos autónomos de trabalho dos camponeses

impediam o aparecimento de senhores feudais, em virtude do cultivo de produtos fugazes, impossíveis de serem integrados na lógica da renda feudal, e de uma produção direccionada para a satisfação das necessidades da comunidade campesina (BARCELÓ *et al.* 1996: 51, 67, 93-94).

Para ilustrar esta complementaridade, recuperamos a resposta de Magali Watteaux (2015) às críticas dos historiadores e arqueólogos sobre a incapacidade da Arqueogeografia em contribuir para o esclarecimento de certos aspectos socioeconómicos das sociedades. Esta investigadora salientou o facto desta disciplina ter dado a conhecer a existência de agrimensores na Idade Média (pelo menos desde o séc. XIII), da difusão, na Europa, de um modelo semelhante de organização do espaço agrário colonizado, de sistemas de medida coerentes e relacionados, de uma reestruturação radical dos parcelários herdados no âmbito da *Re población* dos reinos cristãos peninsulares, de práticas de atribuição de terras, etc., tendo concluído que o problema é a diferente concepção do que é o “social” – Bruno Latour definiu-o em quatro sentidos – entre os investigadores: as materialidades podem, de facto, constituir o social.

Portanto, mantendo a independência disciplinar da Arqueogeografia, salvaguardada em todas as fases da investigação, propomos uma cooperação entre os diferentes interesses dos investigadores que estimule um proveitoso exercício intelectual sobre as sociedades, dando, assim, a conhecer realidades até aí desconhecidas, frequentemente “aprimonadas” em certas disciplinas académicas. Recentemente, Jorge de Alarcão, na apresentação da obra *Quels scénarios pour l’histoire du paysage? Orientations de recherche pour l’archéogéographie*, afirmou que a “interrogação do título exprime, não um desnorte ou perplexidade do investigador, mas um apelo à discussão e à crítica” (CHOUQUER, 2007a: 19). É, precisamente, no centro dessa discussão que colocamos a nossa dissertação.

PARTE III

ANÁLISE MORFOLÓGICA

Embora imbricadas na longa duração, para compreender a rede viária e a rede parcelar das actuais localidades de Ega, Arrifana e Picota, objectivo desta dissertação, torna-se necessário, se não obrigatório, no seguimento da PARTE II, seleccionar diferentes áreas de estudo, sobre as quais aplicámos distintos métodos de análise. Nomeadas como escala regional e supra-local, para a rede viária, e escala local, para a rede parcelar, recordamos que os limites das diferentes áreas objecto de estudo estão definidos no início da PARTE I (1.1. Introdução).

Nesta fase, aplicámos exclusivamente uma análise morfológica aos elementos da rede viária e da rede parcelar, que em seguida apresentamos.

1. REDE VIÁRIA

Propomos analisar a rede viária que corre, no sentido sudoeste-nordeste, por Ega, Arrifana e Picota, em direcção a *Conimbriga*, posteriormente a Condeixa-a-Velha e a Condeixa-a-Nova, para compreendermos a evolução dos seus elementos e a importância destes nos parcelários e nos espaços de habitat.

1.1. Dinâmicas da rede viária

Tradicionalmente, a investigação procurava, numa primeira fase, os segmentos (confundido os itinerários e os traçados) para montar, numa segunda fase, uma rede. No modelo proposto por Éric Vion (1989: 69), a abordagem é inversa: privilegia a rede, tornando-a o ponto de partida da investigação, para reconhecer os segmentos. Ao observar a rede viária actual como o resultado de sucessivos estratos dispostos uns sobre os outros, considerou que esta continha em si indícios da sua própria história, sendo possível trabalhar a partir dela, ou seja, a partir dos actuais documentos cartográficos. Em função disso, analisou-a de acordo com um método regressivo e uma cronologia relativa – recorrendo, essencialmente, às cartas, aos documentos escritos e aos vestígios arqueológicos – e um método sistemático, inserido cada segmento da rede no conjunto – conferindo-lhe, assim, sentido. Como resultado, “*l’interprétation devra en effet toujours*

s'inscrire dans un ensemble cohérent, tant du point de vue spatial (systématique) que chronologique (régressif) ” (ibid.).

Esta abordagem não pressupõe uma história da rede viária estática, condicionada por um rígido determinismo geográfico. Pelo contrário, trata-se de uma história dinâmica e ainda hoje, visível na actual rede viária, activa (*ibid.*: 72). Para Éric Vion, a ideia de um “*réseau de couloirs naturels de communication potentielles*” é um facto – os caminhos não se inscrevem aleatoriamente na paisagem, procurando evitar passagens difíceis, como importantes formas oro-hidrográficas (*ibid.*) –, no entanto, como interpretou Magali Watteaux (2009: 264-265), esclarecendo ainda melhor que o autor, o termo “*potentielles*” não permite uma leitura determinista, ou seja, estes corredores naturais não impedem que os itinerários se desloquem. A evolução dos itinerários subscreve um importante facto da história da rede viária: a concorrência, seja por parte dos centros regionais, dos poderes senhoriais ou do próprio Estado, seja por motivos políticos, militares ou económicos (VION, 1989: 72). Desta forma, não é só um estudo da rede viária, mas também da história territorial e política. Este facto estende-se para além da morfologia da rede viária, manifestando-se, na maioria das vezes, nos próprios documentos escritos (*ibid.*).

Antes de avançarmos, precisamos a noção de rede viária, a qual surge da interacção de três níveis (**Fig. X**)²¹ que se regem por escalas espaço-temporais diferentes:

- Fluxo (e itinerário): designa as relações entre dois centros e implica um deslocamento de pessoas, mercadores, etc., baseado na mobilidade. A sua materialização ocorre sob a forma de traçado(s), destinado a permitir a comunicação entre centros (ROBERT, 2003a: 437). Este conceito aproxima-se do de itinerário desenvolvido por Éric Vion (1989: 77), entendido como a mais curta ligação viária entre dois pontos – neste caso, centros regionais, apesar deste conceito se adaptar a todas as escalas, de tal modo que uma relação entre duas aldeias constitui um “itinerário local” (ROBERT, 2003a: 467, Nota 164). A reflexão de Sandrine Robert sobre este conceito concede-lhe uma outra dinâmica espaço-temporal: o itinerário inscreve-se na escala global (relação entre centros regionais),

²¹ Consultar a PARTE II (2. ARQUEOGEOGRAFIA: UMA NOVA DISCIPLINA).

mas também local, visto que o fluxo se materializa por uma sucessão de situações locais sobre o terreno (*ibid.*: 438).

- Traçado: corresponde à materialização do fluxo, à forma em plano da via. Segundo o conceito de itinerário, a forma ideal seria a ligação pelo caminho mais curto. Um traçado pode ser um projecto *ex nihilo*, associando itinerário e traçado, tal como as antigas vias romanas ou as actuais auto-estradas, ou, como ocorre maioritariamente, ser constituído por um conjunto de troços heterogéneos, pertencentes a todos os períodos, que entram no mesmo itinerário (*ibid.*).
- Modelado: representa a viabilidade da via, ou seja, a forma do caminho sobre o terreno. O traçado é constituído, à escala do terreno, pela sucessão de modelados (*ibid.*). Este último nível não foi formalizado por Éric Vion (WATTEAUX, 2009: 266).

Para além da interacção destes três níveis, a rede viária é dinamizada pelo “conflito” – entendido como uma morfogénese – entre o fluxo e o modelado, uma vez que um obstáculo no último se traduz por um deslocamento do primeiro (ROBERT, 2003a: 446). Em diferentes casos de estudo apercebemo-nos que os conflitos ocorrem, por um lado, entre o fluxo e o modelado do próprio caminho (uma ponte, uma via revestida, etc.) e, por outro lado, entre o fluxo e o modelado de elementos locais (cursos de água, recintos, densidade urbana, etc.). Em Marines, a incompatibilidade entre o fluxo (tráfego) de grande percurso e o modelado da rua (estreiteza da calçada, estacionamento, etc.) determinou um desvio pelo exterior do centro urbano e a construção de um modelado específico, que “harmonizou” este novo troço – neste caso, reutilizando parcialmente o antigo “*chemin de Traverse*”, que fazia parte do itinerário Paris-Dieppe – com o restante traçado do fluxo de grande percurso (*ibid.*: 446-447). Estes conflitos regulam-se, então, pela diversidade de traçados possíveis no interior do feixe potencial de atracção da via (isto é, no interior do qual o traçado pode variar sem correr o risco de alterar a trajectória do itinerário). Portanto, constatamos, por um lado, que a perenidade dos itinerários contrasta com a (depende da) mobilidade dos traçados e, por outro lado, que o traçado surge como um importante nível intermediário, uma vez que mantém o itinerário no seu domínio de atracção ao regular localmente os conflitos entre fluxos e modelados, assegura a ligação entre o local e o regional e garante um certo equilíbrio (*ibid.*: 447-448).

Estes conflitos são o factor da resiliência e da auto-organização das redes viárias na longa duração: como determinados modelados são como obstáculos para os fluxos, perturbando-os, estes, ao reagirem, criando novos traçados ou transformando os modelados, asseguram a manutenção do itinerário, ainda que ocorram, naturalmente, mudanças no detalhe das formas; aplicam-se também à interacção entre as vias de grande percurso e os estabelecimentos, uma vez que existem as perturbações necessárias (*ibid.*: 449). Porém, para compreender a resiliência das redes é preciso uma reflexão sobre as relações entre a escala global e local, uma vez que os elementos que as compõem têm diferentes temporalidades. Um exemplo desta relação é quando um habitat (local) captura os traçados de um itinerário (global), tornando-o durável (*ibid.*).

Para concluir, estes factos não só refutam a tradicional evolução linear da história das formas, como comprovam, a nosso ver, que as redes (não só viárias) são tecidos dinâmicos que respondem, sob a forma de diferentes materializações, aos vários estímulos, quer antrópicos, quer naturais, a que são sujeitas.

1.2 Escala Regional

Estende-se, longitudinalmente, por 30 km e, latitudinalmente, por 24 km.

1.2.1. Triagem numérica

À escala regional, começámos por aplicar o método de triagem numérica (fr. *tri numérique*) para compreender a rede viária que corre por Ega, Arrifana e Picota. Este método permite identificar itinerários desaparecidos e as diferentes estruturas da rede viária, distinguindo os centros populacionais de acordo com o número de traçados que irradiam: centros de escala local, com cinco ou sete traçados; centros de escala regional, com oito ou nove traçados; centros de escala supra-regional, com dez ou mais traçados (**Mapa 14**). Ligando-os, obtemos as redes locais, regionais e supra-regionais (VION, 1989: 82-83).

Normalmente, aplica-se este método sobre documentos cartográficos à escala 1: 100 000, tornando-o, portanto, útil para analisar extensas áreas. Não obstante, não existe nem um documento, nem uma escala pré-determinada, dependendo dos documentos disponíveis e dos objectivos definidos por cada investigador. Por exemplo, Miguel Costa (2010: 56) aplicou, com excelentes resultados, este método directamente sobre as fotografias aéreas, comparando-as a diferentes escalas.

No nosso caso de estudo, seleccionámos as folhas da segunda edição da Carta Militar de Portugal – Série M888, à escala 1: 25 000, porque oferecem uma representação pormenorizada dos topónimos, estradas, caminhos – fundamental quando sabemos que as antigas vias subsistem sob a forma de simples caminhos rurais ligando actualmente as povoações – e locais de passagem. A esta vantagem opõe-se a dificuldade de analisar extensas áreas, limitando, em parte, a aplicabilidade do método: ainda que a área de estudo seja considerável, tendo proporcionado bons resultados, não é excessiva²².

Conhecem-se, no entanto, limitações que condicionam a aplicabilidade deste método. Diante deste facto, Éric Vion (1989 : 84) considerou-o como “*une autre forme d’analyse archéologique, certes plus grossière*”. Como todos os métodos de análise da rede viária, não tem em conta as vias fluviais e marítimas, saindo prejudicado em regiões, actualmente ou outrora, próximas de importantes cursos ou superfícies de água, tal como a região que propomos analisar. Consequentemente, alguns dos centros populacionais que integraram ligações flúvio-marítimas, inscrevendo-se em redes regionais, supra-regionais ou mesmo supranacionais, podem não estar correctamente representados (morfologicamente) neste método, visto que apenas se contabilizam os traçados viários.

À semelhança de outros investigadores (WATTEAUX, 2009: 246; COSTA, 2010: 57), propomos o uso das fontes escritas, de diferente natureza, porque estas, com maior ou menor certeza, informam-nos a respeito da importância de algumas localidades. Por exemplo, Vila Nova de Anços, na margem leste do rio Arunca, aparece como centro de escala local, no entanto, podemos estar perante um centro mais importante, provavelmente de escala regional: no reinado de D. Afonso IV, em resultado de uma política de favorecimento de pontos-chave no intercâmbio flúvio-marítimo, o concelho de Montemor-o-Velho perdeu esta vila e a de Buarcos (COELHO, 1989: 473-474).

²² A *Carta Corográfica de Portugal*, à escala 1: 100 000, com as folhas 13 (Coimbra) e 16 (Leiria), seria, assim, o documento cartográfico mais apropriado. Comparada com as cartas contemporâneas, a antiguidade desta carta seria, aparentemente, uma das principais vantagens, mas o facto das redes viárias serem o resultado de uma evolução na longa duração, misturando elementos de todos os períodos, permite-nos utilizar os actuais documentos cartográficos.

1.2.2. Resultados

A partir do método *tri numérique* foram contabilizados 164 centros de escala local, 25 de escala regional e 12 de escala supra-regional. Sobre as localidades de Ega, Arrifana e Picota, mencionam-se só as duas primeiras, integrando-as, respectivamente, nos centros de escala supra-regional e local. Em termos administrativos, apenas Ega é sede de freguesia, na qual se incluem Arrifana e Picota, no concelho de Condeixa-a-Nova

Para nordeste, as ligações entre Pombal, Guia, Louriçal, Almagreira, Soure, Ega, Condeixa-a-Nova e Coimbra constituem a rede supra-regional (**Mapa 15**). Destes centros supra-regionais, referem-se como sedes de freguesias, Ega e Almagreira, Louriçal e Guia, no concelho de Pombal; sedes de concelho, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Soure e Pombal; sede de distrito, Coimbra. Observando a localização destes centros, verificamos que acompanham a orientação definida, distribuindo-se, maioritariamente, nas áreas centrais e meridionais. Constatámos também que, com excepção da Guia, todos os centros supra-regionais implantados nas terras baixas e planas do Mondego, aos quais se soma Verride (sede de freguesia, no concelho de Montemor-o-Velho), distribuem-se sobre os principais cursos de água da região, com destaque para os afluentes do rio Mondego, sobretudo o rio Arunca, que reúne ao longo do seu curso três centros.

As ligações entre Simões, Venda Nova, Alencarce de Cima, Rebolia, Condeixa-a-Velha, Cernache e Cruz de Morouços estruturam a rede regional (**Mapa 16**). Contam-se apenas duas sedes de freguesia, Cernache, no concelho de Coimbra, e Condeixa-a-Velha, no concelho de Condeixa-a-Nova. Estes centros regionais conservam alguma distância dos principais cursos de água, no entanto, ao incluir os locais de Carvalhal da Azóia, Marco, Ribeira da Mata, Sebal Grande (este último sede de freguesia, no concelho de Condeixa-a-Nova), Pereira, Taveiro e Corujeira, localizados na planície aluvial, apercebemo-nos que existe uma preferência pelos principais cursos de água, ainda que, em comparação aos centros supra-regionais, alguns mantenham uma maior ou menor distância. Surpreendentemente, não existe nenhum centro regional ao longo do rio Pranto, importante afluente do rio Mondego. Aliás, não só se conhecem unicamente dois centros regionais a oeste do rio Arunca, como não se assinala nenhum a sudoeste, contrastando com a distribuição dos centros supra-regionais.

Perante uma rede local extraordinariamente densa, individualizámos unicamente os centros locais que se estabelecem sobre as redes supra-regionais e regionais no sentido nordeste (**Mapa 17**). À semelhança de Magali Watteaux (2009: 241), apercebemo-nos que os traçados locais são retomados para ligar os centros hierarquicamente superiores. Tratam-se dos locais de Mourisca de Cima, Mourisca de Baixo, Pinheirinho, Sazes, Assanha da Paz, Aldeia dos Anjos, Estrada, Moncalva, Pelariga, Venda da Cruz, Aldeia dos Redondos, Meires, Charneca, Bonitos, Salgueiro, Moita do Boi, S. João da Ribeira, Paço, Casais de Além, Borda do Rio, Vascos, Portela, Carrascos, Vale Nabão, Sobral de Baixo, Mogadouro, Figueirinha, Quintas das Meãs, Carvalhal, Quinta de São Bento, Paleão, Pinheiro, Presa, Relves, Vale da Oliveira, Alencarce-de-Baixo, Cascão, Serrazina, Arrifana, Casconha, Sobreiro, Valongo e Santa Clara. Administrativamente, apenas Santa Clara é sede de freguesia, no concelho de Coimbra.

Concluímos, ao reflectir sobre o estatuto administrativo dos centros supra-regionais e regionais. Dos primeiros, em 12 centros apenas um, o local de Vale de Todos, na freguesia e concelho de Ansião, não é centro administrativo. Dos segundos, em 25 centros apenas oito, os locais de Degracias, no concelho de Soure, Alvorge, no concelho de Ansião, Zambujal, no concelho de Condeixa-a-Nova, Almalaguês, no concelho de Coimbra, e Penela, sede de concelho, que acrescem aos anteriormente indicados, são centros administrativos. As localidades que exercem, actualmente, funções administrativas têm uma importância na rede viária, seja como resultado destas funções, seja como reflexo de uma anterior, e dinâmica, história viária, ambas numa relação de causa-efeito. No caso concreto das localidades que não são, actualmente, centros administrativos, a última hipótese revela-se credível. Com isso queremos dizer que não existe, pelo menos na nossa área de estudo, uma rígida relação entre a importância administrativa e a importância viária. Na verdade, regem-se por lógicas distintas, visto que o estatuto das localidades é muito mais flutuante, no espaço e no tempo, do que os traçados viários que irradiam delas, construídos na longa duração²³. Embora distintas, estas lógicas são complementares: a variabilidade do estatuto denuncia a concorrência política, territorial, económica, social, etc., entre múltiplos participantes, mas estimula a evolução dos itinerários (VION, 1989: 72).

²³ Porém, em certos núcleos populacionais, como Coimbra, Soure, Ega, etc., dificilmente são dissociáveis.

1.3. Escala supra-local

Estende-se, longitudinalmente, por 13 km e, latitudinalmente, por 11 km.

1.3.1. Triagem gráfica

Reconhecidos os itinerários e distinguidos os centros populacionais, aplicámos o método da triagem gráfica (fr. *tri graphique*). Este método diferencia a rede local, que tem como função ligar as localidades e estas aos espaços comunitários, da rede supra-local, que denuncia uma rede regional frequentemente muito mais antiga (VION, 1989: 75-79).

De acordo com o método, começámos por distinguir a rede local, os caminhos que irradiam das localidades, da supra-local, os traçados (designados de “anomalia”²⁴) que não integram ou ultrapassam a lógica viária precedente, denunciando a forma hierárquica da rede (*ibid.*: 79). De seguida, completámos os traçados da rede supra-local com troços da rede local, seleccionando, para o efeito, os caminhos mais curtos e directos (**Mapa 18**). A intermitência é uma das características destes traçados, em razão da forte integração (leia-se, captação) entre as redes locais e regionais (*ibid.*: 76, Fig. 5a). Concluímos, na PARTE IV, com a consulta das informações documentais, históricas, arqueológicas, etc., propondo, através do método regressivo, uma leitura cronológica dos traçados.

Como é aconselhado, usámos as folhas da segunda edição da Carta Militar de Portugal – Série M888, à escala 1: 25 000. Decidimos enriquecer esta análise com os

²⁴ Trata-se de um termo problemático, visto que induz, ainda na fase inicial da investigação, uma distinção cronológica e hierárquica ao pressupor que os caminhos da rede local datam do período medieval e que os traçados da rede regional remontam a períodos mais antigos (ROBERT, 2003a: 353). Não obstante, em certos casos, como aqueles em que os estabelecimentos medievais se implantam sobre eixos de comunicação regionais, integrando-os, simultaneamente, na rede local, a distinção torna-se mais complexa. Éric Vion (1989: 77) compreendeu este facto, mas não alterou as fases de análise; a distinção não deve ocorrer na fase inicial, mas sim na fase final da investigação, durante a leitura cronológica dos traçados. Para Magali Watteaux (2009: 273), é também um termo dúbio porque se trata, antes de mais, de um fenómeno de “discordância” (termo mais neutro) e de níveis de imbricação das formas (e não tanto de cronologias), mas também porque estas “anomalias” revelam-se importantes quando queremos estudar os parcelários e os elementos que os estruturam.

No seguimento desta ideia, na fase inicial da investigação considerámos todos os traçados, mesmo os mais recentes, como é o caso dos que percorrem os vales, actualmente assoreados, do rio Arunca e do rio de Mouros.

resultados da carto e foto-interpretação²⁵ em redor das localidades de Ega, Arrifana e Picota e dos traçados que as percorrem, no sentido nordeste. Aplicámos, por isso, os princípios enunciados por Sandrine Robert (2011: 152-154), nomeadamente de *isoclinie*, reunindo sob a mesma orientação (itinerário) diversos traçados; de *isoaxialité*, recolhendo todos os elementos, independentemente do modelado (limite parcelário, administrativo, etc.) e do estatuto (forma fóssil, activa, etc.), susceptíveis de corresponderem a um “alinhamento notável” (fr. *alignements remarquables*), e, conseqüentemente, a um antigo traçado viário; de morfogénese, prestando atenção aos “cruzamentos notáveis” (fr. *carrefours remarquables*), ou seja, aos pontos morfogenéticos, normalmente locais de ocupação ou de passagem desaparecidos (pontes, passagens a vau, etc.), que geram/atraem caminhos.

Por último, para compreender os traçados supra-locais, que, como é certo, não se circunscrevem aos limites seleccionados, seguimo-los, com a necessária precaução, para além da área de estudo.

1.3.2. Resultados

1.3.2.1. Rede supra-local

No geral, os traçados que organizam a rede viária supra-local caracterizam-se por serem heterogéneos, sendo constituídos por diferentes troços, e por terem orientações flexíveis, tendo oscilações mais ou menos pronunciadas. Apesar destas características, comuns às vias não planificadas (*ibid.*: 166), foram organizados, de acordo com as suas orientações, em itinerários coerentes. No total, identificámos 22 itinerários, nomeados alfabeticamente de A a V, estruturados em quatro eixos principais: sul-norte, os itinerários E, K, M, P, Q e R (**Mapa 19**); sudoeste-nordeste, os itinerários A, B, C, D, H, I, e T (**Mapa 20**); sudeste-noroeste, os itinerários F, G, J, L, N, O, S e U (**Mapa 21**); oeste-este, o itinerário V (**Mapa 22**). Estes eixos de circulação denunciam uma rede viária extraordinariamente densa, resultado das sucessivas fases de circulação²⁶

Em relação a Ega, Arrifana e Picota, correm para/por estas localidades, respectivamente, os itinerários A, E, J, N e R; os itinerários A, B e F; o itinerário F

²⁵ Recorremos às três edições (1947, 1982 e 2002) da folha 250 (Soure) da Carta Militar de Portugal, à escala 1: 25 000, à Carta Geológica de Portugal, à escala 1: 50 000, e às fotografias aéreas de 1958, à escala 1: 26 000.

²⁶ Tal como constatou Éric Vion (1989: 79) na sua área de estudo.

(**Mapa 23**). A par de Ega, as vilas de Soure, Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova são os principais núcleos viários, percorrendo para/por estas vilas, respectivamente, os itinerários A, D, G, I, K, O, P, Q, S e U; os itinerários A, L e M; os itinerários A, B, L, M e V (**Mapa 24**). Constatamos, assim, que os traçados que compõem a rede viária supra-local servem, simultaneamente, de rede local.

Destes núcleos, a vila de Soure emerge como principal centro viário, muito provavelmente em razão da sua estratégica localização, na confluência de eixos viários e fluviais. Observando a rede supra-local, a norte de Soure, apenas três itinerários (J, T e V) superam o vale do rio Arunca, transpondo-o, na maioria das vezes, em locais estratégicos, seja em Vila Nova de Anços, seja na Quinta de S. Tomé, seja no Alto da Malhada (na área do Carrascal), na margem contrária ao Cabeço Mucate. Subindo o rio Arunca, entre o estreitamento da Costa de Arnes (64 m), a norte, e do Cabeço Mucate (66 m), a sul, o vale deste rio atinge uma largura que varia entre os 1800-2200 m, seguindo-se, aquando do Cabeço Mucate, em conjunto com outras elevações de calcários dolomíticos, como o Alto da Malhada (60 m) e o Crasto (44 m), um estreitamento, na ordem dos 100 m, e uma mudança brusca na orientação do rio, aparecendo depois, nas imediações de Soure, uma área abrigada, propícia ao estabelecimento de comunidades humanas (CUNHA, 1986: 30). Face ao extenso vale do Arunca, a norte de Soure, compreende-se a importância desta vila na estruturação da rede viária.

Prospectando a rede supra-local, apercebemo-nos da existência de um “cruzamento notável”, ou seja, de um ponto morfogenético, ligeiramente a sudeste da aldeia do Casal da Missa e a noroeste da vila de Ega. De facto, neste local cruzam-se os traçados dos itinerários I, J, K, T e V. No interior do cruzamento, implantado sobre uma pequena elevação (102 m), embora sem contrastar com a paisagem circundante, as suaves colinas gresosas, que raramente ultrapassam os 100 m, identificámos uma forma circular, estruturada pelos traçados viários, por carto-interpretação²⁷. Actualmente, não é um local totalmente ermo; todavia, não está, aparentemente, de acordo com a importância viária que emana. Os únicos constrangimentos físicos que poderiam condicionar os traçados, obrigando-os a convergir num determinado ponto, aparentam ser os ribeiros de S. Tomé e do Gaio, ainda nas suas fases iniciais. Mas questionamo-

²⁷ Apenas visível na primeira edição (1947) da folha 250 da Carta Militar de Portugal - Série M888, à escala 1: 25 000.

nos se não seria um local de ocupação muito mais antigo, actualmente reduzido a um número diminuto de habitações.

1.3.2.1. Itinerário A

De acordo com a nossa proposta, analisar a rede viária que corre por Ega, Arrifana e Picota, no sentido sudoeste-nordeste, centramos a nossa atenção no Itinerário A.

O Itinerário A entra na área de estudo nas imediações de Soure e desenvolve-se em dois traçados principais, 1a e 1b (**Mapa 25**); 2a, 2b e 2c (**Mapa 26**).

▪ Traçado 1a

De Soure, segue para Pinheiro, a norte do relevo dolomítico do Matotinho (85 m), e atravessa os terrenos de aluvião do ribeiro da Milhariça, abaixo dos 30 m. De seguida, avança para Alencarce de Cima, que percorre ao longo dos 90-110 m, Cascão, Rebolia de Cima, onde atinge valores ligeiramente acima dos 130 m, e Serrazina, descendo para os 70-80 m. Entre estas localidades, desenvolve-se sobre os “arenitos do Carrascal”, acompanhando, a sul, os afloramentos calcários do Jurássico, responsáveis pelo anticlinal de Cabeça Gorda (154 m). De Serrazina, ultrapassa os afloramentos calcários, deixando-os a sul, e continua, quase sempre acima dos 50 m, para Arrifana e Ladeira, onde vence o rio de Mouros: trata-se de um importante ponto de passagem porque encontra-se a jusante do “canhão” flúvio-cársico, que atinge, em certas alturas do ano, proporções impressionantes, tornando-o intransponível, e a montante da exurgência de Arrifana, que confere um regime de águas permanente, até aí variável, ao rio de Mouros.

Paralelo a este troço, refere-se um outro, identificado por foto-interpretação, aplicando os princípios de *isoclinie* e *isoaxialité* (e *alignements remarquables*), que prossegue de forma precisa, entre as curvas de 60-70 m, ao longo de 656 m (**Mapa 27**). Uma ida ao campo permitiu recolher testemunhos orais que confirmaram a existência de um antigo caminho (**Fig. XI e XII**). Tal como é perceptível na fotografia aérea de 1958, o troço oeste não existe, embora persista, numa lógica de *transmission* – provavelmente (uma vez que não há um corte estratigráfico, como em Pierrelatte), de acordo com os princípios de *isoclinie* e *isotopie* –, no alinhamento de árvores, ou seja, ocorreu a transformação da função e do modelado, mas perdurou a forma em plano. O

troço este mantém-se como um simples caminho rural, tendo só um dos lados constituído por pedra solta, limitando e servindo as parcelas agrícolas (**Fig. XIII**).

Retomando, transposto o rio, o traçado prossegue para Condeixa-a-Velha, assente sobre os tufos calcários da “Plataforma de Condeixa”, com valores entre os 100-110 m, e Valada, saindo aí da área de estudo.

▪ **Traçado 1b**

De Soure, segue para Carvalheira, atravessa o ribeiro da Milhariça na zona mais baixa, entre os 16-19 m, e Alencarce de Baixo, que se eleva acima dos 50 m. Desta localidade, avança até Rebolia de Cima, onde entronca no traçado 1a, pelas áreas mais baixas ao acompanhar um simples curso de água e evitar, quer a norte, quer a sul, as mais proeminentes formas de relevo, ainda que seja sobre os afloramentos calcários. Como resultado, só no troço final, perto de Rebolia de Cima, onde atinge os 137 m, é que ultrapassa os 100 m. Percorremos a pé o troço entre Alencarce de Cima e Rebolia, confirmando a suavidade deste trajecto (**Fig. XIV**).

▪ **Traçado 2a**

Com um início semelhante ao traçado anterior, ao transpor o ribeiro da Milhariça, sobe gradualmente até Portela e Junqueira, quase sempre abaixo da curva dos 50 m. Em Junqueira, ao flectir para Cavaleiros, o traçado divide-se em dois pequenos caminhos, que se unem à entrada da localidade de Ega: por um lado, sobre os “arenitos finos de Lousões”, por valores entre os 60-70 m; por outro lado, sobre os “arenitos do Carrascal”, por cotas entre os 90-110 m, culminando nos 120 m – deste pequeno caminho emerge, por foto-interpretação, de acordo com o princípio de *isoclinie*, um outro, evitando seguir por valores superiores aos 100 m. Percorrida a vila de Ega, o traçado beneficia de um estreitamento natural do vale do rio de Mouros para superar este curso de água. De seguida, continua para S. Fipo e Condeixa-a-Nova, subindo gradualmente até alcançar valores na ordem dos 90-110 m, comuns aos tufos calcários de Condeixa.

▪ **Traçado 2b:**

Identificado sobre as fotografias aéreas, utilizando os princípios de *isoclinie* e *isoaxialité* (e *alignements remarquables*). Começa a sudoeste de Cavada e acompanha, a norte, o traçado anterior, percorrendo as suaves formações de “arenitos finos de

Lousões”, entre os 50-70 m, até aos locais de Casal da Fonte e Barreiros. Superado o rio de Mouros, a norte do traçado 2a, numa área sensivelmente mais baixa, entre os 30-40 m, segue para Quinta do Vale, Quinta do Cangalho e Fornos de Castel, onde bifurca, entroncando no 2a ou 2c.

▪ **Traçado 2c:**

Aparece só após a travessia do rio de Mouros. De facto, ao contrário dos anteriores, prossegue para norte, ao encontro das localidades de Casal da Estrada, Barreira e Alto do Poço, por zonas planas, na ordem dos 50 m, continuando para além da área de estudo. Para além dos distintos trajectos, estes traçados percorrem diferentes formações geológicas, nomeadamente os “calcários apinhoados da Costa de Arnes” e, uma vez mais, os “arenitos finos de Lousões”.

Compreendido entre Soure, a sudoeste, Conimbriga, Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova, a nordeste, torna-se difícil precisar, no exterior da área de estudo, os traçados do Itinerário A, visto que, a partir destas localidades, importantes centros viários, poderão flectir em várias direcções, embora a orientação principal do itinerário, nordeste/lés-nordeste, os guie para Coimbra, ou sul desta cidade. Nas zonas setentrionais, o traçado 1 prolongar-se-á quer para Alcabideque, Bem da Fé e Alcouce, ao encontro de Almalaguês, quer para Casconha e Cernache, ao encontro de Coimbra; o traçado 2 estender-se-á para Orelhudo, Vila Nova, Vendas da Pousada, Telhadela e Abrunheira, nas imediações de Assafarge. Não obstante, ao entroncar no itinerário B, os traçados podem seguir directamente para Coimbra. Nas zonas meridionais, os traçados procuram o rio Pranto, passando por Casalinhos, Casal da Almeida, Formigal e Porto Godinho (**Mapa 28**).

Constatamos, portanto, que muitos dos itinerários não só se cruzam com os traçados do itinerário A, incluindo-os nos seus próprios traçados, como entroncam, tornando-os o propósito viário: quer uns, como os itinerários B, K, L, M, N e R, quer outros, como os itinerários E, F, H, I e S, deixavam antever a importância deste itinerário

Incluindo os resultados do método *tri numérique*, no sentido nordeste, compreendemos melhor a organização da rede viária, sejam os centros populacionais, sejam os itinerários. De facto, os traçados do Itinerário A integram as ligações entre os centros supra-regionais de Guia, Louriçal, Almagreira, Pombal, Soure, Ega, Condeixa-

a-Nova e Coimbra (**Mapa 29**), e os centros regionais de Simões, Venda Nova, Alencarce de Cima, Rebolia de Cima, Condeixa-a-Velha, Cernache, Almalaguês e Cruz de Morouços (**Mapa 30**). Todavia, e surpreendentemente, apenas no interior da área de estudo.

1.3.3. Discussão: condicionante física

Como escolhemos realizar uma análise exclusivamente morfológica, certos factos, relacionados com a evolução/caracterização dos itinerários, traçados e modelados, que requerem informações histórico-arqueológicas, manter-se-ão, temporariamente, ausentes. Porém, manifestam-se outros factos, entre os quais destacamos a condicionante física na evolução da rede viária.

Aparentemente, as principais formas orográficas, não esquecendo, embora de menor forma, a hidrografia, condicionam o traçado do Itinerário A, uma vez que este procura evitar as principais elevações, associadas aos afloramentos calcários. Nota-se também que as falhas, ou prováveis falhas, têm uma orientação semelhante ao itinerário A, sobretudo em relação ao traçado 1a, mas também ao itinerário C. Como é óbvio, os traçados destes itinerários não se inscrevem de forma incerta na paisagem; no entanto, não podemos falar de um rígido determinismo físico. Por um lado, existem outros traçados, por vezes com a mesma orientação, como é o caso do itinerário C, que percorrem a paisagem calcária, seja no maciço de Sicó, seja no anticlinal de Cabeça Gorda. Por outro lado, como as falhas condicionam, e impõem, a topografia às principais elevações, é normal que os traçados, ao respeitar esta topografia, acompanhem a orientação geral das falhas. No caso do itinerário A, existe uma falha, ou um conjunto de falhas, que orientada(s) nor-nordeste/su-sudoeste, influenciam a evolução da estrutura diapírica de Soure, a qual relaciona-se com o anticlinal de Cabeça Gorda (CUNHA, 1990: 65, 68). No caso do itinerário C, uma grande falha, orientada nor-nordeste/su-sudoeste, ergue, a ocidente, as serras de Alconcere, de Cruto e de N. Sr.^a do Circo (*ibid.*: 87). Portanto, apesar da importância do relevo no desenvolvimento da rede viária, este não impede a evolução dos traçados e dos itinerários, os quais dependem, como iremos ver, mais da força motriz dos núcleos populacionais do que os constrangimentos físicos.

2. REDE PARCELAR

No quadro da ocupação e exploração das actuais localidades de Ega, Arrifana e Picota, propomos analisar a rede parcelar (**Mapa 31**). No seguimento do capítulo interior, incluímos os dados da rede viária nas nossas reflexões.

2.1. Dinâmicas da rede parcelar

À semelhança da rede viária, referem-se, distinguindo-os, três níveis de formas na rede parcelar (ROBERT, 2011: 175):

- Fluxo: a respeito dos diferentes elementos (água, sedimentos, homens, animais, etc.) que podem apoiar-se sobre a estrutura material do parcelário (limites das parcelas e géneros de culturas) para circular. Este nível inscreve uma simples parcela no interior de uma rede mais vasta, sendo ela interdependente.
- Traçado: é relativo aos limites das parcelas, bem como à superfície da parcela em plano. A sua forma tem uma importância sobre os fluxos, na medida que estes adoptam-na em função da sua orientação, seja em relação ao declive do terreno (água e sedimentos), seja em relação à circulação (homens e animais).
- Modelado: corresponde às formas dos limites das parcelas (fossas, sebes, etc.), mas também aos conteúdos, relacionados com o género de ocupação (lavoura, sementeira, prados, etc.), uma vez que influenciam a circulação dos fluxos.

Para além destes três níveis, e recordando os conhecimentos da PARTE II, indicam-se quatro níveis fundamentais de organização das paisagens – formas globais, intermediárias, parcelárias e pontuais (CHOUQUER, 2000: 132-133) – que são empregados, com maior ou menor verosimilhança, de acordo com os casos de estudo: enquanto no caso das planificações romanas conhecem-se estes níveis com relativa segurança, em outros, onde as formas planimétricas não são tão evidentes e/ou não se conhecem documentos sobre os critérios que os agrimensores adoptaram, não é clara a distinção (*ibid.* 2011a). Outros ainda, como os *aggregate systems* ou alguns dos sistemas de irrigação – mais concretamente, os parcelários em “cacho”, em virtude da descontinuidade territorial –, não têm formas intermediárias (*ibid.*). No nosso caso de

estudo, os níveis de organização, que apenas dizem respeito aos aspectos morfológicos, requerem um espírito crítico.

Por outro lado, Gérard Chouquer (2011b), ciente de que todos os sistemas parcelários são híbridos (todos têm em conta os constrangimentos físicos) e que as classificações tradicionais, como as da Geografia Agrária (têm mais em conta os critérios sociais do que morfológicos), são inapropriadas, estabeleceu um conjunto de critérios e tipologias, provenientes da própria planimetria, para classificar os sistemas parcelários em situação de forte hibridação com o meio físico (sistemas de irrigação, de terraços, tramas fluviais e interfluviais, cones aluviais, etc.). Acompanhando-o, procurámos aplicar, quando possível, estes critérios e estas tipologias (**Fig. XV**).

Assim, a partir das características dos parcelários (orientação, dimensão, regularidade, etc.), identificámos nas localidades em estudo múltiplas tramas parcelares. Analisadas na totalidade, apresentamos, em seguida, as que ilustram melhor a dinâmica ocupação do espaço.

2.2. Tramas de Arrifana e Picota

Para a área envolvente a estas povoações identificámos 16 tramas no total, das quais salientamos as seguintes:

- **Trama 2 (2a, 2b e 2c)**

Diz respeito aos socalcos que acompanham as linhas de água no fundo dos vales, respeitando os elementos oro-hidrográficos (**Mapa 32**). São comuns na árdua paisagem do maciço de Sicó, em resultado da escassez de água à superfície, mas diminuindo à medida que descemos para as áreas mais baixas e ricas em água (CUNHA *et al.* 1996: 59-60). Separados topograficamente, foram individualizados em três tramas (2a, 2b e 2c). Interpretando as tramas como formas globais, as divisões internas – sobre as quais desconhecemos, por completo, os critérios técnicos, sociais, morfológicos, etc. de divisão – corresponderão às formas intermediárias.

- **Trama 3 (3a e 3b)**

A trama 3a segue as curvas de nível (**Mapa 33**), quer em *isoclinie*, com a transmissão da orientação, quer em *isotopie*, ocorrendo, aparentemente, no mesmo

local, indicando a função estruturante do relevo²⁸. A partir destas características, tratar-se-á de uma trama em curvas de nível em forma de socalcos (CHOUQUER, 2011b). A inexistência de formas intermediárias, visível na própria irregularidade da trama, guiá-nos-á aos *aggregate system*. Ou seja, ao conjunto de parcelas que aparentam surgir por acumulação, denunciando a ausência de um modo de agrupamento preferencial imposto pela repetição de uma forma intermediária (*ibid.* 2005: 37).

Topograficamente, não existe uma relação com as linhas de água que correm no fundo dos vales. Como se assinala um único poço, questionamo-nos sobre o género de cultura(s) aqui desenvolvida(s), embora se aceitem diferentes formas de exploração deste espaço na longa duração, ainda que em concordância com as características morfológicas. Articulando-a com as tramas 2 (2a, 2b e 2c), 4 (4a) e 5 vislumbramos uma lógica de exploração, à data da fotografia aérea vertical, em 1958, que combina áreas irrigadas, no fundo dos vales e nas zonas baixas, e áreas de sequeiro e de residência (Picota), no topo.

Na trama 3b é visível uma maior regularidade. Embora contraste com a trama anterior, implanta-se sobre esta, respeitando alguns dos seus limites. Sendo assim, poderá ser posterior. Contribui o traçado, pertencente ao itinerário F, que corre por dentro de Picota porque, por um lado, tem uma função morfogenética – a trama 3b, principalmente as parcelas rectangulares, apoia-se sobre ele – e, por outro, parece respeitar a trama 3a – embora diante da irregularidade desta trama, seja difícil saber se este troço a corta (posterior) ou dá-lhe acesso (contemporâneo). O nosso objectivo não é propor uma cronologia relativa, tratando-se, como sabemos, de um exercício arriscado, se não incorrecto, mas este raciocínio guiá-nos-á a outros factores que devemos ter em conta na datação das formas. Deste modo, é importante recordar que estamos a trabalhar com elementos que têm escalas diferentes – um traçado supra-local (regional) e uma trama parcelar (local) –, mas que são o suporte de fluxos, que, após uma fase de hiatos, podem ser reactivados (ROBERT, 2011: 162).

Com passagem por Picota, é visível o “conflito” entre o fluxo e o modelado do traçado do itinerário F (**Mapa 34 e 35**). De facto, a incompatibilidade entre o fluxo (tráfego) e o modelado da rua (estreitamento) exigiu, procurando conciliar este troço com o restante traçado supra-local, o desvio pelo exterior da localidade e a construção

²⁸ Como aqui, o relevo é frequentemente um elemento morfogenético (ROBERT, 2011: 175).

de um modelado específico, o actual troço da estrada municipal n.º 609, rompendo, em parte, com a trama 3 (3a e 3b). Como não está presente na fotografia aérea vertical, sabemos que aconteceu após 1958.

▪ **Tramas 4 (4a, 4b e 4c) e 5**

Apesar das diferenças, analisamos conjuntamente as tramas 4 e 5 porque relacionam-se com um extenso parcelário em socalcos (**Mapa 36 e 37**). Geologicamente, são as primeiras a implantarem-se na transição dos afloramentos calcários para os “arenitos do Carrascal”. A extensa cobertura vegetal, aliada à intensa ocupação, visível na imbricação de tramas, e às transformações que aqui ocorreram, dificultou a compreensão deste sistema parcelário; no entanto, cremos ter sido bem-sucedidos em traçar as suas principais características.

Como todos os sistemas parcelários, os socalcos são uma construção antrópica, mas têm a particularidade de transformar por completo o relevo, alterando, através de um processo de aterramento, o declive original. No caso dos sistemas de irrigação, comuns no Norte de África ou em Al-Andalus, as características físicas são determinantes (relevo acidentado, declive acentuado, etc.), mas é, antes de mais, uma opção social (BARCELÓ *et al.* 1996: 51).

Em relação à trama 4a, começamos por mencionar um canal hidráulico. Representado em todas as edições da folha 250 (Soure) da carta militar como uma linha de água, descobrimos que parte – os últimos 372 m – corresponde a um canal, actualmente desactivado. De construção simples, conta com uma cobertura lateral de elementos pétreos, de diferentes dimensões, sem ligante (**Fig. XVI e XVII**). Não conseguimos determinar a nascente, em virtude da extensa cobertura vegetal, mas supomos que seja uma exurgência, comuns na região. De montante para jusante, a linha de água corre directamente sobre o afloramento, percorrendo, entre os 80-120 m, uma área com relevo ligeiramente acentuado, mas uniforme. Entre os 70-80 m, na transição para um relevo mais suave, a linha de água é canalizada, descendo ao longo de um terreno formado por socalcos – presença de arenitos argilosos, cascalheira e seixos, característicos deste afloramento (ALMEIDA *et al.* 2000: 402) – até entroncar numa outra linha de água. Na nossa opinião, o facto de o canal aparecer na transição de relevos comprova que não é o resultado de uma acção casual, mas sim de um conhecimento do terreno e de uma perspectiva utilitária, neste caso de irrigação.

Nesta trama, os socalcos dispõem-se, entre as curvas de nível de 50-70 m, radialmente. Ou seja, com uma disposição circular e atravessados perpendicularmente por muros radiais que têm como função dividir culturas e/ou parcelas ou conduzir água, através de levadas, às parcelas (LOURENÇO, 2006: 45-46). Os socalcos apresentam um aparelhamento irregular, caracterizado pela inexistência de uma escolha criteriosa e de um corte definido das pedras. Em certas partes, o acesso é garantido por rampas, comuns nas áreas agrícolas de suaves declives e extensos patamares, permitindo, assim, um maior aproveitamento agrícola (*ibid.*: 53). Sobre os alinhamentos radiais, identificámos dez, por foto-interpretção, entre os quais o canal hidráulico, que se distanciam regularmente. A maioria dos alinhamentos consiste em oliveiras e/ou elementos pétreos (**Fig. XVIII**), no entanto, dois deles são formados por uma densa cobertura vegetal, deixando antever, na obrigatoriedade da existência de água, dois prováveis paleocanais: um deles não só aparenta conectar com o canal hidráulico como surge antes da curva de nível dos 60 m, permitindo-lhe irrigar áreas inacessíveis ao canal hidráulico. Na nossa opinião, a relação topográfica entre a captação de água, o canal principal, os prováveis canais e as parcelas, que garante a circulação constante da água, em razão da força motriz do efeito da gravidade, poderá expor os níveis de organização, atribuindo, assim, a forma global à trama e as formas intermediárias aos limites radiais (ou apenas aos prováveis canais, classificando os restantes alinhamentos radiais como parcelas de exploração).

O caminho que percorre o sopé do último socalco rege-se por uma distinta escala e funcionalidade, informando-nos que é um dos traçados do itinerário F. Observando-o, notamos que corta o canal hidráulico, ao avançar para Arrifana, e adota a orientação – princípio de *isoclinie* – de um dos alinhamentos da trama 4a, ao seguir para o rio de Mouros, deixando prever que estes não se circunscreveriam aos actuais limites, mas prolongar-se-iam para noroeste. Na nossa opinião, o caminho aproveitou o socalco, e o respectivo patamar, para se instalar. Podemos estabelecer uma cronologia relativa, considerando o caminho posterior à trama 4a, mas relembramo-vos as precauções anteriormente indicadas (trama 3).

Encontrámos uma outra estrutura hidráulica, um provável açude, na confluência de duas linhas de água, beneficiando do tributo de uma terceira, que fluem dos vales da Pia e do Medronhal (**Fig. XIX e XX**). Conta com um pequeno canal hidráulico, que decalca, segundo os princípios de *isoclinie* e *isoaxialité*, a orientação de uma das linhas

de água, que conduziria águas às parcelas. Confirmando-se, seria uma nova captação de água e, obrigatoriamente, um novo sistema de irrigação²⁹, embora, em consequência das transformações que aqui tiveram lugar, não seja possível associar um parcelário à estrutura hidráulica. Por outro lado, existe um alinhamento, que reproduz novamente a orientação de uma pequena linha de água, que corresponde, no terreno, a um desnível considerável, elevando, em relação à trama 4b, a área por onde corre este canal hidráulico (**Fig. XXI**). Surpreendentemente, assinala-se nesta trama, por foto-interpretação, um alinhamento com uma orientação – princípio de *isoclinie* – semelhante à do canal.

Opondo-se a esta paisagem em socalcos, a trama 4c aparece como um sistema parcelário em bandas distribuídas entre os 50-70 m. O único alinhamento que ultrapassa o traçado do itinerário F conecta com o canal hidráulico, porém, são duas realidades distintas. Entre esta trama e a 4a, encontra-se uma forma rectangular com superfície plana e nivelada (**Fig. XXII**). Interpretando a trama como a forma global, as bandas corresponderão às formas intermediárias.

Por último, a trama 5 inicia-se entre os 110-120 m e desce, sempre em conexão com a linha de água, até aos 50-60 m. Apesar de ser um parcelário em socalcos, apresenta, ao contrário da trama 4a, uma maior irregularidade, impossibilitando determinar (ou propor) os níveis de organização.

▪ **Tramas 6 e 7 (7a e 7b)**

Sistema parcelário em socalcos distribuído entre os 60-80 m, ainda que sem acompanhar as curvas de nível. Excepto um tanque de água na zona mais baixa, representado em todas as edições da folha 250 (Soure) da carta militar, não se conhecem linhas de água, nem estruturas hidráulicas (captação, armazenamento e transporte de água) em conexão com os socalcos. Com alguma reserva, uma vez que estas estruturas poderiam já estar em desuso à data da cartografia, e como tal não seriam representadas, presumimos que seja uma exploração de sequeiro. Corrobora a nossa interpretação o facto de as habitações se instalarem sobre os socalcos, incompatível com os espaços de irrigação, onde é explícita a divisão entre espaços habitacionais e agrícolas³⁰.

²⁹ De acordo com o modelo proposto por Helena Kirchner (2009: 156).

³⁰ Em conformidade com o enunciado por Miquel Barceló (BARCELÓ *et al.* 1996: 62, 96).

Morfologicamente, os socalcos dispõem-se em linhas paralelas contínuas. Contudo, desconhecemos de que modo – escadaria (de laje simétrica, destacada, embutida, etc.) e/ou rampa (LOURENÇO, 2006: 51-54) – se acede aos socalcos (**Mapa 38**). Dispõem-se de forma regular, deixando antever, como maior ou menor erro, uma repetição periódica das parcelas de acordo com uma provável medida de base, compreendida entre 9,93-11,57 m, e os seus respectivos múltiplos. Notamos que as parcelas apoiam-se sobre um pequeno caminho, pertencente ao itinerário F, revelando a função morfogenética deste traçado. Só assim é que conseguimos compreender como é que tramas distintas – 5, 6 e 7 (7a) – têm orientações semelhantes³¹. Um outro caminho, que também diz respeito ao itinerário F, aparenta ter uma função estruturante, na medida que não rompe com o parcelário. Com uma medida de base, bem como os seus múltiplos, podemos estar na presença de uma planificação – contando com formas intermediárias e subintermediárias, ainda que pouco claras porque não conhecemos nenhum documento escrito – na trama 6, no entanto, como dois dos seus alinhamentos partilham orientações com a trama 5, supomos que este plano teve em conta realidades pré-existente, determinada pela morfogénese.

Notamos também que um dos caminhos não só se distancia do socalco, mais perto em 9,69 m, próximo do valor da medida de base, como está orientado com um dos alinhamentos da trama 6. Na nossa opinião, é credível um acontecimento idêntico ao da trama 4a: o caminho estabeleceu-se sobre o socalco, aproveitando o patamar da parcela. Nesta zona, contíguo ao cruzamento entre dois traçados, são reconhecíveis dois núcleos: um, menor, circundando um tanque de água; outro, maior, em torno de uma área um pouco mais elevada (72 m). Perante este dado, mas sem perspectivar ainda uma cronologia, questionamo-nos se os caminhos se cruzam ou irradiam desta zona.

Terminamos ao referir a trama 7 (7a e 7b). Apesar da diferente divisão parcelar, é um sistema parcelário em socalcos que apoia-se em ambos os traçados do itinerário F.

▪ **Trama 8**

Diz respeito ao conjunto de bandas paralelas distribuídas regularmente sobre a estrada correspondente aos itinerários A e B (**Mapa 39**). A disposição das parcelas informa-nos da função morfogenética deste traçado, actualmente parte da rede viária municipal, mas antigo troço da EN1. Contíguo, encontra-se o IC2 (em fase de abertura

³¹ Por vezes, as vias cumprem a função de morfogénese (ROBERT, 2011: 175).

na fotografia aérea de 1958), que ilustra a incompatibilidade entre o fluxo de grande percurso, ligando Lisboa - Porto, e o modelado da rua de Arrifana, inapropriado para uma via com perfil de auto-estrada. Reflecte também a importância do traçado como nível intermediário, regulando localmente o conflito entre estes dois níveis da rede viária³². Hierarquicamente, as bandas paralelas poderão equivaler às formas intermediárias.

Contrastando, mas com um elemento viário em comum, adicionamos uma singular forma parcelar. À semelhança da trama 3, as parcelas triangulares, um expressivo indicador geométrico, expõem a “tensão” entre elementos e escalas incomensuráveis, ou seja, entre um traçado supra-local (regional) e uma parcela (local). Esta diferença escalar alerta-nos para a prudência necessária aquando a datação (relativa) das formas. Tradicionalmente, a via que corta o parcelário é considerada posterior (raciocínio acompanhado por uma visão em palimpsesto da paisagem), mas as vias supra-locais, mesmo anteriores ou contemporâneas ao parcelário, por vezes não são elementos de transmissão (logo, morfogéneses) à escala local³³, “cortando”, aparentemente, o parcelário (ROBERT, 2011: 156, 160-161).

▪ Trama 9

Parcelário em bandas, por vezes ondulantes, que acompanham longitudinalmente o rio de Mouros (**Mapa 40**). Localiza-se sobre os “arenitos do Carrascal”, num relevo suave e plano, maioritariamente os 40-50 m, mas também entre os 30-40 m, que desce no sentido do rio de Mouros. Apoiam-se sobre duas linhas de águas, a oeste, e um caminho, a este, para escoar as águas, correspondendo, assim, a um sistema de drenagem: as linhas de água são visivelmente artificiais e o caminho percorre as áreas mais baixas, acompanhando paralelamente uma pequena linha de água, e tem, simultaneamente à função viária, a função de drenar (**Fig. XXIII**). Após vários dias de chuva, deslocámo-nos ao terreno e presenciámos o escoamento das águas das parcelas para o caminho, a uma cota inferior, em direcção ao rio de Mouros. Com base nas características, funcionalidade e proximidade do rio de Mouros, que flui, nesta zona, entre os 32 e 33 m, estamos perante um sistema que visa drenar os solos (hidromórficos), tornando-os aptos para a exploração agrícola – surpreendentemente,

³² Semelhante ao caso de estudo de Marines, em França (*ibid.* 2003a: 447-448).

³³ Por vezes; como propomos na trama 8, os itinerários A e B, traçados supra-locais (regionais), surgem como morfogéneses. É importante não generalizar.

esta zona não é ameaçada por cheias, talvez em resultado da operabilidade do parcelário. Quanto aos níveis de organização, empregaremos as bandas como as formas intermediárias.

Por fim, destacamos a presença de uma “anomalia”. Contando com três ou quatro traços, distinguem-se no terreno quer pela orientação, quer pelas espécies arbustivas, exigindo a presença de água (**Fig. XXIV**). Curiosamente, o caminho que drena estes terrenos, sobre o qual se apoia a trama 9, “corta” esta anomalia, dando a conhecer uma outra realidade, talvez anterior porque interpretamos esta trama como um sistema de drenagem.

▪ **Tramas 12 e 13**

As tramas 12 e 13 têm características semelhantes, compartilhando quer a orientação, latitudinalmente à linha de água, quer a morfologia, em bandas, quer o local de implantação, entre os 40-50 m e sobre os “arenitos do Carrascal” (**Mapa 41**). Não obstante, existem *nuances* que distinguem: o traçado rectilíneo e equidistante da trama 12 contrasta com as bandas sensivelmente curvilíneas da trama 13. Mas, a principal diferença é o facto da primeira penetrar na trama 9: entre as duas linhas de água, sobre as quais esta última se apoia, reconhecemos uma extensa mancha de humidade relacionada com três paleocanais, que correriam ao encontro do rio de Mouros. Nesta parte, não só a trama 9 é parcialmente interrompida, como um dos alinhamentos da trama 12 a penetra. Na nossa opinião, esta trama instalou-se posteriormente (à trama 9), mais precisamente numa fase em que estes terrenos estariam novamente inundados, ocultando os alinhamentos da trama 9. A nossa interpretação encontra argumentos na presença de uma forma fóssil, no interior desta mancha de humidade, cuja orientação é semelhante à dos alinhamentos da trama 9. Interpretaremos as bandas como formas intermediárias.

▪ **Trama 14**

Parcelário em bandas localizado numa zona plana sobre os “arenitos do Carrascal”, onde um ponto cotado indica os 48 m. Interrompe a trama 9, uma vez mais na área da mancha de humidade; no entanto, o limite rectilíneo da mancha denuncia o efeito de barreira desta trama. Tendo em consideração este facto, é provável que tenha sido implantada com vista a solucionar/regular as inundações, provavelmente

recorrentes. Hierarquicamente, consideraremos, uma vez mais, as bandas como formas intermediárias (**Mapa 42**).

▪ **Trama 15**

Extenso sistema parcelário constituído pela justaposição de trama regulares, as quais são subdivididas em bandas³⁴. Equivalem, respectivamente, à forma global e às formas intermediárias e subintermediárias. Localizado numa área plana (um ponto cotado assinala os 33 m), entre os “arenitos do Carrascal” e os aluviões do rio de Mouros, este sistema apresenta um conjunto elaborado de linhas de água artificiais em conexão com as bandas (**Mapa 43**).

▪ **Trama 16**

A oriente de Arrifana, no limite da área de estudo das tramas parcelares, identificamos o que é, provavelmente, o mais interessante sistema parcelário. Como ultrapassa os limites previamente seleccionados, optámos por não o analisar detalhadamente, assinalando-se apenas os traços mais evidentes, o que requiere, conseqüentemente, alguma cautela na interpretação. Deste modo, deixamos em aberto a necessidade de futuras análises que visem compreender e modelizar esta surpreendente trama.

Inicialmente, detectámos um único alinhamento, mencionado anteriormente na análise *tri graphique*, orientado 63° e 66° nor-nordeste ao longo de 656 m (**Mapa 44 e 45**). Percorrendo esta distância, quer na fotografia aérea, quer no terreno, identificaram-se, na intersecção com outros alinhamentos, várias formas subcirculares (**Fig. XXV**), a maior das quais com 129 m de comprimento e 110 m de largura e contando com uma forma em “ferradura” no interior. Integrando a rede viária actual, apercebemo-nos imediatamente de uma provável trama quadriculada, mas não ortogonal, que se estende, para sudoeste, sobre os afloramentos calcários. O único “rectângulo” que se conserva, ou que detectámos, instala-se ao longo de 233,43 m, latitudinalmente, e 298,99 m, longitudinalmente, entre os 50-80 m.

De acordo com as características da trama 16, tratar-se-á, muito provavelmente, de um parcelário de formação; no entanto, não partilha, até ao momento, as dimensões usuais em outros casos de estudo, especialmente em França (ROBERT, 2011: 177). Ao

³⁴ De acordo com os critérios e tipologias de Gérard Chouquer (2011b).

contrário desta trama, abrangem amplas áreas, ultrapassando facilmente o espaço comunal³⁵, seja em Sénart, com 15x15 km, seja em Limagne, com 12x6 km, seja em Beaugency, com 16x20 km, e são estruturados por longos alinhamentos, por vezes de vários quilómetros (*ibid.*). Não obstante, não cremos que esta trama se circunscreva, ou se circunscreveria, exclusivamente a esta zona, sobretudo porque um dos maiores alinhamentos integra o itinerário A, o qual desenvolve-se, em linha recta, por pouco mais de 12 km.

Uma outra característica desta trama, também discutível, é a probabilidade de corresponder a uma eventual planificação, impedindo-a, *a priori*, de integrar os parcelário de formação, visto que estes não parecem provir de uma vontade política centralizada (*ibid.*: 176; WATTEAUX, 2009: 519). Porém, o parcelário de Oscheret, entre os vales de Tilles e de Ouche (Côte-d'Or), analisado por Gérard Chouquer (2005: 41), que o interpretou como *cohesive system*, à semelhança dos investigadores britânicos, é classificado como parcelário de formação, ainda que aparente ser uma planificação (ROBERT, 2011: 180-181). No nosso caso, as informações são manifestamente insuficientes, tornando este raciocínio discutível; mas a repetição das formas rectangulares, segundo as suas medidas (que podem ser volúveis, comum nestes parcelários), organizaria coerentemente o espaço através de formas intermediárias.

Nas imediações de Ameixeira, entre os 90-100 m, está presente um alinhamento com uma orientação discordante, no sentido oeste/este, e perpendicular ao pequeno curso de água, tributário do rio de Mouros, que aí flui. Questionamos se não se repetiria e não nos surpreenderíamos que se tratasse de uma outra trama, dando a conhecer vários níveis de sobreposição das formas.

O actual estado da investigação restringe o conhecimento que temos sobre esta trama, mas os dados morfológicos que recolhemos auxiliam-nos na interpretação de um fenómeno importante: a transmissão da orientação desta trama ao restante parcelário. Observando a fotografia aérea, deparamo-nos com vários traçados que acompanham, segundo o princípio de *isoclinie*, a orientação dos alinhamentos desta trama. Face a esta simples observação (sem modelização), desconhecemos as relações entre estes distintos elementos, mas supomos (logo, entramos no domínio conjectural), que estes

³⁵ Circunscrição administrativa francesa.

alinhamentos exercem um efeito morfogenético sobre os restantes parcelários, transmitindo, deste modo, a sua orientação.

Em pleno contraste, apercebemo-nos que os alinhamentos da trama 16 não se “perenizam” no parcelário em redor de Arrifana e Picota. Sem certeza, cremos que seja o resultado de distintas formas de ocupação e exploração do espaço, um fenómeno bem analisado por Ricardo Villaescusa (2002). Na Península Ibérica, os sistemas de irrigação muçulmanos, em razão da obrigatoriedade de irrigar os novos cultivos – em função da (estruturando-a) disposição dos canais de rega, da composição e do estilo parcelário, garantindo a circulação de água a todas as parcelas – e da influência destes sistemas na longa duração – leia-se, resiliência; tornam-se elementos morfogenéticos porque a *linha de rigidez* da *acequia* apenas permite a ampliação, na eventualidade de haver uma nova captação de água, ou a destruição do sistema –, eliminam quase por completo o quadriculado das centurições romanas, permanecendo frequentemente só os caminhos (*ibid.*: 443-444). Por exemplo, a norte de Valência³⁶, os traços divergentes de Mauella formam parte de um sistema “arborescente” de múltiplas derivações da *acequia* principal de Montcada, não coincidindo, excepto em raras ocasiões, com as linhas dominantes do parcelário romano de Valencia B (*ibid.*: 290-292, Fig. 65-66). Planimetricamente, este fenómeno exprime o “afastamento” entre as novas formas intermediárias, criadas pela rede de irrigação, e as formas parcelares, herdadas do parcelário da época romana (CHOUQUER, 2011b).

2.3. Tramas de Ega

No total, identificámos 29 tramas, classificadas, segundo as suas próprias características, em dois grupos principais: um, de 1 a 18; outro, de I a XI.

▪ Trama 1 (1a, 1b e 1c)

Morfologicamente, na trama 1a interpretamos como formas intermediárias as duas maiores superfícies, cujos limites são curvilíneos, e como formas subintermediárias as bandas paralelas (**Mapa 46**). A regularidade desta trama ergue-se sobre um valor métrico de base, compreendido, por um lado, entre 13,48-15,12 m e, por outro, entre

³⁶ Não é um exemplo isolado, repetindo-se em outros contextos. Citando Peyras, Ricardo Villaescusa (2002: 294-295) informa-nos que na região de Tunes, na Tunísia, os parcelários irregulares, de declives acentuados e cultivados em terraços, da autoria de comunidades berberes pré-romanas, não manifestam uma relação de *isoclinie* com os parcelários centuriados.

9,87-11,41 m, revelando uma provável planificação. Estabelecida sobre distintas formações, os “calcários apinhados da Costa de Arnes” e os “arenitos finos de Lousões”, estende-se sobre um relevo descendente, ao encontro do rio de Mouros, entre os 30-50 m, acompanhando, no caso das formas intermediárias, as linhas de escoamento naturais, decalcando, inclusivamente, um pequeno curso de água. Além destas características oro-hidrográficas, a conexão com as formas subintermediárias, estabelecidas longitudinalmente, guiar-nos-á para um sistema de drenagem que reproduz, em grande parte, o escoamento natural desta área.

Igualmente curvilíneas assinalam-se as tramas 1b e 1c. Na primeira, em contacto constante com uma simples linha de água, a qual circula entre os 30-45 m sobre os mesmos afloramentos que a trama anterior, desconhecemos os níveis de organização das formas, uma vez que os vestígios planimétricos são, até à data, insuficientes. Interrompida pela trama 1a, embora também desconheçamos (com rigor) as relações entre ambas, cremos que seja anterior. Na segunda, que surge entre os 40-60 m sobre os “arenitos do Carrascal”, interpretamos como formas intermediárias as bandas paralelas, visto que circunscreve-se, ao contrário da trama 1a, a uma única superfície. Em relação aos valores métricos, apresentam, respectivamente, um valor de base entre 12,96-14,38 m, ao qual acresce um outro entre 8,30-8,53 m, e 8,81-10,56 m. Como todos os outros valores, são volúveis, mas repetem-se coerentemente, indicando uma provável planificação.

▪ **Tramas 6 (6a, 6b e 6c), 7, 9 e 18**

Visivelmente distintas, analisamos conjuntamente estas tramas porque relacionam-se mutuamente.

Sobre a trama 6, distinguimos a 6a, 6b e 6c, visto que estão separadas topograficamente, ainda que correspondam a três prováveis sistemas de irrigação (**Mapa 47-51**). Com efeito, acompanham os cursos de água, os quais estruturam-nas – contam igualmente com os caminhos, sobretudo quando se conserva a distância em relação às linhas de água –, adoptando, assim, traçados curvilíneos que percorrem as áreas mais baixas das curvas de nível e, na maioria, os “arenitos finos de Lousões” e os “arenitos do Carrascal”. Discutem-se também os níveis de organização das formas, questionando-se entre interpretar as tramas como formas globais ou intermediárias e

considerar, por conseguinte, as divisões internas, por norma curvilíneas e rectangulares, como formas intermediárias ou subintermediárias.

Distinguindo-as, reconhecem-se os traços que as individualizam, dando a conhecer outras realidades. Por um lado, a trama 6a, que ocupa a maior superfície, crescendo por quase todo o percurso da linha de água – cartograficamente, assinalam-se várias estruturas hidráulicas, nomeadamente três poços com engenho, dois tanques de água e um poço –, é interrompida pela trama 9, um conjunto de bandas paralelas (formas intermediárias). Por outro lado, a trama 6b, que ocupa a menor superfície, está associada, no troço final, contíguo ao rio de Mouros, a um paleocanal e ao respectivo parcelário fóssil, interpretado como o antigo leito da linha de água – cartograficamente, são indicados um poço e um tanque – que flui por esta trama. A trama 18, que diz respeito ao conjunto de bandas paralelas (formas intermediárias), ocupa actualmente esta área, mas circunscreve-se, a oeste, ao paleocanal, revelando, na nossa opinião, a importância das formas fósseis na evolução das actuais formas da paisagem. Outro ainda, a trama 6c, cujo curso de água (cartograficamente estão representados dois poços, um deles com engenho) entronca no da 6a, aparece relacionado com o princípio de *isoclinie*, na medida em que um dos seus alinhamentos transmitiu a orientação à trama 7; uma vez mais, organiza-se em tramas (bandas intermediárias).

Operando uma análise arqueogeográfica, distinguindo e associando diferentes escalas – nesta fase da investigação resumem-se ainda às escalas espaciais, temporais e disciplinares –, emergem não só novos objectos, mas também antigos, agora reavaliados. No nosso caso concreto, referimos os traçados curvilíneos que formam uma rede anelar (unidade morfológica³⁷), em parte, em torno da vila de Ega. Desconstruindo a rede anelar, constatamos que articula formas disciplinarmente dissociáveis, mais precisamente formas físicas (linhas de água) e sociais (caminhos e parcelários). As primeiras, desaguando, directamente ou indirectamente, no rio de Mouros, dependem da orografia para fluírem. As segundas, dependendo igualmente das características oro-hidrográficas, que as coagem ou as estimulam, relacionam-se com as linhas de escoamento naturais. Ou seja, a rede anelar relaciona formas físicas e sociais e submete-as conjuntamente aos elementos oro-hidrográficos, os quais não só lhes impõem um

³⁷ Do francês *unité morphologique*, entendido como um nível intermediário entre a massa parcelária e as grandes formas. Individualizam-se por terem uma forma distinta do restante parcelário: forma circular, forma quadricular, rede radial, rede curvilínea, etc. (ROBERT, 2011: 181-182).

traçado curvilíneo como as condicionam – compreendemos, assim, a sua ausência em áreas de relevo acentuado, como o Alto do Cansado (147 m), ou inundáveis, próximas do rio de Mouros. Não obstante, se as formas são híbridas, também os são os constrangimentos: no Vale da Mata, a noroeste de Ega, aos factores físicos acrescem factores sociais, sobretudo ao nível da ocupação do solo.

A partir destes dados, sabemos que a rede anelar é duplamente híbrida, seja no espaço (formas físicas e sociais), seja no tempo (não relaciona-se com um momento específico, mas opera-se na longa duração), não correspondendo, como é óbvio, a uma planificação, mas antes a um processo de auto-organização na longa duração. Compreendido o carácter não planificado da rede anelar, como explicar a aparente função estruturante que exerce sobre as tramas parcelares? Ao alterar as escalas de análise, concluímos que não estrutura todas as tramas parcelares; portanto, não implica uma reestruturação obrigatória do parcelário³⁸. Quando estrutura, fá-lo de diferentes formas, visto que umas são de drenagem (trama 1) e outras de irrigação (trama 6), mas ambas, ao decalcarem os seus alinhamentos – adoptando, deste modo, um traçado curvilíneo –, (re)activam o processo de auto-organização, reforçando-a na paisagem³⁹. Na nossa opinião, enquanto realidades híbridas, os traçados curvilíneos das tramas dependem das mesmas características oro-hidrográficas que influenciam a rede anelar. Em função disso, concluímos também que a influência entre o meio físico e social é mútuo e decorre de modo permanente.

▪ **Tramas I-XI**

Estudamos simultaneamente as tramas do segundo grupo, dispostas de I a XI, uma vez que têm características semelhantes, ainda que digam respeito às várias fases de ocupação do solo (**Mapa 52**).

Em relação à implantação (**Fig. XXVI**), localizam-se sobre os “arenitos e argilas de Taveiro” e os “arenitos finos de Lousões”, separados pelos solos de aluvião, sobre os quais corre um curso de água, afluente do rio de Mouros, que recebe tributo de outras linhas de água. Consultando a carta de REN, estes solos integram a “zona ameaçada pelas cheias” e a “zona máxima de infiltração”. Topograficamente, a maioria das tramas está sob a curva de nível dos 30 m, bem perto da linha de água que flui, nesta área,

³⁸ Tal como Magali Watteaux (2009: 511), que observou a independência entre as unidades morfológicas (invólucros circulares) e a massa parcelária na sua área de estudo.

³⁹ Semelhante ao caso de estudo de Beja (LAVIGNE, 2006: 38-41, Fig. 24-25).

descendentemente entre os 28-21 m, aproximando-se, ainda antes de entroncar, na zona de Campizes, dos 23-19 m do rio de Mouros. Apenas as tramas IV, V, VI e VII, bem como parte da II, localizam-se sobre a curva de nível dos 30 m, embora não ultrapassem os 46 m (trama II). Face à natureza dos solos e ao fraco desnível entre a(s) linha(s) de água e os terrenos, tratar-se-á de uma zona facilmente inundável, propícia, assim, a sistemas parcelários de drenagem.

Morfologicamente, as tramas organizam-se em bandas; no todavia, assinalam-se pequenas diferenças – concretamente ao nível da orientação, regularidade, dimensão, etc. – que reflectem, a nosso ver, as várias fases de ocupação e exploração do solo. Porém, sobressai, em conjunto com as tramas I, II, III, IV e X, um sistema de drenagem que visa adaptar estes terrenos às práticas agrícolas: das parcelas, a uma cota superior, as águas confluem numa única linha de água, escoando, ao longo de um percurso artificial – cujo traçado favorece o escoamento –, no rio de Mouros; entronca apenas na área de Campizes para evitar a acumulação de água na área de Barreiros.

Quanto aos caminhos, estruturam-nas, exercendo, sobre a maioria, uma função morfogenética; referimo-nos aos itinerários A (traçado 2b), J e N. Contrasta, assim, com as tramas do primeiro grupo, numeradas de 1 a 19, visto que o traçado 2a (itinerário A) não as estrutura; dependem, sobretudo, da oro-hidrografia como elemento morfogenético. Concluindo, estes factos explicam o contraste parcelar entre estes grupos: não só as redes parcelares apoiam-se sobre diferentes morfogéneses – uma, traçado supra-local; outra, formas oro-hidrográficas –, como revelam formas desiguais de uso e apropriação dos solos, subscrevendo os indícios de “tensão” estabelecidos em Arqueogeografia (ROBERT, 2011: 160-161).

Estes factos, sobretudo o último, podem explicar as formas fósseis, na medida que implicam uma outra forma de ocupação (**Mapa 53**). Não desenvolvemos uma interpretação crono-funcional, propondo apenas serem formas sociais (recusa-se uma origem geológica ou pedológica), mas sim arqueogeográfica: excepto em casos pontuais, onde se observa a transmissão da orientação (*isoclinie*), os alinhamentos actuais não acompanham a orientação das formas fósseis (*anisoclinie*).

2.4. Reflexão: conceito de regularidade orgânica

Terminada a apresentação dos dados, segue-se uma breve reflexão sobre o conceito de regularidade orgânica para compreender a sua aplicabilidade, ao nível morfológico, no nosso caso de estudo.

Criado por Ricardo Villaescusa (2002: 143), destinava-se, inicialmente, a descrever os parcelários de irrigação de Al-Andalus, mais precisamente os principais eixos que organizam os parcelários, resultado da repartição constante de ritmos métricos (regularidade), e os traçados das *acequias*, que, condicionados pela orografia, assemelham-se a um rio (orgânica). Deste modo, incluía a possibilidade de uma planificação, visto que o agrimensor, ainda que condicionado pelo relevo, na obrigatoriedade de assegurar a água a todas as parcelas, conseguia organizar os parcelários sob uma orientação e uma métrica comum. Actualmente, reconhecida a empregabilidade deste conceito, estende-se a todas as planimetrias geométricas, tanto agrárias como urbanas, que se adaptam aos constrangimentos físicos (logo, híbridas). Porém, como é ainda um conceito geral, requer outros termos morfológicos – como os níveis de organização das paisagens – para alcançar o nível de análise das formas (CHOUQUER, 2011b).

Na área de estudo, identificámos várias tramas regulares, observando-se orientações e, em certos casos – aos quais, acrescentar-se-ão muitos outros ao analisar as cartas cadastrais –, métricas comuns, mesmo em tramas intimamente dependentes das características oro-hidrográficas. Na nossa opinião, o conceito de regularidade orgânica expressa correctamente este facto porque designa-o sob uma perspectiva morfológica (e híbrida, tal como é) e não social; como alerta Gérard Chouquer (*ibid.*), é importante dissociar regularidade morfológica e social, evitando, assim, uma leitura morfo-social da regularidade geométrica. Este princípio torna-o apropriado para uma multiplicidade de planimetrias distintas, quer no tempo, quer no espaço, que se ajustam, de modo flexível, aos elementos oro-hidrográficos, como os parcelários de formação proto-históricos (ROBERT, 2011: 177), os sistemas de irrigação muçulmanos (VILLAESCUSA, 2002), os parcelários de fundação medieval (LAVIGNE, 1997), etc.

PARTE IV

“CONSTRUÇÃO” DA PAISAGEM

Superados os longos capítulos desta dissertação, alcançamos, por fim, os dois últimos, destinados a propor o quadro da ocupação e exploração do espaço das actuais localidades de Ega, Arrifana e Picota, assim como da evolução do Itinerário A, relacionando os dados histórico-arqueológicos e arqueogeográficos. Não obstante, mantivemos a independência disciplinar da Arqueogeografia, acautelando-nos, assim, de uma leitura morfo-histórica e tipo-cronológica das formas da paisagem.

1. REDE DE POVOAMENTO

1.1. Período pré-romano

1.1.1. Apresentação

Perto de Ega, Arrifana e Picota assinalam-se três sítios com materiais arqueológicos do Calcolítico (**Mapa 54**), ou da transição para o Bronze, entre os quais um no outeiro, sobre o rio Mouros, onde está instalado o Paço da Ega. Deste último sítio, Conimbriga e o conjunto de grutas e abrigos da Eira Pedrinha, com destaque para o abrigo do Covão d’Almeida, distanciam-se em linha recta, respectivamente, em 3,7 km e 5,2 km, ocupando uma paisagem homogénea, caracterizada por relevos suaves, solos férteis e importantes cursos de água. A localização destes três sítios configura o que conhecemos do Calcolítico, um período em que, não obstante a afirmação dos regionalismos, perceptível na cultura material de cada região, conheceu uma ampla e comparável (r)evolução – “Revolução dos Produtos Secundários”, termo cunhado por A. Sherratt –, em razão da introdução de novas tecnologias (especialmente pelo uso do carro e do arado⁴⁰) e de um maior aproveitamento dos recursos, resultando, então, em uma maior ocupação/demarcação dos territórios e estratificação social, bem como em um desenvolvimento dos circuitos comerciais e das estruturas sociopolíticas,

⁴⁰ Destaque para as representações de um carro, indicando o uso de bovídeos como força de tracção, e um arado, provavelmente de tipo radial, no “santuário exterior” do Escoural, em Montemor-o-Novo, na transição do Neolítico Final/ Calcolítico (GOMES *et al.* 1994: 93-108).

aproximando-se, em certos casos, de formações estatais embrionárias⁴¹ (ALARCÃO e BARROCA, 2012: 72, 298-299). Na área de estudo, o actual estado da investigação não permite avançar mais na interpretação da ocupação do espaço; no entanto, em virtude da proximidade geográfica destes três sítios não podemos deixar de questionar-nos a respeito das relações entre eles, no quadro centro/periferia (Ega e Conimbriga) e povoado/necrópole (Eira Pedrinha).

Progredindo no tempo, centramos a nossa atenção na passagem do II para o I milénio a.C., continuando ao longo deste. Confrontados com o actual estado da investigação, dificilmente conseguimos avançar confiantemente no entendimento dos sítios/vestigios arqueológicos, permanecendo em aberto diversas incertezas, especialmente em relação às cronologias e às transformações dos sítios (abandono, hiatos de ocupação e deslocação). Não obstante, beneficiando dos dados arqueogeográficos podemos trilhar novos percursos de investigação, retirando da penumbra realidades até aqui desconhecidas (mas não inexistentes). De outro modo, recuperando a reflexão de Magali Watteaux (2009: 513) sobre as escalas de análise, damos conta não só da variabilidade das informações como da necessidade de trabalhar com diferentes escalas, distinguindo-as e associando-as, de forma a não adoptar um único (logo, restrito) ponto de vista do conhecimento.

Começamos por fazer notar que em redor do povoado pré-romano de *Conimbriga* cruzam-se diversos itinerários, sobre os quais se localizam várias ocupações proto-históricas, denunciando, assim, uma provável “área central” (**Mapa 55**). Como não foram sempre ocupações contemporâneas, nem estão bem definidas, desconhecemos as relações, porventura hierárquicas/funcionais, que mantiveram; mas, acompanhando a opinião de Raquel Vilaça (2012: 21-22), podemos considerar o Alto do Castelo como uma estratégica atalaia de *Conimbriga*, cuja função não seria outra que vigiar o território e os férteis terrenos vizinhos durante o Bronze Final; acrescentamos o controlo do(s) itinerário(s). Perto deste local, o abrigo do Covão d’Almeida voltou a ser ocupado, não se sabendo se como necrópole ou habitat. De inícios da Idade do Ferro (séc. VIII-VII a.C.), a mesma investigadora interpreta, embora prudentemente, o depósito metálico de Arrifana como necrópole/depósito ritual do povoado de *Conimbriga* (*ibid.*: 22-23).

⁴¹ Como no importante povoado calcítico de Alcalar, interpretado como um “lugar central”, no Barlavento Algarvio (MORÁN e PARREIRA, 2003: 307-327).

Entre o Bronze e o Ferro, interrogamo-nos a respeito do incerto povoado de N. Sr.^a do Circo (ou Círculo). Ocupando uma posição proeminente, dominando visualmente a suave e extensa planície do Baixo Mondego, integraria a mesma rede de povoamento que os sítios/vestigios proto-históricos acima descritos? Se sim, quais seriam as relações? A importante posição topográfica traduzir-se-ia socialmente/hierarquicamente? Participaria nas manifestações religiosas/ritualistas que originaram o depósito de Arrifana? De acordo com o padre Carvalho da Costa (1712: 122, Tomo III), “em hum alto monte muy fragofô eftá fituada a Ermida de N. Senhora do Circulo, aonde na ultima Oytava da Pafcoa fam obrigadas as Cameras das Villas circunvizinhas a ir em prociffam”. Contemporâneo deste registo, como nos informa Fernando-António Almeida (2014: 457)⁴², o pároco de Furadouro, o frei Luís Bernardes, recordava que, mesmo num período de descrédito, contavam-se ainda as procissões (“círios”) de Redinha, Tapéus, Ega, Condeixa (quer a Velha, quer a Nova) e Zambujal. Afirmava também que “os marinheiros avistam a Senhora (*do Circo*) e que algum dia lhe mandavam ricas prendas, com vestiaras e esmolos para as missas”, embora com pesar, visto que “hoje está quase acabado”.

Provavelmente em plena Idade do Ferro, mas sem precisar cronologicamente, conhecemos Crasto de Soure⁴³, Monte da Pega⁴⁴ (REDENTOR e IMPERIAL, 1991: n.º 23) e Outeiro do Castelo/Castro do Outeiro. Uma vez mais, desconhecemos as relações que estabeleceram entre si e com os outros povoados proto-históricos, que se resumem, até à data, a *Conimbriga* e, de forma incerta, a N. Sr.^a do Circo (ou Círculo). Não obstante, atendendo ao período romano, parece impor-se a ideia de que *Conimbriga* ocuparia uma posição importante, talvez estruturante, na organização do povoamento proto-histórico desta região (CORREIA, 2009: 398).

Até aqui referimos quase que exclusivamente os povoados de altura (desconhecendo-se, no entanto, se seriam fortificados ou não), mas o que dizer da ausência dos pequenos núcleos de vocação agrícola, interpretados como “casais”, do Bronze Final e da Idade do Ferro? Na península de Lisboa, identificaram-se, em solos de elevada aptidão agrícola, vários destes casais, tais como os de Outurela I e II, Tapada

⁴² Responsável por consultar o inquérito promovido pela Academia Real da História Portuguesa, de 1721, no Arquivo da Universidade de Coimbra.

⁴³ Nesta fase da investigação data, genericamente, da Idade do Ferro. Não obstante, é plausível uma cronologia anterior.

⁴⁴ No exterior da área de estudo.

da Ajuda, Quinta do Percevejo, etc. (FABIÃO, 1997: 102, 141; VILAÇA, 2006: 39-40). Na região de Leiria, próximo de *Collipo* (S. Sebastião do Freixo), com base nos materiais recolhidos em prospecção, supõe-se uma estratégia de povoamento idêntica, na medida em que, para além dos povoados de altura, que controlavam pontos de passagem naturais e terrenos férteis, existiam casais agrícolas, como os sítios de Espite, Casal, Bicho Sacho, etc. (BERNARDES, 2007: 53-61). No Baixo Mondego, escavaram-se, em redor do Castro de Tavadere, vários casais (Arieiro, Chões, Fonte de Cabanas e Pardinheiros) e identificaram-se, nas imediações do Castro de *Seliobriga*, diversos núcleos que corresponderão a casais agrícolas (ALARCÃO, 2004a: 13; PEREIRA, 1993-1994: 75-85).

Posto isto, como explicar a ausência de casais agrícolas do Bronze Final e da Idade do Ferro na área de estudo? Poderíamos concordar com a opinião de Jorge de Alarcão (*ibid.*), considerando esta região do Baixo Mondego como pouco povoada⁴⁵ (neste caso, aludindo aos finais da Idade do Ferro). Todavia, atendendo aos casos de estudo acima indicados, que compartilham com a área de estudo um quadro físico e cultural semelhante, não estaremos, antes de mais, face a um exemplo fulgurante da insuficiente investigação arqueológica, especialmente quando se trata da paisagem?

Com base nos critérios de ocupação de alguns dos povoados proto-históricos da área de estudo⁴⁶, estabelecidos em áreas relativamente baixas – Outeiro do Castelo/Crasto do Outeiro (39 m), Crasto de Soure (46 m), *Conimbriga* (105 m) e Alto do Castelo (107 m) –, mas proeminentes, beneficiando de terrenos férteis e ricos em cursos de água e controlando as vias naturais de circulação, poderíamos imaginar uma estratégia de ocupação e exploração substancialmente diferente, aproximando-se, portanto, da opinião de Jorge de Alarcão. Ou seja, uma paisagem em que caberia aos povoados de altura as funções que os casais exerciam em outras regiões. A nordeste do Outeiro do Castelo/Crasto do Outeiro regista-se o topónimo Anobra (C.M.P folha 240), cuja etimologia poderá corresponder a um topónimo em *-briga* (talvez *Anobriga*) com origem pré-romana⁴⁷ (*ibid.*: 110). Em função disto, Jorge de Alarcão (*ibid.*) interroga-se

⁴⁵ Na Cova da Beira, o fenómeno de ocupação das terras baixas e férteis dos vales por parte dos pequenos núcleos rurais não está atestado, pelo menos ao nível das prospecções realizadas, até aos finais da Idade do Ferro/início da época romana (CARVALHO, 2007: 478-480)

⁴⁶ No seguimento deste raciocínio, excluímos os povoados de Monte da Pega e de N. Sr.ª do Circo (Círculo), cada qual, respectivamente, com 326 m e 406 m.

⁴⁷ Tal como o topónimo Cales (C.M.P folha 240), perto da actual localidade do Ameal, provável *vicus* romano (ALARCÃO, 2004a: 110).

se “na região entre *Conimbriga* e Coimbra se começaram a estabelecer, nos finais da Idade do Ferro, povoados em sítios baixos, povoados eventualmente abertos, sem muralhas”, contrapondo, no entanto, que a “designação *-briga* não deixa todavia de ser estranha num eventual povoado baixo”. A nosso ver, esta hipótese não é, de todo, despropositada, mas não existem dados, provenientes de prospecções e escavações arqueológicas, que a confirmem. Aliás, esta hipótese subscreve, à partida, uma “especificidade regional” – tornando-a distinta da Estremadura e da restante região do Baixo Mondego – que até ao momento não está arqueologicamente atestada.

Concluindo esta breve reflexão, qual é o seu interesse para a zona em redor de Ega, Arrifana e Picota? Para além do depósito metálico de Arrifana, não se conhece nenhuma forma de ocupação proto-histórica, quer em povoados de altura, quer em casais agrícola. A proximidade com o povoado pré-romano de *Conimbriga* poderia, e ainda pode, servir de explicação, mas questionamo-nos se as elevações em redor destas localidades, sobranceiras às terras férteis, ao longo das quais flui o rio de Mouros, não reuniriam as condições necessárias para o estabelecimento de comunidades humanas.

1.1.2. Metamorfose do espaço das sociedades antigas

Nos capítulos iniciais desta dissertação, referimos a emergência da planimetria, fenómeno que se prende com o aparecimento e desenvolvimento da trama viária, trama parcelária e rede de habitat. Excepto em casos pontuais, como em Montours, visto que é, no espaço e no tempo, um processo volúvel, este fenómeno ocorreu na Proto-História⁴⁸, principalmente na II Idade do Ferro, e no início da nossa Era, até ao séc. II d.C. Esta fase subscreve um outro fenómeno, cuja designação de “continentalização” ilustra a evolução de uma ocupação em locais isolados (ilhas) para uma ocupação contínua do espaço (continente) por intermédio da planimetria viária e parcelária, criando, assim, um tecido contínuo (CHOUQUER, 2005: 29-34, Nota 4).

⁴⁸ Em certos casos de estudo, constata-se uma realidade planimétrica muito mais antiga. De facto, “*Si l’essentiel des découvertes s’inscrit dans le deuxième Age du Fer et l’époque romaine – encore que ce cadre chronologique, commode pour la Gaule, ne soit guère pertinent pour les cultures des marges de l’Empire – il y a suffisamment d’observations concomitantes pour assurer l’existence d’un paysage structuré dès le Néolithique, avec des formes parcellaires bien délimitées, loin de la vision primitiviste des «champs-nébuleuses», aux limites incertaines dessinés par le feu défricheur qu’imaginait L. R. Nougier*” (CHOUQUER e FAVORY, 1991 : 56-57).

Diferentes dados (arqueológicos, paleobotânicos, antracológicos e polínicos) revelam o início, ou o acentuar⁴⁹, de uma transformação das comunidades humanas e da paisagem nas regiões portuguesas a partir da Proto-História. Entre os mais esclarecedores, na região de Alpiarça, na Estremadura, as análises paleobotânicas registam um aumento substancial dos pólenes de vinha no final do séc. VII a.C., certamente relacionado com o incremento da área de cultivo. Esta espécie vitácea existe em estado selvagem desde há muito no Ocidente, mas a produção de vinho (que explica este aumento) é, aparentemente, responsabilidade das populações do Mediterrâneo Oriental, surgindo, então, como um dos mais significativos indícios da influência fenícia (ou de comunidades de filiação oriental) na fachada atlântica (FABIÃO, 1997: 142-143). Portanto, concluímos que estamos perante comunidades que investiam no espaço, ocupando-o e explorando-o, mas também da interação entre o Homem e a Terra, ou seja, do *écoumène*; não reconhecendo-o, subtraímos ao ser humano a sua dimensão geográfica, a sua *geographicité* (CHOUQUER, 2007a: 332, 335).

Na área de estudo, o topónimo *Conimbriga* formou-se “num ambiente *proto-celta*” (CORREIA, 1993: 227); logo, em desacordo com uma origem oriental⁵⁰. Contudo, os vestígios arqueológicos, sobressaindo a feitoria fenícia de Santa Olaia (PEREIRA, 1993: 283 e 300), confirmam a entrada dos povoados do Baixo Mondego no movimento comercial e cultural com o Mediterrâneo, garantido, assim, o acesso a bens de prestígio às elites indígenas, cujo poder emanava do controlo da terra⁵¹ (CORREIA, 1993). No que respeita ao exemplo anterior – o desenvolvimento agrícola surge como um dos principais (e)feitos dos contactos entre as comunidades indígenas e os grupos orientais –, interrogamo-nos se não se repetiria no Baixo Mondego, principalmente ao nível das planimetrias. Com efeito, o aumento da área cultivável e da produção agrícola admite a criação de formas; planificadas ou não, estas formas seriam da autoria das comunidades indígenas, apesar de ser admissível uma influência orientalizante, na medida que estes grupos aproveitariam e reorientariam, de acordo com os seus próprios interesses, as estruturas económicas existentes. Confirmando-se,

⁴⁹ Na Beira Alta, na vertente norte-ocidental da Serra da Estrela, as análises paleobotânicas assinalam um decréscimo da cobertura vegetal a partir do III milénio a.C., agravado no final do II milénio como consequência da pastorícia e da agricultura, tendo as comunidades recorrido a queimadas (FABIÃO, 1997: 93).

⁵⁰ Os topónimos em *-ipo* confirmam a influência oriental nas comunidades peninsulares. Em Portugal, conhecem-se os povoados de *Bevipo* (Alcácer do Sal), *Olisipo* (Lisboa) e *Collipo* (Leiria), (*ibid.* 1997: 143)

⁵¹ Tratar-se-ia de uma economia agro-pastoril, mas os recursos flúvio-marítimos (especialmente o sal) eram certamente explorados.

estariamos perante formas endógenas e exógenas, coexistindo e/ou competindo, ou uma simbiose, segundo ritmos próprios, para os quais contribuiriam as especificidades regionais (políticas, sociais, económicas, físicas, etc.), entre os antípodas do Mediterrâneo? Quais seriam os instrumentos, técnicos e jurídicos, para ocupar e explorar estas terras? Alargar-se-iam à comunidade ou restringir-se-iam às elites? Traduzir-se-iam em explorações colectivas ou privadas?

Enquanto proposta, interpretamos a trama 16 (Arrifana) – quadriculada, presumindo que a única forma rectangular (avaliada como uma forma intermediária) repetir-se-ia, organizando o espaço – como um parcelário de formação de origem proto-histórica. A respeito das formas subcirculares, é ainda incerta a interpretação. Desconhecemos não só a(s) funcionalidade(s) – na transmissão das formas da paisagem é muito mais frequente a transformação do modelado e da função do que da forma em plano – como a(s) cronologia(s) – na ausência de dados arqueológicos, a leitura estratigráfica (horizontal) das formas da paisagem não confirma as relações cronológicas (anterioridade, contemporaneidade e posterioridade) entre as formas subcirculares e entre estas e a trama. Seja como for, a presença destas formas, compreendidas maioritariamente como recintos de funções habitacionais, é comum em parcelários pré-romanos (CHOUQUER e FAVORY, 1991).

Em França, em benefício da multiplicação de intervenções arqueológicas, datando-os do final da Idade do Ferro/início da época romana, foram inicialmente qualificados como parcelários “*romano-indigènes*”, mas uma vez reconhecidos como objectos complexos, que se desenvolvem na longa duração, são actualmente considerados como parcelários de formação, opondo-se, então, aos parcelários de fundação, como as centurições, as *villeneuve*s, as *villefranches*, etc. (ROBERT, 2011: 178). Em conformidade com os exemplos conhecidos, alguns dos quais em Espanha⁵² (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2002; 2003), estabelecemos uma cronologia semelhante para a trama 16, datando-a “a partir da” II Idade do Ferro. Esta data coincide com a conquista romana de *Conimbriga*, entre 138-136 a.C.; no entanto, a emergência da planimetria agrária e a conquista romana do espaço mediterrânico e perimediterrânico são fenómenos distintos, por isso anulando uma lógica de causa-

⁵² Ou ainda em Portugal. Em Beja, Cédric Lavigne (2006: 21-29, 44-45, Fig. 11-14) identificou um parcelário antigo, provavelmente pré-romano. Neste caso, as planimetrias antigas aparecem sob a forma fóssil, o que prejudica a aplicabilidade do princípio de *transformission* (*ibid.*: 46).

feito; na verdade, “*Rome, en un certain sens, participe au mouvement*” (CHOUQUER, 2007a: 344-45).

Na trama 16, o alinhamento que integra o itinerário A – ao nível do fluxo, estabelece a ligação entre os povoados pré-romanos de Soure e *Conimbriga*. Sendo assim, data, no mínimo, da cronologia mais recente de um deles (Soure), de forma a serem contemporâneos e a existir uma relação, a qual implica a deslocação de pessoas, mercadorias, ideias, etc. – está, em parte, orientado⁵³ com o Bico da Muralha do planalto de *Conimbriga*, sendo aí verosímil uma estrutura defensiva proto-histórica (confirmada para a época romana e tardo-romana), já que permitiria o controlo das férteis terras do vale do rio de Mouros (CORREIA e DE MAN, 2010: 303); de diferentes perspectivas, este estratégico local importaria às elites indígenas, certamente interessadas no controlo e na gestão das terras férteis, dos processos de trabalho e das movimentações da(s) comunidades(s)⁵⁴. Julga-se que o poder das elites emanava principalmente do controlo da terra, mas coadunar-se-ia com os documentos historiográficos? De facto, alguns dos autores gregos e romanos adscreveram aos povos peninsulares um modelo de organização e exploração colectivo da propriedade⁵⁵.

Neste sentido, interessa-nos o testemunho de Apiano sobre o povoado pré-romano de *Talabriga*. Ao mencionar que *Decimus Junius Brutus* “ (...) despojou-os dos cavalos, das provisões, de todo o dinheiro que tinham em comum e de toda a propriedade pública”, deu a conhecer, inequivocamente, a existência de propriedade pública pré-romana (CORREIA, 2010: 134). Em relação a *Conimbriga*, a ocupação romana não interferiu nas estruturas gentilitárias e fundiárias, respeitando, então, a propriedade pública (*ibid.*). Para além da mutabilidade do fenómeno de romanização, presumimos que o tecido planimétrico pré-romano (quer agrário, quer urbano, visto que *Conimbriga* não apresenta o modelo “clássico” da cidade romana) era suficientemente importante (e estruturante) para ser preservado em época romana.

⁵³ O alinhamento tem uma orientação entre 63º e 66º nor-nordeste – terminando orientado com o “Bico da Muralha” de *Conimbriga* (63º) –, o que não é um impedimento, uma vez que os alinhamentos dos parcelários de formação apresentam, por vezes, uma variação angular entre 5º a 10º (ROBERT, 2011: 177). Uma observação: como descobrimos tardiamente que o Museu Monográfico de *Conimbriga* possui um preciso levantamento topográfico das estruturas arqueológicas e do planalto (CORREIA e ALARCÃO, 2008: 37, Est. VI), recorreremos às ortofotografias para assinalar a extremidade ocidental do planalto.

⁵⁴ Consultar GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2002: Cap. IV.

⁵⁵ Diodoro Sículo registou que “o mais culto dos povos vizinhos é o dos Vaceus. Repartem todos os anos os campos para cultivar e dão a cada um uma parte das colheitas em comum. Aos que contrariam a regra, aplica-se-lhes a pena de morte” (VILAÇA, 2006: 64).

Com a necessária precaução, concordamos com uma origem para a trama 16 na II Idade do Ferro. Do que se conhece, os parcelários de formação marcam uma fase de “continentalização”, representada na difusão e conexão da planimetria viária e parcelária, formando um tecido planimétrico contínuo, e resultado da aparente vontade de valorizar (em termos agrícolas) as terras (ROBERT, 2011: 181). Desconhecem-se os termos e as terminologias que as sociedades da Idade do Ferro – excepto para Roma, presentes nos registos dos agrimensores – recorriam para designar a ocupação do solo, em plena expansão nas últimas centúrias do I milénio a.C. Mas, recentemente, Gérard Chouquer (2005: 35-36) propôs transferir a antiga noção romana *occupatio* – surgiu inicialmente num contexto militar como uma das primeiras formas de posse de terras – para ilustrar a tomada de posse de terras abandonadas, ou parcialmente ocupadas, por parte das sociedades da Idade do Ferro.

Não concordamos, no entanto, com o preceito de “tábua rasa” para este parcelário, figurando uma posterior reestruturação das formas da paisagem. No domínio das propostas, não é, *a priori*, inconcebível um parcelário do Bronze Final/I Idade do Ferro⁵⁶. O depósito metálico de Arrifana, cumprindo a função de necrópole/depósito ritual, aparece como elemento marcador, assinalando os espaços sociais e religiosos⁵⁷, do povoado de *Conimbriga*, integrando esta área na esfera das actividades humanas (eventualmente económicas). Por outro lado, os contactos com as comunidades mediterrânicas, não interpretando apenas os núcleos indígenas como simples e automáticos centros de importação de bens e produtos meridionais (mas também como estimulantes centros de recepção e difusão de ideias, conceitos, técnicas, etc.), certamente desenvolveram as actividades agro-pastoris da região (como o fizeram em outras).

⁵⁶ Por exemplo, são conhecidos, na Europa Setentrional, os parcelários de Dartmoor (corresponde, até à data, ao mais antigo exemplo de uma planificação agrária) do Bronze Pleno, em Inglaterra; na Europa Ocidental, as aldeias de Vandières e Bouy da Idade do Bronze, em França; na Europa Meridional, na paisagem envolvente ao povoado do Outeiro do Circo, datado do Bronze Final, um antigo hidroparcelário (presumivelmente pré-romano), em Portugal (CHOUQUER, 2007a: 344; 2010; FLEMING, 2008).

⁵⁷ Nas sociedades tradicionais, o profano e o sagrado eram categorias inseparáveis e indistintas (VILAÇA, 2007: 42).

1.2. Período romano

1.2.1. Apresentação

Em 136 a.C., concluída a primeira grande campanha militar em território nacional, comandada por *Decimus Junius Brutus*, governador da província ocidental, *Hispania Ulterior*, a região do Mondego e os respectivos povoados proto-históricos, entre os quais de *Conimbriga*, entraram nominalmente no orbe romano. Excepto as informações numismáticas, que nos informam a respeito da rápida integração da economia monetária nas estruturas locais – consequentemente, supõe-se uma transformação, ainda imperceptível, das comunidades autóctones e do ecossistema, na medida que pressionaria as estruturas sociais e os instrumentos tributários, bem como os recursos –, são escassos os conhecimentos sobre a região e o povoado de *Conimbriga* entre a conquista romana e o período de governação de Augusto (CORREIA e DE MAN, 2010: 299). Com efeito, a plena integração deste território, assim como de outros, no Império ocorreu apenas no governo deste soberano, aquando uma profunda reestruturação territorial e administrativa. No nosso caso, a área onde estão as actuais localidades de Ega, Arrifana e Picota incluía-se, hierarquicamente, na *civitas* de *Conimbriga*, no *conventus Scallabitanus* e na província imperial da *Hispania Ulterior Lusitania*, encabeçada pela cidade de fundação romana de *Augusta Emerita* (Mérida). Regressaremos com maior pormenor às unidades territoriais e administrativas, visto que para compreender a ocupação romana, especialmente no quadro do regime jurídico da propriedade, é preciso conhecer as respectivas circunscrições. Todavia, nesta fase determos-emos nos vestígios arqueológicos (**Mapa 56**).

Perto da área de estudo, começamos por fazer notar que as *villae* de Moroços e Barrios de Baixo localizam-se na margem oriental do rio de Mouros, distanciando-se, em linha recta, em 1250 m. Contíguas ao curso de água, afluente do rio *Munda*, mas posicionadas em cotas de segurança, entre os 50-60 m, numa margem estratégica, próxima da cidade romana de *Conimbriga*, é plausível estarmos em face de duas “*villae* ribeirinhas portuárias”⁵⁸. De facto, ainda que discutível, oscilando entre o rigor e a fantasia de alguns dos cronistas da época moderna, assim como turvada pela tradição

⁵⁸ Confirmando-se, a reentrância natural entre as localidades de S. Fipo e Palhacana, perto de Moroços, seria uma área propícia à atracagem de embarcações. Recentemente, Marco Penajoia (2012: 68) constatou, na sua área de estudo, que as *villae* distribuem-se ao longo do rio Mondego, designando-as de “*villae* ribeirinhas portuárias”.

popular (ALMEIDA, 2014: 510-522, 550-557), admitimos que o rio de Mouros fosse outrora navegável⁵⁹.

Como veremos, uma provável origem para as inscrições romanas reaproveitadas no Paço da Ega seria uma destas *villae*, se bem que, em abono da verdade, até ao momento nenhuma aqui foi recolhida (em função disso, somos privados de um importante manancial de informações a respeito dos proprietários). Seja como for, a este propósito sabemos que a epigrafia de *Conimbriga* regista a sobrevivência das estruturas gentilitárias e religiosas pré romanas em pleno contexto imperial⁶⁰ (CORREIA e DE MAN, 2010: 300-301). Por outro lado, a presença de colonos proprietários de *villae* está atestada na região, embora seja incerta uma origem itálica (ALARCÃO, 2004a: 15-16)

Não menos importante é a relação topográfica entre os povoados de altura e as *villae*. Neste caso, centramo-nos no trinómio Outeiro do Castelo/Castro do Outeiro, Moroiços e Barrios de Baixo, supondo, pois, a deslocação da comunidade (ou apenas de alguns indivíduos, muito provavelmente pertencendo à elite indígena) para as terras baixas, instalando-se, respectivamente, a 2815 m e 1715 m de distância do antigo núcleo populacional. Diante da falta de investigação arqueológica, não conseguimos precisar cronologicamente esta transformação. Seja como for, na *villa* de Barrios de Baixo recolheu-se uma *sigillata hispanica* (Drag. 15/17) do séc. I d.C. ou da primeira metade do séc. II d.C. (PESSOA, 1986: 58-59). Por outro lado, os materiais de construção romanos presentes no povoado de altura não são um indicador seguro do abandono, permanência ou da sobrevivência, importando distinguir uma continuidade de ocupação plena de uma mera manutenção residual das comunidades (LEMOS, 2004: 226). Como bem sabemos, em *Conimbriga*, sob os entulhamentos flavianos da esplanada do templo, registam-se estruturas pré-imperiais em uso prolongado associadas a restos de *tegulae* e *imbrices* (CORREIA, 2010: 169-170). Seja como for,

⁵⁹ Como afirmou António Carvalho da Costa (1706: 35, Tomo I), cuja afirmação, transcrita por Fernando António Almeida (2014: 520, 522), sustentava que “em pouca distância, estava um forte, de que ainda existem alguns vestígios, o qual guardava esta água, e é tradição que também defendia os navios que ancoravam imediatos à fortaleza; a muitos parece isto livre dito (*afirmação impensada?*), pela distância de sete léguas em que vai hoje o mar oceano; porém, ponderadas bem as circunstancias, não parece improvável que assim fosse naqueles séculos, pois nos mostra a experiência que nas praias e portos de Portugal tem o mar retrocedido grandes espaços; e assim, entrando o mar, e subindo pelo (*Rio*) Mondego acima, campos de Montemor, Figueiró (*do Campo*) e Ega, se não vê obstáculo ou monte que pudesse impedir-lhe) o acesso”.

⁶⁰ Aliás, na *villa* de Madalena recolheu-se uma inscrição dedicada à divindade indígena *Vasecus* (ALARCÃO, 1999: 127).

na *villa* de Barrios de Baixo recolheu-se uma *sigillata hispanica* (Drag. 15/17) do séc. I d.C. ou da primeira metade do séc. II d.C. (PESSOA, 1986: 58-59).

A 1500 m e 450 m, respectivamente, das *villae* de Moroços e Barrios de Baixo, no local da Moira, recolheram-se materiais romanos, alguns significativos, como tijolos de coluna e pesos de tear, por uma área de 5000 m², dando a conhecer, assim, um sítio consideravelmente importante. Localizado a 1315 m do Outeiro do Castelo/Crasto do Outeiro, não é displicente incluí-lo na deslocação da comunidade local para as baixas (e férteis) terras do vale do rio de Mouros.

Contrastando, na margem ocidental do rio de Mouros os vestígios são insuficientes para traçar, com rigor, um modelo de ocupação e exploração do solo. No seguimento da escavação arqueológica, sabemos que não existiu ocupação romana no Paço da Ega (REVEZ, 2012: 46-47). Sendo assim, é certo que as inscrições reaproveitadas, bem como os materiais encontrados nas vertentes do outeiro, sobre o qual se ergue o Paço, provêm dos núcleos romanos mais próximos, em razão da distância a percorrer. No caso da *villa* de Moroços, 2110 m; da *villa* de Barrios de Baixo, 1820 m; da cidade de *Conimbriga*, 3730 m. Nas imediações, nas terras baixas sob o outeiro recolheram-se alguns materiais, entre os quais um fragmento (bordo) de ânfora Almagro 51C⁶¹. Estes vestígios são manifestamente insuficientes, mas inclinamo-nos para um simples estabelecimento rural, muito provavelmente de pequena dimensão. Tal como no Paço, poderíamos explicar estes vestígios por fenómenos pós-deposicionais; no entanto, tendo em conta as características físicas do espaço, terrenos férteis, sobre os quais corre o rio de Mouros, e suaves elevações, sugerimos, de facto, um pequeno estabelecimento. Perto de Ega, no local da Carreirinha, poderia localizar-se uma outra exploração de pequenas dimensões.

Para norte, voltamos a encontrar vestígios da ocupação romana em Casal Cuco e Pedrógãos, onde somos confrontados, uma vez mais, com o problema da falta de materiais arqueológicos. Contudo, não é de excluir a possibilidade de um pequeno estabelecimento (ALARCÃO, 2004a: 110).

Posto isto, concluiríamos que a margem oriental do rio de Mouros conheceu um modelo de ocupação e exploração distinto da margem ocidental, uma vez que os

⁶¹ É difícil estabelecer uma cronologia precisa, sobretudo porque nunca analisámos este fragmento. O primeiro modelo desta forma remonta ao séc. II d.C., evoluindo, sob vários modelos, até ao séc. IV-V d.C. (FABIÃO, 2008).

materiais arqueológicos indicam núcleos de dimensão e de importância distinta. Consequentemente, concordaríamos com a opinião de Jorge de Alarcão (*ibid.*: 109), que pressupõe – embora admita uma repercussão por ausência de prospecções – uma “zona deserta, na época romana povoada de matas que ainda hoje se observam e no meio das quais se instalou a povoação (recente?) de Ribeira da Mata” entre o rio Ega (Mouros), a este, e o rio Arunca, a oeste. De facto, na área de estudo deste autor – em parte, definida longitudinalmente pelo limite meridional da Carta Militar de Portugal folha 240 (Montemor-o-Velho) – apenas se conhecem vestígios romanos na Granja do Ulmeiro e na Costa d’Arnes (*ibid.*). Não discordamos por completo, mas questionamo-nos a respeito das razões que estarão por detrás desta observação. A nosso ver, antes de propormos modelos de ocupação e de exploração distintos para cada margem do rio de Mouros, devemos deter-nos na preocupante falta de prospecções, nas transformações pedo-sedimentares do solo e nas realidades ocupacionais posteriores. Seja por um destes, seja por estes factores, muitos dos prováveis sítios arqueológicos manter-se-ão na penumbra, logo contribuindo para uma leitura deficitária da paisagem.

Regressando ao ponto anterior, recuperamos uma questão ainda por esclarecer: a (in)existência de pequenos núcleos de vocação agrícola, interpretados como “casais”, dispersos pelas terras baixas da área de estudo. Desconhecidos até ao início da época romana, ocuparam, a partir desta data, as terras baixas, sobretudo nas proximidades dos férteis vales de aluvião, até aí abandonadas, dando a conhecer um novo padrão de povoamento (contrastando, assim, com uma paisagem proto-histórica marcada exclusivamente por povoados de altura). Em função disso, admitimos que os prováveis sítios em redor de Ega só se teriam afirmado a partir do período romano, sendo certo que seriam explorados por indivíduos da comunidade local (sendo, no entanto, incerto o núcleo anterior, oscilando entre um dos povoados proto-históricos, em sintonia com uma provável deslocação topográfica).

Até prova em contrário, devemos concordar com este pressuposto. Porém, parece-nos difícil de aceitar que não estamos diante de um padrão de povoamento anterior, visto que em certas regiões, com um quadro físico e cultural idêntico ao da área de estudo, eleva-se de um substrato indígena, continuando, por vezes, na nossa Era⁶². Isto

⁶² Na margem norte do rio Mondego, o casal de Pardinheiros parece ter-se mantido na época romana (ALARCÃO, 2004a: 98); em boa verdade, surgiram materiais de diferentes cronologias (Ferro, Romano e Medieval) misturados (PEREIRA, 1993-94: 84). Ou ainda na região de *Collipo*, onde alguns dos casais da

não quer dizer que defendemos uma rede de povoamento inerte; pelo contrário, a mutabilidade é um facto, mas deve ser observada de diferentes pontos de vista⁶³.

No estado actual dos conhecimentos, não são legítimas as conclusões definitivas, mas reflectindo sobre elas, ou mais precisamente sobre a origem (pré-romana) dos prováveis sítios em redor de Ega, é plausível que a comunidade, certamente do quadro local, que ocupou e explorou estas terras na época romana, remonte ao período anterior. Confirmando-se, independentemente da sobreposição ou deslocação (mínima) dos sítios, verificar-se-ia a continuidade da estratégia de povoamento.

Por fim, contamos ainda com uma obra de arte viária romana, a ponte da Sancha. Como veremos, esta importante estrutura, ainda que de ligeira construção, é um testemunho directo do dinamismo (logo, evolução) da rede viária nesta área.

1.2.2. Além de uma visão morfo-histórica e crono-tipológica das formas da paisagem

Sob o título *Dois novos miliários no território de Conimbriga*, Vasco Mantas (1985: 175, Fig. 2) deu a conhecer três cadastros, dois deles romanos. Idênticas no módulo, *centuria quadrata*, as centuriações distinguem-se pela orientação e, conseqüentemente, pela cronologia relativa. Na centuriação A, orientada a 21° noroeste, o *cardo* corresponde ao eixo longitudinal do fórum augustano de *Conimbriga*, datando-a do programa urbanístico de Augusto. Na centuriação B, orientada a 14° nordeste, um dos *cardines* e um dos *decumani* coincidem com a porta principal da muralha tardia, relacionando-a provavelmente com as reformas da Tetrarquia. Diante da incerta cronologia, é certo que esta centuriação foi dividida em quatro *laterculi* (*ibid.*: 175, 177).

Idade do Ferro (Raçoeira 1, Raçoeira 2, Bico Sado, etc.), outros do Bronze Final (Espite e Casal), continuaram na época romana (BERNARDES, 2007: 53, 58).

⁶³ Na sua área de estudo, apesar dos núcleos agrícolas indígenas terem perdurado até ao séc. I d.C., Magali Watteaux (2009: 502) constatou que foram progressivamente abandonados ao longo desta centúria. Concordando com a opinião de Olivier Nillesse e Émile Bernard, interpretou este fenómeno como um processo de reagrupamento das antigas unidades agrícolas no centro dos vastos domínios das *villae*, os quais, apesar de serem menos numerosos, eram mais extensos e relevantes (*ibid.*: 502-503). No registo arqueológico, são visíveis importantes transformações e deslocações dos núcleos rurais, no entanto, os novos estabelecimentos (romanos) continuaram a ocupar as mesmas terras porque as deslocações foram mínimas, na ordem de centenas metros. Portanto, os dados arqueológicos só nos autorizam a falar de uma mudança da rede de povoamento e da planimetria à escala do sítio arqueológico (*ibid.*: 517-519).

Facilmente reconhecíveis nas áreas de *Conimbriga* e Alcalamouque, desvanecem ao encontro do rio Mondego, a norte, e do rio Arunca, a oeste, onde acabam por terminar. Em função desta coincidência, Vasco Mantas (*ibid.*: 177) interpretou estes cursos de água como limites do território de *Conimbriga*. No caso do rio Arunca, o orago de N. Sr.^a da Finisterra, em Soure e em Vila Nova de Anços, parece relacionar-se com uma provável *linea finitima*. Em abono desta proposta encontra-se, na primeira localidade, um dos miliários da estrada *Olisipo-Collipo-Conimbriga*. Contrastando, os traços das centuriacões não alcançam os limites sul e este do território, cujas terras integrariam o *ager extra clusus et non adsignatus*.

Concluiu, por fim, que o controlo do território exercia-se pelo estabelecimento de áreas centuriadas e áreas públicas, ou com “afectações especiais (margens de rios, bosques, pastagens) “. Sobre as primeiras, restritas e descontínuas, entre as quais existem zonas não divididas, nomeadas *subcessivae*, depreende-se que dependiam mais das condições naturais do território do que da orientação solar e da rede viária. Segundo o autor, correspondem a centuriacões municipais, cujas orientações relacionar-se-iam com diferentes divisões, denominadas *renormatio*. Sobre as últimas, absteve-se de qualquer comentário (*ibid.*: 175, 179).

Desde os anos 80 que as informações que Vasco Mantas nos deu a conhecer mantêm-se essencialmente inalteráveis. No âmbito da sua tese de doutoramento, em conjunto com as prováveis centuriacões de *Olisipo*, *Scallabis*, *Aeminium* e *Bracara Augusta*, reafirmou a existência de duas centuriacões no território de *Conimbriga*, alterando unicamente a importância da rede viária, sobretudo dos caminhos secundários, na estruturação destas planificações e omitindo a relação (talvez abandonando-a) entre as áreas centuriadas e os limites territoriais da *civitas* (*ibid.* 1996: 927-928). Mais recentemente, em concordância com os registos publicados por Miguel Pessoa (2011: 102), afirmou que a distribuição dos sítios arqueológicos no território de *Conimbriga* reflectia a presença de zonas centuriadas (MANTAS, 2012: 284).

Diante de tudo isto, discordamos do cenário de ocupação romana que Vasco Mantas desenhou para a *civitas* de *Conimbriga*⁶⁴. Assim, iremos analisar, em termos

⁶⁴ Na fachada atlântica entre os rios Tejo e Mondego, por João Bernardes (2007: 84, nota 98), e na região da Cova da Beira, por Pedro Carvalho (2007: 488), a ocupação romana também não se relaciona com este modelo de ocupação e exploração. Mesmo em Beja, onde Vasco Mantas identificou, supostamente, dois cadastros romanos em torno da cidade de *Pax Iulia*, Cédric Lavigne (2006)

gerais, o quadro histórico-jurídico do território e da cidade e as evidências morfológicas, perspectivando um debate, que esperamos venha a ser enriquecedor, sobre os desígnios de Roma, porventura suficientemente prolífico para incentivar futuras investigações, idealmente interdisciplinares, de modo a corroborar ou a refutar algumas das propostas.

▪ **Quadro histórico-jurídico do território da *civitas* de *Conimbriga***

Começamos por problematizar⁶⁵ a proposta de Virgílio Correia (2010). Com a campanha militar de *Decimus Junius Brutus*, o território e o povoado proto-histórico de *Conimbriga* entraram no orbe romano, integrando, assim, o *ager publicus*. Teoricamente, com a conquista, estas terras, até aí domínio indígena, sofreria uma dupla apropriação: aos colonos e cidadãos romanos atribuir-se-iam terras para serem exploradas a título privado (*ager privatus*) e colectivo (*ager publicus populi Romani*). As últimas estavam disponíveis aos cidadãos da *res publica* – entendida como uma comunidade cívica, fosse o Povo romano, uma colónia ou um município – sob a forma de bens comunais explorados colectivamente (pastagens, florestas, pântanos, etc.) ou terras e pastagens exploradas por particulares (*ager vectigalis*), cujo proveito dependeria do pagamento de uma taxa (*vectigal*), semelhante a um arrendamento (CHOUQUER e FAVORY, 2001: 96-97).

Dissimulados no rigor jurídico da ordenação das terras, encontram-se dois factos essenciais para compreender as intenções da administração romana, cujas implicações se ressentiam no regime jurídico da propriedade: um, a heterogeneidade do estatuto das cidades conquistadas, por vezes na mesma região; outro, a dualidade histórica entre a península itálica e as províncias (*ibid.*: 95, 97). Conscientes do primeiro facto, determos-emos, em termos gerais, no *ager publicus* das províncias.

À semelhança do “domínio público” itálico, o provincial não era susceptível de apropriação privada, todavia, estava disponível para arrendamento, cujos contractos variavam entre um, cinco, trinta ou cem anos (*ibid.*: 99). Neste caso, a posse (*possessio*) da terra seguia o regime de propriedade útil – logo, diferente da propriedade eminente (semelhante ao arrendamento enfiteútico), como acontecia, por exemplo, com o Estado

desconstruiu, ao nível das planimetrias, este modelo, já questionado por Maria Conceição Lopes (2003: 286-303).

⁶⁵ A partir dos trabalhos de Gérard Chouquer, e sobretudo em colaboração com François Favory. Alertamos, no entanto, para a ausência de um recente, mas importante, trabalho: CHOUQUER, Gérard (2010) – *La terre dans le monde romain: anthropologie, droit et géographie*. Paris: Ed. Errance.

romano –, excluindo, portanto, o *dominium*⁶⁶. Consequentemente, ainda que beneficiasse dos atributos da propriedade, entre os quais o da transmissão – restritamente pelo meio não formalista (*traditio*)⁶⁷ –, não usufruía da prescrição aquisitiva e da possibilidade de reivindicar judicialmente a propriedade ou posse de um lugar (*rei vindicatio*), (*ibid.*).

Privadas do *dominium*, os indígenas que conservassem os seus bens privados (*ager publicus provincialis*) faziam-no, não mais como proprietários, mas como possuidores (*possessor*), visto que sobre eles recaíam diversas taxas. Neste caso, tratava-se de uma posse perpétua, transmissível em vida ou após a morte (*inter vivos o mortis causa*) e definia-se em função do direito local e do *ius gentium* (*ibid.*: 99-100).

Retomando a proposta de Virgílio Correia (2010: 134-135), a conquista romana respeitou, aparentemente, as anteriores organizações de povoamento e de poder, não interferindo nas estruturas gentilitárias e fundiárias – recuperando o parágrafo 73 de Apiano, a (quase certa) propriedade pública pré-romana teria continuado (*ibid.*: 134). Testemunhando-o, a “sobrevivência” dos traços proto-históricos na cidade romana, revelando que o povoado conimbrigense não foi alvo de divisão, de forma que a ocupação decorreu no *modus arcifinius* (*ibid.*: 135).

De acordo com os autores latinos, sobretudo Siculus Flaccus, o *ager arcifinius/arcifinalis* (ou *ager solutus*) assemelhava-se ao *ager occupatorius*⁶⁸, norma jurídica romana, cuja noção de *occupatio* apareceu inicialmente, ainda antes de ser uma forma jurídica (mas sim, uma categoria técnico-gromática dos agrimensores), num contexto militar como uma das primeiras formas de posse de terras (BOTTERI, 1992; CHOUQUER e FAVORY, 2001: 103-107, 408-409). Uma vez conquistadas (entrando, então, no *ager publicus*) e afastadas (do latim *arcere*) as comunidades autóctones, esta noção permitia integrar estas terras, inicialmente *res nullius* (significa literalmente “que

⁶⁶ Privadas da cidadania romana, as comunidades provinciais não tinham acesso ao *dominium ex iure Quiritium* (estatuto da propriedade em Itália), impedindo-as, assim, de aceder à propriedade pretoriana (ou bonitária), entendida como uma posse de boa-fé que lhes permitia tornarem-se proprietárias quirítárias por *usucapio* (isto é, pelo uso, não reivindicado; no caso dos bens imóveis durante dois anos), (CHOUQUER e FAVORY, 2001: 99).

⁶⁷ A propriedade quirítária era transferida por *mancipatio* e *in iure cessio*, os dois meios formalistas (*ibid.*: 98-99).

⁶⁸ Todavia, não reúne consenso entre os investigadores. M. J. Castillo Pascual (2011: 107-108) distingue-os: enquanto o *ager occupatorius* referia-se às terras ocupadas (e conquistadas) do *ager publicus* e domínio do Estado romano, o *ager arcifinius* referia-se às terras não medidas de modo romano e delimitadas por elementos naturais; portanto, tratar-se-ia de uma noção exclusivamente gromática.

não pertence a ninguém”), na *possessio*, definindo, deste modo, o regime dos *agri capti/captivi* (ou *arcifinales*). Segundo o direito romano, estas terras dependiam do *ius occupatorius* (*ibid.* 2001: 107, 408; CHOUQUER, 2005: 35-36).

Ao contrário do *ager divisus et adsignatus*, território dividido por uma *limitatio* com vista a uma distribuição de terras, o *ager arcifinius* designava um território sem *limites*⁶⁹, uma vez que não estava afecto a uma medida (romana) e não tinha uma fronteira limitada e avaliada (*ibid.* 2001: 408). Após o afastamento dos autóctones não só as terras eram deixadas à livre apropriação, muito provavelmente mediante um “contracto económico” (*ibid.* 108), como eram definidos vernaculamente os seus limites – sobre os quais figuravam as terras indígenas não divididas por Roma (CHOUQUER, 2005: 36) –, representados por cursos de água, árvores, montanhas, caminhos, muros e montículos (*scorofiones*) de pedra, mausoléus, etc. (CHOUQUER e FAVORY, 2001: 104, 185-192, 307, Fig. 112). No caso de *Conimbriga*, a população não foi afastada, certamente perante a necessidade de braços para trabalhar e contribuintes para tributar, visível, em parte, na rápida integração da economia monetária nas estruturas locais.

Na viragem da Era, ocorreu uma completa reorganização provincial, resultando, na nossa área de estudo, na criação da *civitas* de *Conimbriga*. No quadro do Império, as *civitates* consistiam em unidades judiciais, territoriais e tributárias, sobre as quais recaía o pagamento do *stipendium* ou *tributum* ao Estado romano, bem como em pólos de integração das comunidades indígenas na organização provincial (CARVALHO, 2007: 95). Fundada na época augustana, a acção política, sob a forma de *contributio*, confirmou a centralidade do povoado de *Conimbriga*, doravante capital de *civitas* e núcleo difusor da romanidade. Em função disso, beneficiou de um aparelho urbano público imprescindível no cumprimento das funções de uma cidade romana, mas “discutível” – embora compreensível, visto que se constata a importância histórica deste núcleo populacional – no quadro de um *oppidum stipendiarium* (CORREIA, 2009: 398).

Contemporânea da concessão do *Ius Latii* a toda a *Hispania*, a intervenção Flávia (69-96 d.C.) na cidade conimbrigense, agora *municipium* (*Flavia Conimbriga*), remodelou enormemente o fórum e os espaços urbanos envolventes. Continuando no trilho de Virgílio Correia (2004: 280-281), a partir do final do séc. I d.C. a evolução

⁶⁹ Eixos paralelos ou ortogonais que constituem uma *limitatio*.

arquitectónica da cidade centrou-se exclusivamente no interior das residências das elites. Interpretando os cenários urbanos como representantes de um discurso ideológico, observou, durante e após a época flaviana, o reforço dos domínios domésticos aristocráticos em detrimento dos domínios artesanais e comerciais. Tradicionalmente, esta observação explicar-se-ia pela promoção jurídica⁷⁰ e melhoria dos ritmos económicos que, “fruto de uma mutação dos processos agrícolas muito significativa e particularmente frutuosa” (*ibid.*: 281), reforçariam a capacidade económica das elites, imprescindível no desempenho dos cargos públicos necessários para a ascensão política. Com efeito, o decréscimo da importância de bens alimentares, constatável desde os finais do séc. I d.C., poderia estar relacionado com o desenvolvimento económico da região⁷¹; contudo, o contrário era também possível, visto que o exigente acesso a uma romanidade provincial e imperial, agravado por um decréscimo dos recursos, obrigaria às elites reforçar os meios – arquitectura doméstica palaciana – de controlo social e económico (*ibid.*).

Independentemente da resolução, a acção das elites reflectir-se-ia na posse e exploração da terra, principal fonte de riqueza. O *ager arcifinius* (ou *occupatorius*), submetido a um imposto difícil de definir, visto que o modo vernacular de delimitação dos territórios (ausência de um plano cadastral) obrigava a confiar no possuidor e impedia a resolução de conflitos (CHOUQUER e FAVORY, 2001: 108), criava um problema de gestão na fiscalidade das terras públicas, sobretudo em face de uma *civitas* responsável pela repartição e recolha da carga fiscal e de uma elite indígena interessada na exploração das terras⁷². A propósito mencionamos uma inscrição recolhida em Santiago da Guarda, no concelho de Ansião, com o seguinte texto: VE(*ctigal*) R(*ei*) P(*ublicae*) M(*unicipium*) VICINI, interpretado como “Tributário da República do Município vizinho”. Na nossa opinião, é ainda incerto o município colector (*Conimbriga* ou *Sellium*), embora os autores identifiquem-no como o *municipium* conimbrigense (MONTEIRO e ENCARNAÇÃO, 1993/1994). Seja como for, esta

⁷⁰ Permitindo, a partir do *ius Latii*, que os indígenas que exercessem as magistraturas locais usufruíssem do estatuto de cidadãos romanos (*ius adipiscendi civitatem Romanam per magistratum*), (ALARCÃO e BARROCA, 2012: 189).

⁷¹ Certos recursos beneficiaram certamente das remodelações públicas e privadas da cidade. Excepto as marcas de oficinas produtoras de materiais de construção e as pedreiras em, e em torno de, *Conimbriga*, estas explorações dificilmente aparecem no registo arqueológico (CORREIA, 2010: 137-146).

⁷² Especialmente em função do controlo da atribuição das terras e da repartição fiscal, domínios das magistraturas locais (CARVALHO, 2007: 96-97).

inscrição, datada do início do séc. III d.C., testemunha o interesse e a preocupação do município (*res publica*) em gerir correctamente os seus prédios, sobre os quais recaia um imposto (*vectigal*) pelo seu arrendamento, especialmente porque representava uma das principais fontes de financiamento das entidades locais.

Em função disto, interrogamo-nos a respeito de uma evolução fiscal que se coadunasse com a crescente pressão sobre as terras. Diante da diversidade de situações cadastrais – oscilando, no séc. I-II d.C., entre uma região dividida por uma *limitatio* (ou por várias, ocorrendo uma imbricação de formas), uma região ordenada por uma *quadratura* (fictícia), uma região organizada por um “*pavage de circonscriptions*” (a partir de domínios específicos nomeados de *pagi, possessiones, praedia, fundi, casae*, etc.), uma região marcada por complexas e competitivas heranças da Idade do Ferro, etc. – o percurso revela-se sinuoso, se bem que bastante fecundo: constata-se não só que as sociedades antigas tinham, para além da *limitatio*, vários modos de referência da estrutura “*fondiaire*” (CHOUQUER, 2007a: 350-354), como é impossível falar de cadastro, no sentido actual (a partir do séc. XIX-XX), visto que nos “mundos analógicos”, ainda que o acto de registar as terras para efeitos de fiscalização e de loteamento fosse comum, não existia um único sistema aplicado a um mesmo espaço. Neste último, trata-se principalmente de uma questão jurídica porque uma pluralidade de “direitos” (termo inapropriado), quase sempre geograficamente imbricados, não se coaduna com uma base predial uniforme⁷³.

Com base no texto de Frontino (1998: 4-7, Th 2, Fig. 4, 5), pensámos na noção *ager mensura per extremitatem comprehensus*. Corresponde a um modo gromático (portanto, não é uma categoria jurídico-territorial) destinado a averiguar a superfície e os limites das terras, medindo-as e delimitando-as oficialmente pelo perímetro externo, embora sem necessidade de uma *limitatio* (CHOUQUER e FAVORY, 2001: 104-105, 109, Fig. 110-111). A partir das fontes documentais, principalmente Frontino, sabemos que este modo permitia avaliar a superfície atribuída a uma cidade (como aos *salmaticenses*, na província da *Lusitania*); as terras tributárias em várias províncias; a área e os limites dos lugares sacros e as terras privadas (*agri privati*), (*ibid.*: 109). Posto isto, este modo gromático ter-se-ia aplicado também à *civitas* de *Conimbriga* – antes de

⁷³ A respeito dos cadastros, consultámos os *PowerPoint* disponibilizados na unidade curricular Morfologias Urbanas e Rurais leccionada por Gérard Chouquer, em 2011, no âmbito do Mestrado de Arqueologia e Território da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

mais, entendida como uma unidade tributária –, visto que à administração imperial apenas interessava conhecer o respectivo território, na maioria das vezes definido mediante o acto oficial de colocação dos *termini augustales* em certos lugares da fronteira, para calcular o imposto atribuído ao governo local.

Conhecemos, no entanto, uma outra concepção que permitia responder às obrigações fiscais do poder local e imperial, nomeadamente a *arva publicus* das províncias (Frontino) ou o *ager arcifinalis vectigalis* (Higino Gromático), (*ibid.* 139). Predominante na época republicana, o binómio das terras conquistadas do *ager publicus* – segundo os *Gromatici veteres*, distinguia as terras ocupadas e atribuídas, repercutindo, ao nível administrativo, fiscal, gromático e jurídico, o interesse do Estado (*ibid.*: 106) – alterou-se gradualmente, a partir do governo de Augusto, com o crescimento do *ager publicus vectigalis*, procurando, assim, garantir os rendimentos do Estado, das colectividades territoriais ou do fisco imperial. Consequentemente, em função de um maior controlo fiscal, resultando na arpentagem das superfícies para melhor aferir o imposto (*vectigal*), as terras públicas do *ager arcifinalis*, inicialmente não medidas, evoluíram para o *ager arcifinalis vectigalis*, doravante medidas (*ibid.*: 139). De acordo com Higino Gromático, “*la terre arcifinale soumise au vectigal, nous devons la réduire à la mesure de sorte qu’elle soit conservée définitivement et par des tracés rectilignes (recturae) et par un bornage (terminatio)*”⁷⁴ (*ibid.*: 267), de modo a assegurar a localização e apreciação das parcelas, em função quer da superfície, o que requer uma medida, quer da qualidade, o que supõe uma grelha de avaliação. Nesta apreciação fiscal, a avaliação do valor dos solos (*aestimatio*), sobre a qual se estabelecia o montante do tributo, partia da declaração oficial (*professiones*) dos possuidores, obrigados a declarar onde e quantas propriedades detinham. O mesmo autor latino informa-nos que em certas províncias o imposto dependia desta estimativa (*ibid.*).

Esta avaliação fiscal realizar-se-ia através de uma *limitatio*, recorrendo a um quadriculado de *rigores*, no interior do qual encontrar-se-iam unidades rectangulares nomeadas *scamna* e *strigae*. Surpreendentemente, ao contrário de uma centurição (Higino Gromático distingue-as), não implicava a transformação do parcelário local, visto que este quadriculado (*quadratura*), confirmado no solo apenas por marcos,

⁷⁴ Copiado da obra de Gérard Chouquer e François Favory, cujas alterações, em relação ao original (HYGIN, 1996: 152-153, Th 167), estão entre parênteses.

formava uma rede “teórica” para referenciar as terras e determinar o imposto (**Fig. XXVII**), (*ibid.*: 267-268; CHOUQUER, 2007a: 353-354).

Em termos gerais, propusemos um quadro jurídico-administrativo, com repercussões no regime jurídico da propriedade, para a *civitas* de *Conimbriga*. Seguir-se-á uma análise crítica dos dados planimétricos de Vasco Mantas, procurando demonstrar, ao nível morfológico, a debilidade das centuriações.

▪ Evidências morfológicas

Consultando os suportes documentais e cartográficos de Vasco Mantas (1985: 175-157, Fig. 2), facilmente constatamos que as centuriações não apresentam um quadriculado ortogonal constituído por eixos periódicos, teoricamente orientados norte-sul (*cardines*) e este-oeste (*decumani*), que dividem um extenso território em unidade quadriculares ou rectangulares, cada uma (*centuria*) traçada sobre um módulo de 20x20 *actus* (120 pés, o que perfaz 35,5 m) que oscila entre os 704 m e 710 m de lado (ROBERT, 2011: 177). Neste sentido, partilhamos a opinião de Gérard Chouquer (2000: 132) na investigação das centuriações:

J'ai souvent insisté, dans la critique des recherches sur les centuriations, sur le fait que nombre de chercheurs, oubliant que ces limitations antiques sont des réseaux périodiques d'axes et que la division parcellaire (dividuelle) procède d'unités intermédiaires (individuelles) fondamentales et régulières dites centuries, se sont contentés de relever de simples trames isoclinales et ont imprudemment conclu à la présence de centuriations. Sans une reconstitution, au moins vraisemblable, de ce niveau individuel de cohérence de la forme, on ne peut interpréter dans ce cens. La distinction de Klee est heuristique en ce qu'elle rappelle qu'une trame n'est pas une forme.

Por conseguinte, ainda que Vasco Mantas afirme reconhecer um módulo (*centuria quadrata*), não apresenta uma reconstituição aceitável das formas intermediárias. Aliás, acresce o facto de as centuriações estarem representadas sobre um suporte cartográfico “datado” - hoje manifestamente deficitário - e que não cobre todo o território supostamente centuriado, nem nos informa a respeito da origem dos dados planimétricos (formas fósseis, activas, físicas e sociais), impedindo a avaliação crítica e a utilização posterior dos dados. Digna de um comentário é a proposta da distribuição dos sítios arqueológicos comprovar a existência de centúrias no território de *Conimbriga*. Apesar dos múltiplos casos de estudo confirmarem a capacidade das *villae*

em criarem parcelários próprios, mesmo na ausência de uma *limitatio*⁷⁵ – por exemplo, a *villa* de Godmanchester (CHOUQUER e FAVORY, 1991: 202-204) –, a distribuição dos estabelecimentos não autoriza uma reconstituição da morfologia agrária, mas somente uma leitura, em traços gerais, da organização da paisagem rural (LOPES, 2003: 280).

Avançando na análise, apercebemo-nos que Vasco Mantas assume um discurso tradicional sobre as formas da paisagem, interpretando-as sob uma perspectiva morfo-histórica e crono-tipológica – logo, subscreve uma visão em palimpsesto da paisagem. Por um lado, privilegiando os factos políticos e institucionais em detrimento dos factos espaciais e sociais, decalca uma malha das centúrias no urbanismo da cidade romana de *Conimbriga*, datando-as, a partir de um ou outro troço urbano atestado arqueologicamente, por um acontecimento político (reformas augustanas e tetrárquicas). Por outro lado, filiando as centurições a uma época, uma cronologia e uma formação social e política, avalia-as de modo que a sucessão de formas corresponda a uma sucessão de formações sociopolíticas (Alto Império e Baixo Império). Discordamos, no entanto, desta interpretação: no plano urbano, *Conimbriga* não apresenta o modelo “clássico” de cidade romana fundada *ex nihilo*, visto que as heranças pré-romanas, quer planimétricas, quer sociais, condicionaram a evolução urbana e social conimbrigense (CORREIA, 2010). Aliás, nem os programas urbanos augustanos e flavianos quiseram, ou conseguiram, obliterar a trama pré-romana, subsistindo até datas imperiais vestígios planimétricos indígenas (*ibid.* 2004).

Figurando entre as primeiras ideias de Vasco Mantas, discordamos igualmente da relação entre as áreas centuriadas e o território da *civitas* de *Conimbriga*. Desmitificada a associação entre uma *limitatio* e um território de *civitas*, comum na corrente morfo-histórica, segue-se a coincidência entre uma *civitas* romana e um concelho medieval, característica do Nacionalismo metodológico: estabelecido ao longo do rio Arunca, Vasco Mantas traçou o limite oeste da *civitas* de *Conimbriga* sobre o limite entre os concelhos de Montemor-o-Velho e Soure (PIMENTA, 2011: 31). Deste modo, suprimindo-lhe as realidades espaço-tempo, obtemos um território limitado, coerente e homogéneo.

⁷⁵ Ou no interior, como no caso dos *fundi excepti* e *fundi concessi* (CHOUQUER e FAVORY, 1991: 204; 2001: 135-136).

1.3. Período tardo-antigo e alto medieval

Enquanto introdução de um raciocínio que apresentaremos nos subcapítulos seguintes, entendemos ser necessário começar por uma curta reflexão a respeito do vínculo entre as comunidades do séc. IV/V e do séc. XI/XII, incluindo, para o efeito, uma realidade ainda muito pouco estimada, a presença muçulmana, ainda que interrompida, no âmbito das “presúrias” de Afonso III, no quadro histórico-político da região, entre os séculos VIII-XI.

Os dados arqueológicos e arqueogeográficos têm vindo a revelar, por exemplo em França, que o aparecimento das aldeias (actuais) medievais, entre os séculos XI-XII, resultou de múltiplas fases de reagrupamento do habitat na longa duração (CHOUQUER, 2007a: 335). Para Édith Peytremann (2003 *apud* WATTEAUX, 2009: 78-81), que analisou a evolução dos núcleos rurais entre os séculos IV-XII, no Norte de França, a ideia inicial de “revolução” no ano Mil, da qual emergiria, em plena originalidade, a “aldeia” medieval, deu lugar a um processo de concentração dos habitats e das comunidades, iniciado no séc. VII e concluído no séc. XII, tendo constatado o escasso número de fundações do séc. XI-XII, privando, portanto, a teoria do ano Mil de dados arqueológicos (**Fig. XXVIII**). Em Espanha, com o contributo da Arqueologia, reconhece-se actualmente que a aldeia (e a rede de aldeias) é o resultado de um fenómeno da evolução do povoamento, entre os séculos V-X, com destaque, em várias regiões, para os séculos VIII-X (LÓPEZ QUIROGA, 2009; QUIRÓS CASTILLO, 2009: 348-359; KIRCHNER, 2010: 248-249, 251).

Nos últimos anos, em resultado de honrosas investigações, a arqueologia portuguesa abandonou a ideia de uma repentina “hecatombe”, subscrita por uma corrente historiográfica peninsular, dos núcleos urbanos e rurais⁷⁶ romanos na Alta Idade Média – em *Conimbriga*, o relato de Idácio de Chaves sobre o abandono da cidade romana, na sequência de um ataque dos Suevos, provavelmente em 465, condicionou o estudo dos níveis medievais conimbrigenses até recentemente, os quais confirmam uma ocupação até ao séc. XII, porventura ainda durante a Baixa Idade Média (DE MAN, 2006: 143-164, 166). A nosso ver, persiste, no entanto, uma interpretação fracturante da época alto-medieval. Diametralmente opostas, as

⁷⁶ Por exemplo, a investigação arqueológica confirma, para o Sudoeste Peninsular, que a maioria dos sítios romanos continuou ocupada, muitos até ao período islâmico (BERNARDES, 2009).

interpretações dos romanistas e medievalistas – neste caso, na transformação da “aldeia”, em torno de ano Mil, em objecto identitário e fundador da genuína Idade Média, consequência de uma escolha epistemológica e ideológica (WATTEAUX, 2009: 89-90) – convergem numa avaliação simplista da Alta Idade Média. O recente artigo de Manuel Luís Real (2014: 13-56), *A dinâmica cultural em “Portucale” e “Colimbrie” nos séculos VIII-XI*, elaborado na diacronia, deu a conhecer uma realidade alto-medieval frequentemente omissa na investigação arqueológica, na qual as comunidades viveriam em relativa liberdade e prosperidade durante a época emiral, especialmente a diocese coimbrã, cujo vigor se expressa nas esculturas e nas ornamentações conhecidas, confirmando um amplo movimento construtivo⁷⁷ nos finais do séc. VIII e inícios do séc. IX (*ibid.*: 24-27, Fig. 2A, 3A-C), sendo digno de nota o facto de a região de Coimbra, em conjunto com as Astúrias, apresentar, na orla marítima peninsular, alguma unidade enquanto grupo regional nos motivos ornamentais: “cachos de uvas delimitados por um filete ou orla rígida” (*ibid.*: 26-27).

Um outro efeito, é a dificuldade em compreender, se não em aceitar, que as mudanças no sistema de povoamento e nas *villae*, no Ocidente, resultaram, ao contrário de factores externos, da “*propia dinámica evolutiva interna inherente al mundo romano en toda su complejidad*” (LÓPEZ QUIROGA, 2009: 55-56). Por exemplo, a utilização da madeira na construção ou reconstrução, normalmente associada aos povos germânicos, era uma técnica comum na época romana e, indiscutivelmente, pré-romana (*ibid.*: 49-50).

Equidistantes no tempo e no espaço, a respeito da Alta Idade Média, no Norte da Europa, Anne Nissen Jaubert⁷⁸ (1995; 1996a; 1996b; 1998; 1999 *apud* WATTEAUX, 2009: 75) assumiu um outro prisma, debruçando-se sobre os núcleos rurais alto-medievais com outros conceitos de “mobilidade” e de “aldeia” (cuja definição varia entre autores, disciplinas e países), formados à escala do território. Apesar do deslocamento dos núcleos rurais, desenvolveu uma noção assente na continuidade territorial, forjando, assim, a chave da leitura do povoamento rural alto-medieval. Doravante, “*la continuité territoriale n’implique pas une continuité de lieu qui n’entraîne pas non plus une continuité fonctionnelle*” (*ibid.* 1998: 215). No sítio

⁷⁷ Embora, na opinião do autor, algumas peças possam ser ligeiramente posteriores.

⁷⁸ Escrevemos por inteiro este parágrafo em torno das ideias e dos dados de Anne Nissen Jaubert, a partir da tese de doutoramento de Magali Watteaux (2009).

arqueológico de Vorbasse, na Dinamarca, identificaram-se, em 26 hectares escavados, nove ocupações que evoluíram – ou seja, deslocaram-se – até formar a actual aldeia, última etapa de fixação do habitat, no séc. XII (*ibid.* 1996b: 78; 1998: 215; 1999: 524). Considerando estas deslocações como a melhor forma de explorar os recursos, em função das técnicas agrícolas, a fixação dos estabelecimentos relacionar-se-ia com o desenvolvimento das técnicas e dos utensílios, usados na agricultura, e o crescimento demográfico, apesar de não excluir a participação de elites e do aumento da pressão fiscal (*ibid.* 1998: 224; 1999: 529).

Esta mobilidade, que em nada concorda com a do medievalista Robert Fossier, não impede a reocupação dos sítios romanos. Embora minoritário, Magali Watteaux (2009: 492) constatou que não é um fenómeno marginal. Contudo, na maioria das reocupações observou-se uma ruptura importante entre as estruturas romanas e alto-medievais – no sítio de Papaudière, ocupado como espaço fúnebre (fim do séc. VII-início do séc. X) e habitacional (séc. IX-XI), identificou-se um desfasamento entre as estruturas romanas e alto-medievais, o que poderia testemunhar uma (re)ocupação da parte rural do estabelecimento anterior.

A partir da recolha bibliográfica, encontramos indícios da continuidade, quer territorial, quer topográfica, do povoamento na região do Baixo Mondego. Por um lado, no registo historiográfico mencionam-se a *villa*-aldeia de S. Justo, em 967, nome que o *vicus* romano do Ameal teria recebido de uma igreja aí construída, provavelmente no séc. VII, a respeito da doação de bens ao mosteiro de Lorvão (ALARCÃO, 2004a: 14, 115), e a *villa*-herdade (ou a *villa*-aldeia) de Formoselha, em 915, na área da incerta *villa* romana de Formoselha, data da doação da igreja de Santa Maria (*sita in villa qui dicent Fremoselio*) e da quinta parte dos bens da *villa* ao bispo de Coimbra, D. Gomando – diante da referência dos *termini antiqui* na doação, esta propriedade teria pertencido, antes da primeira reconquista de Coimbra, em 878, a um proprietário muçulmano (*ibid.*: 20, 114-115). Neste caso, é certo que os documentos não confirmam uma continuidade topográfica, mas somente territorial. Por outro lado, no registo arqueográfico preservam-se vestígios de ocupação pós-romana nas *villae* de Madanela (RUIVO e DE MAN, 2009: 201-210) e de Dordias (CATARINO, 2005: 202; MONTEIRO, 1996: 82), no concelho de Soure; de Nossa Senhora da Piedade⁷⁹

⁷⁹ Os materiais recolhidos – trabalhos visigóticos e uma pedra de altar – deixam antever, na *villa* de Nossa Senhora da Piedade, uma igreja privada do séc. VII, no entanto, a proveniência destes vestígios não é

(ALARCÃO, 2004a: 17, 116-117), no concelho de Condeixa-a-Nova; do Rabaçal⁸⁰ (PESSOA, 2011: 185-187), no concelho de Penela; de Santiago da Guarda (DE MAN, 2009: 204-205), no concelho de Ansião. Nas duas últimas, é ainda desconhecida a fisionomia do habitat alto-medieval, mas continuaram ocupadas, ainda que com distintas funcionalidades (e fases cronológicas), ao longo da Idade Média e Moderna. A respeito da opinião de Adriaan de Man (*ibid.*), a “legitimação”, ou não, medieval destes sítios (critério que os distingue) não é, em nosso entender, importante (ou até útil), visto que, a partir das ideias de Anne Nissen Jaubert, distinguimos os níveis de continuidade territorial, topográfica e funcional.

No território nacional, perante a multiplicidade de destinos para as *villae* romanas não existiu um único cenário, seja o de abandono, seja o de sobrevivência, nem uma ininterrupta relação entre as *villae* romanas e as *villa* medievais da Reconquista (ALARCÃO, 1998: 110-117; 2004a: 16-17), inclusivamente entre os exemplos acima citados, como é o caso da nova (e actual) *villa* do Rabaçal, documentada no séc. XIII (PESSOA, 2011: 187).

Terminada esta reflexão, seguir-se-á uma análise sobre o abandono ou a sobrevivência dos estabelecimentos rurais romanos e as relações entre estes e os núcleos medievais/modernos de Ega⁸¹, Arrifana e Picota (**Mapa 57**).

Nas imediações da *villa* romana de Moroços, em S. Fipo, local onde se assinalava, em 1758, uma ermida consagrada a S. Pedro (CAPELA e MATOS, 2011: 537), regista-se o topónimo Palhacana, cujo sufixo *-Ana* ter-se-ia formado do gentílico do proprietário romano. A povoação é referida, pela primeira vez, em 1162⁸² (CONCEIÇÃO, 1983: 190), permanecendo em aberto a possibilidade de uma cronologia mais antiga, visto que a atestação documental apenas confirma que o topónimo (aldeia?) já existia na data em que é citado. A oeste, no estreitamento natural

consensual entre os investigadores (ALARCÃO, 2004a: 117: 116-117; MACIEL e PESSOA, 1992/1993: 211-218). As (re)avaliações de elementos arquitectónicos semelhantes na região, tidos inicialmente como visigóticos, mas recentemente como moçárabes ou pré-românicos, aumentam as incertezas (FERNANDES, 2009: 245-246, Fig. 1-3; REAL, 2014: 24-27, Fig. 2A, 3A-C).

⁸⁰ Acresce uma estrutura de planta cruciforme quadriabsidada, talvez relacionada com o culto cristão (PESSOA, 2011: 119-120, 225, Fig. 9).

⁸¹ Sem esquecer o anel de bronze achado (avulso?) em Ega (ALMEIDA, 1962: 256, LXI, Fig. 338), este é claramente insuficiente para construir um raciocínio credível.

⁸² Fernando-António Almeida (2014: 92) subscreve esta data. Porém, José Pedro Machado (1993: 1120) refere, embora de forma ambígua (em Alenquer ou em Condeixa-a-Nova), Palhacana, sob a forma de *Palea Canna*, em 1164.

do rio de Mouros, ideal para controlar e superar o curso de água, localizam-se os topónimos Quinta da Torre e Torre, porventura, no entender de Jorge de Alarcão (1999: 139), com origem na *villa* de Moroços. Na tradição popular, existiria uma torre neste sítio romano, precursora do Casal da Torre (NEVES, 2008: 68).

Face ao estado actual da investigação, não conseguimos precisar se ocorreu, ou não, o abandono da *villa* de Moroços; no entanto, a partir da toponímia, da documentação medieval/moderna e da estratégica localização das actuais localidades, é sensato imaginar a continuidade territorial⁸³, assim como a distribuição, provavelmente em várias fases, da comunidade em redor do antigo núcleo, ocupando, assim, locais estratégicos, onde se construiriam defesas comunitárias, como aparenta ser o caso da Quinta da Torre e de Torre⁸⁴. Uma vez que não só desconhecemos “quando” mas também “como” ocorreu (se ocorreu) esta transformação, permanece ainda por responder se as actuais povoações reflectem as várias fases de deslocação e fixação do habitat, talvez com o início no séc. VII; se o excelente posicionamento da *villa* de Moroços, próxima de cidades romanas, *Conimbriga* e *Aeminium*, e de importantes eixos fluviais, *Munda*, e viários, *Olisipo-Conimbriga* e *Olisipo-Bracara Augusta*, a beneficiou, prolongando no tempo a sua ocupação, à semelhança, por exemplo, do que aconteceu na *villa* do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), utilizada, nos finais do séc. VI e seguinte, como edifício religioso, de época visigótica e islâmica, embora mais tarde, mas em data incerta, provavelmente convertido em mesquita (CATARINO, 1997/1998: 541-543; 2005/2006). Voltando a Moroços, conhecemos, nas proximidades, os elementos arquitectónicos da (discutível) igreja privada de Nossa Senhora da Piedade (ALARCÃO, 2004a: 17, 116-117).

Teria a *villa* de Barrios de Baixo (e o sítio romano da Moira?) um destino semelhante? Bem próximo deste(s) sítio(s), a norte, regista-se o topónimo Sebal Grande, em 1164; provavelmente ainda antes, em 1149 (ALMEIDA, 2014: 93).

O que pensar dos modestos sítios rurais identificados por escassos vestígios à superfície, provavelmente construídos com recurso a materiais perecíveis ou reutilizados? Classificados como romanos, pode não ser certo que sejam. Damos como

⁸³ Como sublinhou Magali Watteaux (2009: 517-519), os dados arqueológicos apenas nos autorizam a analisar as transformações à escala do sítio arqueológico.

⁸⁴ Confirmando-se, assemelhar-se-á ao caso de estudo de *Bezmiliana*, onde, com o fim da *villa* de Torre de *Bengalbón*, nos finais do séc. V/inícios do séc. VI, a comunidade se dispersou em pequenos sítios (ACIÉN ALMANSA e SALADO ESCAÑO, 2009: 144-145, Fig. 2).

exemplo o sítio da Quinta da Granja 1, no concelho de Alcobaça. Sobre um suave cabeço (39 m), próximo da fértil planície aluvial de Nazaré (ainda navegável na Idade Média), identificaram-se e escavaram-se 13 estruturas subcirculares escavadas no subsolo, nomeadamente lareiras e silos de armazenagem. O espólio cerâmico, que apresenta influências visigóticas e emirais, permitiu enquadrar este pequeno sítio entre os séculos VII-IX (GONZALEZ, 2013: 913-921).

Para terminar, não descartamos uma ocupação alto-medieval no povoado pré-romano de Nossa Senhora do Circo (ou Círculo), apesar de não ser um fenómeno característico na região do Alto Mondego, ao contrário do que acontece no Norte e Noroeste peninsular (TENTE, 2009: 143). Enquanto possibilidade, reflecte a falta de investigação científica na região do Baixo Mondego.

1.4. Período Islâmico

1.4.1. Apresentação

Continuando o raciocínio iniciado no subcapítulo anterior, dedicamos um parágrafo para avaliar a ocupação muçulmana na área de estudo.

O território que as localidades de Ega, Arrifana e Picota ocupam nos dias de hoje correspondeu, durante o domínio muçulmano, a um grande distrito (*'amal*), com capital em *Madinat Qulumbriya*, mencionado com admiração nos relatos geográficos árabes, *al-masalik wa-l-mamalik*, com o significado de “os caminhos e os reinos”. Entre as linhas que Ahmede Arrazi dedicou ao termo de Coimbra no séc. X, sabemos que “possui na margem do rio uma veiga mui boa para a cultura, mesmo sem ser irrigada. Quando o rio sai do seu leito, cobre-a por inteiro. Depois, quando se retira, semeia-se o grão tão bem que os habitantes colhem trigo para todo o ano e para o ano seguinte (...)” (COELHO, 2008: 38).

Enquanto comarca de fronteira, a população moçárabe, maioritária, conviveu com grupos berberes, como os Masmuda e os Sadfura (CATARINO, 2005: 203). Dos primeiros, descendentes dos Baranis, era conhecida a sua dedicação pela agricultura (MIRANDA, 2010: 29). O povoamento ter-se-ia estruturado sobre as e em torno das anteriores povoações. Conscientes que a diocese visigótica de *Eminio* capitulou a Abd Al-Aziz, entre 713-714, abandonamos a ideia de um povoamento maioritariamente de

altura, embora permaneça em aberto⁸⁵, na ausência de trabalhos de arqueológicos, uma reocupação – por certo ainda na época anterior – de Nossa Senhora do Circo (ou Círculo). Simultaneamente, ter-se-iam construído novas estruturas defensivas, quer como simples defesas castrais, com a função de castelos-refúgio (*al-baqar, al-ma'qil e Sakhra*), quer como recintos fortificados, com a função de castelos-território (sing. *hisn*, pl. *husum*), (CATARINO, 2005: 197, 203). Preservam-se vestígios de um destes últimos em Ega, sendo especialmente sobre ele que ocuparemos este subcapítulo.

Os trabalhos arqueológicos realizados no Paço da Ega, entre 2007-2009, orientados por Ana Lima Revez (2012: 41-59), forneceram dados suficientes para reavaliar a ocupação muçulmana no Baixo Mondego e a origem (islâmica) da fortificação templária de Ega. Do ponto de vista arqueológico, a sondagem de diagnóstico n.º 2, com uma área de 4 m por 4 m, junto à fachada meridional do Paço, é especialmente interessante. Durante a intervenção identificou-se uma estrutura mural, orientada norte-sul, construída em pedra calcária e argamassa de cal. Constituindo a base de fundação do edifício medieval, conservaram-se 1,10 m de largo na base, 0,88 m a 0,90 m de largura na restante estrutura e 1,86 m de altura máxima (*ibid.*: 48-49). A cronologia foi obtida do excelente corpo cerâmico, recolhido na camada de fundação do amuralhamento, de clara filiação islâmica e com um horizonte cronológico do séc. X-XI. Identificaram-se, no entanto, vestígios de uma estrutura pré-existente, mais precisamente o aparelho construtivo “*proto-soga y tizón*”, indiscutivelmente omíada e com paralelos nas muralhas muçulmanas de Segóvia, em Espanha, e Qasr Karana, na Jordânia, que recuam ao séc. VIII, e, colmatadas por altura da abertura do troço amuralhado, dois silos de origem alto-medieval (*ibid.*: 47, 49-50). Citando a responsável pelos trabalhos arqueológicos (*ibid.*: 54), clarificamos a herança islâmica – *hisn* – no actual edifício:

A estrutura original do castelo, sobre o qual se fez o paço manuelino, parece efectivamente corresponder a uma fundação do século X, podendo recuar ao século IX, sendo depois continuamente ocupado, reconstruído e remodelado até aos nossos dias. Assente em estruturas mais antigas, a planta da fortificação primitiva seria idêntica à actual, mas com um prolongamento para sul, que poderia corresponder a uma defesa reforçada da porta através de uma torre, desenhando-se no cabeço numa planta subquadrangular.

⁸⁵ No concelho de Alcoutim, a maioria dos estabelecimentos de época visigótica e emiral localizavam-se em locais elevados (CATARINO, 1997/1998: 552).

Próximo de importantes eixos fluviais e viários, no encontro da rede fluvial, rio de Mouros, afluente do rio Mondego, e da rede viária, itinerários *Olisipo-Conimbriga* e *Olisipo-Bracara Augusta*, o local beneficiou de acessos privilegiados aos principais núcleos medievais da região, *Qubdiyaysa* (Condeixa-a-Velha) e *Qulumbriya* (Coimbra), anteriores cidades romanas de *Conimbriga* e *Aeminium*.

Detectadas duas fases de ocupação muçulmana na estrutura defensiva, emergem, a partir de uma curta, mas crítica, análise dos dados, as suas modestas características e, conseqüentemente, funções. Da primeira, provavelmente emiral, refere-se uma cerca rural ou um primitivo recinto defensivo (REVEZ, 2012: 55), testemunho – reforçado pelos silos escavados na rocha – da função de apoio à(s) comunidade(s) vizinha(s), factor (distância) que influenciou, além da estratégica localização do morro, a selecção do local.

Da segunda, certamente califal (*ibid.*), menciona-se uma fortificação militar, apesar dos parâmetros, como os valores métricos do amuralhamento, sobretudo quando comparados com os do Castelo das Relíquias, entre 2,00 m a 2,30 m, e do Castelo Velho de Alcoutim, entre 1,80 m a 2,00 m, mas “atingindo 4,20 m no reforço da muralha onde se localiza a porta do rio”⁸⁶ (CATARINO, 1997/1998: 595), não assinalarem uma importante fortificação. Aliás, construída com recurso a pedra calcária e cal, é fácil reconhecer a proveniência local/regional da matéria-prima, proveniente da paisagem calcária da região – até recentemente, as comunidades utilizavam esta rocha sedimentar no fabrico de mós de moinhos, extraíndo-a, por exemplo, das pedreiras locais de *Conimbriga/Condeixa-a-Velha* e *Ameixeira*.

Longe de ser um recinto exclusivamente militar, o *hisn* não é só o símbolo, e simultaneamente um instrumento, do controlo social e político do Estado sobre a comunidade rural; é, também e sobretudo, o símbolo da unidade da comunidade (BAZZANA, 1996: 460). Como em outras regiões, confirma-se a ausência de uma guarnição importante, a debilidade (leia-se, distanciamento) perante o poder central e que concentra, à escala regional, as funções económicas e militares (CATARINO, 1997/1998: 570).

⁸⁶ Já as cercas que envolvem as povoações de ambas as fortificações têm, respectivamente, entre 2,10 m a 3,00 m e entre 1,30 m e 1,80 m (CATARINO, 1997/1998: 595).

Para compreender o povoamento muçulmano, é necessário precisar as relações entre os estabelecimentos rurais e as áreas de trabalho/exploração, assim como a importância, ou não, dos *husum* na organização da paisagem rural. De modo claro, nem as divisões administrativas, nem as estruturas estatais, nem os *husum* influenciaram a localização dos estabelecimentos rurais; era antes em função dos recursos aquíferos, onde se criavam os espaços agrários irrigados (KIRCHNER, 1998: 456-457). Nas Ilhas Baleares, a localização das alcarias dependeu, na grande maioria, de factores locais, tais como a ordem de chegada, a dimensão e as alianças e os acordos entre grupos tribais e clãs, contrário, então, ao princípio de Wittfogel, que promulga uma intervenção estatal (*ibid.* 2009: 152, 163). Por outro lado, a selecção do local de implantação é, antes de mais, a selecção da área de trabalho/exploração, de forma que a área residencial era um acontecimento menor, posterior às escolhas agrárias (*ibid.* 1998: 457). Na discussão a respeito da relação política entre os grupos tribais e o estado central, reflexo da formação social de Al-Andalus, citamos Helena Kirchner (*ibid.*: 465):

La organización administrativa estatal no tiene nada que ver con la creación de refugios campesinos como no la tiene en los criterios de selección de asentamientos, en la creación de los espacios de cultivo, ni en las estrategias más modestas de protección de las cosechas como puede ser un campo de silos.

Sabendo que os *husum* não eram decisivos na formação da rede de alcarias, visto que, à semelhança das áreas residenciais, só se erguiam após a selecção das áreas de exploração/trabalho (*ibid.*: 464), propomos o seguinte:

- No período emiral, a cerca rural ou o primitivo recinto fortificado de Ega corresponderia a uma “*agrupación de silos*”, destinada a proteger os bens e os víveres da comunidade rural muçulmana. Paralelo com o *sitjar* (de *sitjal*, com significado de silo), de Felanitx, construído na área residencial dos Banu Furanik⁸⁷ (*ibid.*).
- No período califal e taifa, o *hisn* de Ega, entendido como o centro social da comunidade rural muçulmana, exerceria, à escala regional, funções militares e económicas. No seio do seu território é certo que existiriam várias aglomerações rurais.

Enquanto testemunho da estratégia de organização da comunidade camponesa, muito provavelmente miscigenada, confirma, de forma inegável, o estabelecimento de

⁸⁷ Semelhante situação no castelo rural de Salir, no Algarve Central (*ibid.* 2001).

grupos “exógenos”, por certo berberes, cuja presença na região está confirmada nas fontes árabes, e uma nova modalidade de ocupação do espaço, face à qual a questão que se coloca, na área de estudo, não é se houve, mas sim onde estavam os núcleos rurais muçulmanos. Semelhante questão coloca-se em relação aos edifícios religiosos e espaços sepulcrais, necessários no dia-a-dia de uma comunidade islâmica. Talvez não só em *Conimbriga*, junto às termas (REAL, 2014: 28), mas também em Ega, servindo a comunidade rural.

No Algarve Oriental, as primeiras ocupações muçulmanas, entre os séculos VIII-IX/X, seriam explorações familiares, herdeiras das antigas *villae* e dos modestos sítios rurais (CATARINO, 1997/1998: 552). Para norte, na região de Penacova, sabemos que a *villa*-herdade de *Villa Cova*, propriedade do muçulmano Idris, foi apresurada em nome de Diogo Fernandes, acto reconhecido por Ordonho II, em 911 (ALARCÃO, 2004a: 19). Conhece-se ainda a *villa*-herdade ou a *villa*-aldeia de Formoselha, sobre a qual Jorge de Alarcão relacionou o nome original com um presumível proprietário muçulmano (*ibid.*: 20). Em função disso, é sensata a ideia de uma ocupação muçulmana na *villa* romana de Moroiços, ou em redor desta, por certo na antiga *pars rustica*; confirmar-se-ia, portanto, a continuidade – independentemente se territorial, se topográfica – do povoamento alto-medieval. Aplicar-se-á esta interpretação aos pequenos sítios romanos em torno de Ega.

A partir do séc. IX/X, teriam aparecido outros estabelecimentos, designadamente alcarias, do árabe *qarya* (pl. *qurâ*), ocupadas (exclusivamente) por berberes (CATARINO, 1997/1998: 553). Interpretadas como meras ocupações de comunidades livres, Helena Kirchner (2009: 161), ao analisar a organização e a gestão tribal dos sistemas de irrigação nas Ilhas Baleares, deu a conhecer uma dimensão territorial⁸⁸ até então desconhecida, considerando que “*alqueria was more than a rural dwelling. It was a politically controlled territory, eventually shared with other groups, sometimes with well-defined boundaries*”.

⁸⁸ Outros investigadores, como Carmen Trillo San José (2004; 2006) destacaram os aspectos jurídicos e económicos.

Uma destas alcarias localizar-se-ia, em nosso entender, sob a, ou em redor da, actual localidade de Picota⁸⁹, a 2,5 km do *hisn* de Ega (**Mapa 58**). Ao sugestivo topónimo, designando um engenho concebido para elevar a água, acresce o seguinte:

- Concorda com a distribuição do povoamento no Algarve Oriental, onde os sítios romanos ocupam as áreas mais baixas e os sítios muçulmanos os locais elevados e marcantes da paisagem (*ibid.*: 550).
- Respeita as normas recomendadas para os sítios muçulmanos, como as que estão presentes no *Tratado dos Alimentos* (M 24r *apud* CATARINO, 1997/1998: 549):

Os melhores lugares (para viver) são os elevados, sempre que tenham desocupado o lado norte, sem montanhas que os tapem e os ultrapassem, os que estão rodeados de vinhedos e os costeiros.

Os piores são os que estão ocultos por montanhas mais elevadas que eles, sobretudo se ocupam uma depressão num lugar pantanoso, com a parte orientada a norte coberta, e livre a que fica a sul, sem nenhuma montanha nem obstáculo que a tape. Estes lugares, por serem pantanosos, é de esperar que produzam enfermidades...

- Beneficia da estratégica localização, garantindo-lhe, sem se expor, a visibilidade sobre o vale e o rio de Mouros; a intervisibilidade (ou visualidade mútua) com o *hisn* de Ega; a proximidade com os principais eixos viários, embora a uma distância segura.
- Próxima do *hisn* de Ega, reforçando o carácter comunitário (e não estatal) do castelo-território, a escolha do local de implantação tinha em conta o controlo das captações de água, normalmente a montante dos sistemas de irrigação (BAZZANA, 1998: 148). Por exemplo, o *hisn* de Sumacárcel, no território valenciano, ocupa uma posição que lhe permitia controlar e visualizar as captações de água (*presas*) e os canais (*acequias*), (*ibid.*: 148-149, Fig. 5).

Nas imediações desta localidade, no vale do Medronhal, identificámos um (ou dois, caso se confirme que a estrutura hidráulica, na confluência das linhas de água, era um açude) sistema de irrigação em socalcos⁹⁰, há muito desactivado (confirmado no terreno e na cartografia e fotografia aérea). A falta de dados dificulta a leitura; caso contrário, conseguiríamos reconhecer o desenho inicial da área irrigada e avaliar as

⁸⁹ Consultar as tramas 2 e 3 (Arrifana).

⁹⁰ Consultar tramas 4 e 5 (Arrifana), sobretudo as tramas 4a e 4b.

transformações. Não obstante, contornámos esta dificuldade ao analisar (no próximo ponto) a documentação medieval, de modo que suspeitamos – portanto, encontramos no domínio conjectural – de uma origem muçulmana.

Em relação ao sistema de irrigação, verificamos que a actual povoação de Picota ocupa uma área mais elevada (143 m). Portanto, não interfere com o perímetro irrigado, como é comum nas zonas residenciais dos sistemas de irrigação (BARCELÓ, 1989: XXX). Por sua vez, os recursos aquíferos, muito provavelmente uma exurgência, condicionam a área de trabalho. Verificamos também a proximidade entre os dois locais, critério importantíssimo no controlo local e na gestão do fornecimento de água às parcelas, na qual era imperativo um forte espírito comunitário e uma elevada organização e coordenação dos processos de trabalho, criando, assim, uma ordem social tão rígida como o próprio sistema de irrigação (*ibid.*: XXXII; KIRCHNER, 1998: 457).

Uma vez que este castelo-território não se encontraria isolado, organizando, em conjunto com outros, normalmente distribuídos de modo equidistante, uma “malha” de apoio regional ao povoamento rural, incluímos, surpreendentemente, os aglomerados urbanos e os castelos da Reconquista⁹¹ na compreensão das relações que o *hisn* de Ega manteria com outros *husum* da margem sul do rio Mondego. Segundo André Bazzana (1998: 148), é necessário, no estudo do povoamento muçulmano, distinguir os territórios urbanos e rurais: um, dominado pela *madinat*, que controla economicamente uma área (*mamlaka*); outro, estruturado pelos *husum*, que compreende dois elementos essenciais, o *hisn* e a “aldeia”⁹².

Recuperadas na vigésima sexta, na vigésima oitava e na trigésima quinta campanha (CATARINO, 2005: 204), as conquistas militares de Al-Mansur confirmam, respectivamente, que Condeixa-a-Velha, Coimbra e Montemor-o-Velho eram os centros mais importantes, por certo todos amuralhados, o que explicaria uma ou mais campanhas militares para cada um destes centros, nos finais do séc. X. Enquanto aglomerados urbanos e amuralhados, representando, no caso de Coimbra e de Montemor-o-Velho, estratégicos baluartes muçulmanos da Marca Inferior (*Tagr al-Gharbí*), protegiam (e dependiam, no quadro de uma defesa mais alargada) pontos de

⁹¹ Nas margens do Baixo Tejo, a Atalaia de Belmonte, da Ordem Militar de Santiago, reaproveitou uma antiga torre militar muçulmana (AMARO e GONÇALVES, 2001: 477-484).

⁹² No sentido amplo, com significado de aldeia fortificada, aldeia não fortificada, alcaria (*qarya*), agrupamento de camponeses, etc. (BAZZANA, 1998: 148).

defesa e de vigilância de menor dimensão; por sua vez, estes pontos protegiam núcleos rurais, cumprindo, no caso dos *husum*, embora alguns tenham alcançado o estatuto e a dimensão de burgos fortificados, funções militares e económicas regionais. Sob o controlo de Montemor-o-Velho, mencionado nas fontes árabes como “um castelo muito forte” (COELHO, 2008: 57), é certo que existiam pontos de vigilância, como torres de atalaia (BARROCA, 2005; PENAJÓIA, 2012: 76-77). Perto, Santa Olaia correspondeu, na Idade Média, a um ponto de defesa e de controlo do rio Mondego com a construção de uma estrutura defensiva, cuja ocupação se prolongou entre o séc. IX/X e o séc. XII/XIII (NAZARÉ, 2013: 22-23, 85-88, 114, Anexo 1, Planta 1).

Entre estes aglomerados, constatamos que os castelos medievais da Reconquista distribuem-se ordenadamente, criando, então, uma rede coerente na margem sul do rio Mondego. Com efeito, as distâncias variam, em linha recta, em 6,8 km (Soure a Redinha), 8,8 km (Soure a Ega), 10,7 km (Redinha a Pombal), 10,9 km (Redinha a Ega), 12,4 km (Soure a Condeixa-a-Velha), 14 km (Soure a Montemor-o-Velho), 15,6 km (Ega a Coimbra) e 15,9 km (Soure a Pombal). Excepto o percurso de Ega a Condeixa-a-Velha (3,8 km)⁹³ e de Pombal a Condeixa-a-Velha (23,7 km), os castelos medievais distanciam-se entre 6,8 km, aumentando de seguida, e 15,9 km. Constata-se, no entanto, que se localizam, sem excepção, perto do rio Mondego e dos seus afluentes, facilitando as deslocações e reduzindo as distâncias reais (condicionada pela orografia).

Calculando a média de distância obtemos 11,9 km, o que significa que cada castelo controlaria, teoricamente, um território com um raio circundante de 6km. Sensivelmente entre Soure e Ega, os topónimos Alencarce-de-Baixo e Alencarce-de-Cima, do árabe *al-Qasr* (pl. *Qusur*), registado como castelo ou alcácer, com o significado de “além do castelo”, poderia marcar os territórios dos respectivos castelos. No Levante espanhol, os limites territoriais dos *husum* de Alcalá e Ghalinar, no *vall* de Gallinera, resultaram de acordos entre as comunidades (e não de constrangimentos naturais), garantindo, então, áreas essenciais aos camponeses, tais como de irrigação, de sequeiro e de pasto (BAZZANA, 1993: 163). Na região, reflectir-se-ia, por exemplo, na pastorícia na serra de Sicó.

Ao reflectir sobre a ideia de integrar os castelos medievais de Soure, Ega e Pombal, património da arquitectura militar da Ordem do Templo, na interpretação do

⁹³ O valor é semelhante ao de Santa Olaia a Montemor-o-Velho, mas as relações são distintas. Com efeito, não interpretamos o *hisn* de Ega como uma simples atalaia de Condeixa-a-Velha.

povoamento alto-medieval, especialmente como elementos estruturantes, cumprindo a função de *husum*, na “malha” de apoio regional ao povoamento rural muçulmano, apercebemo-nos que é, no mínimo, discutível; sob o “fenómeno histórico” da Reconquista, existe um fenómeno (e um discurso) historiográfico e ideológico, essencial na formação da identidade nacional (e cristã), que dificulta, agravando a angustiante escassez de dados, o estudo destas fortificações. Contudo, a intervenção arqueológica no Paço da Ega confirmou que o castelo medieval, cuja origem é (ou era, em abono da verdade) atribuída à Ordem do Templo, é uma construção muçulmana, remontando ao período emiral.

Perante este facto, interrogamo-nos a respeito da origem dos castelos de Soure e Pombal⁹⁴. A opinião de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986: 170), para quem as torres de menagem destes castelos “têm soluções islâmicas nos seus fortes basamentos tronco-piramidais, de ângulos reforçados”, encontrará argumentos na recente intervenção arqueológica no actual largo do castelo de Soure, onde, sob a antiga Torre de Menagem, da autoria da Ordem do Templo, no final do séc. XII (BARROCA, 1996/1997: 185-186), foi identificado um troço da antiga muralha medieval, remontando ao período de governação do território de Coimbra pelo moçárabe D. Sesnando, entre 1065 e 1091 (ALMEIDA *et al.* 2012: 20, 26-27)? Ecoam entre os abundantes topónimos árabes e/ou moçárabes testemunhos da presença efectiva, e não apenas da influência (perpetuada na vinda de moçárabes e *muladis* do arabizado e islamizado Sul peninsular), de muçulmanos na região? Com efeito, entre muitos registam-se os topónimos de Carvalhal da Azóia e Figueira da Azóia, do árabe *zâwiya* (pl. *zawâyâ*), com o significado de edifício de função religiosa (ermida) e defensiva (atalaia), a 7,9 km e 8,6 km a noroeste de Soure; de Alcaria, do árabe *qarya* (pl. *qurâ*), a 5,9 km a sudoeste de Pombal e a 3,4 km a noroeste de Abiul⁹⁵, onde se conhecem elementos ornamentais dos finais do séc. VIII/ inícios do séc. IX (REAL, 2014: 26-27, Fig. 3A). Com tudo isto, não damos por terminada a discussão, mas sim iniciada.

1.4.2. Arrifana e Picota

Do topónimo Arrifana, do árabe *ar-rihâna*, com o significado de “murta” (ALVES, 2013: 240), poderíamos supor a vinda, seguida da instalação de uma nova

⁹⁴ A respeito de Pombal, Salvador Dias Arnaut (2013: XIII-XIV, Nota IV) observou que “a fundação referida pelos templários talvez não passasse duma reconstrução ou duma ampliação”.

⁹⁵ Entre Alcaria e Abiul, localiza-se o topónimo Castelo.

comunidade e de um novo modelo de ocupação e exploração da terra. Contudo, a actual localidade de Arrifana, ainda não existia no início do séc. XVI. Com efeito, no minucioso levantamento dos bens da comenda de Ega, redigido a 6 de Março de 1508, não é mencionada; ao contrário de Picota (GONÇALVES, 2006: 140-141).

Embora seguros, somos, no entanto, confrontados com as afirmações de certos autores a respeito da aparente antiguidade de Arrifana (CONCEIÇÃO, 1983: 227; NEVES, 2008: 286); afirmações construídas, em nosso entender, sobre uma interpretação errada do *Numeramento de 1527-1532*, confundido esta Arrifana com outra, no concelho de Vila Nova de Poiares.

Por ordem de D. João III, o *Numeramento de 1527-1532* correspondeu, em território nacional, ao primeiro censo geral, visando, ao contrário do *Rol dos Besteiros do Conto* (1421-1422), por ordem de D. João I, fins demográficos, fiscais e militares (GALEGO e DAVEAU, 1986: 11). Da autoria de Jorge Fernandes, escrivão da chancelaria da Comarca da Estremadura, o registo da comarca começou em Coimbra, a 15 de Agosto de 1527, e alcançou Ega a 4 de Setembro (BRAAMCAMP FREIRE, 1908: 243, 245). No título das aldeias incluídas no termo de Coimbra, sobre as quais a cidade tinha jurisdição civil e criminal, refere-se, de facto, Arrifana, mas em conjunto com as aldeias de “Moçela”, “Sam Miguel”, “Oliveira”, “Sam Fipo”, “Algaça” e “Poiares” (*ibid.*: 243-244); excepto Sam Fipo⁹⁶, as restantes, tal como esta Arrifana, localizam-se no concelho de Vila Nova de Poiares, nomeadamente nas folhas 231 e 242 da Carta Militar de Portugal-Série M888, à escala 1: 25 000.

Em relação ao termo da vila de Ega, mestrado da Ordem de Cristo, mencionam-se as aldeias de “Casevel”, “Campyzes”, “Casaes”, “Carasya”, “Robalia”, “Pycota”, “Furadouro”, “Cazmilo”, “Cadaval d’Allem”, “Cadaval” e o casal de “Peixoto” (*ibid.*: 245); portanto, constata-se, uma vez mais, a inexistência de Arrifana, no concelho de Condeixa-a-Nova.

Chamamos, ainda, a atenção para alguma da documentação moderna acerca organização administrativa e jurídica da cidade de Coimbra. Por um lado, o diploma

⁹⁶ Corresponderá a aldeia de Sam Fipo, no *Numeramento de 1527-1532* (BRAAMCAMP FREIRE, 1980: 244), à de Sam Filipo, no levantamento dos bens da comenda de Ega (GONÇALVES, 2006: 128), e à actual São Fipo, no concelho de Condeixa-a-Nova? No *Reportório Toponímico de Portugal 03-Continente* (1967: 200, Vol. III) existe apenas uma entrada, referente a este concelho. Seja como for, não nos podemos esquecer que não utilizamos o documento original, mas sim a reprodução (logo, a interpretação) de Anselmo Braamcamp Freire (1908: 241-284).

relativo aos julgados e juradias, dos anos 1514 e 1521, desta cidade, onde se indica o julgado de Arrifana, em conjunto com os de São Miguel, Algaça, Meres, Mucela e Oliveira (LOUREIRO, 1964: 239-240, Vol. II). Por outro, o documento a respeito do juramento dos juizes do termo de Coimbra, em 1533, onde se refere Arrifana, sob a palavra de Fernão Francisco (*ibid.*: 108-109, 306). Em 1740, no documento do juramento dos representantes dos concelhos do termo, aparece como Arrifana de Poiares (FRANÇA et al. 2012-2013: 32).

Reunidas as informações, a actual localidade de Arrifana, no concelho de Condeixa-a-Nova, nunca existiu, documentalmente, antes do início do séc. XVI. Todavia, é ainda incerto o seu aparecimento. Com uma fisionomia em aldeia-rua, quer no traçado do Itinerário F, especialmente a partir de um núcleo (**Mapa 59**), envolvendo um tanque de água, e de outro, circundando uma elevação (72 m), quer nos traçados dos itinerários A e B, ao longo do troço da antiga EN 1, é certo que esta localidade evoluiu em torno e em benefício da rede viária⁹⁷. Em relação aos núcleos, em contraste com a restante planimetria, correspondem, muito provavelmente, ao antigo centro da localidade, onde, surpreendentemente, não se encontra a actual capela de Arrifana, erguida, em 1732, em honra de Nossa Senhora do Amparo. Apesar da *Corografia...* do padre Carvalho da Costa (1712: 122, Tomo III) mencionar, sem localizar, uma ermida dedicada a S. Luzia no termo de Ega⁹⁸, o *Diccionario Geografico...* do padre Luís Cardoso (1747: 598, Tomo I) assinala, em Arrifana, uma ermida consagrada a S. Mamede, onde era venerada a imagem de S. Luzia. Sabendo que a povoação de Arrifana é anterior à actual capela, questionamo-nos se a antiga ermida não está sob, ou entre, os edifícios dos núcleos.

Posto isto, e recorrendo ao processo de “continentalização”⁹⁹ definido por Gérard Chouquer (2005: 33-34), consideramos que a planimetria de Arrifana, inicialmente circunscrita a um antigo núcleo (ilha), evoluiu, em razão da rede viária, para um tecido contínuo (continente). Perto da actual capela, em direcção a Picota, interrogamo-nos a respeito de um projecto de loteamento das terras meridionais da localidade, ainda que tenha respeitado, aparentemente, realidades pré-existentes.

⁹⁷ Consultar as tramas 6 e 7 (em Arrifana).

⁹⁸ Também indica a localidade de Arrifana, no concelho de Condeixa-a-Nova (COSTA, 1712: 122, Tomo III).

⁹⁹ Meramente figurativo; longe do importante fenómeno de emergência da planimetria.

Por fim, debruçamo-nos, sumariamente, sobre o sistema de irrigação de Picota. Com base no levantamento dos bens da comenda de Ega, sabemos que nesta povoação os casais partiam pela oitava, comum nas terras de monte (MATOSO, 1970). A leitura dos contractos não denuncia a produção de culturas hortícolas, comuns às áreas irrigadas; no entanto, refere uma “levada” na fonte da Ega, ou seja, uma obra hidráulica, onde estava localizada uma casa de moinhos com dois engenhos (*ibid*). Infelizmente, não conhecendo a localização exacta da levada, nem da fonte, pouco ou nada conseguimos adiantar. Não obstante, recuando no tempo, até 1 de Setembro de 1231, data da carta de foral de Ega, que por sinal possuía uma rígida e detalhada regulamentação do foro económico e social, não encontramos, uma vez mais, nenhuma referência a canais, engenhos hidráulicos ou culturas comuns às superfícies irrigadas.

Por tudo isto, parece-nos plausível conjecturar a respeito da ruptura do sistema hidráulico. Ilustrando, até recentemente, o baldio das Covas ou do Medronhal, em Arrifana, como sendo, certamente, o mais importante da freguesia.

1.5. Período baixo-medieval

1.5.1. Apresentação

Por fim, terminamos o raciocínio ao analisar, em Ega, o aparecimento da aldeia e da forma rádio-concêntrica. Investigação inovadora, a tese de doutoramento de Magali Watteaux (2009) é, e será, um importante suporte documental para analisar, sob uma perspectiva interdisciplinar, articulando a História, a Arqueologia e a Arqueogeografia, estes emblemáticos objectos medievais, simultaneamente coercivos. Sendo assim, incluiremos os dados históricos, arqueológicos e arqueogeográficos recolhidos. Para outras investigações, ou (honrosamente) outros investigadores, deixamos os aspectos económicos, fiscais, técnicos, sociais, políticos, etc. da ocupação e da exploração medieval/moderna da área de estudo, beneficiando dos dados morfológicos, normalmente ausentes.

Jorge de Alarcão (2004a), na sua obra *In territorio Colimbric: lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*, recenseou as aldeias (ou correctamente, a *villa*-aldeia) do território de Coimbra, entre os séculos IX-XII. Na maioria das doações ao mosteiro de Lorvão, registou, entre a reconquista de Hermenegildo Guterres, em 878, e a conquista de Al-Mansur, em 987, cerca de 40 aldeias (*ibid.*: 20-21). Sobretudo na

margem norte do rio Mondego, inauguraram, documentalmente, uma tendência ocupacional que se manteve até ao séc. XII, aquando da Expedição da Ladeira, em 1134-1135, e da fundação do castelo de Leiria, em 1135 (*ibid.*: 33). A sul de Coimbra, apenas se conhecem as aldeias de Alcabideque, S. Justo e Taveiro, em 967, e Ceira, em 973 (*ibid.*: 20-21, 139, Mapa 2).

Para este autor, muitas, se não a maioria, destas aldeias resultaram da (i)migração de comunidades do Norte, cristão, e do Sul peninsular, muçulmano, e contaram, necessariamente, com os apoios (económicos, técnicos, políticos, religiosos, etc.) dos poderes senhoriais e eclesiásticos e/ou das famílias mais ricas da região (*ibid.*: 22). Exclusivas do esforço das comunidades cristãs, registam-se somente mais duas aldeias – Ourentã, em 1017, e Penacova, em 1036 – entre 987 e 1064 (*ibid.*: 28), ano em que Fernando I, rei de Castela e Leão, reconquista definitivamente Coimbra, cidade fronteiriça do reino aftácida de Badajoz; entretanto, em 1043, refere-se o mosteiro de *Saurio* (Soure), doado ao mosteiro de São Vicente da Vacariça pelo presbítero João e os seus irmãos Sisnando, Ordonho e Zalama, que, crendo no relato de Salvado, ergueram aí um castelo, na posse dos muçulmanos em 1064 (NASCIMENTO, 1998: 226-227).

Com esta obra de Jorge de Alarcão (2004a: 20), sabemos que, no território de Coimbra, as primeiras aldeias apareceram antes do séc. XI (ano Mil), recuando, no caso de Torre Vilela e Trouxemil, a norte de Coimbra, uma centúria, até aos finais do séc. IX. Continuando, sob a influência do medievalismo francês, um tema da história rural, responsável, no Norte peninsular, por analisar os domínios monásticos e territoriais (QUIRÓS CASTILLO, 2007: 71-72), correspondem, no entanto, a “aldeias dos historiadores”, apenas presentes nos documentos medievais, comprometendo a origem e cronologia.

Documentalmente, a fundação de Ega, assim como de Redinha e Pombal, surgiu da preocupação militar da Ordem do Templo por um vasto território, onde o castelo de Soure, doado por D. Teresa, a 19 de Março de 1128, e confirmado por D. Afonso Henriques, a 14 de Março de 1129, cumpria a função de centro (BARROCA, 2001: 535-536). Diante de uma fronteira ainda instável, mas progredindo para Sul, em direcção às cidades de Santarém e Lisboa, reconquistadas definitivamente em 1147, as povoações de Ega, Redinha e Pombal receberam cartas de foral em 1159 e 1176, outorgadas pelo mestre D. Gualdim Pais.

No rescaldo do subcapítulo 1.4. revemos, e não acriticamente, o quadro histórico da região do Baixo Mondego, onde, à semelhança da Ordem do Templo, outras instituições religiosas tiveram uma importância crucial no desenvolvimento, ou até no aparecimento, dos núcleos populacionais e arroteamentos, como a Ordem de Cister¹⁰⁰, a Sé de Coimbra, o mosteiro de Santa Cruz e o Clero Secular das cidades de Viseu e Lisboa (CONCEIÇÃO, 2012: 12). Ao contrário da “aldeia dos historiadores”, tanto a recente intervenção de Ana Revez (2012) como o anterior e este subcapítulo confirmam que o actual Paço da Ega exerceu, ainda antes do ano Mil, um conjunto de funções essenciais na vida da(s) comunidade(s): na longa duração, adaptou-se às transformações do povoamento e da região, nomeadamente como *hisn* na Alta Idade Média, castelo da Ordem do Templo na Baixa Idade Média e comenda-mor da Ordem de Cristo até ao alvor da Idade Contemporânea.

Certa a herança muçulmana no castelo templário, reavaliemos esta herança na comunidade de Ega. Desconhecidas as consequências dos embates da Reconquista na comunidade muçulmana e a relação entre esta e a comunidade cristã, encontramos na documentação referente ao litígio entre a Ordem do Templo e a Sé de Coimbra, pela posse dos direitos eclesiásticos das igrejas de Ega, Redinha e Pombal, traços de uma ocupação antiga.

Registado entre os pontificados de Alexandre III (1159-1181) e Inocêncio III (1198-1216), com início a 13 de Abril de 1179, data em que foram emanados da cúria romana os primeiros documentos, uma inquirição realizada pela Sé de Coimbra, entre 1184/1185, obriga-nos a recuar no tempo, até aos bispados de D. João de Anaia (1156-1158) e D. Miguel Salomão (1159-1176); considerando a posição de D. Afonso Henriques, a questão teria começado entre 1156-1158 (CONCEIÇÃO, 2012: 30; MARQUES, 1983: 349-350, 357).

Dos treze testemunhos que compõem a inquirição, interessa-nos especialmente o do presbítero Cipriano, que, sob juramento, afirmou (GOMES, 1997: 149):

Se recordava do povoamento daqueles três lugares e que teriam sido ganhos oito anos depois de os cristãos terem tomado Santarém e Lisboa que ficavam antes dessas vilas contra os sarracenos; e que essas terras foram retiradas aos mouros pelos templários; e que o rei Afonso lhas havia dado; e disse que quando os templários obtiveram essas terras já uma quarta parte de Ega era cultivada, mas as demais terras

¹⁰⁰ Por intermédio de outras instituições monásticas: mosteiro de Seiça, mosteiro de S. Paulo de Almaziva e mosteiro de Celas (CONCEIÇÃO, 2012: 12).

estavam incultas ainda que nos seus confins trabalhassem alguns homens de Soure algumas leiras (pecias terre)

Considerando ambíguas algumas das passagens da tradução de Saul Gomes, recorremos a outros autores. No entender de Maria Marques (1983: 32), o presbítero Cipriano afirmou que nunca os templários conquistaram estas terras (termo de Soure) aos muçulmanos e que a quarta parte de Ega era já cultivada quando D. Afonso Henriques doou (isto é, confirmou) Soure à Ordem do Templo, em 1129. Semelhante opinião têm Augusto dos Santos Conceição (1983: 194) e Fernando-António Almeida (2014: 425-426), citando o historiador Rui de Azevedo.

Reunidas as informações, colocam-se as seguintes questões:

- **Quando e quem foi responsável pela (re)fundação de Ega?**

Das fontes escritas, conhecem-se as reivindicações da Ordem do Templo e as contestações da Sé de Coimbra, tornando-se inexactas, por vezes contrárias. Por um lado, os documentos pontifícios confirmam a conquista e o repovoamento desta região por parte da Ordem do Templo, logo a fundação das igrejas de Ega, Redinha e Pombal: de acordo com a bula papal *Relatum est auribus* de Alexandre III, emitida a 13 de Abril de 1179, foram construídas pelos templários na década de 1140 (MARQUES, 1983: 355); portanto, anteriores às cartas de foral

Dependendo, no entanto, das informações que chegavam por via da Ordem do Templo, a veracidade destes ofícios é questionável. No dizer de Augusto Conceição (1983: 198) e Amílcar Neves (2008: 119), a igreja matriz de Ega, de invocação a N. Sr.^a da Santa Maria da Graça, ter-se-ia erguido antes da doação de Soure a esta ordem religiosa¹⁰¹. Em função disto, consultámos o *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra*, tendo somente confirmado, ao contrário destes autores, que esta igreja já existia no bispado de D. Miguel Salomão (NOGUEIRA, 1942: 53). Pesem as dúvidas, não deixa de ser importante o facto de que, por vezes, as catedrais e igrejas dedicadas ao culto de Santa Maria terem sido construídas no local de antigas mesquitas (CATARINO, 2002: 132).

Por outro lado, próxima das terras de Ega, com domínios no actual concelho de Condeixa-a-Nova, a Sé de Coimbra aparece, na opinião de Maria Marques (1983: 355)

¹⁰¹ Para Leontina Ventura (1986: 40), o pequeno mosteiro de *Saurio* (Soure), fundado antes de 1043, é um sinal certo de povoamento, na medida que era necessário uma população activa, dedicada ao cultivo dos campos, aos trabalhos artesanais, etc., para apoiar os religiosos.

e Maria Conceição (2012: 33), como a instituição mais provável. Não cremos, porém, que o bispado de Coimbra abdicasse deste facto se fosse verídico, ainda mais quando este território era mencionado na documentação régia como uma imensa “*silua*”, isto é, floresta (GOMES, 1997: 145-146). Por exemplo, não obstante a doação do castelo e território de Soure, e com isso dos respectivos direitos civis (como a concessão de cartas de foral), à Ordem do Templo, a igreja desta localidade, doada, em 1123, pelo bispo D. Gonçalo ao presbítero Martinho Aires (ou de Soure), manteve-se sujeita à Sé de Coimbra (MARQUES, 1983: 356).

- **Existiria uma relação entre a comunidade muçulmana e a comunidade mencionada no testemunho do presbítero Cipriano? Se sim, seriam a mesma?**

Reavaliadas a acção da Ordem do Templo, cremos que na área de estudo (e na restante região do Baixo Mondego) os embates da reconquista não alteraram, na grande maioria, a rede (actual) de povoamento. Sendo assim, a transferência e sobreposição de comunidades, interpretação alicerçada, quase sempre, sobre um endémico estado de guerra, subscrito, ainda que não explicitamente, por certos investigadores, não é sensata. Pelo contrário, a manutenção das comunidades, fossem moçárabes, maioritárias, fossem muçulmanas, minoritárias, é certa. Segundo Aires A. Nascimento (1998: 235-239, 248, nota 31), o clérigo Salvado, responsável pela *Vita Martini Sauriensis*, entre 1147-1150, acentuou os aspectos trinitários da pregação de Martinho Aires, que exerceu o seu presbiterado em Soure, entre 1123-1144, porque existiriam muçulmanos entre os sourenses.

- **Como interpretar e integrar esta comunidade num contexto de repovoamento de uma região teoricamente erma, cuja responsabilidade recaiu, quase sempre, sobre os poderes senhoriais e eclesiásticos e as recém-chegadas comunidades cristãs**

Certamente a mais fracturante, esta questão apenas agrava uma narrativa historiográfica da reconquista e, neste âmbito, do repovoamento da região, cuja responsabilidade recaiu, quase sempre, sobre um poder e/ou uma comunidade regional ou supra-regional, mas nunca local e autónomo(a). Neste sentido, expomos uma curta reflexão.

Como preveniu Maria Helena da Cruz Coelho (1989: 8-9), a omissão documental de um topónimo não confirma, seguramente, a inexistência de uma povoação. De facto, caso os bens não pertencessem aos senhores, sobretudo eclesiásticos, ou os acordos fossem firmados oralmente, comum em datas recuadas, o número de documentos seria muito menor, de modo que uma ou outra povoação permaneceria no anonimato, o que influencia, e restringe, o nosso conhecimento a respeito da colonização e do povoamento desta região.

Entre os documentos do cartório eclesiástico de Santa Cruz, um regista o arroteamento de terras na área de Aljazedo, a Sul de Coimbra, por parte de vários agregados familiares (particulares) e ainda antes destas terem sido vendidas ao mosteiro. Nas palavras de Pedro *Clavus*, um dos outorgantes, ficou explícito o prévio aproveitamento ao declarar que vendeu “*omni labore quem ego laboravi ante vos in illa hereditate de Algezede*”; outros declararam “*omni apresuria et opere nostro quod laboravimus in Algezede*”. Tendo sido esta área anteriormente doada e coutada ao mosteiro, este comprou, entre 1162-1165, aos proprietários, as terras recentemente arroteadas, os quais se colocaram, voluntariamente ou involuntariamente, sob a protecção, e o controlo, dos monges de Santa Cruz (*ibid.*: 67-68).

Ao risco dos empreendimentos particulares, a concorrência e capacidade de aquisição do tecido produtivo – a terra – dos grandes senhores representaram, na grande maioria, dificuldades intransponíveis (*ibid.*: 68-69). Este quadro agravou-se com o crescimento demográfico. Ao contrário das instituições eclesiásticas, a partilha de bens pelos herdeiros, cada vez mais em maior número, incrementou o fraccionamento das propriedades (parcelamento) da restante população. Consequentemente, os primeiros, a classe privilegiada, aproveitaram para preservar ou aumentar os seus patrimónios fundiários (emparcelamento) enquanto os segundos, a classe desfavorecida, foram pressionados a vender as suas propriedades – portanto, assistiu-se a uma intensa mobilidade da propriedade. Privados das suas terras, e diante de um modelo de exploração assente na cultura extensiva, reuniram-se as condições humanas e socioeconómicas necessárias para o fenómeno medieval de arroteamento, rapidamente dirigido pelos principais poderes, sobretudo eclesiásticos (destaque para Santa Cruz), que, sob a protecção do senhor aos foreiros, determinou a entrega dos rendimentos (rendas e foros) dos últimos aos primeiros (*ibid.*: 12-17). No entender de Maria Helena da Cruz Coelho (*ibid.*: 68-69), foram os contractos de povoamento e arroteamento das

instituições eclesiásticas que contribuíram para valorizar a região do Baixo Mondego, face aos quais os pequenos particulares, muitos deles camponeses, não resistiam, especialmente quando estas instituições promoviam uma política de valorização das terras a partir de certos núcleos de povoamento.

Quais as conclusões? Com o exemplo dos particulares, que em conjunto arrotearam as terras da área de Aljazedo, confirma-se, de um modo, a autonomia, expressa na iniciativa de ocupar e explorar estas terras, de certos grupos em relação ao poder eclesiástico (em outros exemplos, acrescentar-se-ia o poder senhorial); de outro, a crescente pressão, consequência do modelo de exploração (cultura extensiva), agravado pelo crescimento demográfico e pela diminuição da terra arável – dependente do avanço, para Sul, da conquista cristã –, que estes poderes exerciam sobre estes grupos, orientando, sob a forma de arroteamento, e controlando, sob a forma de renda, os seus processos de trabalho e as suas estratégias produtivas; em suma, eliminando as suas autonomias¹⁰². Aliás, observamos que a atestação documental somente aconteceu após as terras terem integrado o património eclesiástico.

Regressando ao caso de estudo de Ega, cremos que o testemunho do presbítero Cipriano refere uma comunidade, do quadro local, com a sua própria estratégia de ocupação e exploração do (seu próprio) território, autónoma, ainda em 1129, em relação à Ordem do Templo e à Sé de Coimbra¹⁰³. Deste modo, o suposto povoamento, expresso na carta de foral, em 1159, representou somente a legitimação e o “reenquadramento” – no interior de uma nova estrutura administrativa, económica, religiosa e, principalmente, político-militar – de um antigo, mas coerente, núcleo, certamente em torno do *hisn* muçulmano, posterior castelo templário¹⁰⁴.

No seguimento dos trabalhos de Miquel Barceló (1989; BARCELÓ *et al.* 1996), interpretamos este reenquadramento como o controlo dos processos de trabalho – logo, das estratégias produtivas –, orientados para a obrigatoriedade da renda, cujo impacto

¹⁰² Neste raciocínio, seguimos as ideias de Miquel Barceló (1989; BARCELÓ *et al.* 1996).

¹⁰³ Subtilmente, encontramos novamente argumentos no litígio eclesiástico, que se explica não tanto pelo estoicismo religioso, mas pela avidez de lucro. De facto, as paróquias de Ega, Redinha e Pombal localizam-se nas imediações das férteis várzeas do rio de Mouros, rio Anços e rio Arunca e dominam os vales destes importantes rios, corredores naturais de circulação; portanto, há muito propícios ao estabelecimento de comunidades humanas.

¹⁰⁴ Questionamo-nos se cumpriria ainda as suas funções no seio da comunidade.

repercutir-se-ia na exploração do solo e na autonomia da comunidade¹⁰⁵. Discutível, apoiamo-nos na opinião de Helena Kirchner (2010: 249-250) acerca do modelo de Helena Hamerow, para quem a emergência da realeza no Norte da Europa, entre os finais do séc. VII/início do séc. VIII¹⁰⁶, implicou uma mudança no povoamento, na exploração dos recursos, na capacidade de transformação e armazenamento, etc. De acordo com a autora, estas transformações devem-se à consolidação das dinastias reais e aos “*mecanismos fiscales y gestión de patrimonios directamente asociados a estas realezas*” (*ibid.*: 250); entre os instrumentos de gestão, conta-se, na nossa opinião, o cartório eclesiástico. Portanto, à semelhança dos particulares de Aljazeera, a comunidade de Ega manteve-se omissa (leia-se, inexistente) das fontes escritas até integrar o património da Ordem do Templo, processo porventura iniciado com a doação do castelo e território de Soure, em 1128, e concluído com a carta de foral, em 1159.

Para terminar, a aldeia polarizada existiu na Idade Média. Objecto discutível, a sua importância revela-se na actual trama de povoamento, herdada de um processo de reagrupamento das comunidades e dos habitats, mas concluído nos séculos XI-XII d.C.. Deste modo, se não negamos a “centralidade” da aldeia na sociedade medieval, esta não resume a, enquanto objecto identitário, e não se resume à, enquanto ruptura, Idade Média. Na opinião de Magali Watteaux (2009), este pressuposto resulta de duas escolhas: uma, epistemológica, ao tornar autónomas as representações (modelizações históricas de *encellelument* e *incastellamento*) dos materiais, nomeadamente as fontes escritas das fontes arqueológicas; outra, ideológica, ao promover uma Idade Média em detrimento de outra, incluindo objectos “*francs*” (feudalismo, aldeia, *encellelument*, etc.). Não obstante, esta autora não recusa, por completo, o conceito de *encellelument*, na medida em que promove um debate sobre os efeitos deste nas planimetrias e nos habitats.

1.5.2. “Anatomia” de um mito: a forma rádio-concêntrica

Ao aparecimento da aldeia, acrescentar-se-ia o de uma nova planimetria, consolidando definitivamente a “revolução” do ano Mil. Impondo uma paisagem em

¹⁰⁵ Em relação ao parcelário de irrigação, sentir-se-ia na entrada de novas culturas e de um poder externo, inconciliáveis, respectivamente, com as culturas não comerciáveis e com a organização social da água (BARCELÓ, 1989: XXII, XXXV).

¹⁰⁶ Ou a partir do séc. X, citando no texto a investigadora Elisabeth Zadora-Rio, para quem o dízimo eclesiástico, junto com o armazenamento colectivo, explicam o aumento do tamanho dos silos nas aldeias (KIRCHNER, 2010: 249).

palimpsesto, sobre a paisagem antiga, as formas fósseis, encontrar-se-ia a medieval, as formas activas, associada ao reagrupamento dos homens. Deste modo, o ano Mil corresponderia a uma ruptura entre as formas da paisagem da Antiguidade e da Idade Média (e Contemporânea), impedindo uma paisagem alto-medieval, marcadamente errante na ocupação e exploração do solo (WATTEAUX, 2009: 92-93).

Estruturados pelos caminhos que irradiavam dos núcleos, os parcelários concêntricos representariam, em conjunto, os efeitos da concentração do povoamento medieval (*congregatio hominum*) nos parcelários, criando uma forma específica e representativa da nova sociedade medieval: a forma rádio-concêntrica. Relacionadas com os poderes senhoriais, interpretaram-se, a partir da última década do séc. XX, estas formas como planificações medievais, reforçando, assim, o metamorfismo do ano Mil (*ibid.*: 95, 105-107).

Actualmente, revêm-se estes pressupostos com o contributo da Arqueogeografia. Deste modo, à semelhança da aldeia medieval, analisamos a forma rádio-concêntrica de Ega. Começamos por recuar até à Alta Idade Média, reavaliando a importância, e sobretudo a transmissão, das heranças da Antiguidade na paisagem medieval.

De uma Alta Idade Média sem parcelários estáveis, recentes escavações arqueológicas deram a conhecer importantes conjuntos de parcelários alto-medievais, como os sítios de Teilleul e Louvaquint, em Montours (Bretanha), no Noroeste de França, onde se identificaram e se escavaram várias fossas, formando redes parcelares bem estruturadas e ilustrando a dinâmica transmissão das formas – em *isotopie* e *isoclinie* – tanto no parcelário medieval, na retoma da forma e orientação de um recinto proto-histórico, como no herdado, na relação entre as fossas antigas, medievais e modernas (**Fig. XXIX**), (LAVIGNE, 2003: 163-166, Fig. 18).

Embora se reconheça a criação de parcelários alto-medievais, ainda assim não se trata de uma planificação, nem se assinala uma fase de emergência e organização das planimetrias, como a que ocorreu entre o séc. IV a.C. e os séculos I-II d.C. No entender de Gérard Chouquer (2005: 30-31, nota 4), em Montours esta fase só aconteceu na Alta Idade Média: morfologicamente, como os parcelários medievais não se distinguem dos proto-históricos, não inauguraram uma forma medieval específica, nem um novo “capítulo” na história das formas da paisagem. Portanto, devemos abandonar, por

completo, a ideia de uma ruptura planimétrica entre estes períodos (WATTEAUX, 2009: 526-527).

No que respeita a organização das formas da paisagem, a originalidade da Idade Média concerne duas dinâmicas auto-organizativas que se desenvolvem na longa duração, mas não sincronamente: uma, acerca dos parcelários, no respeito das heranças da Antiguidade; outra, acerca dos habitats, no reagrupamento das comunidades em novos núcleos (*ibid.*: 522-530). Em conjunto, da transmissão da orientação dos parcelários antigos – tramas quadriculadas – e da polarização da rede viária – rede radial – emerge um novo e auto-organizado objecto: a forma rádio-quadriculada (**Fig. XXX**), (*ibid.*: 510-514). Na região de Vendeia, em França, Magali Watteaux (*ibid.*: 515-530) identificou uma rede de formação sob a forma de uma extensa trama quadriculada. Com destaque para a Idade do Ferro e Idade Média, contribuíram, respectivamente, para a elaboração e resiliência da orientação desta rede: se o período proto-histórico surge como uma fase de emergência das planimetrias, o período medieval, sobretudo alto-medieval, representa uma fase crucial na auto-organização das formas da paisagem.

Exige-se, no entanto, um comentário. Exclusivas de certas regiões da Europa Central e Ocidental, estas observações arqueogeográficas não incluem as da Península Ibérica, onde se encontram, acerca da transmissão das heranças no parcelário actual, importantes diferenças em regiões com presença muçulmana. De facto, enquanto nos habitats se assinala o aparecimento de novos núcleos (*husum*), formando uma rede de povoamento, elemento morfogenético da paisagem territorial ibérica (LÓPEZ QUIROGA, 2009: 114), nos parcelários reconhece-se, frequentemente, a ruptura com as heranças da Antiguidade¹⁰⁷, como se confirma em Beja, onde o essencial das tramas antigas se revela sob a forma fóssil (LAVIGNE, 2006: 46).

No estado actual da investigação, desconhecem-se as razões da não transmissão das formas – fragiliza o dinâmico modelo de transmissão (CHOUQUER, 2007a: 186, Fig. 43) – mas cremos que não se encontram somente na presença muçulmana, mas também em dinâmicas internas alto-medievais, como as técnicas de exploração e armazenamento, mutações políticas e sociais (avaliando o impacto da reconquista), alterações ambientais, pedologia dos solos, etc. Entre estas, poderemos encontrar as

¹⁰⁷ Como nos sistemas de irrigação muçulmanos, que eliminam quase por completo o quadriculado das centúrias romanas, permanecendo apenas os caminhos (VILLAESCUSA, 2002: 443-444).

razões da não transmissão da trama 16 na área de Ega, Arrifana e Picota; ou na escala espacial de análise¹⁰⁸ seleccionada, limitada às localidades.

Reavaliada, mas não recusada, a importância das heranças na paisagem medieval, ainda assim é possível seguir os princípios da disciplina de Arqueogeografia na análise da forma rádio-concêntrica de Ega, visando desconstruir a ideia de um objecto medieval e planificado.

Em Ega, a forma rádio-concêntrica reúne uma rede anelar e uma rede radial. Considerando as suas autonomias, sobretudo uma em relação à outra, são analisadas separadamente. Por um lado, a rede anelar relaciona formas físicas (linhas de água) e sociais (parcelários e caminhos) e submete-as, conjuntamente, aos elementos oro-hidrográficos, os quais não só lhes impõem um traçado curvilíneo como condicionam-nas; no entanto, aos constrangimentos físicos acrescem os sociais (Vale da Mata, a noroeste de Ega). Por outro, a rede radial corresponde aos traçados viários que irradiam de Ega, alguns certamente anteriores ao ano Mil, recuando até ao período muçulmano (emiral/califal)¹⁰⁹. Perante uma rede anelar duplamente híbrida, quer no espaço (formas físicas e sociais), quer no tempo (não se relaciona com um momento preciso, mas opera-se na longa duração), e uma rede viária, que recua até ao período muçulmano (emiral/califal), inapta a reestruturar os parcelários, concluímos que não se trata, como um todo, de uma planificação, muito menos medieval – aliás, o minucioso levantamento dos bens da comenda-mor de Ega, de 1508 (GONÇALVES, 2006: 125-166), não transparece uma concepção concêntrica do espaço fiscal.

Decalcando os alinhamentos da rede anelar, reforçando-a na paisagem, (re)activando um processo de auto-organização na longa duração¹¹⁰, encontramos os conjuntos das tramas curvilíneas 1 (1a, 1b e 1c) e 6 (6a, 6b e 6c), que, face às regularidades morfológicas e metrológicas (trama 1), aparentam ser planificações. Apesar das dúvidas, trata-se de um caso de estudo muito semelhante ao de Beja, onde Cédric Lavigne (2006: 38-41, Fig. 24-25) identificou, em redor da cidade, uma forma “rádio-concêntrica” (**Fig. XXXI**). Desconstruído o objecto medieval e planificado, propôs, a partir da morfologia, datar do final da Idade Média/início da Época Moderna as formas concêntricas. Citando o geógrafo Orlando Ribeiro (1970: 108-109, 213, Fig.

¹⁰⁸ Como alertou Magali Watteaux (2009: 512-513) na sua tese de doutoramento.

¹⁰⁹ Não obstante, a rede radial não é exclusiva da Idade Média (*ibid.* 2009: 116).

¹¹⁰ Processo semelhante na “*bastide*” de Gimons (Gers), em França (LAVIGNE, 1997: 157, Fig. 7).

2), três destas formas corresponderiam aos antigos limites de *sesmos* (**Fig. XXXII**); relacionar-se-iam com os limites concêntricos em redor de Évora e explicar-se-iam as bandas curvilíneas em torno de Serpa (WATTEAUX, 2011a: 59, 63, Fig. 4). Segundo esta autora, podemos, então, acrescentar as bandas coaxiais concêntricas às tipologias das formas medievais, que contam já com as bandas coaxiais rectilíneas e ondulantes¹¹¹ (*ibid.*: 63). Em Ega, atendendo ao facto de ter sido comenda-mor da Ordem de Cristo, importante senhorio agrícola, podemos também estar perante formas concêntricas planificadas medievais/modernas. Outras tramas, como as 9, 12, 13 e 15¹¹², em Arrifana, e as I-XI, em Ega, podem ter uma cronologia semelhante.

2. REDE VIÁRIA: problemáticas em torno do eixo de circulação

Terminamos a nossa “Construção da Paisagem”, com uma curta leitura viária, à escala supra-local, do Itinerário A.

Concordando com a noção de rede viária, analisamos conjuntamente os três níveis – fluxo (e itinerário), traçado e modelado – que a compõem, mas reconhecendo-lhes as suas distintas escalas espaço-temporais.

Representando, esquematicamente, a ligação entre os povoados pré-romanos do Crasto de Soure e de *Conimbriga*, o fluxo do Itinerário A implica, obrigatoriamente, uma relação de contemporaneidade entre os povoados (**Mapa 60**). No actual estado da investigação, remontaria, indistintamente, à Idade do Ferro¹¹³, no entanto, os dados arqueológicos e planimétricos revelam, muito provavelmente, uma cronologia mais antiga.

Próximo do Castro de Soure, conhecem-se os depósitos metálicos do Bronze Final de Gesteira e de Coles de Samuel, ambos no concelho de Soure. O primeiro, corresponde a um torque de ouro de haste maciça e terminais discoidais, singular do ponto de vista artístico e estilístico, visto que em território nacional apenas tem paralelos em S. Bento, no concelho de Serpa, e em Alegrete, no concelho de Portalegre (VILAÇA, 2008: 80-82). O segundo, também conhecido por “Tesouro do Fundidor”, é

¹¹¹ Consultar Cédric Lavigne, 1996: 182-199; 1997: 149-159; 2003: 133-185.

¹¹² Talvez contemporânea.

¹¹³ Para o período romano, a via *Olisipo-Conimbriga* ligava o *vicus* de Soure à cidade de *Conimbriga* (MANTAS, 1996: 870-872; 2012: 258-259). Não obstante, esta importante via é anterior, uma vez que “estamos perante o exemplo clássico de um grande caminho proto-histórico ao longo da costa e contactando com pontos que facilitam o acesso ao interior (...)” (*ibid.* 2012: 253).

formado por seis foices do tipo “Rocanes”, seis braceletes, quatro machados de alvado de duplo anel, um escopro e um machado de talão unifacial de um anel (*ibid.*).

Em conjunto com os depósitos metálicos, e as respectivas ocupações, de *Conimbriga*, uma foice do tipo “Rocanes” (*ibid.* 2012: 21), e do Castelo ou Alto do Castelo, um fragmento de lâmina de “tranchet” (*ibid.*: 21-22), comprovam a mobilidade de bens (logo, a deslocação de pessoas e a partilha de ideias), no sentido sudoeste-nordeste, na área de estudo durante o Bronze Final. A estes artefactos, que repetem, à escala supra-local, um fenómeno familiar a Raquel Vilaça (*ibid.*: 17, 30, Fig. 1), a extrema proximidade entre os depósitos e as vias, acresce a relação que o Itinerário A tem com o F¹¹⁴, que, correndo pelo maciço de Sicó, nas imediações do depósito de Vale Centeio¹¹⁵ (*ibid.* 2008: 80) e do povoado de N. Sr.^a do Circo (ou Círculo), entronca, como propósito viário, em Arrifana, onde se conhece outro depósito, do início da Idade do Ferro (*ibid.* 2012: 22), na denúncia da antiguidade do fluxo do Itinerário A (**Mapa 61**).

Posto isto, e retomando a interrogação de Raquel Vilaça (2008: 82), questionamos a respeito de um povoado, até ao momento desconhecido, contemporâneo dos depósitos de Gesteira e Coles de Samuel, por nós equacionados, no trilho desta investigadora (*ibid.* 2007: 62-63), como instrumentos de “transformação do espaço”. Próximo, “apenas” se conhece o Crasto de Soure, cuja incerta cronologia da I Idade do Ferro, que recuou, em tempos, ao Bronze Final, não o elimina, em nosso entender, como resposta. Esta questão pressupõe outra, a interacção entre o Itinerário A e o Crasto de Soure, factor da resiliência e da auto-organização da(s) rede(s) viária(s). Ou seja, se o povoado surgiu da influência do itinerário, ou se o itinerário surgiu de uma necessidade do povoado, ligando-o não só ao de *Conimbriga* mas a outros (muito) mais distantes – subentendido nos depósitos metálicos, em conjunto com os restante do Centro e Sul da Beira Litoral, reconhece-se a entrada desta região nos circuitos de produção,

¹¹⁴ Tal como o Itinerário L.

¹¹⁵ Bem perto, na freguesia do Pombalinho, no concelho de Soure, localizam-se interessantes topónimos: Crasto (393 m), topónimo que se repete entre os 310-320 m, onde se assinala na cartografia a presença de ruínas, Crastinho (365 m), Cabeço da Mina (304 m), Cruto da Agudinha (356 m), Cruto da Carvalhosa (403 m), Cabeço do Moinho (388 m), Outeiro do Moinho (386 m), etc.

transformação e circulação do metal que articulava, no Bronze Final, as regiões da Estremadura, Beira Interior e Beira Alta com o mundo atlântico¹¹⁶ (*ibid.* 2012: 22).

Ao trabalhar com diferentes escalas, uma vez mais distinguindo-as e associando-as, verificamos que o Itinerário A, orientado sudoeste-nordeste, não se restringe, no espaço e no tempo, aos povoados proto-históricos do Crasto de Soure e de *Conimbriga*, integrando, muito provavelmente, uma longa e antiga “rota” entre o litoral e o interior da Península Ibérica.

Por um lado, à escala espacial:

- A sudoeste, o depósito metálico do Bronze Final do Pinhal do Urso, na Mata Nacional do Urso (ou no Pinhal de Alhais), entre os concelhos da Figueira da Foz e de Pombal. Com os artefactos metálicos, refere-se o testemunho do achador, face ao qual Raquel Vilaça (2008: 81-82) se questionou acerca de um “pequeno habitat na platidade quase desértica das dunas da Plataforma litoral”.
- A nordeste, o “habitat” da Idade do Ferro, ou assim considerado no “Portal do Arqueólogo”, de Feteiras, no concelho de Coimbra.
- A nordeste, o povoado da Idade do Ferro de *Aeminium* (ALMEIDA *et al.* 2011: 33-57), através, a partir de *Conimbriga*, do Itinerário B, também antigo, uma vez que estes povoados, estabelecida uma relação de contemporaneidade, comunicariam entre si.

Por outro lado, a escala temporal:

- Da Idade do Ferro, ou já do Bronze Final, supõe-se, atendendo aos materiais arqueológicos de *Conimbriga*, uma rota para o interior, ao longo do Vale do Mondego, relacionada com a exploração e o comércio de minérios: a rota do estanho e do ouro da Beira Alta (FABIÃO 1997: 145), recentemente valorizada por Raquel Vilaça (2012: 19).
- Da época romana, a via *Olisipo-Bracara Augusta* comunicava, por Bobadela, com a via *Emerita-Bracara Augusta*. De *Aeminium* e *Conimbriga*, importantes centros viários, partiam os diferentes traçados,

¹¹⁶ No caso dos “*tranchets*”, entre os quais o achado do Castelo ou Alto do Castelo é o mais ocidental, as peças conhecidas configuram uma importante área de distribuição no Centro e Sul do Ocidente Peninsular, com ênfase no Centro português e na região espanhola de Cáceres-Badajoz (VILAÇA, 2012: 22).

que convergiam na zona da Eira Velha, local de uma *mansio*, que permitiam a ligação entre estas duas importantes vias (MANTAS, 2012: 249-250; RAMOS e SIMÃO, 2012: 63-71).

- Da Idade Média, a Estrada da Beira ligava o litoral português, em Buarcos, com o interior espanhol, em Ciudad Rodrigo, continuando para Salamanca (MONTEIRO, 2012).

Na nossa opinião, as diferentes propostas referem um único eixo de circulação, orientado, grosseiramente, sudoeste-nordeste, que articula na longa duração, ao integrar os (mesmos) percursos pré-romanos, romanos e medievais, as regiões do litoral com as do interior do Centro da Península Ibérica. Na margem norte do rio Mondego, Vasco Mantas (1996: 895-898) traçou um ramal entre o litoral e a cidade romana de *Aeminium*, onde entroncava na via *Olisipo-Bracara Augusta*. Quanto a Helena Monteiro (2012: 79-80, Mapa 12), delineou um troço da Estrada da Beira entre o litoral e o burgo medieval de Coimbra, onde se juntava à Estrada Coimbrã. Para nordeste, se uma “terminava” na via *Emerita-Bracara Augusta*, por Bobadela, outra continuava para Salamanca medieval, antiga *Salmantica* romana, cidade que integrava a via *Emerita-Salmantica-Asturica*, assim como, entre as duas primeiras, a pré-romana Vía de la Plata (MANTAS, 2012: 118, 249; MONTEIRO, 2012: 43).

Na margem sul, o ramal da via *Emerita-Bracara Augusta* podia continuar, ao entroncar em *Conimbriga*, para oeste. De facto, esta cidade era servida, a poente, pela via *Olisipo-Conimbriga*; todavia, ao contrário do Itinerário A, que prossegue, claramente, para as zonas costeiras, esta via, tal como é definida por Vasco Mantas (*ibid.* 1996: 854-872; 2012: 253-259), flectia para Sul, ao encontro de *Collipo* e *Olisipo*. Portanto, consideramos o Itinerário A, em conjunto com outro, na margem norte do rio Mondego, a parte mais atlântica de um importante eixo de circulação peninsular (**Mapa 62**).

Compreendido o fluxo do Itinerário A, segue-se uma leitura cronológica, segundo o método regressivo, dos traçados e do modelado no interior da área de estudo.

No que respeita a materialização do fluxo, suspeitamos que as deslocações entre os povoados proto-históricos do Crasto de Soure e de *Conimbriga* realizar-se-iam, com excepção na zona de Arrifana, ao longo do traçado 1a e 1b, o último como percurso alternativo (**Mapa 63**). No actual estado da investigação, apoiamo-nos:

- No conceito de itinerário, seleccionando o traçado mais directo.
- Nas características oro-hidrográficas, uma vez que os traçados se distanciam das áreas mais baixas, logo mais facilmente inundáveis. No caso do traçado 1b, que atravessa o ribeiro da Milhariça numa zona mais baixa, suspeitamos que não seria utilizado em certas alturas do ano.
- Nas tramas parcelares, enquanto principal alinhamento da trama 16, presumivelmente um parcelário de formação de origem proto-histórica.
- Nos vestígios arqueológicos, com o depósito metálico de Arrifana (VILAÇA, 2012: 22-23). Como não eram estranhas as práticas rituais e/ou sepulcrais nas imediações dos caminhos, também não eram separáveis as categorias do sagrado e do profano (*ibid.* 2007: 42).

Para a época romana, imaginamos um cenário idêntico, logo não concordando com a proposta de Vasco Mantas¹¹⁷ (1996: 870-872; 2012: 258). Este autor traçou, entre o *vicus* de Soure e a cidade de *Conimbriga*, a via *Olisipo-Conimbriga* por Ega, por vezes coincidindo com a actual EN 342, Arrifana e Ladeira, onde atravessava o rio de Mouros. Refutando esta proposta, um tanto forçada, argumentamos que não existem vestígios arqueológicos, em termos qualitativos e quantitativos, que a sustentem. De facto, não se conhecem, até ao momento, importantes indícios de ocupação romana em Ega; pelo contrário, excepto escassos fragmentos, encontrados em redor da actual vila, os materiais mais significativos (epígrafes), foram reaproveitados em época medieval.

Retomando a nossa proposta, assinala-se o sítio da Mata Cabeça, perto de Alencarce-de-Cima, onde se recolheu grande quantidade de cerâmica doméstica e de construção romana e escória, assim como pesos de tear, tijolos de coluna e uma mó¹¹⁸ (PIMENTA, 2011: 37). Próximo da exploração de grés de Alencarce, cuja presença em *Conimbriga* está comprovada em várias mós (PESSOA, 1986: 73; SANTOS e PIRES,

¹¹⁷ Mas, surpreendentemente, concordando com a proposta de Mário Saa (1964: 205, 235, Tomo II).

¹¹⁸ Refere-se a presença romana na Quinta das Nogueiras e no Casal Mareco, no entanto, como desconhecemos os materiais destes sítios, podemos, inclusivamente, questioná-los (PIMENTA, 2011: 37).

1996: 27-28), era do seu interesse, supondo que seria ele o núcleo responsável por explorar e transformar esta matéria-prima, situar-se nas imediações de um importante traçado para melhor escoar os seus produtos (**Mapa 64**).

Por outro lado, mencionamos a ponte romana da Sancha, lançada sobre o rio de Mouros. Na nossa opinião, esta obra de arte, importante testemunho da via *Olisipo-Conimbriga*, reflecte o “conflito” entre o fluxo (grande percurso) e o modelado de elementos locais (curso de água): para “harmonizar” este troço, construiu-se um novo modelado (ponte).

Para terminar, é certo que ao longo da Alta Idade Média¹¹⁹, com a crescente importância dos núcleos de Soure e Ega, como núcleos regionais, consolidada na Baixa Idade Média – inicialmente no âmbito militar, como castelos templários, posteriormente no económico, como centros de comenda da Ordem de Cristo –, ocorreu uma transformação na rede viária, confirmando, por sua vez, uma transformação ao nível do povoamento: enquanto alguns centros populacionais cresceram, ou até apareceram pela primeira vez (Condeixa-a-Nova), outros entraram, irreparavelmente, em declínio (*Conimbriga*), obrigando, assim, a uma reestruturação dos traçados viários; de facto, relacionámos os últimos três traçados (2a, 2b e 2c) com este fenómeno (**Mapa 65**).

Portanto, desta simples leitura, concluímos que não é só um estudo da rede viária, mas também da histórica política e territorial dos espaços de habitat¹²⁰.

¹¹⁹Suspeitamos que o traçado 1a, em conjunto com o 1b, continuaria a assegurar a ligação entre Soure e *Conimbriga* (posteriormente, Condeixa-a-Velha) durante a Alta Idade Média. Embora a planimetria actual seja o resultado de um fenómeno na longa duração, a localidade de Alencarce-de-Cima, do árabe *al-Qasr* (pl. *Qusur*), apresenta uma morfologia em “aldeia-rua”, o que aponta para um desenvolvimento ao longo do traçado 1^a.

¹²⁰ Como observou na sua área de estudo Éric Vion (1989: 72).

3. FECHO

No decorrer desta dissertação, apresentámos ao longo dos diferentes, mas não “estanques”, capítulos e subcapítulos as distintas fases de aproximação ao espaço, em redor de Ega, Arrifana e Picota, objecto de estudo, visando compreender os processos de ocupação e exploração destas terras, os quais se revelaram, quer no espaço, quer no tempo, muito mais dinâmicos e, por certo, incomensuráveis às escalas das disciplinas tradicionais; de facto, como aceitar, em plena originalidade, o aparecimento da aldeia no ano Mil? Ou as reconstituições grosseiras, quase sempre erradas, das centuriações romanas? Ou a inexistência de planimetrias na Alta Idade Média?

Se estas questões, em conjunto com outras, deram a conhecer uma nova paisagem, ou paisagens, nesta área do Baixo Mondego, confirmaram também a importância de incluir a disciplina de Arqueogeografia na análise das comunidades. Interessados em reconhecer as estratégias (técnicas, sociais, políticas, económicas, etc.) que as diferentes comunidades adoptaram na ocupação dos espaços – ou seja, no *écoumène*, “*la terre humanisée, habitée, appropriée, intériorisée, aménagée, telle et en mouvement, donc transformé, héritée et transmise (...)*” (Extraído de: *Archéogéographie*) –, torna-se importante, se não obrigatório, incluir a disciplina da Arqueogeografia; disciplinarmente independente, na articulação com os dados arqueológicos, permitindo outras leituras para o avanço da investigação.

Por fim, e para encerrar, alertamos para a necessidade de futuras investigações, tanto arqueológicas com arqueogeográficas; preferencialmente em conjunto. De facto, certos temas, como o provável parcelário de formação de origem proto-histórica, a herança (confirmada) das comunidades muçulmanas, a antiguidade do Itinerário A, etc., não só podem como devem continuar a ser analisados, formando futuros investigadores e traçando novas etapas na investigação.

BIBLIOGRAFIA

ACIÉN ALMANSA, Manuel e SALADO ESCAÑO, Juan Bautista (2009) – “De fundus a la qarya. Bezmiliana: origen y evolución de una alquería”. In GONÇALVES, Maria José – *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve: o Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo: homenagem a José Luís de Matos (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro 2008)*. Xelb 9, Silves: Câmara Municipal de Silves, pp. 141-154.

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *Roman Portugal. Vol. II, Fasc. 2: Coimbra e Lisboa*. Warminster: Aris&Phillips.

ALARCÃO, Jorge de (1996) – *Para uma conciliação das arqueologias*. Porto: Edições Afrontamento.

ALARCÃO, Jorge de (1998) – “A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal”. *Conimbriga*, Vol. XXXVII, Coimbra, 89-119.

ALARCÃO, Jorge de (1999) – *Conimbriga: o chão escutado*. Lisboa: Círculo de Leitores.

ALARCÃO, Jorge de (2004a) – *In territorio Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*. *Trabalhos de Arqueologia* 38, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

ALARCÃO, Jorge de (2004b) – “Conimbriga: 20 anos depois”. In CORREIA, Virgílio Hipólito – *Perspectivas sobre Conimbriga*. Lisboa: Editora Âncora/ Liga de Amigos de Conimbriga, pp. 97-117.

ALARCÃO, Jorge de e BARROCA, Mário Jorge (2012) – *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas.

ALMEIDA, Carlos [et al.] (2000) – *Sistemas aquíferos de Portugal Continental*. Centro de Geologia da Universidade de Lisboa/ Instituto Nacional da Água.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986) – “Arte da Alta Idade Média”. In *História da arte em Portugal*. Vol. II, Lisboa: Publicações Alfa, pp. 170.

ALMEIDA, Fernando de (1962) – *Arte visigótica em Portugal*. Lisboa: Emp. Tip. Casa Portuguesa. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ALMEIDA, Fernando de (1966) – “Pedras visigóticas em Soure”. *Revista Ethnos*, Vol. V, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, pp. 413-420.

ALMEIDA, Fernando-António (2014) – *Condeixa, lugar de grande estrada: quadros para a sua história*. Porto: Edições Afrontamento (com o apoio da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova).

ALMEIDA, Miguel [et al.] (2012) – *Publicação da monografia do sítio arqueológico da piscina coberta de Soure*. Draft (rascunho) para a monografia do castelo medieval de Soure (Disponibilizado pela Câmara Municipal de Soure).

ALMEIDA, Sara Oliveira [et al.] (2011) – “Cerâmica da II Idade do Ferro de *Aeminium* – R. Fernandes Tomás 72/74 (Coimbra, Portugal)”. *Conimbriga*, Vol. L, Coimbra, pp. 33-57.

ALVES, Adalberto (2013) – *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

AMARO, Clementino e GONÇALVES, Cristina (2001) – “A atalaia de Belmonte na fronteira dos territórios da Ordem de Santiago”. In FERNANDES, Isabel C. (coord.) – *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): actas do simpósio internacional sobre castelos*. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, pp. 477-484.

ANGELUCCI, Diego E. (2003) – “A partir da terra: a contribuição da Geoarqueologia”. MATEUS, José Eduardo e MORENO-GARCÍA, Marta (eds.) – *Paleoecologia humana e arqueociências: um programa multidisciplinar para a arqueologia sob a tutela da cultura*. Trabalhos de Arqueologia 39, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 35-84.

ARNAUT, Salvador Dias (2013) – *Ladeia e ladera: subsídios para o estudo do Feito de Ourique*. Ed. comemorativa do centenário do nascimento do Professor Doutor Salvador Dias Arnaut (1913-2012), Coimbra/ Penela: Palimage/ Centro de Estudos de História Local e Regional Salvador Dias Arnaut.

ARRUDA, Ana Margarida (1988-89) – “Conimbriga: escavações de 1988-1989: algumas precisões sobre a cronologia do «Bairro Indígena»”. *Portugália*, Nova Série, Vol. IX-X, Porto, pp. 93-100.

ARRUDA, Ana Margarida e VILAÇA, Raquel (2006) – “O mar greco-romano antes de Gregos e Romanos: perspectivas a partir do Ocidente peninsular”. OLIVEIRA, Francisco de, THIERCY, Pascal e VILAÇA, Raquel (coord.) – *Actas do congresso Internacional sobre o Mar Greco-Romano de 9 a 10 de Março de 2006*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

BARCELÓ, Miquel (1989) – “El diseno de espacios irrigados en Al-Andalus: un enunciado de principios generales”. In CARA BARRIONUEVO, Lorenzo (coord.) – *El agua en zonas áridas: Arqueología e história*. Vol. I, Almería: Instituto de Estudios Almerienses, pp. XV-XLVI.

BARCELÓ, Miquel, KIRCHNER, Helena e NAVARRO, Carmen (1996) – *El agua que no duerme: Fundamentos de la arqueología hidráulica andalusi*. Granada: Sierra Nevada 95/ El legado andalusí.

BARROCA, Mário Jorge (1996/1997) – “A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa no séc. XII”. *Portugália*, Vol. XVII-XVIII, Nova Série, pp. 171-209.

BARROCA, Mário Jorge (2001) – “Os castelos das ordens militares em Portugal (sécs XII a XIV) ”. In FERNANDES, Isabel C. (coord.) – *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): actas do simpósio internacional sobre castelos*. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, pp. 535-548.

BARROCA, Mário Jorge (2004) – “Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI) ”. *Portugália*, Nova Série, Vol. XXV, pp. 181-203.

BARROCA, Mário Jorge (2005) – “Castelo de Montemor-o-Velho no séc. X a XII”. In BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII): actas dos seminários realizados em Palmela, 14 a 15 de Fevereiro de 2003, Porto, 4 de Abril de 2003*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/ Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 111-126.

BAZZANA, André (1993) – “Territoire castral et réseaux irrigues: l’exemple du hisn de Ghalinar (Alicante) ”. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Vol. 29, n.º 1, pp. 155-179.

BAZZANA, André (1996) – “Un hisn valenciano: *Shûn* (Uxó) en la Vall d’Uixo (Castellón) ”. *Quaderns de prehistòria i arqueologia de Castelló*, n.º 17, Castelló, pp. 455-476.

BAZZANA, André (1998) – “Villages et terroirs andalous: quelques aspects du peuplement médiéval et de l’exploitation agraire dans Al-Andalus”. In SMETANKA, Z., FRIDRICH, J., KLAPSTE, J. e SOMMER, P. – *Ruralia II (Colloque de Spa, Belgique)*. Praga: Památky Archeologické, pp. 140-151.

BEIRES, Rodrigo Sarmiento de, AMARAL, João Gama e RIBEIRO, Paula (2013) – *O cadastro e a propriedade rústica em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

BERNANDES, João Pedro (2007) – *A ocupação romana na região de Leiria*. Faro: Universidade do Algarve/ Centros de Estudos de Património/ Departamento de História, Arqueologia e Património.

BERNARDES, João Pedro (2009) – “As transformações no fim do mundo rural romano no Sudoeste Peninsular: evidências e problemas arqueológicos (sécs. V-VII)”. *Anales de arqueologia Cordobesa*, Córdoba, n.º 20, pp. 323-348.

BORGES, Nelson Correia (1984) – “Lucêncio, bispo de Conimbriga, e as origens do mosteiro de Lorvão”. *Conimbriga*, Vol. XXIII, Coimbra, pp. 143-158.

BOTTERI, Paula (1992) – “La définition de l’ager occupatorius”. *Cahiers du centre Gustave Glotz*, Vol. 3, n.º 1, Paris, pp. 45-55.

BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo (1908) – “Povoação da Estremadura no XVI século”. *Archivo Histórico Portuguez*, Vol. VI, Lisboa, pp. 241-284.

BROCARD, Marlène (2005) – “Les gravures rupestres à parcellaire”. *Études rurales*, n.º 175-176, Paris, pp. 9-28.

CAPELA, José e MATOS, Henrique (2011) – *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: Minhografe-Artes Gráficas.

CARDOSO, Luís (1747) – *Diccionario Geografico ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeias, rios, ribeiras e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as coufas raras, que nelles fe encontraõ, affim antigas, como modernas* – Tomo I. Lisboa.

CARVALHO, Pedro C. (2007) – *Cova da Beira: Ocupação e exploração de um território em época romana*. Conimbriga: Anexos 4, Fundão/ Coimbra: Câmara Municipal do Fundão/ Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

CASTELO-BRANCO, Anselmo Caetano Munho's de Avreu Gusmão (1987) – *Ennoea ou aplicação do entendimento sobre a pedra filosofal*. Introd. Y. K. Centeno, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTILLO PASCUAL, María Josefa (2011) – *Espacio en orden: el modelo gromático-romano de ordenación del territorio*. Rioja: Servicio de Publicaciones de la Universidad de la Rioja.

CATARINO, Helena (1997/1998) – “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamentos e recintos fortificados”. 3 Vols., *Al'Ulya*, n.º 6, Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

CATARINO, Helena (2001) – “Castelos e território do Algarve em vésperas da Reconquista: a fortificação de Salir no alfoz de Loulé”. *Actas del V Congreso de Arqueología Medieval Española* (Valladolid, 1999), Vol. II, Junta de Castilla y León, pp. 693-705.

CATARINO, Helena (2002) – “Herança islâmica na Madinat al-`Uliã (Loulé) – Arqueologia e Território”. *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*. Lisboa, pp. 130-142.

CATARINO, Helena (2005) – “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra”. In BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII): actas dos seminários realizados em Palmela, 14 a 15 de Fevereiro de 2003, Porto, 4 de Abril de 2003*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/ Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 195-214.

CATARINO, Helena (2005/2006) – “Formas de ocupação rural em Alcoutim (séculos V-X)”. *Cuadernos de prehistoria y Arqueología Universidade Autónoma de Madrid*, Vol. 31-32, pp. 117-136.

CATARINO, Helena (2008) – “A Marca Inferior em Portugal na época de Almansor: hipóteses de trabalho e os exemplos de Viseu e Coimbra”. In PINO GARCÍA, José L. del (coord.) – *Península Ibérica al filodelaño 1000 – Congreso Internacional*

Almanzor y su época (Córdoba, 14 a 18 de Octube de 2002). Córdoba: Fundación Prasa, pp. 123-146.

CATARINO, Helena e FILIPE, Sónia (2006) – “*Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira*”. In *Al-Andalus espaço de mudança: balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais: Seminário de Homenagem a Juan ZozayaStabel-Hansen, Mértola 16, 17 e 18 de Maio de 2005*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 73-85.

CHOUQUER, Gérard (1996) – *Les formes du paysage : études sur les parcellaires*. Tomo I, Paris: Éditions Errance.

CHOUQUER, Gérard (1997) – *Les formes du paysage: l'analyse des systèmes spatiaux*. Tomo III, Paris: Editions Errance.

CHOUQUER, Gérard (2000) – *L'étude des Paysages. Essais sur leurs formes et leur histoire*. Paris: Editions Errance.

CHOUQUER, Gérard (2003) – “Crise et recomposition des objets: les enjeux de l'archéogéographie “. *Études rurales*, n.º 167-168, Paris, pp. 13-32.

CHOUQUER, Gérard (2005) – “L'émergence de la planimétrie agraire à l'Âge du Fer”. *Études rurales*, n.º 175-176, Paris, pp. 29-52.

CHOUQUER, Gérard (2007a) – *Quels scénarios pour l'histoire du paysage ? Orientations de recherche pour l'archéogéographie*. Introd. de Bruno Latour, Coimbra/Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

CHOUQUER, Gérard e FAVORY, François (1991) – *Les paysages de l'antiquité, terres et cadastres de l'Occident romain (IV s. avant J.-C./IIIe s. après J.-C)*. Paris: Editions Errance.

CHOUQUER, Gérard e FAVORY, François (2001) – *L'arpentage romain : histoire des textes, droit, techniques*. Paris : Editions Errance.

COELHO, António Borges (2008) – *Portugal na Espanha Árabe*. 3.^a ed. Lisboa: Editorial Caminho.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1989) – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. 2 Vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CONCEIÇÃO, Augusto dos Santos (1983) – *Condeixa-a-Nova*. Ed. José Maria Gaspar, 2.^a ed. Coimbra.

CONCEIÇÃO, Maria (2012) – *Soure medieval*. Coimbra. Tese de Mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CORREIA, Virgílio Hipólito (1993) – “Os materiais pré-romanos de Conimbriga e a presença fenícia no Baixo Vale do Mondego”. In TAVARES, António Augusto e LOPES, Maria Helena Trindade – *Estudos Orientais*. Vol. 4, Lisboa: Instituto Oriental, pp. 229-283.

CORREIA, Virgílio Hipólito (2004) – “Coexistência e revolução: urbanismo e arquitectura em Conimbriga (séc. I a.C. – III d.C.) ”. In LOPES, Maria Conceição e VILAÇA, Raquel (coord.) – *O passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*. Coimbra/ Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, pp. 261-298.

CORREIA, Virgílio Hipólito (2009) – “Os espaços forais de Conimbriga”. In MATEOS, P., CELESTINO, S., PIZZO, A. e TORTOSA, T. (eds.) – *Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*. Anejos de AEspa, 45, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científica, pp. 397-406.

CORREIA, Virgílio Hipólito (2010) – *A arquitectura doméstica de Conimbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade romana*. Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CORREIA, Virgílio Hipólito e ALARCÃO, Pedro (2008) – “Conimbriga: um ensaio de topografia histórica”. *Conimbriga*, Vol. XLVII, Coimbra, pp. 31-46.

CORREIA, Virgílio Hipólito e DE MAN, Adriaan (2010) – “Variação e constância na ocupação de Conimbriga e do seu território”. In CORSI, Cristina e VERMEULEN, Frank (eds.) – *Changing landscapes: the impact of Roman towns in the western Mediterranean: proceedings of the international colloquium, Castelo de Vide, Marvão, 15th-17th May, 2008* (Universidade de Évora/ Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades). Bolonha: Ante quem, pp. 299-309.

CÔRTE-REAL, Artur (1987) – “Inscrição funerária de Soure”. *Ficheiro Epigráfico*, n.º 24, Coimbra.

COSTA, António Carvalho da (1706-1712) – *Corografia portugueza: e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas & lugares, que contem, varões illustres, genealogias das famílias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens* – Tomo I (1706), Tomo II (1708) e Tomo III (1712). Lisboa.

COSTA, Miguel Cipriano Esteves (2010) – *Redes viárias de Alenquer e as suas dinâmicas: um estudo de arqueogeografia*. Coimbra. Tese de Mestrado em Arqueologia e Território, na especialidade de Arqueogeografia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CRIADO BOADO, Felipe (1999) – *Del terreno al espacio: Planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje*. Capa (Criterios y convenciones en Arqueología del Paisaje), 6, Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisagem.

CUNHA, Lúcio (1986) – “As grandes linhas de desenvolvimento do relevo na área de Soure”. *Locus: Revista da Associação de Investigação do Território*, n.º1, Coimbra, pp. 25-32.

CUNHA, Lúcio (1990) – *As serras calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere: estudo de geomorfologia*. Geografia Física 1, Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

CUNHA, Lúcio, ALARCÃO, Adília e PAIVA, Jorge (1996) – *O oppidum de Conimbriga e as terras de Sicó: roteiro*. Coimbra: Liga dos Amigos de Conimbriga.

DE MAN, Adriaan (2006) – *Conimbriga: do Baixo Império à Idade Média*. Introd. Virgílio Hipólito Correia, Lisboa: Edições Sílabo.

DE MAN, Adriaan (2009) – “Funções estruturantes de algumas villae pós-romanas”. *Cadmo*, n.º 19, Lisboa, pp. 199-208.

DE MAN, Adriaan (2012) – “A cerâmica de Qundâyixa: dados para uma reapreciação cronológica”. *Arqueologia Medieval*, n.º 12, Mértola, pp. 33-39.

ENCARNAÇÃO, José de e CORREIA, Virgílio Hipólito (2012) – “Inscrições romanas no Paço da Ega (Condeixa-a-Nova), (Conimbriga-Conventus Scallabitanus)”. *Ficheiro Epigráficos*, n.º 98.

FABIÃO, Carlos (1997) – “O Passado Proto-Histórico e Romano”. IN MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal: antes de Portugal*. Vol. 1, Lisboa: Editorial Estampa, pp. 79-271.

FABIÃO, Carlos (2008) – “Las ánforas de Lusitania”. In BERNAL CASASOLA, Darío e RIBEIRA I LACOMBA, Albert (coord.) – *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, pp. 725-745.

FERNANDES, Paulo Almeida (2001) – “O ajimez moçárabe reaproveitado no castelo de Soure”. In FERNANDES, Isabel C. (coord.) – *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): actas do simpósio internacional sobre castelos*. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, pp. 795-801.

FERNANDES, Paulo Almeida (2009) – “Esplendor ou declínio? A arquitectura do século VIII no território «português»”. In CABALLERO ZOREDA, Luís, MATEOS CRUZ, Pedro e UTRERO AGUDO, Maria Ángeles (coord.) – *el siglo VII frente el siglo VIII: arquitectura*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 241-237.

FERREIRA, Ana Margarida Serra e LAPA, Maria Fernanda Moreno (1987) – *Carta arqueológica do concelho de Soure*. Coimbra. Trabalho escolar apresentado ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

FIGUEIREDO, Carlos e BANDEIRINHA, José António (1986) – “Soure. Porquê do território?”. *Locus: Revista da associação de Investigação do Território*, n.º 1, Coimbra, pp. 13-24.

FLEMING, Andrew (2008) – *The Dartmoor reaves: investigating prehistoric land division*. 2.^a ed, Oxford: Windgather Press.

FREITAS, Bruno (2013a) – *Aplicação dos SIG na análise da dinâmica viária: estudo da Carta Militar de Portugal*. Trabalho escolar apresentado ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

FREITAS, Bruno (2013b) – *Configuração e dinâmicas territoriais islâmicas e pós-islâmicas*. Trabalho escolar apresentado ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

FRONTINO (1998) – *Corpus Agrimensorum Romanorum IV. 2. Frontin, l'oeuvre gromatique*. Trad. de O. Behrends, M. Clavel-Lévêque, D. Conso, Ph. Von Cranach, A. Gonzales, J.-Y. Guillaumin, M. J. Pena e S. Ratti, Luxemburgo: Office des publications officielles des Communautés Européenes.

GALEGO, Júlia e DAVEAU, Suzanne (1986) – *O numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

GOMES, Mário Varela, GOMES, Rosa Varela e SANTOS, Manuel Farinha dos (1994) – “O santuário exterior do Escoural – Sector SE (Montemor-o-Novo, Évora)”. In *V Jornadas arqueológicas: actas (20,21 e 22 de Maio de 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 93-108.

GOMES, Saul (1997) – “A presença das Ordens Militares na região de Leiria (séculos XII-XV)”. In FERNANDES, Isabel Cristina F. e PACHECO, Paulo – *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares. Palmela, 2, 3 e 4 de Outubro de 1992*.

GONÇALVES, Iria (2006) – *Tombos da Ordem de Cristo: 1508*. Vol. III (Comendas do Vale do Mondego), Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa.

GONZÁLEZ VILLAESCUSA, Ricardo (2002) – *Las formas de los paisajes mediterrâneos: ensayos sobre las formas, funciones y epistemologia parcelarias: estudios comparativos en médios mediterrâneos entre la antiguidad y época moderna*. Jaén: Universidade de Jaén.

GONZÁLEZ VILLAESCUSA, Ricardo (2003) – “Essai de définition d’un modulo agraire chez les Ibères”. In FAVORY, François (ed.) – *Métrologie agraire antiqúe et médiévale: actes de la Table ronde d’Avignon 8 a 9 décembre 1998*. Besançon: Preses Universitaires Franc-Comtoises, pp. 15-25.

GONZÁLEZ VILLAESCUSA, Ricardo (2006a) – “Qué arqueologia del paisaje?”. In GARCÍA-PRÓSPER, Elisa, GUÉRRIN, Pierre, MADARIA, Jose Luis de e SÁNCHEZ PÉRES, Paloma (coord.) – *Catastros, habitats y via romana: paisajes históricos de*

Europa (Proyecto Interreg 3C Vistoria). València: Generalitat Valenciana, Conselleria de Cultura, Educació i Esporto, pp. 69-90.

GONZÁLEZ VILLAESCUSA, Ricardo (2006b) – “Una disciplina denominada Arqueología del Paisaje (A speciality named Landscape Archaeology) “. *Apuntes de Ciencia y Tecnología*, n.º 20, Asociación para el Avance de la Ciencia y la Tecnología en Españã, pp. 28-37.

GONZALEZ, Cristina (2013) – “Quinta da Granja 1 (Maiorga, Alcobaça): novos dados sobre o povoamento da Estremadura na Alta Idade Média” *Arqueologia em Portugal-150 anos*, Lisboa, pp. 913-921.

GOULÃO, Helena (1993) – *Algumas cerâmicas do “Craсто” (Soure)*. Trabalho escolar apresentado ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

GUERRA, Amílcar M. Ribeiro (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Edições Colibri.

HYGIN (1996) – *Corpus Agrimensorum Romanorum IV. 1. Hygin l'arpenteur. L'établissement des limites*. Trad. de M. Clavel-Lévêque, D. Conso, A. Gonzales, J.-Y. Guillaumin e Ph. Robin, Luxemburgo: Office des publications officielles des Communautés Européennes.

KIRCHNER, Helena (1998) – “Redes de alquerías sin Husum: una reconsideración a partir de los asentamientos campesinos andalusíes de las Islas Orientales”. In MALPICA A. (ed.) – *Castillos y territorio en al-Andalus*. Granada: Athos-Pérgamos, pp. 450-469.

KIRCHNER, Helena (2009) – “Original design, tribal management and modifications in medieval hydraulic systems in the Balearic Islands (Spain)”. *World Archaeology*, Vol. 41, n.º 1, pp. 151-168.

KIRCHNER, Helena (2010) – “Sobre la arqueología de las aldeas altomedievales (on the archaeology of early medieval villages)”. *Studio Historica. Historia Medieval*, Vol. 28, Salamanca, pp. 243-253.

LAVIGNE, Cédric (1996) – “Recherches sur les systèmes parcellaires de fondation en Gascogne au Moyen Age”. In CHOUQUER, Gérard (coord.) - *Les formes du paysage: études sur les parcellaires*. Tomo I, Paris: Éditions Errance, pp. 182-199.

LAVIGNE, Cédric (1997) – “Parcellaires de fondation et parcellaires de formation à l’époque médiévale en Gascogne: clefs de lecture et problèmes d’interprétation”. In CHOUQUER, Gérard (coord.) - *Les formes du paysage: l’analyse des systèmes spatiaux*. Tomo III, Paris: Editions Errance, pp. 149-159.

LAVIGNE, Cédric (2003) – “De nouveaux objets d’histoire agraire pour en finir avec le Bocage et l’openfield”. *Études rurales*, n.º 167-168, Paris, pp. 133-185.

LAVIGNE, Cédric (2006) – “Espaço das sociedades antigas : dinâmicas das paisagens da região de *Pax Iulia* (Beja) ”. LOPES, Maria Conceição (ed.) – *The space of the ancient societies: dynamics of landscapes in the Pax Iulia (Beja) region (programme européen POCI/HAR/60842/2004)*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (inédito).

LEMOS, Francisco Sande (2004) – “O poder romano e a reorganização territorial do Noroeste peninsular: observações pontuais”. In LOPES, Maria Conceição e VILAÇA, Raquel (coord.) – *O passado em cena: narrativas e fragmentos: miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*. Coimbra/ Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, pp. 225-246.

LEVEAU, Phillipe (2005) – “L’archéologie du paysage et l’antiquité classique “. *Agri Centuriati: An International Journal of Landscape Archaeology*, n.º 2, Roma, pp. 9-24.

LOPES, Maria da Conceição (2003) – *A cidade romana de Beja: percursos e debates em torno de Pax Iulia*. Coimbra: Instituto de Arqueologia.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2009) – *Arqueología del habitat rural en la Península Ibérica: siglos V-X*. Madrid: La Ergastula.

LOUREIRO, José Pinto (1964) – *Coimbra no passado*. 2 Vols. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

LOURENÇO, Luciano (2006) – *Paisagens de socacos e riscos naturais em vales do rio Alva*. Coimbra: Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MACHADO, José Pedro (1993) – *Dicionário onomástico etimológico da Língua Portuguesa*. 2.^a ed., 3 Vols., Lisboa: Livros Horizonte.

MACIEL, Justino M. e PESSOA, Miguel (1992/1993) – “As peças visigóticas de Eira Pedrinha – Conimbriga”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, pp. 211-218.

MANTAS, Vasco Gil (1985) – “Dois novos miliários do território de Conimbriga”. Separata de *Biblos*, Vol. LXI, Coimbra, pp. 159-179.

MANTAS, Vasco Gil (1996) – *A rede viária na faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiada).

MANTAS, Vasco Gil (2012) – *As vias romanas da Lusitânia*. *Studia Lusitanaa* 7, Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.

MARQUES, Maria Alegria F. (1983) – “O litígio entre a Sé de Coimbra e a Ordem do Templo pela posse das igrejas de Ega, Redinha e Pombal”. *Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria, pp. 349-366.

MARTINS, Alfredo Fernandes (1940) – *O esforço do Homem na Bacia do Mondego: ensaio geográfico*. Coimbra: Tipografia Bizarro. Tese de licenciatura em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MATOSO, António (1970) – *Subsídios para o estudo das comendas da Ordem de Cristo de Soure e Ega*. Coimbra. Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de letras da Universidade de Coimbra (Policopiada).

MIRANDA, Ana (2010) – *O Sudoeste do Gharb Al-Andalus nos séculos VIII e IX: relações sociais e território*. Lisboa. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MONTEIRO, António J. Nunes (1984) – *A fotografia aérea ao serviço da arqueologia*. Coimbra. Prova de capacidade científica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, António J. Nunes (1994a) – “Crasto (Soure)”. *Informação Arqueológica*, n.º1, Lisboa, pp. 56-58

MONTEIRO, António J. Nunes (1994b) – “Crasto de Soure”. In PEREIRA, Isabel (coord.) – *Idade do Ferro: catálogo*. Figueira da Foz: Serviços Culturais. Museu da Figueira da Foz, pp. 103-109.

MONTEIRO, António J. Nunes (1996) – “Dordias (Pombalinho-Soure): uma estação romana no território da Ladeia”. *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXI, Vol. I, pp. 77-98.

MONTEIRO, António J. Nunes e ENCARNAÇÃO, José de (1993-1994) – “A propósito de uma inscrição latina em Santiago da Guarda (Ansião)”. *Conimbriga*, Vol. XXXII-XXXIII, Coimbra, pp. 303-301.

MONTEIRO, Helena (2012) – *A estrada da Beira: reconstituição de um traçado medieval*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MORÁN, Elena e PARREIRA, Rui (2003) – “O povoado calcolítico de Alcalar (Portimão) na paisagem cultural do Alvor no III milénio antes da nossa Era”. In JORGE, Susana Oliveira (coord.) – *Recintos murados da Pré-História Recente: técnicas construtivas do espaço. Conservação, restauro e valorização patrimonial de arquitectura pré-históricas (Mesa-redonda Internacional realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 15 a 16 de Maio de 2003)*. Porto/Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, pp. 307-327.

NASCIMENTO, Aires do (1998) – *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*. Lisboa: Edições Colibri.

NAZARÉ, Maria João Vicente (2013) – *Cerâmicas medievais de Santa Olaia (Figueira da Foz) depositadas no Museu Municipal Dr. Santos Rocha*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

NEVES, Amílcar (2008) – *Memórias do património: a Ega e o seu antigo termo*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.

NEVES, Maria João [et al.] (2010) – “Necrópole medieval de Nossa Senhora de Finisterra (Soure, Coimbra): resultados de uma escavação em contexto de emergência”. In BICHO, Nuno Ferreira e SEBASTIAN, Luís (eds.) – *As épocas medieval e moderna na Península Ibérica: actas do IV congresso de Arqueologia Peninsular: Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004*. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, pp. 233-240.

NOGUEIRA, Pedro Álvares (1942) – *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra*. Introd. e publ. por António Gomes da Rocha Madahild, Coimbra: Arquivo da Universidade.

OLIVEIRA, Nuno Villamariz (2010) – *Castelos templários de Portugal: 1120-1314*. Lisboa: Ésquilo edições e multimédia.

OSÓRIO, Marcos e SALGADO, Telmo (2011) – “Estudos de análise espacial com base na carta arqueológica municipal do Sabugal”. In CASCALHEIRA, João e GONÇALVES, Célia (eds.) – *Actas das IV Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica: Faro, 11 a 14 de Maio de 2011*. Faro: Universidade do Algarve/ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ Núcleo de Arqueologia e Paleoecologia/ Departamento de Artes e Humanidades, pp. 89-95.

PENAJÓIA, Marco (2012) – *A questão portuária em torno de Montemor-o-Velho: estudo de Arqueologia*. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.

PEREIRA, Isabel (1993) – “Figueira da Foz: Santa Olaia”. In TAVARES, António Augusto e LOPES, Maria Helena Trindade – *Estudos Orientais*. Vol. 4, Lisboa: Instituto Oriental, pp. 285-301.

PEREIRA, Isabel (1993/1994) – “Casais agrícolas da Idade do Ferro na Foz do Mondego-Figueira da Foz”. *Conimbriga*, Vol. XXXII-XXXIII, Coimbra, pp. 75-85.

PEREIRA, Isabel (1996) – “Craсто de Tavadere: Idade do Ferro”. In MACIEL, Justino M. (coord.) – *Miscellanea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 386-405.

PESSOA, Miguel (1986) – “Subsídios para a carta arqueológica do período romano na área de Conimbriga”. *Conimbriga*, Vol. XXV, Coimbra, pp. 53-73.

PESSOA, Miguel (2011) – *Villa romana do Rabaçal, Penela, Portugal: Um centro na periferia do Império e do Território da Civitas de Conimbriga; função e contextos no âmbito da Arte e Sociedade da Antiguidade Tardia – Estudos de Mosaicos*. Tese de Doutoramento em História da Arte da Antiguidade apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PIMENTA, Fernando Tavares (2011) – *Soure. Das Origens Pré-romanas ao Foral de 1111*. Câmara Municipal de Soure: Areias do Tempo.

PIMENTA, Fernando Tavares, GALHANO, Joana e CANCELA, Rui (2000) – *Carta arqueológica do concelho de Soure: 3.ª Fase. Soure: um olhar prospectivo e construtivo*. Trabalho escolar apresentado ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2007) – “Las aldeas de los historiadores y de los arqueólogos en la Alta Edad Media del norte peninsular”. *Territorio, Sociedad y Poder*, n.º 2, pp. 65-86.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2009) – “La formación de las aldeãs medievales en el País Vasco. El caso de Zarautz”. *Munibe (Antropología-Arkeologia)*, n.º 28, Donostia/ San Sebastián, pp. 348-359.

RAMOS, Rui e SIMÃO, Inês (2012) – “Eira Velha: uma estação viária romana na periferia de Conimbriga”. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, n.º 8, Lisboa, pp. 63-71.

REAL, Manuel Luís (2014) – “A dinâmica cultural em «Portucale» e «Colimbrie» nos séculos VIII-XVI”. In MAN, Adriaan de, TENTE, Catarina (coord.) – *Estudos de cerâmica medieval: o Norte e Centro de Portugal – séculos XI e XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 13-56.

REDENTOR, Armando José Mariano e IMPERIAL, Flávio Nuno Leite Ferreira (1991) – *Levantamento arqueológico da bacia hidrográfica do rio de Mouros*. Trabalho escolar apresentado ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

REVEZ, Ana Lima (2012) – “Trabalhos arqueológicos no projecto de recuperação do Paço da Ega (2007-2009)”. *Arqueologia Medieval*, n.º 12, Mértola, pp. 41-57.

RIBEIRO, Orlando (1945) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: estudo geográfico*. Coimbra: Coimbra Editora.

RIBEIRO, Orlando (1970) – *A evolução agrária no Portugal Mediterrâneo: notícia e comentário de uma obra de Albert Silbert*. Lisboa: Centros de Estudos Geográficos/ Universidade de Lisboa.

ROBERT, Sandrine (2003a) – *L'analyse morphologique des paysages entre archéologie, urbanisme et aménagement du territoire. Exemples d'études de formes urbaines et rurales dans le Val-d'Oise*. Paris: Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

Thèse pour obtenir le grade de Docteur de l'Université de Paris, Université Paris 1 – Panthéon – Sorbonne.

ROBERT, Sandrine (2003b) – “Archéologie préventive et morphologie: deux points de vue scientifiques différents”. In FAVORY, François e VIGNOT, Anne (coord.) – *Actualité de la recherche en histoire et archéologie agraires. Actes du colloque AGER V, 19-20 septembre, 2000*. Besançon : Presses Universitaires de Franche-Comté, pp. 41-53 (Annales Littéraires, 764 ; Série “Environnement, sociétés et archéologie”, 5).

ROBERT, Sandrine (2011) – *Sources et techniques de l'archéogéographie*. Besançon : Presses Universitaires de Franche-Comté (Annales Littéraires, 895 ; Série “Environnement, sociétés et archéologie”, 15).

RUIVO, José e DE MAN, Adriaan (2009) – “Primeiros dados sobre a *villa* da Madanela (Coles de Samuel, Soure)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 12, n.º 1, pp. 201-210.

SAA, Mário (1964) – *As grandes vias da Lusitania: o itinerário de Antonino Pio*. Tomo II, Lisboa: Tipografia da Sociedade de Astória.

SANTOS, José Costa dos (2008) – *Encosta do Sol, lote 49-Soure-Relatório Final*. Relatório dos trabalhos arqueológicos na urbanização “Encosta do Sol (Soure)”, em 2006, apresentado ao Instituto Português de Arqueologia (Disponibilizado pela Câmara Municipal de Soure).

SANTOS, Sílvia Raquel Ribeiro e PIRES, Fernanda Maria Ferreira (1996) – *Arqueologia e toponímia da freguesia de Soure*. Trabalho escolar apresentado ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

Serviço Cartográfico do Exército (1967) – *Reportório toponímico de Portugal: continente, carta 1: 25 000*. 3 Vol., Lisboa: Ministério de Portugal.

TENTE, Catarina (2009) – “Viver em autarcia: a organização do território do Alto Mondego (Portugal) entre os séculos V a X”. In MARTÍN VISO, Iñaki – *Tiempos oscuros?: territorio y sociedad en el centro de la Península Ibérica (siglos VII-X)*. Madrid/ Salamanca: Silex.

TORRES, Cláudio (1997) – “Gharb al-Andalus”. In MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal: antes de Portugal*. Vol. 1, Lisboa: Editorial Estampa, pp. 329-390.

TRILHO SAN JOSÉ, Carmen (2004) – *Agua, tierra y hombres en Al-Andalus: la dimensión agrícola del mundo nazarí*. Granada: Ajbar.

TRILHO SAN JOSÉ, Carmen (2006) – “La alqueria y su território en Al-Andalus: estrategias sociales de organización y conservación”. *Arqueología Espacial*, n.º 26, Teruel, pp. 244-251.

TURNER, Sam (2011) – “Paysages et relations: archéologie, géographie, archéogéographie”. *Études rurales*, n.º 188, Paris, pp. 143-154.

VENTURA, Leontina (1986) – “Soure na sua história: algumas reflexões”. *Locus, Revista da Associação de Investigação do Território*, n.º1, Coimbra, 39-59.

VILAÇA, Raquel (1988) – *Subsídios para o estudo da Pré-História recente do Baixo Mondego*. Trabalhos de Arqueologia 05, Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

VILAÇA, Raquel (1990) – “Sondagem arqueológica do Covão d’Almeida (Eira Pedrinha, Condeixa-a-Nova)”. *Antropologia Portuguesa*, Vol. 8, Coimbra, pp. 101-132.

VILAÇA, Raquel (2006) – *Proto-História peninsular: programa, metodologia, conteúdos e guia bibliográfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VILAÇA, Raquel (2007) – *Depósitos de bronze do território português: um debate em aberto*. Conimbriga: Anexos 5, Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

VILAÇA, Raquel (2008) – “No rasto do Bronze Final do Centro-Sul da Beira Litoral: artefactos metálicos e seus contextos”. In CALLAPEZ, Pedro Miguel (ed.) – *A terra: conflitos e ordem: homenagem ao Professor Ferreira Soares*. Coimbra: Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra, pp. 75-88.

VILAÇA, Raquel (2012) – “Arqueologia do bronze no Centro-Sul da Beira Litoral e Alta Estremadura (II-I milénios a.C.)”. *Olhares sobre a Geologia, a Arqueologia e a*

História, de Vila Nova, de Miranda do Corvo e da Serra da Lousã (coord. Emerita), Junta da Freguesia de Vila Nova, pp. 16-31.

VION, Éric (1989) – “L’analyse archéologiques des réseaux routiers: une rupture méthodologique des réponses nouvelles”. *Paysages Découverts – Histoire, Géographie et Archéologie du territoire en Suisse romande*, Vol. I, Lausanne : Groupe romand d’études d’Archéologie du Territoire, pp. 67-99.

WATTEAUX, Magali (2009) – *La dynamique de la planimétrie parcellaire et des réseaux routiers en Vendée méridionale. Études historiographiques et recherches archéogéographiques*. Paris : Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Thèse pour obtenir le grade de Docteur de l’Université de Paris 1, Université Paris 1 – Panthéon – Sorbonne.

WATTEAUX, Magali (2011a) – “La colonisation agraire médiévale en Alentejo (Portugal) “. *Études rurales*, n.º 188, Paris, pp. 39-72.

WEBGRAFIA

CHOUQUER, Gérard (2007b) – “La planification agraire de Marmelar en Alentejo”. Disponível no sítio da internet: <http://www.archeogeographie.org/index.php?rub=dossiers/etudes/marmelar>

CHOUQUER, Gérard (2010) – “La recherche des parcellaires préromains en Alentejo: une question de méthode en archéogéographie”. Disponível no sítio da internet: <http://outeirodocirco.blogspot.pt/2010/09/la-recherche-des-parcellaires.html>

CHOUQUER, Gérard (2011a) – “Les conditions de genèse d’une forme intermédiaire dans une planimétrie parcellaire”. Disponível no sítio da internet: <http://www.formesdufoncier.org/pdfs/Forme-Intermediaire.pdf>

CHOUQUER, Gérard (2011b) – “Les systèmes parcellaires sociaux en situation d’hybridation physique”. Quatro documentos em PDF disponíveis no sítio da internet: <http://www.formesdufoncier.org/index.php?rub=thematiques/typodyn>

FRANÇA, Paula, RIBEIRO, Maria Fernanda e FERREIRA, Nuno (2012-2013) – *Forais de Coimbra: catálogo de exposição (1085-1824)*. Coimbra: Arquivo Histórico do Município de Coimbra/ Casal Municipal de Coimbra. Disponível no sítio da internet:

https://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=352&Itemid=381

WATTEAUX, Magali (2011b) – “Brève historiographie française des études géohistoriques”. *Préparation au concours de l’INP Archéologie*. Disponível no sítio da internet: <http://www.archeogeographie.org/index.php?rub=formation/sorbonne>

WATTEAUX, Magali (2014) – “La terre en héritage”. *Espaces Temps.net*. Disponível no sítio da internet: <http://www.espacestems.net/en/articles/la-terre-en-heritage-2/>

WATTEAUX, Magali (2015) – “L’archéogéographie, une discipline de la mémoire des lieux”. Séminaire “*Théories de l’archéologie*” do Master d’Archéologie de l’Université Catholique de Louvain, organizado por Quentin Letesson.

Portal do Arqueólogo:

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

Archéogéographie:

<http://www.archeogeographie.org/index.php?rub=presentation/infos/formation230508>

Instituto Geográfico do Exército:

<http://www.igeoe.pt/coordenadas/>

Federal Communications Commission:

<https://www.fcc.gov/media/radio/dms-decimal>.

SUPORTE CARTOGRÁFICO

Instituto Geográfico do Exército: *Carta Militar de Portugal-Série M888*, à escala 1: 25 000, folhas 230, 239, 240, 241, 249, 250, 251, 261, 262, 263, 274 e 275.

Serviços Geológicos de Portugal: *Carta Geológica de Portugal*, à escala 1: 50 000, folhas 19-C (Figueira da Foz) e 19-D (Coimbra-Lousã).

Carta de Reserva Ecológica Nacional (REN), à escala 1: 25 000, do concelho de Condeixa-a-Nova.

Instituto Geográfico do Exército: Voo n.º 3 da USAF (1958), à escala 1: 26 000, n.º 1594 e n.º 6695.

Cobertura ortofotográfica (2010) do concelho de Condeixa-a-Nova.

ANEXOS

Tabela dos sítios ou achados arqueológicos da área de estudo

Designação	Cronologia	Concelho	Freguesias⁽¹⁾	Coordenadas⁽²⁾	Observações
Dolina do Vale da Grota	Paleolítico	Soure	Tapéus	167975,14; 341819,44	
Mûredo	Paleolítico	Soure	Tapéus	Gauss: 1640/3414 ⁽³⁾	Local com potencial arqueológico
Cova do Ladrão	Paleolítico	Soure	Tapéus	168264,14; 341459,45	
Quinta da Madalena	Paleolítico/romano	Soure	Soure	158375,75; 342625,04	<i>Villa</i> de Madalena
Vale das Buracas	Paleolítico/romano	Condeixa-a-Nova	Zambujal	169055,69; 342019,92	
Abrigo 1 dos Covões	Paleolítico	Condeixa-a-Nova	Furadouro	168800,72; 342249,93	
Buracas do Casmilo	Epipaleolítico	Condeixa-a-Nova	Furadouro	169433,35; 341708,04	
Horta do Paço	Neolítico	Soure	Tapéus	Gauss: 1648/3409 ⁽³⁾	
Soure	Neolítico	Soure	Soure	Sem coord ⁽⁴⁾	Materiais avulsos na actual vila
Casével	Neolítico	Condeixa-a-Nova	Ega	163460,80; 350700,01	
Fornos de Castelo	Neolítico	Condeixa-a-Nova	Ega	167050,79; 349200,00	
Várzea	Neolítico	Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova	Gaus: ⁽³⁾ 168,4/350,1	
Eira Pedrinha	Neolítico/Calcolítico/ Bronze	Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova	170270,74; 349809,90	Conjunto de grutas e abrigos, com destaque para o abrigo do Covão d' Almeida
Paço da Ega	Calcolítico/Medieval	Condeixa-a-Nova	Ega	165544,75; 347529,99	Materiais romanos reutilizados
Conimbriga	Calcolítico/Bronze/ Ferro/Romano/ Medieval	Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Velha	169250,74; 347949,96	
Castelo (Alto do Castelo)	Bronze	Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova	Sem coord ⁽⁴⁾	Consultar VILAÇA, 2012: 21-22
N.ª Sr.ª do Circo (ou Círculo)	Bronze/Ferro	Condeixa-a-Nova	Furadouro	167850,71; 343650,02	Incerto
Crasto de Soure	Ferro/Romano	Soure	Soure	157840,80; 344620,09	
Outeiro do Castelo (Castro do Outeiro)	Ferro	Condeixa-a-Nova	Seval	165395,77; 350791,04	
Gruta do Medronhal (Arrifana)	Ferro	Condeixa-a-Nova	Ega	Sem coord ⁽⁴⁾	Consultar VILAÇA, 2012: 22-23
Quinta de S. Tomé	Romano	Soure	Soure	157100,85; 347440,02	
Mucata	Romano	Soure	Soure	157327,55; 345175,84	

Quinta das Nogueiras	Romano	Soure	Soure	Sem coord. ⁽⁴⁾	Consultar PIMENTA, 2011: 38-39
Casal Mareco	Romano	Soure	Soure	Sem coord. ⁽⁴⁾	Consultar PIMENTA, 2011: 38-39
Mata Cabeça	Romano	Soure	Soure	162000,75; 344720,00	
Moroços	Romano	Condeixa-a-Nova	Ega	167280,78; 348699,99	
Barrios de Baixo	Romano	Condeixa-a-Nova	Ega	166150,77; 349249,95	
Carreirinha	Romano	Condeixa-a-Nova	Ega	164400,83; 348249,96	
Ega	Romano	Condeixa-a-Nova	Ega	165444,79; 347527,00	Largo da vila
Casal da Cruz	Romano	Condeixa-a-Nova	Ega	Gauss: 165,7/347,25 ⁽³⁾	
Pedrógãos	Romano	Condeixa-a-Nova	Ega	163550,85; 350899,99	
Casal Cuco	Romano	Condeixa-a-Nova	Ega	163850,84; 350499,91	
Algar	Romano	Condeixa-a-Nova	Ega	Gauss: 166,2/344,2 ⁽³⁾	
Senhora da Piedade	Romano	Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Velha	170300,76; 349749,93	
Moira	Romano	Condeixa-a-Nova	Sebal	166150,81; 349700,00	
Fonte Velha	Romano	Soure	Tapéus	Gauss: 165,3/340,7 ⁽³⁾	
Ponte da Sancha	Romano	Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Velha	168430,31; 347749,91	
Anel de Ega	Medieval	Condeixa-a-Nova	Ega	Sem coord. ⁽⁴⁾	Consultar ALMEIDA, 1962: 256, LXI, Fig. 338
Castelo de Soure	Medieval	Soure	Soure	157870,74; 343330,05	

(1) Quando realizámos a recolha das informações, no ano de 2014, as freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova, era circunscrições administrativas distintas, tal como nos informava o “Portal do Arqueólogo”; todavia, actualmente formam apenas uma circunscrição administrativa, União das freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova.

(2) Coordenadas projectadas métricas Hayford-Gauss/ Datum Lisboa-IgeoE (código EPSG: 102164).

(3) Como as coordenadas são insuficientes para precisar a localização dos achados, mantivemos as coordenadas originais dos autores consultados.

(4) Assinalámos a localidade mais próxima.

